Luciano da Silva Moreira

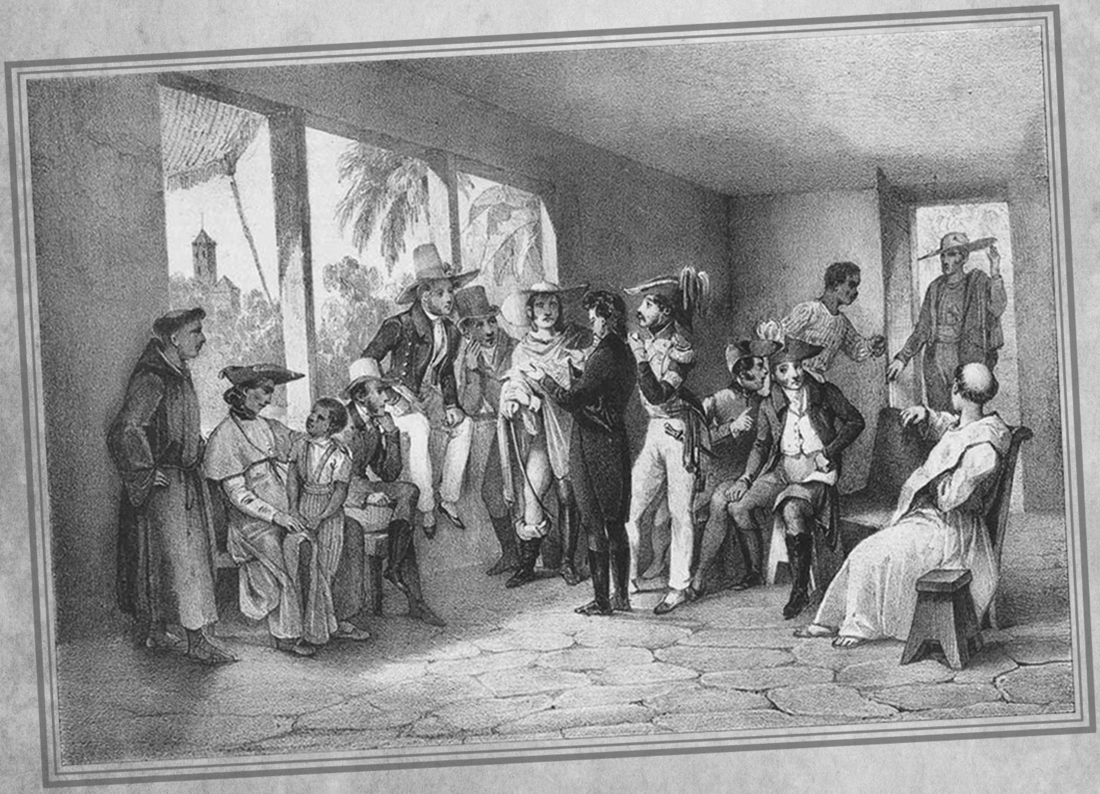
Imprensa e Política
na Província de Minas Gerais:
Espaços públicos e culturas políticas (1828-1842)



Atena Editora
Ano 2024

Luciano da Silva Moreira

Imprensa e Política
na Província de Minas Gerais:
Espaços públicos e culturas políticas (1828-1842)



Atena Editora

Ano 2024

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Ellen Andressa Kubisty
Luiza Alves Batista
Nataly Evilin Gayde
Thamires Camili Gayde
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Imprensa e política na Província de Minas Gerais: espaços públicos e culturas políticas (1828-1842)

Diagramação: Ellen Andressa Kubisty
Correção: Andria Norman
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Luciano da Silva Moreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M838 Moreira, Luciano da Silva
Imprensa e política na Província de Minas Gerais: espaços públicos e culturas políticas (1828-1842) / Luciano da Silva Moreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2024.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-2397-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.973243004

1. Minas Gerais. I. Moreira, Luciano da Silva. II. Título.
CDD 981.51

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Não se trata de fazer ler,

mas de fazer pensar.

MONTESQUIEU

Para Ana, João e Gio,

com amor.

AGRADECIMENTOS

Esta obra foi resultado de um processo relativamente longo de pesquisa, que contou com a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta, a quem agradeço pela dedicação, paciência, leitura atenta e palavra amiga ao longo de todo o trabalho. A ele devo todos os acertos da dissertação que originou esta obra, bem como os desdobramentos intelectuais decorrentes de nossas discussões.

Sou especialmente grato às professoras doutoras Andréa Lisly Gonçalves e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, referências essenciais em meus trabalhos acadêmicos, por suas valiosas contribuições na banca de Mestrado. Procurei incorporar as sugestões e críticas que gentilmente teceram na defesa.

Os primeiros passos de minha caminhada acadêmica iniciaram com a mão amiga da professora doutora Regina Horta Duarte, que acreditou no potencial de um projeto de Iniciação Científica. Desde o início, Regina incentivou meus trabalhos, orientando com paciência e serenidade. A ela, sou especialmente grato por abrir meus horizontes intelectuais.

Também sou grato aos professores e servidores técnicos administrativos do Departamento de História da UFMG e da FAFICH, fundamentais em minha formação acadêmica. Sem a boa vontade e o profissionalismo dessas pessoas, certamente esta obra não teria a envergadura que ganhou.

Das instituições em que trabalhei, tenho uma dívida de gratidão. Aos amigos do Arquivo Público Mineiro e do Museu Mineiro, instituições fundamentais em minha formação. Também sou grato aos funcionários da então Hemeroteca Pública Assis Chateaudriand, que hoje forma o acervo da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, principalmente ao Jairo que, há muito tempo, acompanhou esta pesquisa, franqueando acesso ao material impresso.

Aos amigos professores e servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, companheiros dessa trajetória em torno da educação. Também quero agradecer aos meus alunos, pois, mesmo que não tenham consciência disso, ainda me fazem lembrar que devemos “cultivar a história em função dos fins da *vida*!”

Finalmente, agradeço à minha família, que é minha sustentação nos momentos mais difíceis da escrita.

Este livro foi apresentado, originalmente, como dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, em julho de 2006, perante a banca composta pelos professores doutores Luiz Carlos Villata, meu orientador, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Andréa Lisly Gonçalves. Após longo interstício, é aqui publicada com algumas atualizações, considerando-se as recentes contribuições historiográficas sobre a imprensa periódica e a vida política brasileira entre 1822 e 1842.

A pesquisa que originou este livro nasceu do interesse em analisar os discursos liberais divulgados pela imprensa periódica durante a instituição do Estado Imperial brasileiro. Cabe observar que esse processo se insere no movimento de constituição dos Estados Nacionais, desencadeado após a Revolução Francesa. O longo século XIX[1] presenciou a afirmação de uma ordem liberal e, simultaneamente, a instituição de um tipo de Estado que seria pretensamente capaz de controlar e garantir as liberdades apregoadas pelo Liberalismo. Nesse sentido, armou-se uma verdadeira encruzilhada política, já que esse Estado deveria ser *instituído* e, ao mesmo tempo, *limitado*. A formação do Império do Brasil esteve ligada às tensões que envolveram discursos que, de um lado, asseveravam a limitação do "exercício do poder de governar"[2], e, do outro, representavam o recrudescimento daqueles que pretendiam reafirmar a autoridade monárquica. Passo a passo, fortalecia-se a aceitação do princípio da limitação das forças e do domínio da ação do governo, cujos meios para tal foram definidos pelo liberalismo clássico, como: o parlamento, a constituição, a imprensa e a organização da opinião pública[3].

Seguindo a trilha aberta pelos trabalhos de Ilmar Rohloff de Mattos[4] e Marco Morel[5], o enfoque desta obra reside nas relações entre a imprensa periódica e a formação dos espaços públicos de discussão na Província de Minas Gerais, no período circunscrito entre 1828 e 1842, quando se forjou uma imprensa politicamente ativa, que contribuiu no processo de constituição das bases da sociedade e do Estado Imperial do Brasil. Embora privilegie estes marcos cronológicos, alarga seus limites, recuando, quando necessário, à Colônia, estendendo-se, ainda, ao Segundo Império.

Para compreender a relação entre periodismo e formação dos espaços públicos, este trabalho apresenta o contexto sócio-político da província de Minas Gerais, observando as relações políticas e econômicas com a Corte. O perfil dos

1 HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
2 FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004, p. 29.
3 *Ibidem*, p. 23.
4 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999
5 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na* Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005

autores dos periódicos e dos leitores e interlocutores políticos será apresentado, realçando alguns sujeitos históricos, como Vasconcelos, Behring e Cortes. Em seguida, aborda a constituição de uma incipiente "esfera pública de poder", acompanhando a trajetória das antigas tipografias e analisando os produtos de seus prelos. Mas os objetos impressos concluíam sua razão de ser com a leitura. Assim, este livro atenta para as diferentes práticas da leitura, ainda marcadas pela oralidade, relacionando-as à formação de um ambiente aberto à crítica dos impressos, em locais como bibliotecas, sociedades políticas, casas, tabernas e ruas. Por fim, focaliza as idéias de liberdade e soberania divulgadas pelos periódicos, panfletos e proclamações, ressaltando a formação de um ideário político que negava a participação popular e atrelava a imagem do Imperador ao Estado.

Trata-se de um esforço para compreender uma das fases mais ricas e instigantes da história do Brasil, que tem chamado a atenção da academia, com a produção de artigos, dissertações e teses. Nesse sentido, a obra que agora vem a lume insere-se numa historiografia recente, tributária dos estudos pioneiros de Ilmar Mattos, que procura recuperar a dinâmica da sociedade imperial, analisando a complexa luta em torno de visões de mundo distintas, que pretendiam traçar uma diretriz unificadora. Acreditamos que este livro ainda contribua para os estudos acerca do Império do Brasil, auxiliando novos historiadores a abrir a verdadeira "caixa-preta" que ainda envolve os anos entre a Abdicação do primeiro imperador e a ascenção política de D. Pedro II.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

TEATRO: MINAS GERAIS, 1828-1842

Para Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de Maricá, o mundo apresentava-se como um inconstante teatro:

> dramas, cenário, atores e espectadores, tudo varia e se sucede com tanta rapidez e novidade que para uns é objeto de terror e espanto, e para outros, de estudo e admiração[1].

Nele, os indivíduos foram, simultaneamente, atores e espectadores no drama da vida humana, interpretando "uma guerra perene de interesses, opiniões e paixões"[2]. Todavia, esse era um teatro cuja peça representada era sempre a mesma: "é aquela que repetem indefinidamente os dominadores e os dominados"[3]. Com isso, não pretendemos afirmar que existam naturalmente ativos e passivos no processo histórico, mas que a história possui a inteligibilidade das guerras, em que "se [sucedem] com tanta rapidez e novidade" atos de dominação em dominação[4]. Dessa forma, apresentaremos os componentes de um teatro distinto. Nosso palco será a Província de Minas Gerais entre o ocaso do primeiro reinado e a consolidação da ordem Saquarema. Nesse tablado, ergueu-se um cenário efervescente de rivalidades e lutas, envolvendo atores e espectadores diversos, munidos com armas forjadas em papel e tinta.

Iniciaremos nossa trama em 1828. Nesse ano, foi lançado *O Echo do Serro*, no Tijuco (atual Diamantina). No ano seguinte, surgia, em Ouro Preto, *O Telégrapho*. Este representou o apoio ao Imperador, procurando "desenvolver o princípio da autoridade"; o outro integrou o grupo daqueles "que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade". Recrudescia, assim, "a luta entre os elementos monárquico e democrático"[5]. Desse embate trataremos em nosso trabalho.

Conforme ensina-nos Ilmar Rohloff de Mattos, os anos iniciais das Regências foram vividos intensamente pelas pessoas que habitavam o Império do Brasil[6]. Em meio à euforia do momento, as idéias de liberdade tomaram todos os espaços: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tavernas e ruas. Os periódicos foram fundamentais nesse processo, pois, num debate arrebatador, indivíduos diversos tomaram a palavra impressa para expor suas opiniões. De fato, a imprensa assumiu os contornos de espaço político, de verdadeira

---

1 MARICÁ, Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de. *Máximas, Pensamentos e Reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d.. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?-select_action=&co_obra=2049 p. 108. Acesso em 11/02/2024.

2 *Ibidem*., p. 172.

3 FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: _____. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001. p. 24.

4 *Idem*.

5 ROCHA, Justiniano José da. "Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade". In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1956. p. 160-218.

6 MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema:* a formação do Estado Imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. p. 2.

arena aberta à participação de todos e ambiente onde foram construídas, veiculadas e discutidas as representações de soberania e liberdade que, naquele tempo, "os povos, especialmente os mais plebeus, entraram a amar demasiadamente"[7].

Portanto, analisaremos a luta política que se desenrolou pela imprensa periódica e, com ela, desbravaremos o universo da leitura e da produção tipográfica. Procuramos compreender os impressos como uma força da história, um dos ingredientes fundamentais de uma cultura política e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias. Nesse sentido, nosso trabalho insere-se no campo da história dos livros e da leitura, sobretudo nos termos da formação inicial de uma "cultura dos impressos", atentando para o alargamento dos usos do escrito e a constituição de "uma rede de práticas específicas, que definem uma cultura original"(tradução nossa)[8] na Província de Minas Gerais no Oitocentos, ainda marcada por um universo oral, gestual e iconográfico. Ademais, a sociedade mineira daquela época foi influenciada pela introdução da imprensa, modificando de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e redefinindo as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais. Com efeito, o impresso penetrou em "todo o labirinto das relações sociais trazendo os pensamentos e os prazeres, instalando-se [tanto] no foro privado como sobre a praça pública"(tradução nossa)[9]. Entretanto, cabe ressaltar que não pretendemos minimizar a ação de formas tradicionais de transmissão de discursos, como a "sátira verbal, o pasquim, e a folha volante", comuns no tempo da Colônia[10].

Acreditamos que o estudo das práticas em torno dos impressos, por meio dos processos de criação e difusão, permite-nos compreender como as idéias foram transmitidas e como afetaram a constituição de "culturas políticas" na Província de Minas Gerais. Antes de mais nada, ressaltamos que o termo "cultura política" comporta "uma ciranda" de definições e usos[11]. Em vista disso, recorremos à definição proposta por Keith Michael Baker como parâmetro conceitual de nosso trabalho. Conforme delineia Baker, a "cultura política" pode ser tomada como uma criação histórica, sujeita à constante elaboração e desenvolvimento, em sintonia tanto com os acontecimentos quanto com as atitudes dos indivíduos e dos grupos cujos propósitos ela define. Ademais, pode ser vista como um conjunto de discursos e práticas que caracterizam a atividade política em determinada sociedade. As culturas políticas são, ainda, as posturas que asseguram a identidade e delimitam as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando e desqualificando as suas reivindicações[12].

---

7 APM/JGP [1] $_7$ Cx. 04 doc. 20. Representação à Junta do Governo Provisório da Província de Minas Gerais enviada pelos Capitães de Ordenanças, Ouro Preto, 04 FEV.1823.
8 CHARTIER, Roger. "La culture de l'imprimé". In.: _____ (dir.). *Les usages de l'imprimé* (XVe – XIXe siècle). Paris: Fayard, 1987. p.8.
9 *Ibidem*, p. 7-8.
10 RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988. p. 240.
11 DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas: Definições, usos e genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, p. 13-28, dez. 2002.
12 BAKER, Keith Michael. "Introduction" In: _____ (org.). *The French Revolution and The Creation of Modern Political Culture*. Oxford (Grã-Bretanha): Pergamon Press, 1987. v. 1, p. XII-XIII.

Acerca das ações na e pela imprensa no período que nos ocupamos, Alex Lombello Amaral, ao tecer "uma história da Revolta de 1842 em Minas Gerais, e suas conexões com a imprensa e sua história", estimula o debate histórico sobre o periodismo ligado aos eventos de 1842 e seus desdobramentos políticos, históricos e culturais. Ao longo da tese, o autor estabelece o diálogo com a imprensa publicada entre 1827 e 1842, indagando sobre como ela "participava" dos embates políticos em torno do movimento liberal de 1842. Concordando com Amaral, consideramos que a imprensa não um repositório de fatos, mas um partícipe e um "instrumento de luta" no calor dos acontecimentos, tornando-se "a própria Revolução". Além disso, o autor chama a atenção para a construção da memória em torno do movimento de 1842, na qual a imprensa exerceu papel importante. Nesse processo de monumentalização do movimento, a imprensa posterior à 1842 ganhava outros sentidos, indicando o arrefecimento das paixões políticas ao dedicar-se a assuntos diversos[13].

No tempo do primeiro imperador e durante as Regências, uma atmosfera de debates foi constituída na Província. Para recompor aquele ambiente, investigaremos o cotidiano das oficinas tipográficas e, evidentemente, os produtos de seus prelos. Contudo, o estudo dos impressos remete-nos, necessariamente, ao universo da história dos livros e da leitura. Desse modo, apresentaremos as diferentes práticas do ato de ler, influenciadas por formas de divulgação marcadas pela oralidade. De forma simultânea à análise das práticas de leitura, abordaremos a constituição de uma "esfera pública de poder" em Minas Gerais. Personagens diversas reuniram-se e constituíram um ambiente aberto à discussão, facultando a leitura e crítica dos impressos em locais como bibliotecas, sociedades políticas, casas e tabernas. Com efeito, a praça pública também participou desse processo, tornando-se um dos locais capazes de operar certa inclusão de parcelas iletradas da população na vida política. Assim, examinaremos esses locais de leitura, atentando para a formação de um espaço propício para a ação política.

Para além de mera "curiosidade" bibliográfica, o percurso pelo cotidiano de uma oficina tipográfica possibilita o esclarecimento do processo de transmissão dos textos[14]. Os percalços da produção do impresso e os traços específicos dessa atividade indicam-nos algumas das maneiras pelas quais as idéias foram difundidas e penetraram na sociedade mineira das primeiras décadas do Império do Brasil. Acreditamos, tal como Chartier, que a restituição do "contexto imediato da produção [dessas] peças destinadas a fazer crer ou agir" contribui para "restabelecer o papel tido pela imprensa nos conflitos, essenciais ou minúsculos, que colocaram em jogo a sorte do Estado"(tradução nossa)[15].

Nelson Werneck Sodré afirma que o periódico era elemento de difusão de idéias, cujo objetivo era influenciar o jogo político. Em vista disso, a imprensa não era fim – não

13 AMARAL, Alex Lobello. *Entre armas e impressos: a Revolta de 1842 em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, 2019 (Tese, Doutorado em História).
14 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*: Mídia, cultura e revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 124.
15 CHARTIER, Roger. *op. cit.*, p.12.

tinha sentido comercial – mas “apenas meio de ação política”[16]. Conclui o autor que a grande virtude do pasquim foi viver “tão perto os acontecimentos políticos”[17]. Em sua análise, Sodré acredita que a proximidade dos periódicos aos “acontecimentos políticos” foi devido seu caráter mediador – “apenas meio” – entre o jornalista, ou grupo que representa, e o espaço público. Entretanto, para nós, diferentemente de Sodré, os impressos eram o *próprio* espaço da ação política. Daí sua aproximação ao embate público. Nesse sentido, concordamos com Isabel Lustosa, ao considerar que a imprensa foi, fundamentalmente, campo de ação dos ideais políticos e laboratório onde tiveram lugar formas embrionárias e imprescindíveis de competição política. O periódico tornou-se arma que influenciou e, consequentemente, produziu os acontecimentos que levaram à formulação dos contornos políticos do Brasil Império. Lustosa acredita que isso foi possível devido à liberdade de imprensa, que incluía determinado anonimato e relativa “democratização do prelo”[18]. Esta, para Elizabeth Aparecida Duque Seabra, ocasionou-se por meio da linguagem oralizada dos impressos, que permitia ao escritor atingir parcela da população, vista como “iletrada”, que partilhava um conjunto de práticas de leitura de caráter oral e coletivo[19].

De acordo com Roland Barthes e François Flahault, a prática da “leitura foi uma atividade forte, na qual o corpo estava, por estatuto, empenhado”[20]. Dessa forma, a leitura do impresso era carregada de energia e as apropriações, por parte dos leitores e ouvintes, poderiam ser infinitas. Conforme Roger Chartier, “a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros”[21]. Devemos lembrar que a leitura não é a mesma de sempre. Afinal foi uma prática da leitura diferenciada que promoveu a interação entre os debatedores – autores e leitores – e permitiu, assim, a construção de um espaço verdadeiramente comum, levando-nos à questão da formação de comunidades de leitores. Havia um diálogo entre o autor e os leitores possibilitando a construção/desconstrução das idéias propagadas pelos jornais. A análise das sociedades políticas e literárias auxilia-nos na recomposição desses espaços de discussão e, outrossim, oferece subsídios para o estudo da circulação de jornais na Província, uma vez que apresenta os lugares de remessa de periódicos e respectivos responsáveis, membros ou não dessas associações.

A atuação da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* e de suas congêneres espalhadas pelo Brasil foi analisada por vários estudiosos[22].

16 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 165.
17 *Ibidem*, p. 160.
18 LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*; a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 434.
19 SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala*; idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825). Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História). p. 38-43.
20 BARTHES, Roland & FLAHAULT, François. Leitura. In: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. vol. 11, p. 185.
21 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.* Trad.: Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. p. 16.
22 Sobre as sociedades políticas, ver: AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniaes até o Começo do Actual Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de

Tradicionalmente, a influência da *Defensora* do Rio de Janeiro na política regencial foi ressaltada através da pressão que exercia sobre Ministérios e Câmara[23], apontando para sua representação como "um Estado dentro do Estado". Surgiram outras sociedades com a mesma denominação em localidades diversas. Porém, essas são, na maioria das vezes, tratadas como meras "filiais", limitando-se a pressionar as câmaras municipais no mesmo sentido imposto pela *Defensora* da Cidade Imperial, ou seja, são visualizadas como ramificações do poder exercido pelos grupos hegemônicos na Corte. Havia outras associações, como a *Sociedade Federal* e a *Sociedade Militar*, geralmente lembradas como clubes de facções antagônicas. Entretanto, essas sociedades se proliferaram pela Província de Minas Gerais. Consideramos que seu papel na vida política não se resumiu à transmissão das decisões tomadas na Corte, mas que foram fundamentais no processo de constituição de um espaço público. As sociedades políticas, literárias e filantrópicas que se desenvolveram em Minas Gerais representam locais de sociabilidade instituídos para práticas como a difusão das luzes, a filantropia e, sobretudo, a organização política dos sujeitos. Em suas salas, indivíduos reuniam-se e debatiam os rumos políticos tomados pelo Império do Brasil. Ademais, essas associações também abrigavam bibliotecas, como a que deu origem à de Ouro Preto, em 1831. Facultavam, em seu recinto, "a leitura de obras escolhidas" e de jornais mineiros e de outras províncias. Além disso, promoviam a impressão de periódicos como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, de Ouro Preto, e *O Vigilante*, folha da Sociedade Pacificadora, de Sabará. Cabe-nos, portanto, abordar o cotidiano dessas organizações, relacionando-as ao processo de formação de uma esfera pública na Província de Minas Gerais.

A prática da leitura não era circunscrita ao "lar doméstico" ou aos estabelecimentos comerciais. Na praça pública foi processada a verdadeira fragilização hierárquica que parecia levar o Império, aos olhos de uma elite conservadora, a um "pélago profundo de desordens". Elizabeth Seabra chama a atenção para a praça pública como "um dos locais capazes de transformar parcelas significativas de 'iletrados' em sujeitos da fala"[24]. O poder suasório do impresso adquiria força avassaladora em sua leitura nos espaços públicos. Entretanto, ao levantarmos a questão dos locais de leitura – a praça pública, as tabernas e as sociedades políticas –, atentamos, outrossim, para as formas de sociabilidade, formais e informais, e sua intervenção na política provincial, como apontado por Marco Morel[25]. Perceber a dinâmica desses espaços e sua implicação nos debates, por meio da prática da leitura, contribui para a compreensão do jogo político processado na Minas Gerais das Regências.

Janeiro, 1885, Tomo 48, Parte 1, p.265-322; CASTRO, Paulo Pereira de. "A Experiência Republicana, 1831-1840". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira.* Tomo II (O Brasil Monárquico), Volume 4 (Dispersão e Unidade). 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 19-84; SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 10 vols.; WERNET, Augustin. *Sociedades Políticas* (1831-1832). São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978.

23 CASTRO, Paulo Pereira de. *op. cit.*, p. 24.

24 SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *op. cit.*, p. 41.

25 MOREL, Marco. "Formas de sociabilidade". In.: _____. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005. p. 220-296.

Francisco Iglésias lembra-nos que as Regências viveram dois momentos distintos: o primeiro sob a égide do liberalismo; o outro sob a força do Regresso[26]. A primeira fase foi a euforia liberal, refletida no Código do Processo Criminal de 1832 e no Ato Adicional de 1834. No entanto, a partir de 1837, com a renúncia do liberal Diogo Feijó, repassando o cargo de Regente ao conservador Araújo Lima, o Brasil sofreu a influência do Regresso. Liberais intransigentes, ao projetarem-se para o regresso da antiga ordem centralista, promoveram mudanças nas estruturas do Código do Processo Criminal e do Ato Adicional, respectivamente, em 1838 e 1840. Todo o conteúdo descentralizador foi revogado reforçando o caráter centralista da Constituição, base da relativa paz no governo de D. Pedro II. No ano de 1842, eclodiu a Revolução Liberal em Minas Gerais; "foi ela o último eco de inquietação: apaziguados os ânimos, a Província cairia na tranqüilidade e na rotina, sem outras exaltações, que não as lutas partidárias pelo poder"[27]. A Revolução Liberal de 1842 foi o último suspiro dos liberais frente à revogação de suas conquistas. Suas pretensões tornaram-se pó, instaurou-se um período "de sonhos frustrados e intenções transformadas em vitoriosas"[28]. Portanto, encerraremos nossa trajetória em 1842, ano em que se consolidava a "Ordem" na Província de Minas Gerais, como propugnado por um periódico sanjoanense: *A Ordem*[29].

A partir de então, os elementos que forjaram a memória conservadora trataram de "convergir todos os seus esforços" [30] para impor ao futuro uma imagem de si, firmando o primado da ordem conservadora sobre a anarquia liberal. Nesse sentido, a historiografia Saquarema imputou às Regências o epíteto de período anárquico e conturbado. Para essa tradição historiográfica, o período regencial foi verdadeira "Idade das Trevas":

> O comércio definhava a olhos vistos, e não menos a indústria e a agricultura. Desaparecia o dinheiro, minguavam as transações mercantes, decrescia a riqueza pública, diminuía progressivamente a renda das alfândegas e das estações encarregadas de perceber os impostos (...) Toda a sociedade se estorcia em soffrimentos e apprehensões, graves do futuro, resultado da falta de socego, das convulsões e terrores da situação[31].

Essa historiografia era herdeira de uma classe que se forjou a "si própria como dirigente". Nesse processo, a produção intelectual sob a égide desse grupo tratou de afirmar como "natural" uma dominação: consolidava-se a hegemonia Saquarema. A visão de mundo dos Conservadores afirmou-se por meio do exercício de uma direção intelectual e moral sobre a sociedade. Assim, na construção do saber histórico, os acontecimentos que contrariassem esse domínio eram "tomados como 'anormais' ou 'atípicos', caracterizadores

26 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.149-154.
27 *Idem*. "Minas Gerais", In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. T. II, v. 4, p. 463.
28 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit,* p. 2.
29 ORDEM (A). São João del Rei, 28 SET. 1842.
30 *Idem*.
31 SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brazil durante a menoridade de D. Pedro II° 1831-1840*. 2. ed. Rio de Janeiro: B.L.Garnier, [1888]. p. 25.

de uma ‘desordem’ ou de uma ‘crise’”[32]. O período Regencial foi estigmatizado como um momento de revolta e anarquia. Conforme esclarece Ilmar Rohloff de Mattos, esse procedimento foi resultado de “um compromisso com o Tempo Saquarema”, que interditava “a possibilidade de compreender o campo de forças no qual se constituíram aquelas qualificações e esquecimentos como um mecanismo de dominação”[33].

Esse compromisso foi levado a efeito pelos responsáveis pela memória Saquarema. Autores como Justiniano José da Rocha[34], Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguay[35]) e João Manuel Pereira da Silva[36] reafirmaram as Regências como momento de “dissolução do poder”, “disseminação de princípios subversivos” e “inflamação das paixões tumultuárias”[37]. Enfim, um “estado de completa desorganisação e anarchia social, à qual [os liberais] davão o nome de liberdade”[38]. Em contrapartida, esses mesmos escritores consolidaram a “reação conservadora” como momento em que “o Império tendia a reerguer-se da prostração em que cahira desde 7 de Abril” em meio às “esperanças [que] creára a inauguração de uma política forte e energica”[39]. Além disso, o Regresso foi apresentado como “o periodo do <u>renascimento</u> das sciencias, das letras e das artes, no paiz”[40] (grifo meu), isto é, a retomada da “civilização”.

Ensina-nos o Marquês de Maricá que “no teatro deste mundo todos os atores e bailes são <u>mascarados</u>” (grifo meu)[41]. Com efeito, os Saquaremas, como agentes históricos, construíram suas “máscaras” discursivas, impondo sua “verdade” aos opositores liberais. O processo de consolidação da hegemonia conservadora levou à emergência de uma visão de mundo “verdadeira” porque vencedora. Nesse movimento, os Saquaremas enterraram os discursos concorrentes num ritual que ativou a memória por meio de uma historiografia que assegurou a interpretação de mundo do dominador, isto é, a vitória da “ordem” conservadora sobre a “anarquia” liberal. Traço do ritual que impôs uma “memória conservadora” encontra-se nas estantes da Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand.

32 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.*, p. 272.
33 *Ibidem*, p. 273.
34 ROCHA, Justiniano José da. o*p. cit.*
35 URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. 2 tomos.
36 SILVA, João Manuel Pereira da. *op. cit.*
37 ROCHA, Justiniano José da. *op. cit.*, p.189.
38 URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. o*p. cit.*, p. 210.
39 SILVA, João Manuel Pereira da. *op. cit.* p. 253-254.
40 VALLADÃO, Alfredo. *Da Acclamação à Maioridade (1822-1840).* 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p.110.
41 MARICÁ, Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de. *op. cit.*, p. 94.

MÁSCARAS: ARQUIVO E PODER

Neste momento, apresentaremos o processo no qual um grupo sobrepôs-se a outro. Esse sobrepujar não ocorreu de forma branda. Houve, de fato, disputa intensa, agressiva e invasora. As marcas desse embate permanecem indeléveis em estantes empoeiradas e livros encardidos. Por meio do acervo de jornais mineiros publicados durante as Regências, que estão sob a guarda da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa, em Belo Horizonte (MG), mostraremos o complexo jogo entre liberais e conservadores que, no final, constituiu as representações do Estado e da nação do Brasil.

A imprensa periódica tem sido fonte para variados trabalhos. Entretanto, a maior parte dos pesquisadores nunca se indaga sobre a formação das coleções a que tiveram acesso. Consideramos que o conhecimento da proveniência de determinado fundo ou coleção pode auxiliar-nos no estudo das culturas políticas de uma época. Devemos ressaltar que, ao estudarmos a proveniência, não pretendemos encontrar a origem primeira do acervo em questão, mas o processo pelo qual ele foi forjado. Conforme Michel Foucault, trilhar o caminho da proveniência é "demarcar acidentes, os mais ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós"[42]. De fato, por intermédio da proveniência, pode-se perceber as falhas, as marcas do tempo que a sociedade tratou de imprimir nos indivíduos. A proveniência não busca uma herança que se acumula e se solidifica, mas, antes de tudo, ela procura as falhas, as camadas heterogêneas que tornam os corpos específicos, únicos em toda a diversidade. Portanto, a proveniência é a marca, um princípio em que se pode definir a formação de um corpo, em nosso caso, o acervo da Hemeroteca Histórica referente aos jornais publicados durante as Regências.

Lembramos que o intuito de nossa dissertação é iniciar o reconhecimento das culturas políticas das Regências. Nesse sentido, cremos que, ao apresentarmos nossas fontes, poderemos começar a trilhar os caminhos que nos levam ao nosso propósito. Não pretendemos, nesta **Introdução**, apenas mostrar as fontes que temos trabalhado, sua tipologia e, muito menos, compor uma listagem de instituições e documentos utilizados no presente estudo. Relacionaremos nossas fontes ao seu contexto de produção e ao subseqüente jogo político de que participaram. Ao propormos analisar as marcas que definiram parte do acervo da Hemeroteca Histórica, trataremos, sobretudo, da construção de culturas políticas, visualizando um conjunto de normas, atitudes, símbolos e valores que nos possibilitam distinguir interesses dos grupos sociais e a natureza de seus objetivos[43]. Nesse sentido, as culturas políticas do período regencial podem ser percebidas e identificadas por meio dos rastros deixados pelas personagens da administração pública da então Província de Minas Gerais, como veremos adiante.

42 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder. op. cit.*, p. 21.
43 BAKER, Keith Michael."Introduction". In: *op. cit.*, p. XII-XIII.

Entretanto, tratemos um pouco da trajetória recente daquele conjunto documental. Sabe-se que esse acervo é oriundo do Arquivo Público Mineiro[44]. Este órgão, desde sua fundação, empenhou-se em recolher testemunhos históricos, sobretudo registros escritos, referentes ao passado mineiro. Nele, a partir daí, "seria tecida a legitimação do papel de Minas Gerais dentro da Federação, através da valorização do seu passado e do caráter combativo do mineiro"[45]. Para tanto, apelava seu primeiro diretor em sua célebre revista:

> A formação, pois, da Biblioteca Mineira, já iniciada, no Arquivo Público do Estado, depende do franco e generoso concurso dos escritores nossos contemporâneos e de todas as pessoas que possuam publicações de qualquer gênero de autor mineiro, especialmente com relação a livros, opúsculos, mapas, <u>coleções de periódicos</u>, etc. (...) Agradecemos, portanto, como valioso serviço ao Estado. Exaramos aqui o instante pedido, que renovaremos por outros meios[46].(grifo nosso).

Nesse sentido, diversos correspondentes do Arquivo Público Mineiro[47] contribuíram para a formação de seu enorme acervo. Várias pessoas, nas cidades, vilas e arraiais de Minas, atenderam ao apelo de Xavier da Veiga[48], tomando parte na formação do papel do APM como responsável "pelo destino dos vestígios do passado e pelo desenvolvimento do sentido de uma tradição mineira e de um patrimônio coletivo"[49]. Um dos correspondentes mais entusiasmados foi o Alferes Luís Antônio Pinto, residente na cidade do Serro (MG). Em correspondência a Xavier da Veiga, afirmava o Alferes estar "desempoeirando, colleccionando, emmassando e remettendo tudo quanto [julgava] poder ser bem acolhido por V. Excia." [Xavier da Veiga]; pois queria ver-se "livre de tantas gazetas antigas para começar a remessa de autógraphos antiquissimos, livros e memórias"[50].

Como resultado da investigação laboriosa de seus correspondentes, notamos relevante número de impressos doados ao APM. Contudo, vale mencionar que as doações relacionadas aos jornais do período Regencial se referem a alguns poucos exemplares de determinados periódicos. Jornais como o *Astro de Minas*, *O Unitário* e o *Telégrapho* são representados, principalmente, por exemplares avulsos, por vezes únicos. Em contrapartida, verificamos a presença de uma coleção completa de jornais desse interstício, correspondente aos jornais *O Universal* e *Correio de Minas*, principais folhas da Província naquele tempo. A existência dessa coleção não aconteceu sem motivo. Adiante mostraremos que a constância dessas folhas está relacionada à prática específica

44 Em 1997 o acervo de jornais do Arquivo Público Mineiro foi enviado à Biblioteca Pública de Minas Gerais, e desta para o prédio onde funciona atualmente a HPAC, na avenida Assis Chateaubriand em Belo Horizonte.

45 CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001

46 VEIGA, José Pedro Xavier da. Palavras preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano I, fasc. I, p. III e IV, jan./mar. 1896.

47 O Arquivo Público Mineiro de agora em diante será representado pela sigla APM.

48 Sobre as doações de jornais para o acervo do APM, ver o fundo APM principalmente as caixas relacionadas à gestão do primeiro diretor, José Pedro Xavier da Veiga (JXV).

49 JULIÃO, Letícia. "Colecionismo Mineiro" In: *Colecionismo Mineiro*. Catálogo de exposição do Museu Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 2002. p. 23.

50 APM-JXV cx. 02 Correspondência de Luís Antônio Pinto ao diretor do APM, Xavier da Veiga, 29 SET. 1896.

e fundamental da administração pública: a divulgação dos atos do governo. Contudo, para explicarmos o processo de formação dessas coleções, devemos retroceder ao período anterior: o Brasil colônia.

Era expressamente proibida a formação de tipografias na América Portuguesa[51]. Entretanto, a máquina administrativa aí implantada funcionava plenamente, produzindo decretos, editais, ofícios, cartas, etc. A transmissão desses atos era levada a efeito pelos conhecidos bandos, pregões e editais, notadamente marcados pela oralidade com que os pregoeiros, com "voz fúnebre"[52], difundiam as determinações governamentais. Esse quadro começou a alterar-se com a Transmigração da Corte portuguesa para o Brasil. O Príncipe Regente D. João, no Decreto de 13 de maio de 1808, autorizou a instalação da Impressão Régia. Com ela, tem-se início nova fase da transmissão dos atos do governo, exemplificado na figura da *Gazeta do Rio de Janeiro* que, conforme Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, "constituiu-se numa espécie de jornal oficial, pois limitava-se a repetir os atos do poder"[53].

Seguindo essa tônica, os principais jornais do Império foram os responsáveis pela divulgação dos atos do governo à semelhança dos bandos e editais apregoados pelas ruas das vilas coloniais. Mais que isso. Marco Morel, por intermédio das correspondências de diplomatas franceses, percebe "um transbordamento do público leitor" na Corte das décadas de 1820 e 1830. Práticas como a escrita de manuscritos "incendiários" e sua leitura coletiva indicam-nos a ampliação do debate político. Além disso, aponta-nos para a usurpação do "monopólio da informação da Coroa"[54] que tornava públicas suas deliberações por meio dos referidos bandos, editais e pregões. De fato, o leitor anônimo, ao ler coletivamente em voz alta, assumiu o papel do pregoeiro, levando aos mais recônditos lugarejos as discussões das assembléias e, principalmente, o ideário político que geralmente acompanhava as folhas daquele momento.

Nesse sentido, percebemos uma relação entre os jornais do período Regencial e a Presidência da Província. A seu tempo, *O Universal* (1825-1842) e *O Correio de Minas* (1838-1844)[55] inseriram em suas folhas editais, decretos, leis da Presidência da Província e discussões das Assembléias Provincial e Geral. A partir daí, consideramos a possibilidade da procedência dessa coleção ser a mesma da documentação arquivada pelo poder público da Província de Minas Gerais.

---

51 D. João V, em ordem Régia de 6 de julho de 1747 proibiu a existência de oficinas tipográficas no Brasil. *Cf.* VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano III, 1898, p. 171.
52 SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976. p. 109.
53 NEVES, Lúcia M. Bastos P. PERIÓDICOS. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.
54 MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi*: Revista de História da UFRJ. Rio de Janeiro, 2002, p. 39-58.
55 Ressaltamos que foram perdidos, ao longo dos anos, alguns volumes desses periódicos. Da coleção de *O Universal* ha ausência do volume correspondente ao primeiro semestre de 1826. Da coleção do *Correio de Minas* faltam os volumes referentes aos anos de 1838 e 1839. Provavelmente, estas falhas foram ocasionadas pelos descuidos e constantes mudanças pelas quais passou a Biblioteca Pública de Ouro Preto, no século XIX.

Sabe-se que *O Universal* originou-se do estabelecimento tipográfico fundado por Manuel José Barbosa, auxiliado pelo mitológico Padre Viegas de Menezes. Conforme seu criador, essa tipografia mereceu "o epíteto de Patrícia pelo emprego de letra e máquinas construídas na mesma Imperial Cidade"[56] de Ouro Preto. Essa tipografia, ainda de acordo com seu proprietário, ocupava-se da "impressão de papéis oficiais". Dela saíram os primeiros periódicos mineiros – *Compilador Mineiro* e *Abelha do Itaculumy* – e, posteriormente, em 1825, iniciou a impressão do *Universal*.

De acordo com a Lei n.º 1 de 9 de maio de 1835[57], a impressão de leis, decretos, resoluções e instruções provinciais é privilégio da Fazenda Provincial, sendo permitida a impressão em folhas públicas se, em conformidade com a citada lei, forem impressas por ordem do governo. Essa lei apenas ratificava uma prática que já era corrente, como retratada no caso da tipografia de Manuel José Barbosa. Dessa forma, a impressão de decisões do governo deveria seguir um procedimento legal. Realizava-se uma espécie de licitação pela Presidência da Província. Eram avaliados o preço da impressão, a qualidade e outros benefícios que a tipografia contratada pudesse oferecer. Logicamente, a escolha de determinada tipografia também perpassava os interesses políticos do contratante, no caso a Presidência da Província.

A *Tipografia Patrícia do Universal*, responsável pela impressão do *Universal*, venceu as primeiras licitações oferecendo à Secretaria da Presidência, como benefício firmado em contrato, um exemplar de cada número impresso[58].

À primeira vista, concluiríamos que os exemplares seriam enviados ao próprio Arquivo da Secretaria da Presidência, que era responsável pela guarda da documentação da administração. Essa repartição possuía uma seção de impressos onde poderiam ser arrolados os periódicos. Ao que parece, não eram primorosos o arranjo e o cuidado tomados pelos encarregados desse repositório documental. Na *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais* em 1837, o Presidente Antônio da Costa Pinto informou "o estado de confusão, em que, desde muito tempo se acha[va] o Arquivo da Secretaria". Para Costa Pinto, era "imperiosa a criação de um Oficial Arquivista, que seja incumbido de pôr em ordem o Arquivo". Com esta providência, esperava o Presidente da Província facilitar os trabalhos na repartição. Além disso, acreditava contribuir "também para a conservação de monumentos, que poderão subministrar ainda algumas páginas à história da Província" [59].

56 Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província *Apud*: VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano III, 1898, p. 183.

57 MINAS GERAIS. Lei n. 1 de 9 de maio de 1835. *Repertório geral das leis e Resoluções da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*. Ouro Preto, Tipografia do Bom Senso, 1855.

58 Sobre as licitações para impressão dos atos do governo ver APM/PP$^{1}_{54}$, cx. 03.

59 MINAS GERAIS, Antônio da Costa Pinto. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais.* Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837, p. II. Para o sentido da palavra "monumento" veja GOFF, Jacques Le. Documento/ Monumento. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. v 1, p. 95-106.

Entretanto, nossos periódicos não pertenceram ao "confuso" arquivo. Sua trajetória remonta à formação de um "lugar de memória" específico. Conforme Xavier da Veiga, os volumes de jornais enviados ao APM foram recolhidos da Biblioteca da antiga capital da Província. O historiógrafo afirma que a coleção de *O Universal* "pertenceu à desordenada e devastada Biblioteca Pública de Ouro Preto", à época sediada no "Gymnasio", imputando ao desorganizado estabelecimento o desaparecimento de um volume do referido jornal correspondente ao primeiro semestre de 1826[60]. Relatemos, agora, a formação inicial desta Biblioteca.

Temos conhecimento de que a Biblioteca Pública da Imperial Cidade de Ouro Preto foi inaugurada às 6 horas da tarde de 25 de março de 1831, na casa número 11 da rua do Ouvidor[61]. A data não foi escolhida a esmo. Naquele mesmo dia, celebrava-se o sétimo aniversário da *Constituição Política do Império do Brasil*. Na capital da Província, cortejos, salvas de artilharia e iluminação das casas ao anoitecer[62] marcaram a data. Com efeito, os liberais não poderiam ter escolhido melhor ocasião para a abertura de seu estabelecimento. Aproveitando-se dos festejos constitucionais, os liberais trataram de afirmar o primado da Lei sobre a tirania, bem como apresentar o "progresso das Luzes" liberais invadindo as trevas do obscurantismo conservador.

Contudo, para levarem a cabo a formação da Biblioteca, os liberais da capital mineira concorreram com muitos donativos. Inicialmente, arrecadaram a verba "para a celebração das exéquias fúnebres pela Alma do Dr. Badaró"[63]. Entretanto, o bispo de Mariana embargou a realização da cerimônia. Então, "resolverão-se a aplicar o dinheiro para elles destinado a um fim muito mais útil à humanidade, sufragando desta sorte a alma daquele Mártyr da liberdade, e levantando assim um padrão eterno à sua memória"[64].

Dessa forma, a Biblioteca nasceu como "Monumento", contribuindo para "bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial" (tradução nossa)[65]. Mais do que um recinto para a consulta de livros, a Biblioteca Pública de Ouro Preto foi um "lugar de memória" destinado à legitimação do

---

60 VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, p. 189.

61 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 MAR. 1831.

62 Conforme Ferreira de RESENDE, a iluminação das casas denominava-se "alvorada": "Quando se tratava de manifestar o regosijo geral por qualquer ato político, ou público, apenas a noite começava a escurecer, toda a vila tratava logo de iluminar-se; e esta iluminação se fazia pela forma seguinte:

Nas casas mais ricas ou de maior luxo, suspendia-se em cada um dos portais de todas as portas e janelas uma lanterna de folha de flandres com vidros e, dentro, uma vela.

Em outras casas essa lanterna era substituída por uma espécie de palmatória ou de uma rodela de tábua, que além de ter no seu centro um lugar apropriado para se pôr a vela, era rodeada por uma meia folha de papel branco, em cuja frente se achavam pintadas as armas imperiais ou simplesmente os ramos de fumo e de café; e, dentro deles, dísticos alusivos ou patrióticos". (RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. p. 68).

63 Giovanni Baptista Líbero Badaró (1798-1830) foi jornalista de origem italiana de atuação relevante no Primeiro Reinado. Foi assassinado em 20 de novembro de 1830. Sua morte aumentou a insegurança com relação à política considerada absolutista de D. Pedro I, complicando o clima político da época. (Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 118.).

64 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 25 MAR. 1831.

65 NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Memoire: La Republique*. Paris: Gallimard, 1986. t. 1, v. 1, p. 38.

grupo responsável por sua instalação – os Liberais – e seu correspondente ideário político. Representava não somente a figura de Líbero Badaró, mas todo um projeto. Dentre suas finalidades estavam: afirmar "a norma da conduta"; promover a "obediência às Leis"; e lutar pela "resistência à tirannia, e aos mandatos arbitrários"[66]. Portanto, a Biblioteca Pública era constituída como um ambiente para a construção de uma visão de mundo. Por um lado, era ela uma representação cultural, isto é, uma imagem do ideário liberal expresso no próprio local como "monumento"; por outro, era um espaço para a efetivação das práticas que objetivavam "legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas"[67]. Enfim, a Biblioteca foi instrumento de difusão, debate e afirmação dos ideais liberais.

A prática da leitura foi fundamental nesse processo. Naquela casa da antiga rua do Ouvidor, podia-se "ler, até certas horas, além dos livros que nella existem, os Periódicos desta Província, com mui poucas excepções, a maior parte dos do Rio de Janeiro, e alguns das Outras Províncias"[68].

A "Sociedade Promotora da Instrução Pública", instituída para a manutenção da Biblioteca, responsabilizava-se pela aquisição dos periódicos. Estes eram lidos, para além do próprio local em que eram conservados, em "uma das Sallas do Palácio do Governo"[69]. Percebe-se, de início, uma tênue conexão entre a Biblioteca e o Estado. Esse vínculo, porém, aprofundou-se. A Biblioteca, que foi criada como um instrumento para a memória Liberal, foi transferida para a tutela da administração da Província de Minas Gerais. Seu conteúdo – físico e simbólico – foi confiscado. Nesse sentido, processou-se a mudança: de monumento de um grupo político, suas prateleiras passaram a "padrão eterno" da memória do próprio governo.

Em 15 de dezembro de 1836 foi promulgado o Regulamento n.º 9, que instruía o funcionamento das bibliotecas públicas da Província (Ouro Preto e São João del-Rei) e instituía o salário dos respectivos funcionários[70]. Esta determinação tornava oficial a ação do governo provincial nas atividades das bibliotecas. Por meio desse Regulamento, o Presidente da Província passava a nomear os empregados (bibliotecários e contínuos), a destinar verbas anuais para a manutenção e conservação dos estabelecimentos, bem como determinar, se necessária, a transferência de volumes de uma biblioteca para a outra. A Biblioteca Pública da capital tornava-se uma repartição pública, sujeita às inconstâncias governamentais, responsabilizando-se pela própria memória impressa da administração provincial. Aquelas folhas que divulgavam as decisões do governo teriam, a partir de então, um lugar devidamente destinado à sua preservação. Seguindo esse procedimento,

---

66 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 11 ABR. 1831.

67 CHARTIER, Roger. "Introdução" In.: *A história cultural*: entre práticas e representações. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

68 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 MAR. 1831

69 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 ABR. 1831.

70 MINAS GERAIS. Regulamento. n. 9, Lei n. 49, de 15 de dezembro de 1836. *Leis Mineiras*. Ouro Preto: Tipografia do Universal, 1836.

podemos concluir que os principais jornais produzidos entre 1831 e 1844, existentes atualmente na Hemeroteca, fizeram parte da documentação da administração da Província sob os cuidados da Biblioteca Pública de Ouro Preto.

Notamos que os jornais foram agrupados de acordo com uma utilidade específica, ou seja, documentar a ação da máquina estatal. Assim, remetendo-nos ao campo da memória, os jornais atuaram na preservação, para as gerações futuras, de uma determinada imagem do próprio Estado.

A escolha de tais folhas pela Presidência da Província recaiu, sobretudo, na tendência política do jornal. De 1831 a 1837, considerado o momento de predomínio liberal, o governo escolheu para "porta-voz" *O Universal*. Folha de tendência moderada que esteve sob os aconselhamentos de Bernardo Pereira de Vasconcelos até 1835, ano de sua transferência para José Pedro Dias de Carvalho, seu último proprietário. Podemos perceber, através dessa negociação, a imagem que o próprio periódico representava. Quando Vasconcelos deixou a edição de *O Universal*, simultaneamente, preparava o movimento regressista. *O Universal* já contava com tal capital simbólico que seu nome, por si, já era relacionado aos liberais. De fato, era mais fácil desligar-se de um periódico e mudar de partido, do que alterar o conteúdo simbólico associado ao impresso. Seu nome representava todo um programa.

Após 1836, com o advento do Regresso, *O Correio de Minas*, partidário dessa tendência, foi escolhido para dividir com *O Universal* a tarefa de tornarem públicos os atos do governo. Como órgão da "Sociedade Defensora do Trono e da Constituição", criada em dezembro de 1837, *O Correio de Minas* combateu ferozmente os liberais. Conforme o editorial do primeiro número de *O Correio de Minas*, havia em Ouro Preto

> um periódico intitulado o Universal que se encarregara de publicar os Officios da administração provincial; mas tendo-se passado ultimamente para as fileiras da nova opposição ao regimen de 19 de Setembro [renúncia de Diogo Feijó], não tivemos outra folha official que nos pusesse ao corrente dos actos administrativos, e os defendesse das censuras da opposição [...] Nestas conjecturas [o Correio de Minas] manifestou a S. Excia o Sr. Presidente toda sua adesão e respeito, asseverando-lhe que podia dispôr da Imprensa e do Periódico como lhe aprouvesse[71].

O editor de *O Correio de Minas* confirma a prática a que estavam relacionados os principais periódicos daquela época: "publicar os Officios da administração provincial". Mais ainda, ele afirma a importância da tendência política do impresso, pois, "tendo-se passado para as fileiras da opposição" *O Universal* deixou de colocar "corrente os actos administrativos". A folha oficial não era repositório somente dos atos do governo, representava sua defesa contra as "censuras da opposição". Portanto, era o braço armado da Presidência da Província nas lutas discursivas daqueles tempos. Após a Revolução de 1842 e o fim de *O Universal*[72], *O Correio de Minas* assumiu o posto de principal folha da Província. Foi extinto em 1844, quando cumpriu sua missão.

71 CORREIO de Minas. Ouro Preto, 05 JAN. 1838.

72 O diretor da "Tipografia Patrícia do *Universal*", em prol do ideal liberal, mandou fundir os tipos da referida oficina, afim de produzir munição para as forças revolucionárias de 1842. (Cf. VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes *op. cit.,* p. 190).

Sintoma da mudança política processada com o Regresso são os gastos referentes à impressão do *Livro da Lei Mineira,* referentes aos anos de 1837 e 1838, realizados pela administração provincial[73]. Pela impressão das folhas do 3º tomo do *Livro da Lei Mineira* de 1837, a *Typografia do Universal* recebeu a importância de 208$000 em 15 de fevereiro de 1838[74]. Em agosto do mesmo ano, pela impressão do 4º tomo das Leis de 1838, a *Typografia do Correio de Minas* obteve a quantia de 136$500[75]. A escolha de outra tipografia para os serviços de impressão da legislação mineira é representativa do jogo político. A hegemonia liberal moderada estava em seu fim. Em seu lugar emergiu o grupo regressista e seu porta-voz local – *O Correio de Minas*.

O embate não se deteve aí. No mesmo sentido foi a impressão da *Falla Dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de Minas Gerais*[76]. Em 1837, a *Typografia do Universal* era a responsável pela impressão da dita *Falla*. Da mesma forma como ocorrera com os livros da *Lei Mineira*, a *Falla Dirigida à Assembléia* passou a ser impressa, nos anos seguintes, pela *Typografia do Correio de Minas*. Exemplo disso são os volumes da *Falla* de 1840, dos quais a Presidência da Província pagou, pelos 1000 exemplares impressos pela *Typografia do Correio de Minas*, a importância de 126$000[77].

Considerado como resultado de uma montagem, representante, sobretudo, do anseio da sociedade mineira do princípio do Oitocentos em forjar determinada imagem de si[78], o acervo da HPAC apresenta em suas prateleiras espaços não preenchidos. Estes espaços vazios representam os diversos jornais que circularam na Província e que, por um motivo ou outro, foram condenados ao esquecimento. Estas ausências são resultado de um jogo de submissão de discursos, que calou vozes e extinguiu concorrentes. São folhas que tiveram seus conteúdos soterrados no final das lutas. São os vencidos da história.

De 1831 a 1837 praticamente não encontramos folhas de caráter conservador, são as "mui poucas exceções" da Biblioteca Pública de Ouro Preto. Tal ausência pode ser explicada pelo fato de ser um momento de elevação das idéias liberais. O aspecto conservador dessas folhas representou, para os homens que viveram a ascensão do liberalismo, o perigo de idéias retrógradas que colocariam em risco suas realizações e desejos. Os periódicos conservadores propalavam discursos de cunho absolutista, partidários, num primeiro momento, da volta de D. Pedro I ao trono do Brasil e de propostas centralizadoras, chocando-se aos valores propostos pelo Ato Adicional de 1834[79]. Após a Sedição Militar de

73 MINAS GERAIS. Lei n. 1, de 9 de maio de 1835. *op. cit*.
74 APM/AL $^{3}_{2}$ Cx. 02 doc. 05. Receita e despesa. Ouro Preto, 15 FEV. 1838.
75 APM/PP $^{3}_{4}$ Cx. 01 doc. 38. Receita e despesa. Ouro Preto, 17 AGO. 1838.
76 A *Falla* era o ato governamental em que o Presidente da Província, por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa Provincial, informava aos respectivos deputados o estado em que se encontrava a administração e, também, instruía o legislativo das providências que mais precisaria a província em sua gestão.
77 APM/PP $^{3}_{4}$ cx. 01 doc. 41. Recibos. Ouro Preto, 03 MAR. 1840.
78 LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985. p. 95-106.
79 O Ato Adicional foi o responsável pela criação das Assembléias Legislativas Provinciais em substituição aos Conselhos Gerais; substituiu a Regência trina pela Regência una. Representou, ao final, uma descentralização administrativa relevante: "se o código do processo (1832) é a vitória do município a nova lei (Ato Adicional) é a das províncias"(Cf.

1833 em Ouro Preto, as folhas conservadoras e todas aquelas consideradas incendiárias foram suprimidas[80]e seus jornalistas perseguidos, como João Martins Duque Estrada, que foi "condenado pelo jury desta Cidade [de Ouro Preto] por abuso de Imprensa"[81].

Notamos que a ausência também se aplica às folhas liberais exaltadas. Essas são ainda mais raras. Tem-se conhecimento delas, na maioria das vezes, pelos discursos de outros jornais, notadamente em tom depreciativo. Tais folhas têm uma razão muito forte para sucumbirem: eram contra a monarquia. Representavam ideais republicanos, próprios do continente americano[82]. Ideais estes que tocavam no ponto mais sensível e, porque não, indiscutível da política nacional: a forma de governo. Ao afirmar, na *Sentinela do Serro* n.° 43 de 25 de junho e 1831, o "direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua Constituição"[83], Teófilo Otoni pretendia tornar lícita a organização popular na defesa e reivindicação de seus direitos. Contra essa proposta democrática, os moderados travaram intensa luta:

> Se ao povo for lícito juntar-se, para resistir aos decretos do legislativo, ou dissolvê-lo, então que poder nacional se julgará seguro e a abrigo de uma Insurreição? [...] E convirá a resistência do povo para corrigir os defeitos das Eleições? Não. Este precedente uma vez estabelecido, os vínculos sociais romper-se-ão; a anarquia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens[84]

Com efeito, esse discurso mostrou sua potência. A discussão sobre o republicanismo no Brasil surgiu com os movimentos da Independência e foi sufocada logo no princípio do Império. Entretanto, a abdicação de D. Pedro I, no emblemático dia 7 de abril de 1831, reacendeu a chama republicana, que vislumbrou, nesse momento, a possibilidade da instalação de uma "democracia" brasileira, cujo anseio foi reverberado pela imprensa. Sobre essa aspiração e a ausência dos periódicos exaltados, um livro "didático" da Província nos oferece a seguinte informação: "Os exaltados revolucionarão Minas pela tribuna e pela imprensa, porém o barão do Pontal, presidente em exercício, amordaçou a imprensa republicana em nome das idéias do partido moderado"[85] (grifo nosso).

O barão do Pontal, Manuel Inácio de Melo e Sousa, governou a Província de Minas Gerais de 1831 a 1834, notadamente o período mais conturbado e de maior circulação de jornais em Minas. Pela ação repressiva do Presidente, o grupo exaltado, que combatia "pela tribuna e pela imprensa", perdeu força[86]. A *Sentinella do Serro*, considerada o

---

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil, op. cit.,* p. 140).

80 APM/CGP[1] $_1$ cx. 07 doc. 32. Posturas Municipais aprovadas pelo Conselho Geral da Província. 03 JAN. 1834.

81 APM/PP [1] $_{13}$ cx. 01 doc. 22. "Relação dos prezos da cidade de Ouro Preto". 09 DEZ. 1834.

82 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil. op. cit.*, p. 140.

83 SENTINELLA do Serro, 25 JUN. 1831. *Apud* OTONI, Teófilo Benedito. *Circulares aos eleitores de senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 71.

84 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 12 AGO. 1831.

85 CASTRO, E. Machado. *Epanaphora Histórica de Minas Geraes*. Ouro Preto: Tipografia de "Província de Minas", 1884. p. 85. Este livro é uma pequena brochura, resumo da história de Minas desde as descobertas do ouro até meados do século XIX, utilizada nas escolas primárias da Província, aprovada pelo Conselho Diretor de Instrução Pública e adotada pela Congregação de Lentes da Escola Normal de Ouro Preto.

86 A perda de força pela imprensa exaltada também é afirmada por Moreira de Azevedo. Em memória apresentada ao

principal periódico exaltado da Província, é exemplar. Conforme Teófilo Otoni, sua folha "foi processada, e viu-se na necessidade de suspender a sua publicação"[87]. Após forte pressão, a *Sentinella* cessou em 17 de março de 1832, com a aparição de seu derradeiro número[88].

Esse processo é verificável pela sensível diminuição da circulação de jornais após o ano de 1834. De acordo com Xavier da Veiga, havia cerca de 18 títulos novos em circulação no ano de 1833; porém, após 1834, esse número caiu progressivamente até atingir, em 1837, o número de 3 títulos lançados em toda a Província[89].

"À maré liberal segue-se a conservadora, ou ao momento progressista o regressista"[90]. A frase de Francisco Iglésias exprime a movimentação ocorrida no período em questão. Da mesma forma, a produção jornalística seguiu esse "marear". Num primeiro momento, encontramos a proliferação de folhas liberais (moderadas e exaltadas). Em contrapartida, sob o impulso do Regresso, a partir de 1836 surgem diversos periódicos conservadores (ou regressistas) na Província, como *O Parahybuna, O Unitário* e *O Correio de Minas,* assumindo a posição deixada pelos extintos periódicos liberais.

A coleção de jornais daquele período é resultado do jogo político aí processado. Na seleção de tal acervo, podemos visualizar a afirmação de valores políticos e sociais oriundos daqueles que detinham o poder do Estado. Conforme Pierre Nora, "os arquivos do poder desenham uma história do poder, os arquivos do Estado prefiguram uma história do Estado" (tradução nossa)[91]. Portanto, no arrolamento da documentação por parte do arquivista da Secretaria da Presidência, respeitaram-se os anseios e ideais daqueles que, a seu tempo, constituíram o grupo hegemônico: primeiramente os liberais e, ao final do processo, os conservadores. Aqueles formularam um conceito de liberdade "revolucionário, quantitativo e igualitário"[92]; os últimos, para restaurarem uma hierarquia que parecia estar em dissolução, reforçaram um conceito que se opôs aos ditos aspectos. Ao traço "revolucionário", impuseram a "conservação"; ao aspecto "quantitativo", contrapuseram a requalificação; e, finalmente, o elemento igualitário foi totalmente suprimido. A partir de então, conforme Francisco Iglésias, os conservadores deram a constância da vida política nacional[93].

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, AZEVEDO, ao relatar a "Sedição da ilha das Cobras em 1831", argumenta que estabelecida "a ordem pública [vitória sobre os militares insurretos], cessáram alguns d'aquelles jornaes exaltados a sua publicação". Moreira de Azevedo relaciona a vitória das forças legalistas ao desaparecimento de folhas exaltadas no Rio de Janeiro que "recuaram perante o triumpho da lei pelo espírito cívico". (AZEVEDO, Moreira de. Sedição Militar na Ilha das Cobras em 1831. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo XXXIV, parte primeira, p. 276-292, 1871).

87 OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 79.

88 SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (Os Contemporâneos). São Paulo: Martins Editora, 1948. t. II, p. 313.

89 VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, *passim*.

90 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil. op. cit.*, p. 161.

91 NORA, Pierre. "L' Histoire de France de Lavisse". In: _____ (dir.). *Les Lieux de Memoire: La Nation*. Paris: Gallimard, 1986. t. 1, v. 2, p. 343.

92 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 140.

93 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil op. cit.,* p. 161.

O APM também contribuiu nesse arrolamento. Foi essencial seu papel como entidade promotora de certa visão de mundo, concorrendo "para afirmar o lugar de Minas na Federação, consolidar a construção de uma identidade regional, conferindo legitimidade à República recém-inaugurada"[94]. O APM procurou "demonstrar o caráter combativo do mineiro", bem como afirmar a República em suas diversas representações, como a do "Mártir Tiradentes". Guardar determinados documentos em detrimento de outros e organizá-los de determinada forma faz parte do jogo político. O APM está intimamente ligado ao poder Executivo, na verdade é a "memória" do próprio Governo que está sob sua guarda. Portanto, é necessário não perdermos de vista essa dimensão política dos Arquivos Públicos, a fim de trabalharmos com o devido cuidado no tratamento de nossas fontes.

Procuramos visualizar os acervos trabalhados por nós, historiadores, como representação. Os fundos e coleções dos arquivos devem ser considerados como o resultado do empenho de determinada sociedade em impor ao futuro uma imagem de si. Nesse sentido, as sociedades escondem ou ignoram aquilo que para elas é irrelevante ou "subversivo". O historiador deve estar atento às ausências e presenças, não encarando esses vestígios como provas concluídas, porque o que está em jogo "não é mais nem menos do que a passagem da memória das coisas através das gerações"[95]. Por outro lado, os contínuos rearranjos que sofrem determinadas coleções demonstram a constante reformulação dos significados dos próprios documentos para a sociedade. Devemos nos lembrar que, como seres marcados pelo tempo, estamos sujeitos às representações de nossa própria época. Somos, pois, reprodutores de significados, tendenciosos e parciais, envolvidos num ambiente de luta entre "visões de mundo" diversas. Nas lutas cotidianas, com efeito, as culturas políticas são elaboradas. Consideramos que, por intermédio das prateleiras da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Luis de Bessa, iniciamos o processo de reconhecimento das culturas políticas das regências. O conjunto dos discursos proferidos pelos impressos do período Regencial não pôde ser visto em sua totalidade; pelo contrário, apenas um pequeno esboço dos discursos que se sobrepuseram aos demais foi aí percebido. No entanto, aquelas estantes e os discursos que elas representam ainda nos mostram que, naquele momento, ocorreu um acontecimento. Acontecimento é entendido por Michel Foucault como "uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada mascarada"[96]. Foi nessa guerra discursiva que um poder promoveu sua reação. Os conservadores confiscaram um vocabulário e utilizaram-no contra seus oponentes. Assumiram o *status* de força invasora, agressiva, criadora "de novas interpretações, de novas direções e de formas"[97], levando a mais uma ruptura.

94 JULIÃO, Letícia. *op. cit.*, p. 23.
95 BLOCH, Marc. *Introdução à História*. 3. ed. Trad.: Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa – América, 1975. p. 66.
96 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. *op. cit.*, p. 28.
97 NIETZSCHE, Friedrich. "Para a Genealogia da Moral". In: _____. *Obras Incompletas*. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 317.

Percebemos a força do discurso Saquarema por meio das fontes que utilizamos. A constância de determinadas folhas, como demonstramos, foi provocada por uma seleção em prol de determinada visão de mundo. Em vista disso, podemos desembocar nos preconceitos que direcionaram vários historiadores que, levados por esta “seleção”, imputaram às Regências caráter anárquico e dilacerador. Entretanto, uma nova historiografia, atenta às observações pioneiras de Ilmar Rohloff de Mattos, procura visualizar as Regências não como um período anárquico, mas “como momento de expansão das atividades políticas”[98]. Dessa forma, atentando às observações de Ilmar R. Mattos e Marco Morel, pretendemos, libertando-nos daquele “preconceito Saquarema”, pesquisar sobre a relação entre leitura e participação política, sobretudo por meio dos periódicos, no período regencial.

A **Parte I** detém-se sobre o contexto sócio-político da Província de Minas Gerais no período Regencial. Cabe frisar que, embora esta obra privilegie o marco cronológico circunscrito entre 1828 e 1842, extrapolaremos estes limites, recuando à América Portuguesa e ao Primeiro Reinado, e estendendo-nos até o Segundo Império, para identificarmos as principais continuidades e transformações processadas dentro do período analisado. Abriremos essa parte com uma análise da “praça pública” mineira, evidenciando a emergência de dois sentimentos gêmeos[99]: a esperança e o medo (**Capítulo 1**). Estes influenciaram parte das discussões políticas de então, repercutindo na produção escrita. Contudo, esses debates decorreram da situação político-econômica da Província e de sua relação com a Corte, propiciando a formação de uma “praça” efetivamente “pública”. Em vista disso, o primeiro capítulo apresenta, sucintamente, o contexto em que autores e interlocutores atuaram. Os letrados mineiros das Regências foram os principais autores/debatedores durante a menoridade de D. Pedro II (**Capítulo 2**). Entretanto, não vamos nos deter na elite econômica e política; iniciaremos um trabalho sobre aqueles que permaneceram marginalizados do processo político, isto é, a “malta de todas as cores” que tinha como espaço, na maioria das vezes, a rua. Valemo-nos dos estudos de Alcir Lenharo[100], Ivan Vellasco[101] e Wlamir Silva[102] para perceber a relação entre elite e “povo”, na maioria agregados e escravos, na luta política.

A **Parte II** volta-se para a constituição de um espaço crítico politicamente organizado na Minas Gerais das Regências. As práticas relativas ao impresso, desde a redação até sua leitura, nos seus diversos matizes, permitem-nos identificar elementos constitutivos de uma

98 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, op. cit.*, p. 269.

99 Sobre a relação entre esperança e medo no pensamento político ver: RIBEIRO, Renato Janine. “O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 139.

100 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

101 VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

102 Cabe enfatizar que Wlamir Silva é um dos principais historiadores que seguiram a trilha indicada por Ilmar Mattos. Sobre sua obra, ver: SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 2009; SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 105-118, 1998.

esfera pública de poder. Dessa forma, iniciaremos a análise do espaço público abordando a trajetória impressa na Província de Minas (**Capítulo 3**). Para tanto, o circuito delineado por Robert Darnton, que vai do autor ao leitor, passando pelo editor, impressor, distribuidor e vendedor[103], servirá de base para o estudo sobre os impressos em Minas Gerais. Ao chegar ao final da rede de comunicação, isto é, o leitor, o periódico efetivava sua razão de ser: a leitura. Posto isso, essa parte será encerrada com um estudo sobre as práticas – distintas e difusas – da própria leitura (**Capítulo 4**). Dos prelos mineiros saíam publicações que ganhavam os mais diversos espaços, como as casas, as tabernas, as sociedades políticas e a praça pública. Com isso, atentamos para os espaços de sociabilidade nos termos propostos por Morel[104], sobretudo as sociedades políticas e literárias que se formaram na Província de Minas.

A **Parte III** dedica-se às representações de **Liberdade e Soberania** transmitidas e discutidas por meio da imprensa periódica mineira. Naquele tempo, a Província de Minas Gerais vivia a efervescência política inflamada pela atuação dos impressos. A imprensa apresentou-se como espaço de luta de representações distintas, por meio das quais a idéia de liberdade (**Capítulo 5**) foi reformulada, tendo em vista dois princípios: o **Liberalismo,** envolvendo concepções como liberdade civil, igualdade, participação política e sociedade bem ordenada, fundamentais para a construção da idéia de um "sistema liberal" no Brasil; e a **Ilustração**, isto é, difusão das Luzes – civilização e instrução – como elemento fundamental para a quantificação e qualificação da própria liberdade. A partir das proposições de Michel Foucault, atentamos para o conceito de soberania (**Capítulo 6**) segundo dois elementos constitutivos: "o da unidade do poder que deve ser fundamentada e o da legitimidade que deve ser respeitada"[105]. Portanto, argumentaremos como foram construídos os discursos em torno da soberania nos termos de **unidade de poder e lei**, noções estas essenciais para o entendimento das disputas entre exaltados, moderados e conservadores, verificadas no período Regencial.

As **Considerações finais** passarão em revista a constituição de uma esfera pública de poder e as discussões relativas aos conceitos de liberdade e soberania na Província de Minas Gerais, bem como sua repercussão na formação da sociedade e do Estado imperial brasileiro.

103 DARNTON, Robert. "O que é a história dos livros?" In: _____. *O beijo de Lamourette. op. cit*, pp. 109-131. Ver também: DARNTON, Robert. "Redes de comunicação" In: _____. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária.* Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 197-213.
104 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*, *op. cit,* p. 219-296.
105 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 50.

PARTE I

MINAS E OS MINEIROS: CENÁRIO E ATORES DA LUTA POLÍTICA

"De esp'rança outra vez prenhe e seu par gêmeo, o medo".

(John Donne)

ALVORADA E ESCURIDÃO NA PRAÇA PÚBLICA

As marcantes noites das Regências. Para Francisco, então um menino da Vila de Campanha da Princesa, as imagens das casas iluminadas ficariam para sempre gravadas em sua memória[1]. Regozijo, alegria, triunfo... As "alvoradas" representavam um novo tempo, iniciando-se perante os olhos liberais: "nasceu uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil"[2]. Todavia, em meio às proclamações, te-déuns e alvoradas, aquela criança percebeu que, naquele tempo, "o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico"[3]. A vida política inflamava seu peito, assim como o de várias outras pessoas. Contudo, aquelas luzes, em verdade pálidas e agônicas, contrastavam com as trevas circundantes. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se presenciava a abertura de um horizonte promissor, os corações encheram-se de medo, suspeita e insegurança. Sentimentos antagônicos misturaram-se nas mentes daqueles que assistiram à Abdicação do primeiro imperador do Brasil. Esperança e temor tornaram-se presença constante na pena e na boca de todos, independentemente de condição social, classe e gênero. Assim, podemos afirmar, de antemão, que as culturas políticas do período Regencial procedem desses sentimentos, de um e de outro, unidos[4].

Assim, sentimentos contraditórios embalaram a luta política daquele momento. Se, por um lado, havia a crença em um porvir liberal, por outro, temia-se que os rumos do movimento desembocassem na dissolução da "Nação" e dos "vínculos da sociedade imperial". Essa mistura de euforia e temor repercutiu na atividade impressa. Diversas pessoas aventuraram-se no debate político, expressando suas "vozes" por meio dos periódicos e folhetos. Entretanto, essas somente tornaram-se possíveis com a formação de um palco propício para a reunião dos sujeitos, isto é, uma praça realmente pública onde ocorresse uma circularidade política e cultural. Tratemos, agora, do processo de conformação da "praça pública" como ambiente para a efetivação dessas "vozes" da sociedade mineira.

Sabemos que esse espaço foi resultante das mudanças transcorridas nas décadas iniciais do Oitocentos. Com a vinda da Família Real, a partir de 1808, enorme contingente composto por fidalgos, dignitários, funcionários régios, comerciantes, diplomatas, artistas e naturalistas desembarcou no Rio de Janeiro, transformando profundamente a estrutura da Colônia. Para abastecer a nova Corte, foram expedidas ordens para as regiões próximas a fim de socorrê-la de mantimentos. Para favorecer a circulação de mercadorias e víveres, "cuidou-se de providenciar a abertura de estradas que facilitassem o escoamento da produção interiorana para a capital"[5], levando à intensificação da atividade comercial. Assim,

1 RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 67-68.
2 *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831. p. 95-96.
3 RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *op. cit.*, p. 67.
4 MATOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. *op. cit.*, p. 1-2.
5 *Ibidem*, p. 48.

neste processo de "interiorização da metrópole", ocorreu o enraizamento e o estreitamento dos laços entre o Rio de Janeiro e o Centro-Sul, dinamizando a vida econômica e política na Província de Minas Gerais[6].

Com efeito, Minas Gerais crescia em importância econômica por meio da produção agrícola e da pecuária[7]. Chegou mesmo a dominar o comércio terrestre de bovinos e suínos na Corte, o que denota a força da presença mineira naquela praça comercial. Uma das regiões da Província que mais se beneficiou naquela época foi o Sul mineiro, sobretudo a vila de São João del Rei, cabeça da Comarca do Rio das Mortes, que se destacava como abastecedora de gêneros alimentícios para a Província do Rio de Janeiro. Essa situação era garantida pela proximidade com a fronteira da província fluminense, tendo como via de acesso o Caminho Novo, permitindo a São João del-Rei centralizar o comércio de produtos do Sul da Província[8].

Decerto, a efervescência econômica, advinda dos tempos do rei, intensificou o caráter urbano das Minas, marcante desde a época da mineração[9]. Como salienta Ivan de Andrade Vellasco, "o processo de nucleamento urbano, que caracterizou a forma de ocupação do território mineiro, adquiriu intensidade e contornos que propiciaram o desenvolvimento de formas de sociabilidade e cultura intimamente associadas à experiência citadina"[10]. De fato, a movimentação ligada ao comércio favoreceu transformações nos usos, idéias e modos de viver das pessoas, diversificando as atividades e as estruturas político-sociais da Província. Soma-se a isso a afluência de indivíduos de outras províncias, além de alguns imigrantes estrangeiros, que trouxeram consigo novas formas de ver e sentir o mundo, propagadas no contato direto, seja pelo trato mercantil ou por outras formas de sociabilidade, como o ensino. O engenheiro francês Pierre Victor Renault, que aportou no Império em 1832, após grandes dificuldades em sua viagem, encontrou "uma casa caridosa que [lhe] tratou, e em troca, durante o tratamento, [ensinou] a ler e escrever à criança da casa, o que [lhe] valeu um transporte gratuito até Sabará, com algumas camisas que a dona da casa [lhe] dera". Chegando a seu destino, Renault começou "a dar aulas de francês, inglês, química, física, matemática e alemão"[11]. Quantas crianças lhe perguntariam sobre um mundo que elas nunca viram? Quantos meninos aprenderam com ele a física e a química da escola de Minas de Saint-Étienne, donde saiu deixando a impressão de uma "conduta perturbada", possivelmente pelo o

6 DIAS, Maria Odila de Oliveira. "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In: MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 167. Cabe ressaltar que o termo "interiorização da metrópole" remete ao processo de enraizamento da Corte no Rio de Janeiro, assumindo postura "metropolitana" com uma efervescência cultural, econômica e política antes desconhecida, além do estreitamento dos laços de integração no Centro-Sul, a partir de 1808.

7 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. p. 253.

8 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. p. 38.

9 D'ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*. 9 (1989): 130-140.

10 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 37.

11 Arquivo Particular da Família Renault (Nova Lima – MG). Carta de Pierre Victor Renault a seu irmão Leon Renault. Barbacena. 17 OUT. 1877.

seu apego ao republicanismo[12]? Enfim, homens como o engenheiro Renault, que vieram atrás das oportunidades abertas com a nova Corte, deram sua contribuição nas alterações pelas quais passou o universo cultural da Província de Minas Gerais. Portanto, sob um relativo clima de otimismo, o desenvolvimento comercial abriu estradas e favoreceu as trocas de saberes e técnicas, repercutindo nas relações interpessoais na Província de Minas, pois, como diz Montesquieu, "a história do comércio é a da comunicação dos povos"[13].

Entrementes, o desenvolvimento econômico ainda geraria uma atividade cultural intensa, expressa nos movimentos literários, na imprensa e, sobretudo, na organização política dos sujeitos. Com efeito, a vida nas cidades ganhava dinamismo, sobretudo o Sul mineiro que, como dito, era passagem obrigatória das tropas do Centro-Oeste da Província. Naquele momento, os núcleos urbanos caracterizavam-se, antes de tudo, como uma primeira esfera pública de discussão, que encontrava suas instituições nas igrejas, mercados, tabernas e associações voluntárias[14]. Deste modo, o cotidiano nas vilas ganhava um novo sentido, caracterizando-se pela formação de um local de debate e de mobilização política dos indivíduos. O *locus* privilegiado desta atividade política e cultural era a "praça pública". De fato, a praça, espaço da vida mundana, presenciou a dinamização econômica e, com ela, a geração de "inúmeros contatos informativos, que iriam, pouco a pouco, mudando hábitos, modos de conduta e de pensamento"[15]. Além disso, a praça constituía-se em área de encontros, isto é, "uma espécie de *sala de visitas*"[16], onde eram apresentados os patrimônios simbólicos dos grupos em disputa por meio das manifestações que promoviam. Como espaço intermediário entre a casa e a rua, a praça era o local da demonstração da mobilização e do poder político dos contendores, notadamente dominadores privados, para a sustentação de seus correspondentes pontos de vista. Portanto, a afirmação de uma hegemonia deveria ter lugar na praça pública, sob os olhares atentos de uma "platéia" tida pela elite como passiva, amorfa e manipulável.

Evidentemente, o desenvolvimento das relações mercantis com o Rio de Janeiro favoreceu alterações na vida política da Província de Minas Gerais. Neste ínterim, a elite mineira[17], ligada ao abastecimento, projetava-se com os eventos emancipacionistas de 1822. Aliados às forças liberais, os representantes dessa elite fortaleceram-se com o decorrer do Primeiro Reinado. Contudo, conforme explica Alcir Lenharo, "somente após 1826 é que encontrariam os canais mais apropriados de organização e prática política para ganhar em 1831 o espaço que pretendiam"[18].

---

12 MARAUX, Vincent. *Pierre Victor Renault*: um pioneiro francês no século XIX (1811-1892). Vitualbooks, 2000. p. 59. Disponível em: http://virtualbooks.terra.com.br/freebook/freebook_traduzido1.htm Acesso em 17 JUL. 2000. Versão atualizada deste texto pode ser encontrada em: https://z-lib.io/book/14955613 Acesso em 11 MAR. 2024.

13 MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. Trad.: Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 307.

14 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Trad.: Flávio R. Kothe. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2003. p. 45.

15 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 46.

16 DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 90-102.

17 A elite mineira será definida no **Capítulo 2**.

18 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979. p. 70.

De fato, Minas Gerais exerceu papel importante nos eventos que levaram à renúncia de D. Pedro I. Porém, a Abdicação foi a culminância de um processo longo, que envolveu uma série de desencontros entre o Imperador e a elite política brasileira. Para vários historiadores, os desentendimentos entre a Câmara temporária e o Poder Moderador contribuíram para a derrocada do primeiro reinado[19]. Na primeira legislatura, "cada vez mais se aprofunda o abismo entre o governo e a maioria do país"[20] encarnada na "representação nacional". Esse "abismo" torna-se evidente na Abertura da Assembléia Geral de 1826. Naquela sessão, o Imperador conservou a Coroa sobre a cabeça, simbolizando a ostentação de seu poder e uma idéia de soberania: a Soberania Monárquica. A autoridade era confirmada pelo próprio D. Pedro I em seu discurso de abertura. A tensão entre o imperador e a Câmara agravou-se. No decorrer da legislatura, a Câmara tomou medidas que visavam acabar com as instituições coloniais, como a Intendência Geral do Ouro, da Corte e da Bahia (1827) e a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens (1828). Isso levou ao confronto entre a "representação nacional" e o Poder Executivo. Além disso, havia desentendimentos no próprio parlamento. A Câmara temporária desconfiava do Senado vitalício. Aquela estava majoritariamente composta por liberais; o outro era constituído por homens mais próximos do monarca. De fato, a escolha dos ocupantes das cadeiras do Senado – atribuição do Poder Moderador – objetivou formar "um círculo privado e restrito de poder e uma política aristocrática"[21]. A dissensão entre a Câmara e os Ministérios agravou-se com a exigência de esclarecimentos sobre os negócios da administração requeridos pelos deputados. Estes adotaram medidas contrárias ao Senado e ao Governo. Em vista disso, na tentativa de fortalecer sua autoridade, D. Pedro I demitiu o Gabinete Barbacena, de maioria brasileira, desagradando a opinião pública. Pela imprensa corriam boatos de um "gabinete secreto" e um possível golpe de Estado. Cada vez mais, o reinado de D. Pedro I assemelhava-se, aos olhos dos liberais, ao despotismo do Antigo Regime[22].

No ano de 1830, o mundo ocidental presenciou uma onda revolucionária após a derrocada dos Bourbon de França. As "Três Jornadas de Julho" levaram à queda de Carlos X e de seu ministro Polignac, considerados absolutistas[23]. No Brasil, as notícias dos eventos parisienses foram recebidas com júbilo. Em meio à euforia provocada pelos movimentos na Europa, um periódico voltado ao público feminino, *O Mentor das Brasileiras*, assumindo a postura de propugnador das liberdades pátrias, divulgava "o valor de huma menina" nas barricadas de Paris:

19 Apontam-nos como determinantes os desentendimentos entre Câmara e o Imperador: PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil.* 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1958. 10 vols.

20 PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil, op. cit.*, p. 63.

21 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *op. cit.*, p. 111.

22 *Idem.*

23 BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELLECK, Reinhart. *La época de las revoluciones europeas 1780-1840*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1976. p. 252.

> Muitas mulheres tomarão huma parte activa nos combates de Paris, e diversas se distinguirão por feitos de extraordinário valor. Huma linda menina de 19 annos de idade, que durante os tres dias appareceo à frente dos combatentes, armada de huma espada, adquirio tal ascendencia sobre os Cidadãos, que olhavão para ella, como se fôra seo Capitão: intrepida no campo de batalha, assim que cessava fogo, ella ia prodigalizar suas carinhosas attenções aos feridos. Tanto heroismo, amor da patria, e humanidade, incitavão o enthusiasmo, dos que a observavão. Sabbado a noite esta amavel menina foi levada em trumpho pelas ruas de Paris: huma grande multidão a seguia dando gritos de alegria: em huma mão levava ella a espada, e na outra a bandeira tricollor; grande número de tochas acesas abrilhantavão tão alegre cortejo[24].

Desta forma, o redator difundiu uma cena análoga à famosa pintura de Eugène Delacroix: *A liberdade guiando o povo* (**Figura 1**). O pintor francês inspirou-se na combatente Marie Deschamps para representar "as lutas e os ideais da revolução, da república, da pátria"[25]. Com efeito, aquela mulher agressiva, enérgica e, ao mesmo tempo, sedutora, povoou os corações e mentes daqueles que "pugnavam pela Liberdade". Entretanto, diferentemente da obra de Delacroix, a representação brasileira eliminava de seu significado todo o conteúdo republicano, permanecendo o ideal de Liberdade associado à Constituição e ao Amor da Pátria.



Figura 1: DELACROIX, Eugène. Le 28 juillet 1830. La Liberté guidant le peuple [O 28 de julho de 1830. A liberdade guiando o povo]. Paris. Louvre. Disponível no sítio: https://collections.louvre.fr/en/ark:/53355/cl010065872 Acesso em 05 MAR. 2024.

24 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 12 NOV. 1830.

25 CARVALHO, José Murilo de *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 76.

Ao lançar suas “reflexões” sobre a heroína francesa, *O Mentor* afirmava ser esta um dos modelos “que julgamos recomendáveis às nossas Brasileiras”. A partir daquele exemplo, esperava-se das mulheres oporem-se “aos tyrannos traidores, que intentarem sugeitar povos livres ao jugo da escravidão”. Deste modo, a associação de Carlos X a Pedro I tornou-se evidente. A situação do monarca brasileiro complicou-se. O caráter lusitano de seus ministérios, bem como o desastre de suas políticas militar e econômica, levaram-no à crescente perda de apoio político. Para minimizar a crise, o imperador dirigiu-se à Província de Minas Gerais, buscando o auxílio dos mineiros. Porém, estes receberam-no friamente. No Rio de Janeiro eclodiu uma série de conflitos de rua envolvendo lusitanos e brasileiros, episódio conhecido como Noite das Garrafadas. O reinado de D. Pedro I decaía vertiginosamente. Cada vez mais, tropa e povo descontentavam-se requerendo um desfecho para a crise. Assim, a sucessão de desencontros políticos, o fim do apoio popular e a origem portuguesa conduziram D. Pedro I a tomar a solução que julgou possível: a abdicação. Iniciava-se o período das Regências[26].

Em meio à efervescência da Abdicação, o debate político ganhava progressivamente as ruas. No entanto, ao mesmo tempo em que a praça era tomada como ambiente da euforia liberal, ela gerava os elementos que impingiram o medo e a insegurança à “boa sociedade” do Império. Aquela “platéia”, à primeira vista inerte e informe, mostrava-se potente e “perigosa”. Naquele momento a discussão “por quem sou governado”[27] tornara-se uma constante. Várias pessoas almejaram participar deste processo, o que ocasionou a ampliação dos agentes e interlocutores do debate político. Em vista disso, um novo tipo de “pregoeiro” incitou a população, “reivindicando uma distribuição democrática do poder entre os cidadãos que participam ou pretendiam participar da feitura das leis”[28]. Para fazer frente a esta possível movimentação popular, um periódico liberal desesperadamente respondia: “E convirá a resistência do povo para corrigir os defeitos das Eleições? Não. Este precedente uma vez estabelecido, os vínculos sociais romper-se-ão, e a anarchia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens”[29]. A praça pública passava a figurar como local da dilaceração das hierarquias sociais sendo, por isso, considerada como a lugar da “revolução” e um mundo à parte: o “mundo da desordem”[30].

Com efeito, indivíduos socialmente desfavorecidos encontraram na praça pública o único local que lhes era permitida a frequentação, entrando em contato com novas idéias por intermédio da conversa, do debate e da leitura, oral ou silenciosa, das “folhas públicas”.

---

26 Sobre o período regencial, veja: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira. op. cit.*; IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: op. cit.*; LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000; MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & MACHADO, Humberto Fernandes. *op. cit.*; RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antônio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Unicamp, 2001; VALLADÃO, Alfredo. *op. cit.*; e WERNET, Augustin. *O período regencial: 1831-1840*. São Paulo: Global Ed., 1982.

27 MATTOS, Ilmar Rohlof de. *O tempo saquarema. op. cit.,* p. 127.

28 *Idem.*

29 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 12 AGO 1831.

30 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 115.

Esta circularidade não excluía o “elemento servil”, como possivelmente ocorrera com os crioulos Roque e Jerônimo, imputados cabeças da Revolta de Carrancas. De acordo com Andrade,

> Como exerciam a atividade de tropeiro e faziam freqüentes viagens ao Rio de Janeiro, o que certamente lhes facultava maiores facilidades em captar o clima de conturbação política da Regência, ficaram encarregados de providenciar armamentos para garantir o sucesso da revolta, acusação confirmada pelos próprios réus[31].

Certamente, além de transportar mercadorias e armamentos, esses escravos também eram transmissores de idéias e notícias, como a famigerada Sedição do Ano da Fumaça.

Os anos iniciais das Regências são comumente lembrados como o momento da euforia liberal, refletida no Código do Processo Criminal de 1832, representando a “vitória do município”, e no Ato Adicional de 1834, como a “vitória das províncias”[32]. Não obstante, por outro lado, essa fase foi marcada por dois movimentos insurrecionais que alarmaram a “boa sociedade” de Minas Gerais: a Sedição Militar de Ouro Preto e a Revolta de Carrancas, ambas em 1833.

Na noite de 22 para 23 de março, restauradores e militares aproveitaram-se da ausência do Presidente da Província para dar início a um levante, evento conhecido pelos contemporâneos como Sedição do Ano da Fumaça ou Sedição Militar de Ouro Preto. Dentre as reivindicações dos revoltosos, figuravam: a alegação de perseguição sofrida pelos restauradores; as queixas de violência cometida pelos militares; o aumento dos impostos sobre a aguardente; e a proibição do enterramento em igrejas[33]. Com a tomada da Capital pelos rebeldes, o governo legal refugiou-se em São João del Rei, vindo a instalar, nesta vila, o governo provisório a 5 de abril. No entanto, para reprimir a revolta, a Regência enviou o comandante José Maria Pinto Peixoto, já conhecido dos mineiros desde os tempos das Cortes de Lisboa, que contou com o apoio da Guarda Nacional e de municipalidades da Província. Travaram-se vários combates. Finalmente, a 23 de maio, com as forças sediciosas exauridas, Pinto Peixoto marchou para Ouro Preto encerrando a Sedição[34].

Entretanto, conforme Wlamir Silva, esse movimento, aparentemente sem consistência, foi supervalorizado pelos liberais moderados num processo de redefinição das identidades políticas em conflito, sobretudo restauradores e moderados, como um meio de consolidar sua hegemonia em Minas Gerais. Ao lançar mão do conceito de “hegemonia” de Antonio Gramsci para investigar as “características, ações e ideais de uma fração da

31 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833).* p. 15. Disponível em: https://documenta.direito.ufmg.br/modules/wfdownloads/visit.php?cid=8&lid=15 Acesso em 25 FEV. 2024.
32 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil, op. cit.*, p. 149-154.
33 IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”, In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 4. p. 458.
34 *Ibidem*, p. 458-460.

elite política brasileira", Wlamir Silva identificou a atuação de parte do grupo ligado à elite agrário-mercantil que exerceu uma preponderância sustentada sob os pressupostos do liberalismo moderado, que foi garantida por intermédio de uma *pedagogia política* que utilizou a imprensa, as festas, o teatro, as sociedades políticas e as bibliotecas públicas, além de forte manipulação da memória coletiva. Portanto, neste procedimento, tratava-se de impor uma visão de mundo, concluindo "um estígma simbólico de seus adversários"[35] e reafirmando o ideário liberal-moderado, cuja memória está monumentalizada no Chafariz da Legalidade edificado na rua da Misericórdia, na leal vila de São João del Rei[36].

Nesse ínterim, na freguesia de Carrancas acontecia "uma das rebeliões mais dramáticas da história da escravidão no Brasil"[37]. Na tarde do dia 13 de maio de 1833, eclodiu o episódio conhecido como Revolta de Carrancas, atingindo várias fazendas da Comarca do Rio das Mortes. O levante iniciou-se na fazenda Campo Alegre que, à época, era grande unidade escravista de propriedade do deputado Gabriel Francisco Junqueira, tendo se desenvolvido "em virtude das conexões mercantis com a Corte"[38]. O filho do deputado, responsável pela fazenda, foi assassinado pelo escravo tropeiro Ventura Mina, imputado líder do movimento[39]. A partir daí, os revoltosos dirigiram-se às outras fazendas dos Junqueira, assassinando brutalmente outros membros da família, inclusive crianças. Assim, a morte violenta, que "está no horizonte da vida sórdida, bruta e angustiada"[40], apresentava-se próxima, quase tangível, incutindo o medo ao revelar a precariedade da condição humana e relembrar aquele "teor violento da vida"[41]. Conforme Marcos Ferreira de Andrade,

> a crueldade com que foram executadas as mortes, relatadas com detalhes no auto de corpo de delito indireto, certamente contribuiu para extremar o pavor em relação às rebeliões escravas, reforçar os mecanismos de controle e repressão e revelar o caráter aterrador da violência coletiva em si[42].

---

35 SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo. op. cit.* p. 325..

36 GAIO SOBRINHO, Antônio. *Visita à colonial cidade de São João del-Rei*. São João del Rei: Funrei, 2001. p. 32.

37 ANDRADE, Marcos Ferreira de. O outro 13 de maio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 2: 69-73. Agosto de 2005. Citação à pág. 70. ANDRADE foi um dos primeiros historiadores a levantar a importância do caso de Carrancas em sua dissertação *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na província de Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História). Também de ANDRADE, sobre o mesmo assunto: "Revolta de Carrancas". In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 635-637; *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833). op. cit.*

38 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833), op. cit.*, p. 4.

39 ANDRADE nota a relevância da atividade de tropeiro contribuindo para que Ventura Mina adquirisse conhecimento de notícias de outras regiões e as repassasse para seus companheiros. (Cf. ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833), op. cit.*).

40 RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo*: Hobbes escrevendo contra seu tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 55.

41 Como nota HUIZINGA, em "todas as épocas o infortúnio deixa mais vestígios do que a felicidade". Assim, em meio a notícias aterradoras, "um sentimento geral de calamidade iminente ameaçava todos", aproximando, sob o olhar da "boa sociedade", as Regências à uma idealizada Idade Média. (Cf. HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV. Lisboa: Ulissea, s.d., p. 9).

42 ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833), op. cit*, p. 7.

Porém, de acordo com os próprios cativos envolvidos, o caso de Carrancas apresenta relações com a Sedição de Ouro Preto. Relatam os escravos que Ventura Mina, sob influência de Francisco Silvério Teixeira, dizia "que os brancos no Ouro Preto estando se guerriando entre si matando aos outros e que era boa ocazião d'elles se levantarem, ficarem forros matando a seos senhores"[43]. Assim, nota-se que os escravos tinham consciência da situação difícil pela qual passava a Província, aproveitando-se da convulsão provocada pelos sediciosos da Capital para "ficarem forros". Embora não se tenha notícia da reação, sabe-se que Ventura (morto em combate) e seus companheiros foram subjugados e presos pouco tempo depois. A repressão foi exemplar com a condenação à morte e execução por enforcamento de dezesseis cativos. De fato, naquele fatídico ano de 1833, pairava um espesso nevoeiro sob as montanhas mineiras, impingindo a tensão e o medo nas mentes e nos corações dos habitantes da Província.

Os casos de Ouro Preto e de Carrancas são considerados os principais levantes assinalados em Minas Gerais durante as Regências. Após estes movimentos, um aparato repressor foi instituído buscando consolidar a tranqüilidade e a ordem na Província. No entanto, o clima permaneceria tenso, e o medo causado pelas revoltas que surgiam em todo o Império levou antigos liberais ao *Regresso* da centralização. Personagens como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, considerando que a turbulência vivida naqueles tempos era fruto do progresso liberal, projetaram-se para o retorno da antiga ordem conservadora. O Código do Processo e o Ato Adicional, respectivamente, em 1838 e 1840, sofreram mudanças em suas estruturas. Deste modo, todo o conteúdo descentralizador foi revogado, reforçando o caráter centralista da Constituição, base da relativa paz no governo de D. Pedro II. Contudo, no ano de 1842, irrompeu a Revolução Liberal em Minas Gerais. Ensina-nos Francisco Iglésias que "foi ela o último eco de inquietação: apaziguados os ânimos, a Província cairia na tranqüilidade e na rotina, sem outras exaltações, que não as lutas partidárias pelo poder"[44].

Sob alegação de irregularidades nas eleições de 1840, as famosas "eleições do cacete", o imperador D. Pedro II fechou a Assembléia Geral, em 1842. Foi o estopim da Revolução que explodiu naquele ano, na qual participaram ricos proprietários paulistas, mineiros e parte da elite fluminense. Conforme José Murilo de Carvalho, diferente dos movimentos que desembocaram em guerra popular, como a Cabanagem e a Balaiada,

43 AMRSJDR. Processo-crime de Insurreição (1833), Auto de Perguntas feitas ao escravo Jozé Mina, f. 131v. Processo referente à Revolta de Carrancas, São João del Rei (1833). Disponível em: https://documenta.direito.ufmg.br/modules/pcrimes_docs/photo.php?lid=63792 (imagem 0254) Acesso em 12 MAR. 2024. Sobre o envolvimento de Francisco Silvério, conhecido fazendeiro e proprietário de escravos da região do distrito de Três Corações de Jesus, Maria e José do termo de Campanha, Marcos Ferreira de ANDRADE afirma que "a maioria das testemunhas o acusou de manter contato com os escravos insurgentes, principalmente com o líder Ventura, e de estar próximo ao local, momentos antes do início da revolta. Foi acusado de ser agente e incitador dos escravos, além da suspeita de promover a rebelião com a finalidade de desviar a marcha que iria combater os sediciosos em Ouro Preto" (ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais. op. cit*, p. 16).

44 IGLÉSIAS, Francisco. "Minas Gerais", In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira. op. cit.*, p. 463.

a Revolução de 1842 "permaneceu sob o controle das elites" provinciais[45]. José Antônio Marinho, em sua "história" deste movimento, enalteceu a atuação da classe de "proprietários, capitalistas, pais de família" que ornavam as fileiras de "Insurgentes" e "Legalistas". Não obstante, o mesmo cônego condenou o "funesto exemplo para a moralidade" que "foi a admissão de pretos cativos nas fileiras dos defensores da lei". Certamente, ambos os lados valeram-se deste instrumento, com a Província sendo "inundada de nuvens de *nagôs* e *minas*"[46], assombrando os campos de batalha numa afronta à ordem privada escravista[47]. Essa imagem concentra em si uma força aterradora, se lembrarmos o caso de Francisco Silvério, que incutiu nos escravos de Carrancas, sobretudo Ventura Mina, a idéia de que "os brancos no Ouro Preto estando se guerriando entre si" representariam o momento ideal para uma alforria assinada em sangue, cuja catástrofe foi rememorada pelo próprio Marinho[48].

Assim, "proprietários, capitalistas, pais de família", acompanhados por "*cassangas* e *moçambiques*", envolveram-se em embates que se desenrolaram entre os dias 10 de junho, quando foi deflagrado o movimento em Barbacena, e 20 de agosto, data da capitulação em Santa Luzia. Inicialmente, Minas Gerais contou com o apoio da Província de São Paulo, mas essa recuou. Sozinhos, os mineiros viram sua Revolução ser sufocada pelos batalhões do Barão de Caxias. Finalmente, o "Movimento Político de 1842" foi o último suspiro dos liberais frente à revogação de suas conquistas. Suas pretensões tornaram-se pó, instaurou-se um período "de sonhos frustrados e intenções transformadas em vitoriosas"[49].

Num longo processo, cujas origens remontam à Capitania, a "praça pública" mineira tornara-se local privilegiado da vida política. Nela, autores e interlocutores, objetos de nosso próximo capítulo, opinaram, debateram e defenderam seus pontos de vista. De fato, em Minas Gerais forjara-se um espaço propício à ação das "vozes" da sociedade provincial, ampliando os debates e repercutindo nas práticas e representações políticas. Essa efervescência intensificou-se no alvorecer das Regências, que foi celebrado como o nascimento de uma nova época "até então desconhecida no Brasil"[50]. Decerto, para várias pessoas, aqueles "foram anos vividos intensamente"[51]. Um tempo de sonhos e utopias no qual se acreditava que o Brasil havia confirmado sua Emancipação. Contudo, em meio à "alvorada" liberal, um som abafado, surdo, provinha da escuridão. A presença do populacho

45 CARVALHO, José Murilo de. "Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento" In: _____. *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 166.

46 MARINHO, José Antônio (Cônego). *História do movimento político de 1842*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1977, pp. 200-201.

47 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Vida privada e ordem privada no Império". In: ____. *História da vida privada no Brasil: Império*: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 20.

48 "Já em 1833, havia tido esse Partido [conservador] uma tão infernal idéia e a família Junqueira foi quase toda massacrada pelos escravos, que em uma das fazendas não deixaram vivo nenhum menino de peito; e existem nos cartório da cidade de São João del-Rei provas irrefragáveis, e os desembargadores Manuel Machado Nunes e Gabriel Mendes dos Santos são testemunhas irrecusáveis de que essa catástrofe fora promovida pelos facciosos de 1833, que foram Legalistas de 1842" (MARINHO, José Antônio. *op. cit.* p. 201).

49 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 2.

50 *Folhinha d'Algibeira...* p. 95-96.

51 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 1.

“insurgente” transformava as Regências, aos olhos da “boa sociedade”, num momento de “soffrimentos e apprehensões, graves do futuro”[52]. Naquele contexto liberalizante, outros estratos da sociedade imperial, tradicionalmente alijados do processo político formal, agiram por meio da agitação e da revolta, conferindo àquele tempo um sentido de inquietação e temor. Enfim, a esperança e o medo conjugaram-se e, sob denso amálgama, constituíram o *motu* da luta política que se desenrolou na Minas Gerais regencial.

52 SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brazil durante a menoridade de D. Pedro IIº 1831-1840*. *op. cit*. p. 25.

AUTORES E INTERLOCUTORES NA CENA PÚBLICA MINEIRA

AUTORES: DOUTRINA E PODER

Em meio à efervescência política do período Regencial, vários homens aventuraram-se na luta impressa. Essa constatação suscita algumas questões: Quem escrevia os periódicos e folhetos políticos? Quais objetivos norteavam os redatores? Para que público destinavam seus discursos? Como enfatiza Darnton, "enquanto essas questões não forem respondidas não entenderemos plenamente a transmissão dos textos"[1]. Para tentarmos resolver esses problemas, lançaremos mão da trajetória de alguns redatores de jornais do período Regencial, atentando para a inserção nas sociedades para as quais escreveram, examinando a atividade política e intelectual desses mesmos sujeitos históricos. Ao levantarmos a questão da autoria, pretendemos explicitar, tal como Quentin Skinner, as relações entre a teoria e a prática política[2]. Posto isso, acreditamos que a formulação de representações discursivas, muitas das quais oriundas de apropriações de outros escritos, está ligada ao comportamento político e social daqueles atores, sobretudo na afirmação de novas formas, instituições e condutas. Afinal, a imprensa era o espaço essencial para a atuação desses homens imbuídos com o dom da ação e, portanto, efetivamente capazes de criar novas realidades políticas.

Daquele considerável universo impresso mineiro (vide **Introdução**), apenas alguns redatores puderam ser identificados em nossa pesquisa (**Quadro I**). A maioria dos periódicos que encontramos não apresenta os nomes dos autores. Há duas hipóteses para esta ausência: os autores, possivelmente, eram conhecidos de forma implícita pelo público; ou escreveriam em nome de outro, mantendo-se num relativo anonimato. Entretanto, encontramos indicações de alguns autores por meio dos próprios periódicos, discursos de jornais concorrentes, correspondências particulares e biografias. Abaixo, segue um quadro com os redatores identificados e suas respectivas folhas:

1 DARNTON. Robert. "Que é a história dos livros?" In.:_____. *O beijo de Lamourette. op. cit.*, p. 123.
2 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno.* Trad.: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 11.

QUADRO I - REDATORES DE PERIÓDICOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Periódico	Redator
Amigo da Verdade	Padre Luiz José Dias Custódio
	Padre Verruga
Americano	Padre José Antônio Marinho
Astro de Minas	Padre José Antônio Marinho
	Francisco de Assis Braziel
Companheiro do Conselho	Bernardo Pereira de Vasconcelos (atribuição)
Correio de Minas	Manoel Soares do Couto
Despertador Mineiro	Dr. Jacintho Rodrigues Pereira Reis
Diamantino	João Nepomuceno Aguilar
Echo do Serro	João Nepomuceno Aguilar
	Manuel Sabino de Sampaio Lopes
Estafeta	Antônio Gomes Batista
	Padre Marciano Gomes Batista
Grito do Povo	José Gonçalves Cortes
Guarda Nacional Mineiro	Eleitor Fortunato
	José Felicissimo
Itacolomy	Teófilo Benedito Otoni
Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública	Padre José Antônio Marinho
Legalista	Jacques Augusto Cony
Liberal do Serro	Geraldo Pacheco de Melo
Novo Argos	Herculano Ferreira Penna
	Padre Antônio José Ribeiro Behring
Opinião Campanhense	Bernardo Jacinto da Veiga
Oposição Constitucional	Padre José Antônio Marinho
Ordem	Padre Luiz José Dias Custódio
Parahybuna	Justiniano da Cunha Pereira
Pregoeiro Constitucional	Padre José Bento Leite Ferreira de Mello
Recopilador Mineiro	Padre José Bento Leite Ferreira de Mello
Sentinela do Serro	Teófilo Benedito Otoni
Telegrapho	José Gonçalves Cortes
Universal	Bernardo Pereira de Vasconcelos (atribuição)
	Joaquim Antão Soares Leão
	José Pedro Dias de Carvalho
Vigilante	Antonio Pereira da Fonseca
	Coronel Pedro Gomes Nogueira

Fontes: ASTRO de Minas. São João del-Rei, 13 ABR. 1830, 20 ABR. 1833; CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del-Rei, 08 JAN. 1833; IGLÉSIAS, Francisco. "O Cônego Marinho e 1842". In: MARINHO, José Antonio. História do movimento político de 1842. 3. ed. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977, p. 17; MATA-MACHADO FILHO, Aires da. Arraial do Tijuco, cidade Diamantina. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980; SILVEIRA, Victor. Minas Geraes em 1925. Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1926; SISSON, S. A. Galeria dos Brasileiros Ilustres; UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 FEV. 1834; VASCONCELLOS, Salomão de. Bernardo Pereira de Vasconcellos. Belo Horizonte, s.n., 1953; VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas-Geraes; VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras. 2. ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998; VIGILANTE (O). Sabará, 04 JUN. 1834.

Por intermédio do **Quadro I**, percebe-se que alguns redatores destacaram-se no panorama político imperial, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, José Bento Leite Ferreira de Mello, Teófilo Benedito Otoni e José Antônio Marinho, os quais figuram, inclusive, na *Galeria dos Brasileiros Ilustres, de Sisson*[3]. Outros são menos conhecidos atualmente, como Antônio Gomes Batista e Joaquim Antão Soares Leão. Entretanto, todos estes autores mantinham relações com o campo político, inserindo-se nas discussões e/ou procurando sustentar uma preponderância local. Aliás, a própria imprensa, como temos dito, era espaço para a prática política, onde vozes se faziam presentes procurando afirmar determinada visão de mundo. Ademais, tribuna e imprensa não se excluíam, já que, em não raras vezes, uma decorria da outra. Nota-se, outrossim, que a maioria dos autores era composta por membros de uma elite política e intelectual[4]. Não pretendemos caracterizar essa elite, extensamente analisada por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves[5] e José Murilo de Carvalho[6]. Contudo, enfatizaremos a atuação didática dos redatores, isto é, o papel de condutores da sociedade que estes autores tomavam para si, pois, como salienta Isabel Lustosa, "manter-se ia para a imprensa o papel educativo"[7]. Eles se dirigiram para um público igualmente distinto, composto pelos senhores, proprietários e comerciantes que transitavam pela "boa sociedade". Deste público ideal trataremos adiante. Por agora, interessam-nos os "escritores públicos", ressaltando que não analisaremos todos os indivíduos identificados, mas alguns elementos representativos da prática da escrita política: Cortes, Marinho, Behring e Vasconcelos. Veremos que, com eles, o periodismo era uma espécie de "magistério" e um exercício de poder.

MARINHO E BEHRING: O PERIÓDICO COMO MEIO DE INSTRUÇÃO

Principiemos por um dos mais atuantes jornalistas das Regências, o cônego José Antônio Marinho, que redigiu os periódicos *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública, Astro de Minas, Oposição Constitucional e o Americano*. Notadamente, sua trajetória de vida relaciona-se aos seus intentos ilustrados. Filho de família humilde, Marinho somente conseguiu ingressar no Seminário de Olinda com o auxílio de um patrono. Lá, entrou em contato com as idéias republicana e federalista ao participar ativamente da Confederação do Equador, experiência que o marcaria para o resto da vida. Com o fim deste conflito e as conseqüentes perseguições aos envolvidos, Marinho não pôde retornar ao seminário

3 SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (Os Contemporâneos). São Paulo: Martins, 1948. 2 vols.

4 A professora Lúcia Maria Bastos Pereira das NEVES elaborou um recorte representativo da elite política e intelectual da época da Independência, destacando dois grupos – coimbrãos e brasilienses – na luta política e, consequentemente, na escrita dos impressos. Como ressalta a autora, esta classificação não é rígida, podendo os elementos de um grupo migrarem para o outro conforme o contexto. (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Os atores: as elites política e intelectual" In: _____. *Corcundas e Constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2003. p. 55-88).

5 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *op. cit*.

6 CARVALHO, José Murilo de. "A construção da ordem: a elite política imperial". In: ____. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-246.

7 LUSTOSA, Isabel. *op. cit*., p. 32.

pernambucano, refugiando-se no sertão. Ao chegar à vila da Barra (atualmente na Bahia), foi convidado por uma senhora para ensinar a seus filhos as primeiras letras: iniciava-se, assim, sua carreira docente. Passados alguns anos, José Antônio Marinho entrou para o Seminário do Caraça, recebendo as ordens, em 1829, na cidade de Mariana. Ao sair do estabelecimento, principiou sua vida pública, distinguindo-se como professor, político e jornalista. Lecionou Filosofia em Congonhas, Ouro Preto e São João del Rei. Como entusiasta do ensino, associou-se às *Sociedades Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto*, na qual era redator do periódico, e *Promotora da União* e *Defensora do Centro*, sediada em sua terra natal, o arraial de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado (atual Januária)[8].

Homens como José Antônio Marinho, educados nos seminários brasileiros, "tendiam a se preocupar muito menos com a unidade do país e com o fortalecimento do poder central"[9]. Nesse sentido, o cônego fez parte de um grupo que defendeu a descentralização política e administrativa do Império. Para ele, assim como para os pernambucanos de 1824, a unidade do Império "era desejável desde que presidida por um pacto federativo"[10]. Em vista disso, "observando, que (...) alguns individuos ainda ignorão, ou ao menos não formão uma idea exacta do *Systema Federativo*", Marinho apresentou "aos Leitores [do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*] o seguinte *Cathecismo Federal*, ou o Conductor do Povo, que foi publicado em Pernambuco por um Membro da Sociedade Federal, o Sr. João Barboza Carneiro"[11]. Os escritos de Marinho indicavam a adoção do federalismo, afirmando a verdadeira vocação do Novo Mundo, da qual deveria o Império do Brasil partilhar. No entanto, o *Cathecismo Federal* reproduzido pelo *Jornal* não tratava do *self-government* descrito por Thomas Jefferson[12] como fator de garantia das liberdades políticas. Pelo contrário, o *Catecismo* apropriou-se do federalismo de Hamilton, Madison e Jay, em sua acepção unitária. Há clara assimilação das proposições do *Federalista*, sobretudo, a idéia de União como elemento de consolidação do Estado Imperial. Como afirma Hamilton, "a conservação da União nos promete um futuro tão lisonjeiro" e a desagregação, por outro lado, nos privaria "de todas as vantagens que a natureza [...] pôs à nossa disposição"[13].

Após alguns anos, já no periódico *O Americano*, Marinho defendia a autonomia nacional, evocando os *Escritos Políticos* de Thomas Jefferson[14] em epígrafe:

---

8 IGLÉSIAS, Francisco. "O cônego Marinho e 1842". In: MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1977. p. 13-36; SISSON, S. A. *op. cit.*, Vol. 2, p. 247-256.
9 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. *op. cit*., p. 73.
10 DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005, p. 56.
11 JORNAL da Sociedade Promotora da Instrução Pública. Ouro Preto. 21 SET. 1832.
12 JEFFERSON, Thomas. Escritos Políticos. In: *Federalistas.* Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. Col. Os pensadores. São Paulo: Abril, 1973.
13 HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. "O Federalista". In: *Federalistas* Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 109.
14 JEFFERSON, Thomas. Escritos Políticos. *op. cit.*, p. 24.

> O dia não está longe, em que possamos exigir que hum merediano convencional divida o Oceano, que separa os dous hemisférios; de maneira que nenhum canhão Europeo se faça ouvir a quem, e nenhum canhão Americano além desta linha[15].

Para promover o sentimento nacionalista, o redator de *O Americano* pretendia "desviar as vistas de nossos Concidadãos dessa política mesquinha para fita-las no objecto grandioso, de tornarmos o nosso Paiz respeitado no estrangeiro". Além disso, procurava "esclarecer o Governo, e Assembléa", censurando-os "quando entender que se desvião do caminho"[16]. "Desviar as vistas", esclarecer e censurar eram preocupações de outros redatores das Regências, como o padre Behring.

José Antônio Ribeiro Behring era um dos redatores do *Novo Argos*. Em 1827, o padre começou seu magistério no mesmo estabelecimento em que se formara: o Seminário de Mariana. Entretanto, nos idos de 1829, começou "a pregar de sua cadeira novidades filosóficas"[17], as quais lhe valeram indisposições com o bispo D. Frei José da Santíssima Trindade, que se estenderam por longo tempo. Em carta ao Núncio Apostólico, relatava o bispo:

> comunico mais a V. Excia que na reunião do sobredito Concelho da Província, em princípio dêste Dezembro, começaram já a tratar sôbre meu Seminário Episcopal, para chamarem a si a revisão e exame dos Estatutos, que eu lhe dei na restauração, a título de inconstitucionalidade*, sendo o autor desta indicação um sacerdote que nêle se criou, aprendeu e por êle foi sustentado, provido de livros pela sua mímia (sic) pobreza, por tempo de seis anos; e ao depois serviu de lente de Filosofia por dois anos, até que angariado pela demagogia para desmoralizar os alunos e os mais, fui constrangido a lançá-lo fora, e então se desmascarou em escritos públicos contra mim, contra seus mestres e contra o mesmo Seminário a quem deveu sua prosperidade, derigindo a incendiária fôlha intitulada*, O Argos de Minas, *achado-se hoje a par de outros demagogos* naquele Concelho, que parece disposto a *desacreditar o Seminário e fazê-lo odioso* para apressar a sua destruição e abandono. (grifos de TRINDADE)[18]

Ao que nos parece, Behring tornava suas aulas verdadeiros palanques para a defesa de suas posições políticas, bem como para iniciar seus alunos na vida liberal, o que culminou com sua demissão a 5 de outubro de 1829. Entretanto, o relato do bispo evidencia as condições de formação de Behring. No Seminário de Mariana "se criou, aprendeu e por êle foi sustentado, provido de livros pela sua mímia (sic) pobreza, por tempo de seis anos". Posteriormente, "serviu de lente de Filosofia por dois anos" no mesmo estabelecimento. Assim, Behring e Marinho apresentam trajetórias similares: ambos foram pobres, cursaram seminários às expensas de outros e, depois, serviram como professores de Filosofia.

Algumas semanas após sair daquele estabelecimento "Episcopal", Behring passou a lecionar Filosofia na cidade de Ouro Preto. Em sua aula inaugural na capital mineira,

15 AMERICANO (O). São João del Rei, 16 JAN. 1840.
16 *Idem*.
17 TRINDADE, Cônego Raimundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Com Aprovação Eclesiástica. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951. p. 43.
18 Carta do bispo D. Frei José da Santíssima Trindade ao Núncio Apostólico, Mariana, 29 DEZ. 1830. *Apud* TRINDADE, Cônego Raimundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana. op. cit.*, p. 44.

apresentou a importância da razão como “a segura avenida à felicidade suma”. Para o reverendo, a “razão é o Farol da nossa conduta”[19]. Com efeito, Behring fascinava seus alunos com estas idéias “liberais” e “ilustradas”. Seu influxo por meio da atividade docente pode ser sentido por meio da correspondência de um seu ex-aluno que lamentava a saída do mestre do Seminário marianense, ressaltando “o espírito liberal do muito estimável Sr. Behring”[20]. Logo após sua demissão, Behring preparou a entrada do *Novo Argos*, cujo primeiro número data de 10 de novembro daquele ano. Deste modo, podemos perceber a própria ação política do padre mestre, que conjugava a escrita no *Novo Argos* à educação dos jovens ouropretanos.

Para Behring, o seu *Novo Argos* destinava-se:

> 1º A transmittir aquellas doutrinas, que foram mais conducentes à civilização dos povos sem comprometter o decoro a Religião do Império; para o que transcreverei alguns discursos dos Políticos mais celebres da America, e Europa, e mesmo dos Redactores Brasileiros amantes da Constituição. [...]
>
> 2º Elle tem por fim censurar com toda a prudencia possível aquellas Authoridades, que pouco affectas à cauza da Nação ousarem tocar com mão sacrilega na Arca Santa da Constituição. [...]
>
> 3º Disputar com as armas poderosas da Razão aos escriptores infieis a guarda do Palladio Nacional, pregando a legitimidade dos direitos do Povo Brasileiro contra qualquer temeraria tentativa nas Garantias Constitucionaes[21].

Neste sentido, o *Novo Argos* deveria doutrinar, censurar e disputar.

Doutrinava-se por meio de citações de autores estrangeiros e nacionais, sobretudo os “Redactores Brasileiros amantes da Constituição”. Contudo, as doutrinas transcritas deveriam manter o “decoro à Religião do Império”. Neste sentido, lembramos que, para muitos homens daquela época, a tão defendida “razão” remetia ao empirismo ibérico caracterizado pela ligação de “elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e a inovação racional e experimental”[22]. De fato, fé e constitucionalismo andavam juntos em formulações que se apropriavam da própria *Vulgata* para corroborar a idéia de que “uma sabia Liberdade apoiada na Lei, e por ela dirigida, em nada são opostos aos dogmas da Religião”[23].

Censuravam-se os opositores e “Authoridades” contrárias à Constituição do Império, apontando-lhes os “defeitos” e indicando-lhes os caminhos a serem tomados por intermédio da recorrência às qualificações como “bem”, “mal”, “tirania”, entre outras[24]. Todavia, censurar também significava fazer calar. Na intensa guerra discursiva, os redatores das Regências esforçaram-se para fazer valer seus pontos de vista, calando seus rivais através

19 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 12 MAR. 1830.
20 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 16 OUT. 1829.
21 NOVO Argos. Ouro Preto, 10 NOV. 1829.
22 FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982, pp. 430-431. *apud*. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura*: Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo: USP, 1999 (Tese, Doutorado em História), p. 137.
23 ESTRELLA Mariannense. Ouro Preto, 28 JUN. 1831.
24 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 173.

de uma relação de forças em que interpretações impuseram-se como “corretas” porque “vencedoras”[25].

Por fim, havia a disputa, isto é, a “grande luta entre escriptores” em que se aventurara o redator do *Novo Argos*[26]. Combatia-se, como Guerra Santa, os “escriptores infieis” denegrindo-os como “hereges” e, como tais, destinando-os ao silêncio, à expulsão e ao extermínio. Simultaneamente, consolidava-se uma posição – uma visão de mundo – “pregando a legitimidade” de suas próprias ações. Assim, o jornal não era apenas instrumento para a “educação” dos povos, mas arma fundamental no prélio político.

Doutrina, censura e disputa. Esta tríade orientava as ações dos periodistas daquele tempo, unindo personagens como Marinho e Behring na prática da “escrita pública”. De fato, estes redatores exerceram o papel de guias e de censores dos povos, cuja finalidade era “unir a seus ideais e proposições os demais componentes da ‘boa sociedade’ e muitos homens livres, proprietários unicamente de suas pessoas”[27]. Para estes autores, o ato da escrita era um exercício de magistério político, arrogando-se um “papel cívico e construtivo” como justificativa para sua ação[28]. Porém, a relação entre ensino e periodismo não era mera analogia. Ambos, professor e autor, buscaram esclarecer a sociedade, incutindo nos indivíduos o “amor da pátria” e o constitucionalismo. Assim, ao mesmo tempo em que os professores do termo de São João del Rei “se esforção quanto lhes he possivel no ensino de seos discipulos não se esquecendo tãobem de fazer-lhes ler a Constituição do Império como convém a Jovens que pertencem a huã Nação Livre, Independente e Constitucional”[29], os “escritores públicos” liberais pretendiam “dirigir nossos Concidadãos para o ponto da Salvação”[30], isto é, o caminho de uma liberdade “bem entendida” calcada na Monarquia Constitucional. No entanto, ensino e escrita comportam uma dimensão coercitiva em suas práticas. Enquanto o “mestre-escola” exercia a imposição de um entendimento “correto” e “verdadeiro” por meio de um aparato condicionante “que [permitia] qualificar, classificar e punir”[31] os alunos, o autor tencionava sujeitar o leitor “a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada”[32] de seus textos. Dessa forma, o esclarecimento marchava de mãos dadas com a sujeição: se, por um lado, intentava-se constituir um público “ilustrado”, capaz de efetivar, “diante do grande público do *mundo letrado*”[33], aquele uso da razão de que falava Kant; por outro, coagia-se os leitores a uma

25 FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história” In: _____. *Microfísica do Poder*. Trad.: Roberto Machado. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001. p. 15-37.
26 NOVO Argos. Ouro Preto, 10 NOV. 1829.
27 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p.173.
28 CÂNDIDO, Antônio. “O escritor e o público”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968. p. 105.
29 APM/PP^{1} $_{33}$ Cx. 270, doc. 64. Correspondência da Câmara Municipal de São João del Rei à Presidência da Província. 05 OUT. 1831.
30 ESTRELLA Mariannense. Mariana, 14 NOV. 1832.
31 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad.: Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 154.
32 CHARTIER, Roger. *A história cultural. op. cit.*, p. 123.
33 KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento’? (“Aufklärung”)”. In: _____. *Textos seletos*. Trad.: Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis, 1974. p. 104.

leitura “legítima”, sobrepujando as possíveis interpretações num jogo de dominação que calou vozes e se imortalizou no próprio impresso[34].

Cabe ressaltar que Behring, assim como outros liberais de seu tempo, engrossou as fileiras do Regresso Conservador. Sobre a intensa trajetória política do reverendo Antônio José Ribeiro Bhering, destacamos os trabalhos de Estêvão de Melo Marcondes Luz, que analisa a trajetória política de um dos mais ativos atores políticos mineiros entre 1829 e 1850. Luz procurou analisar os elementos específicos da vida política de Bhering, mormente seus escritos e atividade pública, identificando os dilemas e anseios que compartilhava com outros sujeitos históricos de seu tempo. A partir da vida de Bhering, Estêvão Luz consegue estabelecer uma visão panorâmica do complexo processo de construção do Estado Imperial brasileiro, identificando as transformações pelas quais passaram os sujeitos históricos, sobretudo com relação às “questões identitárias”, ligados ao grupo liberal-moderado, bem como sua adesão ao *Regresso* e à *Conciliação*.

VASCONCELOS: ESCRITA E PODER

Nenhum indivíduo esteve tão imerso no mundo impresso das Regências quanto Bernardo Pereira de Vasconcelos. Não se poderia ficar indiferente perante seu nome, presença constante em insultos e elogios. Sabemos de sua marcante vida política como conselheiro, deputado, ministro e senador. Contudo, apresentaremos um pouco do Vasconcelos escritor, ou seja, aquele homem que dominava a pena e se fazia presente em muitos lugarejos por meio da palavra impressa. Por meio da imagem de Vasconcelos[35], abordaremos algumas das funções exercidas pelo primeiro segmento da rede de comunicação, isto é, o autor. Para tanto, valemo-nos dos estudos de Pierre Bourdieu acerca do poder simbólico das palavras “nos enfrentamentos de visões de mundo e de previsões da luta propriamente política”[36].

Tradicionalmente, atribui-se a redação do *Companheiro do Conselho* e de O Universal, em seus primeiros anos, a Bernardo Pereira de Vasconcelos[37]. As suspeitas estão evidentes em depoimentos da época, exemplificados nas correspondências de Francisco de Assis Azevedo, de Ouro Preto, para Joaquim Pereira de Queiroz, do Serro. Em 1825, Azevedo remetia “9 N^{os}. do Comp^{ro} do Conselho”, afirmando a Queiroz que “[continuarias],

34 Sobre a instrução na cida de Mariana no tempo de Behring, destacamos as teses: VERONA, Priscilla Samantha Barbosa. *A imprensa como instância educativa em Mariana*, Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita. Belo Horizonte: UFMG, 2020 (Tese, Doutorado em Educação); VIANNA, Fabiana da Silva. *Estado nacional, debate público e instrução primária –Mariana/Minas Gerais, 1816-1848*. Belo Horizonte: UFMG, 2012 (Tese, doutorado em Educação).

35 O texto que se segue refere-se à “fase liberal” de Bernardo Pereira de Vasconcelos, ou seja, sua atuação política antes do Ato Adicional, em 1834. Contudo, consideramos que a imagem do “autor” Vasconcelos tenha se transformado pouco ao longo de sua vida.

36 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998. p. 82.

37 SOUSA, Octávio Taquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Volume V: Bernardo Pereira de Vasconcelos e Evaristo da Veiga. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972, p. 23; VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos, op. cit.*, p. 10; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras. op. cit.*, p. 688.

se assim m'o ordenardes: he o D[or]. Bernardo, que está escrevendo, em nome de outro, que publicam[e] aparece como Redactor"[38] (grifo nosso). Assim, percebemos a possibilidade de Vasconcelos redigir um periódico "em nome de outro", mantendo-se num relativo anonimato. De modo geral, os periódicos não apresentavam os nomes dos redatores ou escreviam em lugar de outro como afirma Azevedo. Contudo, os autores poderiam ser reconhecidos implicitamente, tal como se suspeitava de Vasconcelos. O redator poderia ser conhecido pelo público por meio de boatos ou mesmo pelo estilo literário. Por isso, Bernardo Pereira de Vasconcelos foi considerado o autor de uma polêmica envolvendo dois supostos correspondentes sob os pseudônimos de *Paraopebano* e *Itacolomi*. Conforme a tradição, Vasconcelos criou as duas personagens para discutir o projeto para exploração do rio Doce. De acordo com Salomão de Vasconcellos, "*Itacolomi* defendia o projeto e *Paraopebano* o condenava"[39]. A polêmica foi travada por *O Universal* e, com esse artifício, Vasconcelos experimentava e preparava a opinião pública mineira.

Outros autores também esconderam-se nas sombras do anonimato, como possivelmente aconteceu com o padre José Antônio Marinho. Conforme O *Correio de Minas*, no princípio de 1841, "na Typpografia de Pimentel de S. João Del Rei deu-se à Luz ultimamente um panfleto" que intentava "morder o Sr. Comendador José Francisco de Mesquita". Ainda de acordo com *O Correio*, o cônego Marinho era "reputado em S. João o verdadeiro autor desse escrito anonimo"[40]. Não temos certeza do envolvimento do cônego, mas podemos dar certo crédito à notícia pelo fato de ter sido o panfleto impresso na Tipografia de Pimentel, onde Marinho redigia *O Americano*.

Nas eleições de 1828, Vasconcelos publicou vários panfletos, distribuídos em muitos pontos da Província. Disso nos dá conta outra correspondência de Francisco de Assis Azevedo, datada de 29 de outubro:

> Não sei se o Dezembargador Vasconcelos vos-escreve neste Correio, como no passado, mas elle me encarregou de vos remetter mais papeluxos d'aquelles que vos-mandou, certo de que cooperarei para a boa causa com a actividade e jeito que vos-são próprios (...). Para toda a parte tem se mandado copia destes impressos, que não deixão de produzir muito effeito, até por que o Vasconcelos tem muito conceito em toda a Província[41].

De fato, Bernardo Pereira de Vasconcelos exercia certa autoridade simbólica porque tinha "muito conceito em toda Província". Assim, em meio à luta política, os contendores "detêm um poder proporcional a seu capital simbólico, ou seja, ao reconhecimento que recebem de um grupo". Vasconcelos desempenhava uma autoridade fundada em sua própria ação, impondo-se "perante todos e em nome de todos"[42]. Ademais, sua retórica

38 APM/LAP Cx. 02 Pasta 3 Volume 3.2 Carta de Francisco de Assis Azevedo para Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 13 JUL. 1825.
39 VASCONCELLOS, Salomão de. *op. cit.*, p. 10.
40 CORREIO de Minas (O). Ouro Preto, 16 MAR. 1841.
41 APM/LAP Cx. 02 Pasta 3 Volume 3.2 Carta de Francisco de Assis Azevedo para Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 29 OUT. 1828.
42 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüisticas. op. cit.*, p. 82.

produzia “muito effeito”, isto é, era dotada de potência persuasória capaz de levar os leitores e ouvintes à ação de fato. Desta forma, deparamo-nos com outro elemento marcante nos discursos regenciais: a mobilização política. Muitos textos trataram de impor uma direção e de afirmar uma conduta. Dentre estas formulações discursivas destacam-se as proclamações, lidas com bastante veemência durante o processo de leitura coletiva. Entretanto, como ensina-nos o professor José Antonio Dabdab Trabulsi,

> a mobilização não é um fim em si. Age-se, em certas condições concretas, na medida das possibilidades do momento, em vista de algum resultado. O agir não é, portanto, dissociado dos móveis da ação. O esforço estimado necessário e o cálculo das possibilidades de sucesso são permanentemente avaliados em relação aos resultados esperados[43].

Certamente, o Vasconcelos de 1828 esperava como resultado a vitória nas urnas e a afirmação dos liberais moderados na província, sobretudo o fortalecimento da Representação Nacional.

Escrever para mobilizar também era o motor das proclamações que apareciam nas portas das casas e nas esquinas das vilas da Província de Minas Gerais, principalmente, quando eclodia algum levante, como a Sedição Militar de 1833. José Maria Pinto Peixoto, Chefe das Forças Provinciais, enviou vários impressos para serem afixados em locais públicos ou introduzidos por debaixo das portas de particulares. Aqui os objetivos são claros: subjugar as forças rebeldes. No entanto, em correspondência datada de 1º de maio de 1833, Peixoto relata o “descontentamento que causou a tal Proclamação de Manoel Soares do Couto”[44]. Dessa forma, o próprio exército legalista estava às voltas com os efeitos negativos da retórica persuasiva. Desta vez não era a mobilização para a guerra, mas a desmobilização das tropas que estava em jogo.

Todavia, voltemos ao caso do estadista mineiro. Em novembro de 1828, tornava Francisco de Assis Azevedo: “fico certo em que promovereis efficazmente o arranjo daquelle negocio cujos papeis vos-remeti, a fim de que seja servido o nosso Affilhado”[45]. O “afilhado” em questão era Vasconcelos, vizinho de Azevedo na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, onde ocorrera “barulhento” escrutínio naquele ano. “Contemplações e amizades” contavam no jogo político, mas, para Azevedo, “seus patrícios merecem sempre a preferência”[46]. Ao tratar Vasconcelos como “afilhado” e lembrar o caráter de “patrício”, os correspondentes indicavam outro ponto relevante da função do autor: ele era uma espécie de procurador. O redator tornava-se o porta-voz que efetivamente falava e agia em nome de um grupo cujos propósitos defendia, no limite era “o substituto do grupo que exist[ia] somente por esta procuração”[47].

43 DABDAB TRABULSI, José Antonio. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 119.

44 APM/ PP[1] $_{37}$ Cx. 02 doc. 01. Correspondência de José Maria Pinto Peixotro à Presidência da Província. 04 MAIO 1833.

45 APM/LAP Cx. 02 Pasta 3 Volume 3.2 Carta de Francisco de Assis Azevedo para Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 04 NOV. 1828.

46 *Idem*.

47 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüisticas. op. cit.*, p. 83.

De fato, para muitos eleitores a qualidade de Patrício “he[ra] de muito valor”. Todavia, o eleitorado poderia consultar “mais o caracter, e a constitucionalidade do que qualquer outra couza”[48]. Para garantir a eleição, Vasconcelos contou com uma rede de correligionários que se dispunha a divulgar seus escritos pela Província. Francisco de Assis Azevedo também tomou parte nessa rede envolvendo seu amigo Joaquim Pereira de Queiroz. Vasconcelos já era conhecido por sua aristocrática linhagem e pela atuação como desembargador e conselheiro da província. Contudo, necessitava ampliar sua imagem entrando numa arena conflituosa. Na luta simbólica acontecia um combate entre poderes concorrentes. Neste prélio, os adversários promoviam uma dupla representação: por um lado, divulgavam “uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade”; de outro, difundiam “representações engrandecedoras do poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões”[49]. Vasconcelos esteve imerso nesta luta. Como autor, procurou invalidar as reivindicações de seus adversários, evidenciado em seu habitual sarcasmo, dando “a impressão de deixar o contendor nu”[50]. Simultaneamente, propagava uma imagem impoluta de si. Em vista disso, Francisco de Assis Azevedo exaltava a “qualidade de Patrício”, o caráter e a “constitucionalidade” de Vasconcelos como elementos essenciais para sua escolha como representante da nação.

Bernardo Pereira de Vasconcelos fazia-se presente em vários pontos da Província por meio da palavra impressa, apresentando uma imagem constitucional e patriótica. Para tanto, compôs aquela que seria a primeira prestação de contas de um político a seus eleitores no Brasil: a *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*. Este documento, réplica de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao marquês de Baependi, foi impresso em São João del Rei, na Tipografia do Astro de Minas, em 1828[51]. O proprietário da tipografia, Baptista Caetano de Almeida, então amigo de Vasconcelos, ofereceu seu estabelecimento para imprimir a Carta. Adiante mostraremos como foi penosa a impressão desta obra (**Capítulo 4**). Por ora, interessa-nos perceber as relações evidentemente políticas com o editor que, como ele, era partidário do liberalismo moderado nos primeiros anos das Regências. As relações editoriais eram determinadas pelos laços estabelecidos entre os agentes conforme seus posicionamentos políticos. Deste modo, a imprensa não era puramente um negócio, pois os prelos trabalhavam de acordo com a inclinação política de autores e editores. Os textos de Vasconcelos foram impressos conforme sua “fase” política. Assim, no momento de euforia liberal, o deputado utilizou-se de tipografias igualmente liberais. Entretanto, após a aprovação do Ato Adicional de 1834, Bernardo Pereira de Vasconcelos distanciou-se de seus antigos companheiros, dentre eles Batista

48 APM/LAP Cx. 02 Pasta 3 Volume 3.2 Carta de Francisco de Assis Azevedo para Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 08 NOV. 1828.
49 BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. p. 300.
50 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.* v. V. p. 185.
51 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos.* São Paulo: Editora 34, 1999. p. 58-191.

Caetano de Almeida. Paulatinamente, Vasconcelos dirigiu-se para o campo conservador, armando a oposição regressista. Também afastou-se de *O Universal* que, naquele momento, passou a criticá-lo como trânsfuga e traidor. A partir de então, a imprensa "regressista" era montada e nela Vasconcelos divulgaria seus espirituosos discursos. Pois, como notara um seu ex-desafeto: "Vasconcellos de 29 a 31, quando redigi o Telegrapho, não he o mesmo Vasconcellos de 35 ao diante"[52].

Como "porta-voz autorizado", Vasconcelos agiu sobre o próprio grupo liberal "na medida em que sua fala concentra[va] o capital simbólico acumulado do grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele [era], por assim dizer, o procurador"[53]. Entretanto, se aceitarmos as proposições de Bourdieu, essa "procuração" seria eficaz conforme a posição social do autor no campo político. Cabe ressaltar que neste ponto reside nossa discordância em relação ao pensamento bourdieuriano, que enfatiza a mobilidade de certo indivíduo no campo, "*locus* onde se sedimenta o consenso"[54], de acordo com seu capital simbólico. Por este entendimento, o campo torna-se uma entidade rígida, o que, no limite, sacrificaria a própria idéia de *criatividade* humana. Em vista disto, indagamos juntos com Renato Ortiz: "onde se situaria a mudança?"[55] As relações de poder devem ser visualizadas no curso do movimento da própria história, relativizando o processo de reprodução de uma ordem. Assim, percebemos que os indivíduos podem tanto operacionalizar o aparato simbólico de que dispõem, como, também, criar novos instrumentos e formas de combate e, consequentemente, novas realidades que lhes sejam próprias. Portanto, enfatizamos a ação das personagens das Regências não somente como elementos de reprodução, mas, sobretudo, como agentes de transformação. Nestes termos percebemos a ação de Vasconcelos: por um lado, caracterizou-se pela busca da manutenção de uma ordem social escravista para o Império; por outro, foi marcada pelas substanciais mudanças no panorama político brasileiro, ao tomar parte na consolidação de um sistema representativo e na formação de uma esfera pública de poder por meio dos periódicos *O Universal*, *O Sete de Abril*, *O Caboclo*, *O Brasileiro*, a *Sentinela da Monarquia* e o *Correio da Tarde*[56].

Retirados de uma perspectiva imobilista, os pensamentos de Pierre Bourdieu são de grande relevância para os estudos acerca do "autor". Para Bourdieu, a eficácia simbólica desempenha-se na medida em que o público "reconhece quem a exerce como podendo exercê-la de direito"[57], ou seja, é preciso haver um reconhecimento. O discurso não pode ser apenas compreendido, é necessário que seja reconhecido e legitimado pelo receptor. Dessa forma, a produção de Vasconcelos produzia "muito effeito", pois tinha "muito conceito em toda a Província", isto é, ele era efetivamente conhecido e reconhecido por

52 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 22 JUN. 1838.
53 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas lingüísticas. op. cit.*, p. 89.
54 ORTIZ, Renato. "Introdução". In: BOURDIEU, Pierre. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 24.
55 *Ibidem*, p. 27.
56 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.* v. V. p. 19.
57 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas. op. cit.*, p. 95.

parte dos eleitores mineiros de 1828. Para tanto, Vasconcelos retomava suas tradicionais recomendações: "Artigos curtos; são os que o povo lê"[58]. Textos concisos, incisivos e diretos marcaram sua vida parlamentar e jornalística, cuja inspiração decorria de "amigos" como "os Says, os Ganilhs, os Benjamin Constants, os Benthams e os Henets, e outros políticos e financeiros", os quais o acompanhavam "dia e noite" em sua casa[59].

Contudo, Vasconcelos, assim como outros autores das Regências, não era o "mestre dos sentidos". Ele encontrava-se dependente e reprimido[60]. Dependente da própria prática da leitura de seus textos, pois suas intenções não se impuseram de maneira absoluta em seus leitores. Afinal estes poderiam extrair sentidos diversos numa leitura, até certo ponto, autônoma. Também dependia das condições técnicas da própria imprensa, como ocorrera com sua *Carta aos Senhores Eleitores da Província de Minas Gerais*, que não foi impressa integralmente pela Tipografia do Astro de Minas. Além disso, no início de sua carreira, ainda estava subordinado à rede de correspondentes que divulgava seus escritos pela Província, como mostrou Francisco de Assis Azevedo, em 1828.

Vasconcelos era reprimido pelas condições que determinavam a produção literária, como o apreço por determinado autor ou a ausência de outro. Deste modo, ao passo que o acusavam de ler "Maquiavel e *D. Quixote, o Paraíso* Perdido e os entusiastas da escola corrompida de Walpole", insultavam-no dizendo que ele "nunca teria a paciência de ler e meditar as inúmeras obras de Harley, Hume, Printley, Fichte, Gerbet, Droz, Garat". Depreciavam seus gostos por preferir "a leitura dos romances, única leitura dos que não têm tempo de estudar"[61]. Talvez, estas leituras nunca fizessem falta à Vasconcelos, mas, decerto eram notadas pelos seus desafetos, como Manuel de Araújo Porto Alegre.

A doença também o reprimia: "não podia andar, não podia escrever"[62]. Presa àquele corpo deformado pela "*tabes dorsalis*", sua mente encontrava na vida política o objetivo último para sua existência. Todavia, enquanto apresentava-se fisicamente indefeso e frágil, suas palavras muniam-se de uma potência fulminante, dilaceradora e, sobretudo, criadora de novas direções, de novas interpretações. Com efeito, para Vasconcelos, o ato da escrita – aliado à oratória – era um exercício de poder.

Bernardo Pereira de Vasconcelos e outras personagens das Regências buscaram efetivas suas vozes por meio dos impressos. Ressaltamos que a idéia de voz é aplicada não somente no sentido de difusão de determinado discurso ou mesmo no sentido de intermediação entre público e escritores, mas, nos termos da discussão, no sentido de

---

58 Bernardo Pereira de Vasconcelos *Apud*. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.* v. V. p. 50.
59 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 05 NOV. 1828.
60 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad.: Mary Del Priore. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 1999. p. 35-36.
61 COCLES, Horácio (possível pseudônimo de Manuel de Araújo Porto Alegre). "Lobães Saquaremas". In: NOTICIADOR (O). Rio de Janeiro. 25 SET. 1849. *apud*. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.* v. V. p. 230-231.
62 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.* v. V. p. 37.

“um agente social que representa alguma função e algum interesse na comunidade”[63]. Estas vozes se fazem presentes com o auxílio do reconhecimento do grupo político que representa, isto é, quando acumulam determinada força simbólica. Com efeito, exercitar a *voz* na produção dos discursos compreende uma atividade política. Por esse entendimento, os jornais são os locais onde vozes se apresentam, chegamos mesmo a ouvi-las, buscando impor determinada visão de mundo. Contudo, estas *vozes impressas* mesclaram-se às *vozes das ruas* por intermédio do debate na praça pública. Nesse sentido, os leitores das Regências apareceram em apropriação inventiva do texto, dialogando com o escrito, seja diretamente com o autor ou por meio de correspondências. Ademais, o autor pode não ser “exatamente nem o proprietário nem o responsável de seus textos”[64], mas parte de uma produção coletiva, complementado pelos inúmeros interlocutores da província.

CORTES: O JORNALISMO ÁULICO

A historiografia sobre a imprensa provincial mineira no Primeiro Reinado e nas Regências privilegiou os escritos e as trajetórias de personagens representativos do liberalismo moderado. Pelo caráter hegemônico exercido por esse grupo no período entre 1830 e 1834, e a consequente abundância de fontes históricas, resultado mesmo de um processo de monumentalização, vários trabalhos historiográficos estabelecem uma relação quase empática para com autores como Antônio José Ribeiro Bhering, José Antônio Marinho e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Estes são os vencedores do 7 de Abril de 1831, os quais participaram do cortejo triunfal que buscou relegar seus opositores, fossem conservadores absolutistas ou exaltados republicanos, ao esquecimento[65].

Encontrar fontes sobre indivíduos que não participaram daquele cortejo vitorioso é difícil. Os lugares de memória construídos no momento de hegemonia do grupo liberal-moderado tendem a expressar seus anseios em deixar à posteridade determinada imagem si, a exemplo das prateleiras da Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública de Minas Gerais, repletas de folhas liberal-moderadas, com volumes encadernados quase completos de jornais como *O Universal*. Em contrapartida, impressos conservadores são praticamente inexistentes, salvo algumas folhas esparsas. *O Telegrapho* é um desses periódicos que quase desapareceram, não fossem os pouquíssimos exemplares deteriorados que foram guardados pelo Arquivo Público Mineiro. Cabe informar que encontramos exemplar único dessa folha, a edição de 1º de março de 1831, no acervo de jornais do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. A presença desse número no Arquivo Eclesiástico pode sugerir que o periódico seria um “ braço articulado da diocese”[66]. Porém, a relação do *Telegrapho* com os poderes constituídos era mais ampla e complexa.

---

63 MEY, Jacob. As vozes da sociedade: letramento, consciência e poder. *D.E.L.T.A.* v.14 n. 2. São Paulo: EDUC, 1998. p. 331-348.
64 FOUCAULT, Michel. “Qu’est-ce qu’un auteur?” In: _____. *Dits et écrits*. Vol. 1: 1954-1875. Paris: Gallimard, c 2001. p. 817.
65 BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: *Obras Escolhidas*. Vol. I, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 225.
66 LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. *Incendiárias Folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849).* Franca: UNESP, 2016 (Tese, Doutorado em História), p. 50.

José Gonçalves Cortes é daqueles personagens históricos que, geralmente, são lembrados nos rodapés das páginas de teses e artigos acadêmicos. Poucos trabalhos historiográficos vão além de classificá-lo como simples "burocrata". Na maioria das referências, Cortes é lembrado apenas como redator do *Telegrapho* de Ouro Preto, sem maiores detalhes de sua vida pessoal e política[67]. A despeito da dificuldade de se encontrar documentos sobre sua trajetória, acreditamos que José Gonçalves Cortes não era um "indivíduo desconhecido dos mineiros"[68]. Todavia, temos conhecimento dele por fontes que lhes são opositoras, como os periódicos liberais contra os quais combatia, ou seja, sabemos de Cortes pelos escritos de seus detratores.

A dificuldade relacionada às fontes históricas nos chama a atenção para a necessidade de se fazer uma leitura a "contrapelo" dos vestígios documentais, a fim de identificar o pensamento político de José Gonçalves Cortes, bem como sua inserção na sociedade mineira daquele período. Em decorrência do caráter fragmentário e descontínuo desses registros, é fundamental o cruzamento com fontes diversas, que nos permitem acompanhar parte dos caminhos que ele trilhou nas Minas Gerais da primeira metade dos Oitocentos, ampliando sua imagem para além de seu papel reconhecido no *Telegrapho*. Além do referido periódico, lançamos mão de outras folhas de caráter conservador, como *O Analista*, *O Cruzeiro*, *Amigo da Verdade* e o *Verdadeiro Patriota*, para encontrar informações e discursos de e sobre *Cortes* e o jornal que redigia. Ademais, a documentação produzida pelas câmaras municipais e as correspondências da Presidência da Província de Minas Gerais, também contribuem para identificar a atuação de Cortes, bem como seu ideário político, no interstício que nos ocupamos.

Natural da Freguesia de Prados (MG), José Gonçalves Cortes era filho do português Antônio Gonçalves Cortes e de Anna Gonçalves Rodrigues, "nascida, e baptizada na Freguesia de Nossa Senhora da Borda do Campo"[69]. Anna era descendente de paulistas ligados ao comércio com as minas, que fincaram raízes na Vila de Barbacena, no século XVIII[70]. A partir de registros paroquiais, sabe-se que Cortes, por meio do matrimônio que contraiu com Mariana Querubina de Almeida Magalhães[71], teve vínculos com Francisco de Paula de Almeida Magalhães, negociante de grosso trato de São João Del Rei. Embora o enlace tivesse durado pouco, pois sua esposa falecera em 1808, as relações de Gonçalves

67 AMARAL, Alex Lobello. *Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, 2019 (Tese, Doutorado em História); LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. *Op. cit.*, 2016; SILVA, Wlamir José. Luz e nevoeiros: a imprensa periódica mineira no período regencial (1831-1840) *Almanack*, Guarulhos, n. 20, p. 170-193, dez 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320182008; VERONA, Priscilla Samantha Barbosa. *A imprensa como instância educativa em Mariana*, Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita. Belo Horizonte: UFMG, 2020 (Tese, Doutorado em Educação); VIANNA, Fabiana da Silva. *Estado nacional, debate público e instrução primária –Mariana/Minas Gerais, 1816-1848*. Belo Horizonte: UFMG, 2012 (Tese, doutorado em Educação).

68 LUZ, Estêvão. *Op. cit.*, p. 49.

69 Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Prados. Registros de Batismos (1771-1789), f. 183v., registro de 14 jul. 1782.

70 BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Primeiras Gerações de Pereiras Themudos em São Paulo. *Revista da ASBRAP*, v. 2 , 1995, p. 151-160.

71 Matriz de N. Sra. Pilar de São João del Rei. Registro Paroquial de Casamento, Livro nº 9, folha 170, registro de 26 nov. 1806.

Cortes com os Magalhães é exemplo característico das uniões familiares na Minas Patriarcal oitocentista. Além de questões relativas ao patrimônio, as alianças matrimoniais "facilitavam a consolidação de teias que viabilizavam projetos políticos e econômicos", como ensina Silvia Maria Jardim Brügger[72]. De acordo com documentos do Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Ouro Preto, José Gonçalves Cortes casou-se mais duas vezes: o segundo matrimônio com Ana Pereira de Campos; e o último, no tempo da publicação do Telegrapho, com Lúcia Amália Bandeira. No registro deste, destaca-se o "Excelentissimo Governador das Armas desta Província Francisco de Assis Lorena" como testemunha de casamento[73], cimentando os vínculos políticos que eram explícitos na imprensa.

A ascendência materna ajuda a explicar a relação de Cortes com a região de Barbacena, como podemos identificar pelas representações da Câmara Municipal daquela povoação, expedidas em momentos cruciais da Independência[74]. Destacamos uma representação da Câmara da Vila de Barbacena, enviada por ocasião da coroação de D. Pedro I, que afirma:

> Nós quizera-mos, se possivel nos fosse, executar pelas nossas mãos esta acção gloriosa, mas se nós não podemos executar nada nos impede que o façamos pelas do nosso representante *José Gonçalves Cortes*: a quem por via de hum accórdão lançado no Livro deste Senado, o revestimos para isso de todos os poderes necessarios.
>
> Todas as vezes, que o temos destinado para levar à Augusta Presença de V. M. I. as nossas representações, não temos invejado a sua sorte; mas agora o consideramos mais feliz do que nós; pois que ele não vai ser o nosso representante, mais sim dos Santos Anjos; que Deus tem destinado para executar esta acção, que toda he sua, e só digna delle[75].

O documento, além de evocar uma concepção política entendida como um poder que pairava entre os homens e Deus, típica da tradição embasada no direito divino dos reis, apresenta José Gonçalves Cortes como representante – revestido "de todos os poderes necessários" – dos homens bons da Vila de Barbacena junto à Corte. Assim, no início do primeiro reinado, Cortes experimentava a "alquimia da representação", através da qual ele constituía simbolicamente o grupo sócio-político que representava[76]. Em janeiro de 1823, estes serviços prestados por Cortes à monarquia foram reconhecidos ao obter a almejada mercê do Hábito da Ordem de Cristo[77], fortalecendo os vínculos entre príncipe

72 BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei - séculos XVIII e XIX).* São Paulo: Annablume, 2007, p. 257.
73 Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias de Ouro Preto, Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de N. Sra. da Conceição (1827-1836), f. 11, registro de 1º ago. 1830. Para outras informações sobre Cortes, ver seu inventário *Post-mortem*: ARQUIVO CENTRAL (Universidade Federal de Juiz de Fora). Fundo Fórum Benjamin Colucci, Inventários do Século XIX, Ano 1868, 18º processo - Caixa: 067 - ID: 405.
74 GAZETA do Rio de Janeiro, 16 MAR. 1822; 11 ABR. 1822.
75 GAZETA do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 3 DEZ. 1822. Itálico no original.
76 BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 83.
77 ARQUIVO NACIONAL. ORDENS HONORÍFICAS. DECRETO agraciando com o grau de Hábito a: Francisco José da Silva; José Gonçalves Cortes; João Antônio de Lemos - 30/01/1823. Referência: BR RJANRIO 69.CAI.OCR.7870490.

e súdito ao afirmar a continuidade de uma "economia das mercês", base do processo de constituição do Estado Moderno[78]. Alguns anos mais tarde, José Gonçalves Cortes tornava público, no Telegrapho, os agraciados com as ordens de Cristo, de Avis, da Rosa e do Imperial Cruzeiro[79], inserindo-se no processo de comunicação e mediação em torno dessas honrarias, pois a mercê "devia ser exibida [e publicizada] para garantir honra e poder, não só ao agraciado como ao monarca"[80].

Ao longo de sua trajetória, José Gonçalves Cortes esteve envolvido em algumas ações na região de Barbacena, possivelmente interessado em galgar projeção política. Em maio de 1823, escreveu e encaminhou à Assembleia Geral Constituinte um "Plano que se offerece para construção da Estrada, que se deve formalizar desde esta Capital [Rio de Janeiro] até a Vila de Barbacena". Sua proposta foi analisada pelos parlamentares, que teceram comentários elogiosos, aprovando-a na sessão de 10 de julho daquele ano. No projeto, assinado pelo próprio Cortes destaca-se a sugestão para se resolver o problema da "falta de braços competentes" para a construção da estrada. Propunha-se "abolir as penas de degrêdo tão ruinosas a hua Nação com falta de braços", convertendo gradualmente as penas em trabalhos braçais "de forma a não reter presos alguns em cadeias". A proposta é complementada com a indicação do uso de mão-de-obra escravizada: "E quando isto não seja bastante, se convidarão pessoas, que possam dispensar-se dos trabalho da agricultura, e ainda mesmo aos lavradores, que para **ahi mandem seus escravos nos tempos vagos**, pagando-selhes seus jornaes competentes" [81].

A concepção de "trabalho" para José Gonçalves Cortes, que se depreende de sua proposta de usar presidiários e escravizados na construção de uma estrada, aproxima-se da definição do dicionarista Rafael Bluteau que, em seu Vocabulario portuguez e latino (1721), relacionava o vocábulo aos termos "perseguição, desgraça, infortúnio"[82]. Representante de uma mentalidade profundamente hierarquizada, Cortes evocava uma noção do "trabalho" como prática braçal e, no limite, um castigo destinado às pessoas "sem qualidades". Para ele, como se interpreta de sua inserção nos quadros da burocracia estatal[83], ascender socialmente estava ligado "ao facto de deixar de trabalhar por suas mãos" em ofícios considerados "pouco dignos" (SÁ, 2005: 94). Tratava-se, portanto, de assinalar uma

78 OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Colecção Thesis, 2001, p. 20.
79 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.
80 OLIVAL. Op. cit. p. 116.
81 "Plano que se offerece para construção da Estrada, que se deve formalizar desde esta Capital [Rio de Janeiro] até a Vila de Barbacena, 13 maio 1823. **Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/parecer-n-2-sobre-uma-representacao-relativa-uma-estrada-do-rio-de-janeiro-para-barbacena Acesso em: 18 JUL. 2022.
82 BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario Portuguez e latino (Volume 08: Letras T-Z).* Lisboa : Officina de Pascoal da Sylva, 1721. p 230.
83 Dentre os cargos e atribuições que José Gonçalves Cortes ocupou na administração pública, conseguimos identificar que atuou como: representante da Câmara Municipal de Barbacena; Escrivão de Órfãos em Barbacena; recebedor dos dízimos do distrito de Itaverava; e administrador de Recebedoria do Paraibuna. Fontes: GAZETA DO RIO DE JANEIRO; Arquivo Nacional – Fazenda Pública; Arquivo Público Mineiro – Presidência da Província; Arquivo Central UFJF - Fundo Fórum Benjamin Colucci.

desigualdade essencial que possibilitaria a conservação do status quo estamental e de uma liberdade que somente existe às custas dos outros, isto é, uma liberdade que funciona como dominação[84].

As ações de Cortes, em suas manobras pelas tramas daquele mundo em transformação, podem ser compreendidas a partir da teia de relações sociais em que estava inserido[85]. Das alianças familiares à atuação junto à Câmara Municipal de Barbacena, Cortes mantinha-se próximo aos proprietários ligados à economia agrário-mercantil do sul mineiro. No contexto da Independência, representava uma elite que visualizava na tradição dinástica "a via mais segura para a mudança"[86]. Assim, ao transitar entre a Comarca do Rio das Mortes e a capital do nascente império, Cortes contribuiu para o fortalecimento do projeto político de D. Pedro, que visava consolidar o poder central no Rio de Janeiro. Sua atuação em defesa da autoridade monárquica continuou no Primeiro Reinado, levando-o a ser nomeado Escrivão de Órfãos da Vila de Barbacena, em agosto de 1823. [87]

Com a abertura da Assembleia Geral, em 1826, evidenciavam-se os desentendimentos entre a Câmara temporária e o Poder Moderador. No decorrer da primeira legislatura, "cada vez mais se aprofunda o abismo entre o governo e a maioria do país" encarnada na "representação nacional"[88]. A tensão crescente era vivida na imprensa periódica, que assumia os contornos de verdadeira arena política. Para fazer frente às folhas de tendência liberal, que dominavam os espaços de discussão em Minas Gerais, os conservadores articularam-se para entrar na luta impressa. Assim, nos idos de março e abril de 1829, José Gonçalves Cortes percorria, mais uma vez, os caminhos de Minas. Sua viagem foi anunciada pela imprensa liberal do Rio de Janeiro, que preparava os colegas mineiros para o embate tipográfico[89]. A jornada de Cortes em direção à Ouro Preto tinha como objetivo primordial abrir uma oficina tipográfica e retomar seu papel como representante daqueles "homens que de instincto temião as revoluções, e desejando repelir os seus germens", procurou "desenvolver o principio da autoridade"[90], publicando uma "folha ministerial": *O Telegrapho*.

Publicado em Ouro Preto, na Typographia de Cortes e Companhia, a folha redigida por José Gonçalves Cortes vinha a lume às terças-feiras e sábados, podendo ser assinada em Ouro Preto, na própria oficina tipográfica, e em São João del Rei, na casa de José Maximiano Baptista, ao custo de 2.000rs. por trimestre. Sobre a assinatura de periódicos, um discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, na sessão de 1º de junho de 1830 da Câmara dos Deputados, lança luz sobre uma questão pouco abordada nos estudos sobre

84 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 188.
85 LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 26.
86 SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. *Tempo*, 18(33), 2012, p. 243–268. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010. Acesso em 23 DEZ. 2023.
87 BIBLIOTECA NACIONAL. SANTA APOLÔNIA, Francisco Pereira de. [Ofício ao presidente da Junta da Fazenda Pública para que mande informar sobre a pretensão do suplicante José Gonçalves Cortes ao ofício de escrivão de órfãos da Vila de Barbacena.]. Ouro Preto, MG: [s.n.], 12 ago. 1823. 2 p. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=76224 . Acesso em: 18 Jul. 2023.
88 PRADO JR., Caio. *Evolução Política do Brasil*. p. 63.
89 AURORA Fluminense. Rio de Janeiro, 30 MAR. 1829.
90 ROCHA, Justiniano José. *Ação, Reação, Transação.* p. 9.

a imprensa oitocentista: “Na Provincia de Minas Geraes disse-me hum Magistrado, que fôra forçado a assignar o Telegrafo, porque o primeiro mandão delle lhe assegurára, que eram remettidos para o Ministerio o nome dos Subscriptores para serem conhecidos os seos Amigos”[91].

Embora não possamos confirmar a denúncia de Vasconcelos, a possibilidade de ação governamental coagindo servidores públicos a assinar uma folha “ministerial” é plausível, indicando, inclusive, articulação do grupo *áulico* de forma incisiva nos “bastidores do funcionalismo imperial”[92]. No mesmo discurso, Vasconcelos ainda questionava: “A imprensa periodica foi huma das Armas, com que se propoz esse Ministerio infame subverter, demolir o Edificio Constitucional; quantos periodicos, e de que natureza não nascerão durante essa odiada administração?”[93]. Além do possível favorecimento para a arrematação da tipografia provincial, a suspeita de Vasconcelos em torno da articulação do governo na imprensa é corroborada por algumas “coincidências”.

O primeiro número do *Telegrapho* foi publicado no dia 2 de maio de 1829, tendo sido anunciado em suplemento especial de seu adversário, *O Universal*, marcando a contenda que travariam entre si no decorrer dos anos seguintes[94]. Importante assinalar que *O Telegrapho* apareceu seis dias antes do *Amigo da Verdade*, folha de mesma tendência política publicada em São João del Rei, na Typographia de J. Maximiano Baptista, o mesmo que facultava a assinatura do periódico ouropretano. De maneira recíproca, podia-se assinar *O Amigo da Verdade* na tipografia do *Telegrapho*. Ademais, quase ao mesmo tempo (4 de maio de 1829), outra folha governista vinha a lume na distante Província de Pernambuco: *O Cruzeiro*. A proximidade temporal em que essas folhas foram inauguradas nos leva a supor que houve uma ação ampla e coordenada dos *áulicos* no Império, que visavam entrar solidamente na arena impressa, agitando as disputas tipográficas do período. Dessa articulação teria participado o próprio imperador, D. Pedro I, “**subvencionando jornais** para responder a ataques feitos por outros ao governo, escrevendo ele mesmo artigos de polemista agressivo”, como sugere Octávio Tarquínio de Souza (SOUZA, 2015: 609. Negritos meus).

Assim como outros jornais de seu tempo, *O Telegrapho* fazia parte de uma rede de comunicação que interligava leitores, redatores e editores, ampliando o poder do escrito ao se referenciarem mutuamente em editoriais, artigos e correspondências. Após percorrer essa rede de comunicações, os leitores do *Telegrapho* tinham em mãos um material **graficamente** concebido como as demais folhas de seu tempo. O texto era impresso em folhas no formato *in-quarto* (11,5 x 9 in.), com quatro páginas preenchidas por uma mancha gráfica afastada cerca de dois centímetros e meio da borda do papel, deixando-se um

91 DIÁRIO da Câmara. Rio de Janeiro, 1830, n. 29, p. 23.
92 MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. Áulicos e a elite intelectual na Corte fluminense (1823-1831). *Veredas da História*, v.8, 2015, p. 25.
93 DIÁRIO da Câmara. Rio de Janeiro, 1830, n. 29, p. 23.
94 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 4 MAIO 1829.

considerável espaço "vazio". A paginação era sequencial, com a numeração continuando a cada nova edição. Artigos também poderiam ser fragmentados e "continuados" em números posteriores, incentivando os possíveis leitores a adquirir as edições seguintes. Assim, o jornal apresentava um projeto editorial simultaneamente **fragmentário** e **contínuo**, cujos exemplares poderiam ser apensados em forma de fascículos, o que denota um caráter perene àquelas folhas. Além disso, há casos em que leitores evocam números antigos do *Telegrapho* para argumentar em correspondências, indicando que esses impressos não eram tão efêmeros como poderíamos supor.

Como parte da cultura de impressão de seu tempo, ainda havia a exibição de **epígrafes** nos frontispícios dos periódicos, cujos significados simbólicos eram reconhecidos pelos membros daquela comunidade de discurso, figurando como "uma imagem, uma insígnia ou uma decoração ostensiva no peito do autor" (COMPAGNON, 120-121). O Telegrapho ostentava um trecho da Conjuração de Catilina, de Salústio (86 a.C. - 34 a.C.), como epígrafe: "*Neque quisquam hominum libidin [sic] simul, et usui paruit*" [ninguém pode servir ao mesmo tempo às paixões e ao seu dever][95]

O excerto é parte do discurso de Júlio César, reconstruído pelo escritor romano Caio *Salústio* Crispo, sobre o modo de punir os conspiradores envolvidos na conjuração liderada por Lúcio Sérgio Catilina, que ocorreu em torno de 63 a.C., no contexto da queda da República de Roma (século I a.C.). A passagem integra a argumentação de César acerca da autoridade das leis e dos "costumes dos ancestrais" (*mos maiorum*), que estão acima das paixões. José Gonçalves Cortes selecionou, para a epígrafe de seu periódico, o trecho de uma obra que apresentava o momento em que Roma estava cindida em facções: os *popularis*, liderados por César; e a facção conservadora, representada por Catão[96].

Assim como em Roma Antiga, Cortes alegava que o Império do Brasil também estaria dividido em dois grupos antagônicos. Sabemos disso pelo seu rival, o padre Antônio José Ribeiro Bhering, redator do *Novo Argos*, ao lançar um "Golpe de vista sobre o Telegrafo", comentando justamente sobre a referida epígrafe. Conforme Bhering, *O Telegrapho* teria afirmado que havia dois partidos dominantes, os quais seriam: 1º os "liberaes", classificados por Cortes como federalistas e republicanos; 2º os "Constitucionaes amantes da ordem", referindo-se aos apoiadores de D. Pedro I[97]. Dizer isso nas palavras de um autor latino era usar a autoridade de Roma contra aqueles que se colocavam na oposição ao primeiro Imperador do Brasil, mas que também eram herdeiros de uma tradição clássica, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, a quem Cortes atribuía, justamente, a alcunha de "Catilina"[98]. Com isso, o redator do *Telegrapho*, de forma pretensiosa, colocava-se sob a autoridade de um predecessor ilustre (Salustio) e, simultaneamente, exibia certa ambição intelectual[99].

95 A citação completa é "*Haud facile animus verum providet, ubi illa obsiciunt; neque quisquam omnium lubidini simul et usui paruit.*" SALÚSTIO. *Belli Catilinari et Jugurthini historiae*. Pensilvânia: Typis T. et J. Swords, 1808, p. 50.
96 ARAÚJO, Sônia Regina Rebel de. Discurso como ação política na República Romana: a propósito da conjuração de Catilina. *Phoinix* (UFRJ) , v. 11, 2005, p. 269.
97 NOVO Argos. Ouro Preto, 11 FEV.1830.
98 GRITO do Povo. Ouro Preto, 30 MAR. 1833.
99 RITZ, Olivier. Les épigraphes latines des premiers historiens de la Révolution française. 1789-1814, *Dix-huitième*

O padre Bhering, assim como outras pessoas de seu tempo, reconheceu a origem do trecho escolhido por Cortes: "Prometteo o Redactor deste Periodico seguir em tudo a recta rasão, e por esta cauza tomou por **epigrafe a passagem de Sallustio, quando falla de César na conjuração de Catilina**"[100]. O comentário também nos mostra que as epígrafes não eram recursos gratuitos ou meros "adornos" nos frontispícios dos periódicos. Ao contrário, constituiam-se em verdadeiras "cartas de intenções" aos leitores, representando o projeto político de redatores e demais colaboradores. No limite, a simples presença da epígrafe produzia um efeito que chamava a atenção do leitor, que seria atraído por aquilo que interpretou dela como "texto" e "imagem". Por isso, a escolha de determinada citação deveria ser meticulosa, uma vez que seu efeito era significativo e duradouro.

Como ensina Roger Chartier, os usos dos impressos, sejam eles "festivos, rituais, culturais, cívicos e pedagógicos eram por definição coletivos e postulados de decifração em comum"[101]. Podemos alargar essa noção para além do conteúdo escrito, tomando a *forma* da impressão como algo passível de ser decifrada. *O Telegrapho* foi criado para defender D. Pedro I, fazendo frente ao avanço liberal. Com a Abdicação, cessou-se o motivo da existência daquele periódico. A Cortes caberia a "resignação inaudita dos sacrificados", como ele mesmo se referia no *Grito do Povo*, em 1833[102]. Entretanto, embora o objetivo dos "moderados" pudesse ter sido submeter seus oponentes na arena impressa, temia-se a força daquela imprensa *áulica*.

PÚBLICO: LEITORES E INTERLOCUTORES

Hipoteticamente, qualquer indivíduo, no período que nos ocupamos, poderia tomar contato com os periódicos e folhetos políticos. De fato, diversas pessoas poderiam ler, escutar a leitura ou, ao menos, ver o objeto impresso. No entanto, esse contato acontecia de maneiras distintas, de acordo com a condição social, as aptidões intelectuais e a experiência de cada indivíduo. Esta relação poderia dar-se em casa, nas vendas e tavernas e, ainda, em locais públicos, como as praças e esquinas[103]. Até mesmo escravos poderiam realizar a leitura de um jornal, como deve ter acontecido com o pardo João Clemente, encontrado no distrito de Meia Pataca (atual Cataguases) e que dizia saber "ler, escrever"[104]. Contudo, os redatores, ao postarem-se diante do papel que iriam escrever, idealizavam um público capaz de compreender e extrair significados de seus escritos. Assim, não era a qualquer pessoa que se destinava o jornal. Pensava-se, principalmente, num público-alvo constituído por membros da "boa sociedade", isto é, uma elite dotada da instrução necessária para um uso "legítimo" do periódico, afinal, para aqueles autores, "não é para todos o dizer tudo"[105].

siècle, 2012/1 (n° 44), p. 581-599. DOI : 10.3917/dhs.044.0581. URL : https://www.cairn.info/revue-dix-huitieme-siecle--2012-1-page-581.htm Acesso em 12 JUL. 2023.

100 NOVO Argos. Ouro Preto, 11 FEV. 1830, negritos meus.

101 CHARTIER, Roger. "La culture de l'imprimé". In: CHARTIER, Roger (dir.). *Les usages de l'imprimé (XVe – XIXe siècle)*. Paris: Fayard, 1987, p. 1.

102 GRITO do Povo. Ouro Preto, 01 MAR. 1833.

103 Sobre os locais e práticas da leitura, veja o **Capítulo 4** deste volume.

104 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 30 ABR. 1834.

105 Prospecto do *Jornal de Timon. Apud.* MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: breve história da lite-

O público ideal que os redatores tinham em mente era limitado e seleto. A própria paginação das folhas, com a numeração seguindo uma seqüência a cada nova edição, indica-nos esta pretensão. Aliás, os próprios artigos ganhavam continuação nos números seguintes, como o *Mentor das Brasileiras*[106], periódico dirigido ao "belo sexo" da Província de Minas Gerais. Cada exemplar de *O Mentor* possuía oito páginas, cuja forma de numeração mantinha uma seqüência que continuava a cada novo número publicado. Pensava-se o jornal como assinatura, sinalizando para uma seleção do público ideal do periódico. O caráter seqüencial da folha permite-nos especular sobre um provável relacionamento mais íntimo entre o redator e suas potenciais leitoras, pois cada número recém-chegado significava um novo encontro entre o público feminino, seleto e assíduo, e seu *Mentor* para colóquios em torno da política, dos costumes e da vida familiar.

Cabe enfatizar que este hebdomadário, entre os anos de 1829 e 1832, expressou parte das tensões pelas quais passou a sociedade de São João del Rei nas décadas iniciais do Império, cujas transformações foram partilhadas pelas representantes do "belo sexo". As mulheres, pelo menos uma parcela pertencente à "boa sociedade", inseriram-se nas conversações políticas do momento. De fato, a participação feminina apresentava-se, aos olhos dos liberais moderados, como potencial a ser explorado e controlado. Neste sentido, ao passo que, através das páginas de *O Mentor*, a professora Policena Tertulliana de Oliveira afirmava às suas alunas que "o acanhamento, que outr'ora parecia ser hum atributo proprio de vosso sexo, he hoje reputado como escassez de espírito"[107], divulgavam-se escritos sobre o recato feminino, ensinando que "o recolhimento, a occupação, o manejo dos negocios domesticos deve ser o habitual emprego de huma Senhora virtuosa"[108]. Enfim, ao mesmo tempo em que se buscava instruir civicamente a mulher apresentando-a ao ideário liberal, *O Mentor* tratava de mantê-la confinada ao lar, sob a tutela rigorosa do *pater familias*. Essa aparente contradição pode ser solucionada pelo fato de que "o destino de huma mulher está comprehendido nestes dois títulos não menos nobres, *esposa e mãi de hum cidadão*"[109]. Deste modo, ratificava *O Mentor* que "o primeiro dever de huma mãi he inspirar a seos filhos o amor da Patria, e das Instituições de seo paiz"[110]. Além disso, ela "deve ser para seo marido hum espelho de compostura e de virtudes"[111]. Esses objetivos norteavam o periódico, que possuía como leitoras ideais as "estudiosas brasileiras", ou seja, mulheres letradas capazes de potencializar o discurso impresso, como a própria professora Policena Tertuliana de Oliveira.

ratura brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 70.
106 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 30 NOV. 1829.
107 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 23 DEZ. 1829
108 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 25 NOV. 1831.
109 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 21 DEZ. 1830.
110 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 18 FEV. 1830.
111 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 25 NOV. 1831.

Porém, apropriando da frase de Nelson Werneck Sodré, esta foi uma “floração sem perfume”[112]. Na Província de Minas Gerais, *O Mentor das Brasileiras* foi o único periódico destinado às mulheres, pois os redatores tinham em mente um público ideal masculino e letrado, como veremos a seguir.

Os redatores pensavam como modelo de leitor o macho adulto e nacional, isto é, o cidadão que participava, direta e indiretamente, do processo decisório. Neste sentido, *O Universal*, em 1831, enaltecia a “parte melhor e mais escolhida do povo”, composta por “patriotas distintos nos primeiros dias da nossa revolução, fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados que protestam sustentar o Sr. D. Pedro 2. e a Constituição jurada”. Neste discurso, ele ainda polemizava contra seus rivais, os “republicanos d’ Haiti”: “Deveis tremer, brasileiros, só d’ouvir o nome de *república*. Lançai os olhos sobre a história, essa mestra da vida, e ela vos mostrará que todas elas se consumirão umas às outras”[113]. Neste artigo, o redator assumiu uma postura que buscava assegurar uma identidade e delimitar os limites das comunidades a que pertenceram indivíduos e grupos políticos na Província, legitimando as reivindicações dos liberais moderados e desqualificando os chamados “republicados d’Haiti”. Deste modo, percebemos que a delimitação de um público está diretamente relacionada à constituição de uma comunidade de interesses composta por indivíduos que partilhariam uma mesma cultura política[114]. Posto isto, quando o autor elogiava a “parte melhor e mais escolhida do povo”, representada pelos “fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados”, ele demarcava a composição do grupo a que destinava seus textos. Certamente, para aquele conjunto o uso do impresso ocorria de maneira distinta, em conformidade com os interesses e expectativas com os quais investiam na prática da leitura[115].

Este grupo “mais escolhido do povo” pode ser tomado, nos termos propostos por Ivan de Andrade Vellasco, como “o círculo mais estreito de poder econômico e político, e que [possuía] recursos materiais e simbólicos que [lhe garantia] posições de privilégio nas relações sociais”[116], isto é, a elite provincial. Este círculo privilegiado mantinha um diálogo com os autores por intermédio de correspondências. Estas eram inseridas numa seção dos próprios periódicos e, em alguns casos, eram comentadas pelos próprios redatores[117]. Assim, neste procedimento, acontecia uma “troca de falas”, por meio da qual autores e leitores debatiam, conferindo um sentido coletivo aos textos impressos. Desta forma, os discursos não representavam a produção deste ou daquele autor, mas de uma discussão ampla e coletiva, efetivando, portanto, a constituição de um espaço público.

Entretanto, os redatores não se limitavam à elite política e econômica da Província de Minas Gerais, como mostra-nos *O Unitário*, por intermédio dos “Conselhos do Velho a

112 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil. op. cit.*, p. 54.
113 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 26 SET. 1831.
114 BAKER, Keith Michael. “Introduction”, In: _____ (org.). *op. cit.* v. 1. p. XII.
115 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*, *op. cit.* p. 13.
116 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 79.
117 A parte referente às *correspondências* será tratada com pormenores no **Capítulo 4** desta obra.

todas as classes da Sociedade”, publicados entre 21 de setembro e 5 de outubro de 1839 [118]. Cabe ressaltar que esses aconselhamentos são apropriação de um folheto publicado na Corte após os eventos de 1831[119]. Segundo Gladys Ribeiro, o teor desses “Conselhos” estava em respeitar os portugueses e a Constituição, assegurando, sobretudo, a hierarquia na sociedade[120]. Com isso, o “Velho” apresentava aquelas que seriam as “Classes”.

O sábio “Velho”, no “Pico do Itajuru”, destinava seus aconselhamentos, primeiramente “aos Legisladores do Brasil”, ou seja, os “respeitáveis Senadores e Deputados a quem está confiado o poder Legislativo da Nação Brasileira e a quem ella entregou a sua confiança”, e, outrossim, “à Regência” composta pelos “Nobres Cidadãos a quem está confiado o Poder Executivo”. Legisladores e Regência eram tomados como o prolongamento da “parte melhor e mais escolhida do povo” de que tratava O Universal, isto é, os representantes dos senhores proprietários escravistas que constituíam a “nacionalidade”. Eram os elementos que, por serem dotados de liberdade e propriedade, teriam a competência de reger e ordenar o conjunto da sociedade, constituindo, portanto, o “mundo do governo”[121].

Em seguida, o “Velho” dirigiu-se “aos Empregados Públicos”, “Generaes e Commandantes Militares”, “Ministros da Religião Santa dos Brasileiros”, agricultores, comerciantes “industriosos”, artistas “laboriosos”, “Sábios” e “Pais de famílias”[122]. Conforme Vellasco, este grupo constituía o setor pertencente à esfera de legitimidade do aparato estatal e que formaria “a base de incorporação e expansão da esfera da ordem”[123]. Portanto, eram os indivíduos comuns cuja participação era “oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador e altamente organizativo”[124]. Como ensina-nos Ilmar R. de Mattos, estes indivíduos “deixam-se absorver pelo seu existir cotidiano, mas passam a constituir uma força no momento em que existe algo que os centraliza, organiza e disciplina”. Assim, eram os elementos os quais os redatores pretendiam reunir, doutrinar e mobilizar. Por isso, conclamava o “Velho” para que todos tivessem como “divisas – União – porque della depende[ria] a nossa grande força, que nos deve[ria] fazer respeitar interna, e externamente – Generosidade, e boa fé porque com ellas ser[ía]mos honrados pelas outras Nações”.

O “Velho” também aconselhava “aos Escritores Públicos”, tratados como seres “Illuminados da Nação, de cujas doutrinas tanto depende[ria] o destino futuro do Brasil”. Em

118 UNITARIO (O). Ouro Preto. 21 SET. 1839; 28 SET. 1839; 05 OUT. 1839.
119 Trata-se do folheto intitulado *Aparição extraordinária e inesperada do Velho Venerando ao Rosseiro. Diálogo havido entre eles, sobre a atual situação política do Brasil, e os acontecimentos extraordinários desde o dia 5 de abril em diante, e sobre a Visão do Pico do Itajurú, achada entre os papéis de hum solitário morto nas imediações de Macacú, vítima das febres de 1829, e publicada nos Periódicos desta Corte em janeiro deste ano, com reflexões feitas sobre ela pelo Velho, e conselhos em conseqüência dados a todas as Classes da Sociedade para o bem, e a felicidade do Brasil. Oferecido aos Concidadãos pelo Rosseiro, a pedido do Venerando Velho.* Seção de Obras Gerais da Biblioteca Nacional.
120 RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002. p. 282-285.
121 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.,* p. 111.
122 UNITARIO (O). Ouro Preto. 21 SET. 1839; 28 SET. 1839; 05 OUT. 1839.
123 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 79.
124 GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno.*, p. 26. *Apud* MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, *op. cit.*, p. 170.

vista disso, podemos considerar que o redator de *O Unitário*, por meio dos "conselhos" do "Velho", procurava se dirigir a seus pares: os outros "Escritores Públicos". Evidentemente, os redatores também eram leitores, ou seja, figuravam como um público ideal a quem se destinavam textos, esperando-se, em contrapartida, respostas ou polêmicas que seriam fundamentais para a constituição de uma esfera de debates. A relação entre redatores ocorria de duas maneiras: a primeira figurava como diálogo, prevalecendo a troca de idéias e a recopilação de artigos para fortalecimento mútuo das proposições que defendiam; a outra apresentava-se como rivalidade, isto é, "a grande luta entre escriptores", a qual não se limitava à discussão estritamente política, mas desaguava na maledicência, na calúnia e no insulto.

Decerto, o "Velho do Pico do Itajuru" não proferiu seus "conselhos" a todos. Por isso, notamos algumas "ausências" em seu discurso, as quais se remetem aos excluídos do processo político: mulheres, jovens, escravos e toda sorte de pessoas livres mas dependentes. Este grupo encontrava-se sob o poder tirânico do "pai de família", a quem *O Unitário* recomendava para que

> vigiai attentos a conducta de vossos filhos, famulos, e escravos; affastai-os de más companhias; applicai-os effectivamente às cousas uteis, desviando-os da perniciosa ociosidade; ensinai-lhes os principios de Religião, e boa moral, e dai-lhes o exemplo na pratica de vossas acções, se quereis viver felizes, e em paz[125].

Com efeito, essas recomendações evocam os mais profundos temores da "boa sociedade" imperial. Esses conselhos foram motivados pelas constantes notícias de insurreições escravas que proliferavam pelos periódicos da Província. Assim, com bastante temor, *O Universal*, em 1832, comunicava:

> Consta-nos que na Itabira do Campo existe um desprezível satélite do cativeiro, que esquecido de seus deveres tem descido à baixeza de promover a insurreição para desta arte apossar-se dos bens dos proprietários, os quais insinua, <u>que devem ser mortos pelos seus próprios ....!</u> Nós não acreditamos que seja tanta malvadeza desse homem, mas o certo é que o cabeça do ensangüentado plano, que se devia por em prática naquele desgraçado dia 25 de Dezembro de 1831, e que abortou pelas diligências do incansável, e vigilante Juiz de Paz, é seu protegido, o certo é que um dos primeiros criminosos na Devassa, a que a pouco procedeu o Ouvidor da Comarca o é também, o certo é, que pessoas suas saíram pronunciados, e que finalmente todos os rusguentos da Itabira entram em sua casa, e participam de seus favores (...) Os acontecimentos posteriores bem mostraram a lava, que estava oculta, e que devia abrasar aquele infleiz lugar digno por certo de melhor sorte. Nos mesmos dias de Natal apesar de se acharem os ânimos abatidos pelas enérgicas providências, que desmantelaram as pretensões dos rusguentos não deixou de aparecer a insubordinação de três escravos, que foram publicamente castigados (grifo nosso)[126].

125 UNITARIO (O). Ouro Preto, 05 OUT. 1839.
126 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 JAN. 1832. Além da insurreição na Itabira, ocorreram outros eventos deste tipo, como a Revolta de Carrancas, atingindo várias fazendas da Comarca do Rio das Mortes em 1833.

Terror inominável! As reticências escondem a denominação daqueles que inspiravam os mais profundos temores à elite imperial: os escravos. A presença negra atemorizava tão fortemente que deveriam ser evitadas quaisquer informações que evocassem a rebelião e a conseqüente metamorfose da "terra de Cabral em habitação haitiana"[127]. De fato, a insurreição de escravos ocorrida na ilha de Santo Domingo, em 1792, repercutiu intensamente no mundo luso-brasileiro. O Brasil possuía uma das maiores populações de escravos do mundo. Por isso, uma revolta naqueles termos inspirava os mais profundos temores dos senhores brancos do Império. Com efeito, aquela revolução no Haiti "produzia entre os negros do Brasil o estímulo e o paradigma para o questionamento do regime servil nacional"[128].

Entretanto, ao omitir os agentes da pretensa revolta, *O Universal* deixava claro a possibilidade de seu discurso ser apropriado por leitores virtuais, que pudessem tomar conhecimento das novidades por meio da leitura coletiva efetivada nas vendas e esquinas. Conforme a professora Lúcia Neves, esta relação "possibilitava circulação mais intensa das informações e das imagens entre *o povo*, pois as mensagens já não se restringiam ao círculo estreito da obra escrita"[129]. Portanto, sabendo-se dessa leitura, os redatores cercavam-se de cuidados ao se referirem àquele grupo, cujo simples ato de mencionar representava a erupção de um vulcão oculto. Marcos Ferreira de Andrade salienta que "a menor alusão à expectativa de liberdade já constituía motivo suficiente para que os escravos ensaiassem seus levantes"[130]. Neste sentido, a circulação da idéia de liberdade pela praça foi percebida pelos "excluídos", funcionando como poderoso *leitmotiv* para o questionamento e a revolta. Isto posto, deviam os "Pais de famílias" cercarem-se de todos os cuidados para afastar seus "fâmulos e escravos" das "más companhias", sobretudo aquelas que divulgassem as "perigosas" idéias de Liberdade e Igualdade. Como Francisco Silvério, acusado pelos escravos envolvidos na insurreição de Carrancas de ser "cauzador de tudo isto dizendo que os brancos no Ouro Preto estando se guerriando entre si matando aos outros e que era boa ocazião d'elles se levantarem, ficarem forros matando a seos senhores"[131].

Lembramos que, para parcela da elite brasileira, a solução para o problema escravo encontrava-se na substituição gradual pela mão-de-obra estrangeira, preferencialmente européia[132]. Mais do que isto. o imigrante seria o verdadeiro agente civilizador, trazendo

127 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 JAN. 1832.

128 MOTT, Luiz. "A revolução dos negros do Haiti e o Brasil". In: _____. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988. p. 11-18. Citação à pág. 16.

129 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais, op. cit.*, p. 103.

130 ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833). op. cit.*, p. 18.

131 AMRSJDR. Processo-crime de Insurreição (1833), Auto de Perguntas feitas ao escravo Jozé Mina, f. 131v. Processo referente à Revolta de Carrancas, São João del Rei (1833). Disponível em: http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html (imagem 0254) Acesso em 25 FEV. 2006.

132 É necessário relativizar a idéia de substituição do braço negro pelo europeu. Conforme FREYRE, não foi unânime a "idéia de que convinha ao Brasil, por motivos não só econômicos como sociais, não só técnicos como culturais, ir substituindo o braço do escravo pelo dente da máquina, o cavalo de carne pelo chamado de ferro, o lavrador ou o ope-

as instituições e costumes do Velho para o Novo Mundo, já que a elite tinha “os olhos na Europa e os pés na América”[133]. Acima de tudo, aproveitando a conclusão de um pensador argentino, o europeu seria “o catecismo mais edificante”[134] para a civilização. O estrangeiro, trabalhador idealmente especializado, representava a mola propulsora para o desenvolvimento do Estado. Deste modo, concluía o “Velho”: “chamaremos a nós os braços industriosos, e uteis dos Extrangeiros, de que tanto precisamos para o augmento de nossa prosperidade, e riqueza nacional. E assim seremos felizes”[135].

O “Velho do Pico do Itajuru” continuava seus conselhos, indicando aos “Pais de famílias” atenção para que “applicai [os escravos, fâmulos e filhos] effectivamente às cousas uteis, desviando-os da perniciosa ociosidade”. Neste conselho percebe-se uma permanência cultural. De fato, ociosos, vadios e todos aqueles “desclassificados sociais” que vagavam em Minas Gerais representavam um inimigo interno que assombrava as elites desde o século XVIII[136]. Estes fantasmas permaneceram nas mentes dos homens do Império, pois, ao transitarem desordenadamente, ampliavam “a sensação de intranquilidade que distinguia a crise do sistema colonial, estendendo-se pela menoridade”[137]. Assim, o Velho dirigia-se, também, a estes “homens perversos, peste da sociedade, inimigos declarados do Brasil”, cujo grupo, conforme Vellasco, representava o “alvo progressivo do aparato de controle, recrutamento e perseguição”[138]. Enfatizamos que esses “Ociosos e Vadios” faziam parte de um conjunto maior denominado *plebe*. Este termo, na maioria dos casos, designava o “populacho”, a “canalha” e a “classe baixa do povo”. Eram as diversas pessoas pobres livres que encontravam na rua o único espaço para a manifestação de suas vozes. De acordo com João José Reis, a plebe era composta basicamente por: “artesãos, vendedores e outros trabalhadores de rua, lavadeiras, vagabundos, prostitutas, homens e mulheres na maioria dos casos com alguma ascendência africana, mas também os relativamente minoritários brancos pobres”[139]. Por vezes, os escravos juntavam-se à plebe, principalmente, nos movimentos de rua. Certamente, os periódicos daquele momento não lhes eram destinados, embora pudessem entrar em contato com os impressos nos ambientes públicos por intermédio da prática de leitura oral e coletiva.

Diferentemente dos subscritores que dialogavam com o periódico por meio de correspondências, a plebe o fazia pelos canais da oralidade, através dos boatos, do diz-

---

rário de cor pelo branco ou louro”. De fato, “brasileiros esclarecidos” defenderam a permanência da escravidão como elemento fundamental para a economia e soberania nacional, como Bernardo Pereira de Vasconcelos. (Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. p. 544).

133 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.,* p. 119.

134 ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. trad.: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1994. p. 75.

135 UNITARIO (O). Ouro Preto, 05 OUT. 1839.

136 SOUZA, Laura de Mello e. “Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII”. In: _____. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 91.

137 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 114.

138 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 79.

139 REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*: a história do levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 46.

que-diz e dos gritos que invadiam as ruas e retumbavam nas portas das casas e tipografias mineiras. Assim, a plebe fazia-se ouvir nos movimentos das praças e ruas, concentrando uma energia temida pela "boa sociedade". Todavia, estas "vozes da praça" possuíam uma força que poderia ser canalizada pela própria elite como instrumento de pressão no jogo político. Neste sentido, os acontecimentos que tomaram as ruas de Vila Rica, por ocasião das eleições para o Governo Provisório da Província, apresentam-nos essa ação da "*Vox Populi*"[140] capitaneada pelos grupos políticos. Joaquim Felício dos Santos, fiando-se em informações de "testemunhas oculares e fidedignas", conta-nos que, no dia 4 de setembro de 1821,

> grande número de povo, excitado pelos inimigos do sistema constitucional, saiu às ruas com imenso alarido gritando vivas ao Governador [Dom Manuel de Portugal e Castro]; e do entusiasmo pela escravidão passaram a insultos e injúrias contra os que queriam a inovação [141].

A vozeria continuava com a " turba desenfreada" gritando "padre-nossos e salve-rainhas pela vida do governador"[142]. Naquele universo ainda marcado por formas de pensamento ligadas à religiosidade tridentina, a apropriação da religião na disputa política pretendia produzir a adesão de um público mais amplo conferindo legitimidade a determinado grupo político, neste caso, aqueles que se opunham à constituição da Junta para o Governo Provisório na Província de Minas Gerais, possivelmente uma elite conservadora ligada ao Antigo Regime.

As manifestações prosseguiram. No dia 6 era divulgada a composição de "uma paródia do hino constitucional, que a gentalha saiu cantando ou gritando pelas ruas. As palavras do hino – a *lusa constituição*, foram substituídas pelas – a *louca constituição*". Desta forma, a apropriação do hino inverteu seu sentido inicial, desqualificando o movimento vintista e a Constituinte de Lisboa. Entretanto, podemos extrair outros significados desta paródia. Ao qualificarem a constituição como *louca*, os parodistas mineiros trataram de perceber a verdadeira inversão que se processava. Não era, pois, o sentido do hino que se invertia, mas aquele mundo aparentemente ordenado, que tinha como bases a Fé, a Lei e o Rei[143]: a *loucura* como que pertencendo às quimeras do mundo[144].

---

140 *Vox Populi* é entendida "como vozes, gritos e gestos que povoavam as ruas" e compunham uma opinião pública com "as tramas do disse-que-disse que se estendiam pela vida urbana. (MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, p. 224).

141 SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EdUSP, 1976. p. 270-271.

142 *Idem*.

143 Luiz Carlos VILLALTA ensina-nos que os livros na América Portuguesa foram apropriados de forma inventiva pelos leitores, promovendo "um acirramento dos ânimos contra F, L e R [respectivamente Fé, Lei e Rei], na passagem do Setecentos para o Oitocentos. Monarquia, sistema colonial, Igreja, fidalguia... Nada parecia ser poupado, evidenciando que a ordem F, L e R estava em seus estertores. Um império colonial estava prestes a ruir; e outro, numa transação conservadora, prestes a nascer" (Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura". In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da Vida Privada no Brasil*: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 385).

144 FOUCAULT, Michel. "A casa dos loucos". In: _____. *Microfísica do poder. op. cit.*, p. 120.

A ação dos manifestantes mineiros de 1821 não se restringiu à oralidade. Ao mesmo tempo em que a "turba desenfreada" lançava seus insultos, orações e vivas,

> Apareciam afixados nas esquinas das ruas e nos lugares mais públicos cartazes insultantes, em que declaravam que o povo e a tropa também queriam concorrer para a nomeação do governo provisório, o qual deveria ser organizado de modo que os Deputados ficassem debaixo da dependência do Governador. Em outros diziam que o povo e a tropa não queriam governo provisório, e que estavam muito satisfeitos com o do Governador[145].

Assim, "cartazes" e "gritos" foram conjugados na luta política, conferindo força ao indivíduo ou grupo que deles lançava mão. Ademais, conforme Marco Morel, aqueles "gritos e vozes nas ruas constituem uma forma de ocupação dos espaços públicos, ainda que simbólica e efêmera, mas muitas vezes eficaz e impressionante"[146].

Todavia, as "vozes populares" foram utilizadas em outros momentos pela elite. Após a leitura de um número de *O Universal*[147], boatos sobre e idoneidade do Intendente dos Diamantes tomaram as esquinas do arraial do Tijuco, em 1826. O palavrório se alastrou pelas ruas, desembocando nas prensas e ganhando a forma de escritos "insultuosos", que foram afixados em vários pontos do arraial[148]. Além disso, conforme noticiava o Intendente,

> Justino Machado Coelho e outros, e escravos, que se tinhão congregado na casa do mesmo, e na rua em frente da minha residencia; e o mesmo Cabo da Ronda me recontasse mais miudamente todo o successo, afrontas, resistencia, e ameaças, que se fez à Ronda; e o mesmo contasse a V. S. o dito Official, estando eu presente; capeado o dito motim, depois que se impedio a diligencia da prisão dos escravos, com Vivas a S. M. o Imperador; ao mesmo tempo que se alternavão vozes de – morrão esses desavergonhados – respectivas à Ronda; e outras, que depois se seguirão por toda a noite, a mim dirigidas (grifo nosso)[149].

Nos dias seguintes repetiram-se os "Vivas a S. M. I.", porém acompanhados de "morra o Ferraz" ou "morra o diabo"[150]. Discurso este que remonta à ritualística dos motins do Antigo Regime, nos quais os insurgentes preservavam a figura do soberano e, em contrapartida, responsabilizavam as autoridades metropolitanas "por perverterem as justas ordens emanadas do rei"[151]. Ademais, percebe-se que os opositores do Intendente Caetano Pinto Ferraz valeram-se daqueles indivíduos "excluídos" da participação política legal, objetivando a efetivação de seus propósitos: "Justino Machado Coelho e outros,

---

145 SANTOS, Joaquim Felício dos. *op. cit.*, p. 271.
146 MOREL, Marco. *As transformações nos espaços públicos. op. cit.*, p. 231.
147 UNIVERSAL (O) Ouro Preto, 24 FEV. 1826.
148 Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826 [Correspondência do Intendente dos Diamantes, Caetano Ferraz Pinto, ao Visconde de Caravelas, Tijuco, 11 MAIO 1826]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 111-119.
149 PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas Accusações e Exposição dos pequenos serviços feitos a Administração dos Diamantes, que tantos trabalhos, e sacrifícios custarão aos seu Autor*. Rio de Janeiro: Tyographia de P. Plancher – Seignot, 1827. p. 11.
150 *Ibidem*, p. 13.
151 ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998. p. 66.

e escravos" (grifo nosso)[152]. Esta prática repetiu-se em momentos nevrálgicos da vida política brasileira, como 1842 e 1848, nos quais a "flor da sociedade" misturou-se a "'uma massa enorme de homens ferozes, sem moral, sem religião e sem instrução alguma', além das 'nuvens de nagôs e minas'"[153]. Assim, enfatizamos que todos os lados da disputa utilizaram-se deste artifício como elemento de afirmação política, conquanto aos olhos dos Moderados "estas manifestações podiam ser nitidamente arcaicas e até conservadoras do ponto de vista político, desrespeitando o justo-equilíbrio das posições liberais moderadas e modernizadoras"[154].

De fato, havia um contingente de agregados que permanecia sob a órbita do grande proprietário escravista, mantendo-se nesta condição mediante uma rede de dependências que encontravam "um prolongamento institucional no sistema partidário e eleitoral"[155]. Com efeito, essa complexa teia, que envolvia afetividade, necessidade e fidelidade, interligava os componentes desse universo cultural, conferindo ao indivíduo um lugar na sociedade e eliminando parte das dificuldades e do "pavor que ele sent[ia] em viver consigo mesmo"[156]. No entanto, estas redes faziam-se valer nos movimentos que repercutiam na rua, com a elite buscando manipular seus subordinados como instrumento de pressão na luta política. Neste processo, os segmentos dominantes lançaram mão, inclusive, dos cativos e da plebe. Portanto, tratava-se de "incluir" o populacho, isto é, os "excluídos", para reafirmar uma ordem escravista e excludente. Contudo, esta "inclusão" poderia trazer problemas para seus próprios promotores. Ao armarem belicosa e conceitualmente aquela "classe mais baixa do povo", a "boa sociedade" dava-lhes munição para suas próprias reivindicações. Desta maneira, não era raro a "manipulação" escapar ao controle da elite, pois, para escravos e povo, a incursão no jogo político poderia representar algo a mais.

Esse "algo a mais" também era oferecido pelos periódicos e demais papéis manuscritos e impressos que circulavam pela Província de Minas Gerais. Porém, ocorre-nos que aquelas folhas, pródigas em idéias como liberdade e igualdade, quando lidas numa situação diferenciada, passaram a representar uma leitura muito mais "revolucionária" do que teriam tido na intenção inicial de seus autores. Afinal, relembrando Chartier, as práticas em torno dos textos "são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas"[157]. Neste sentido, a cada leitura, em lugares diversos, os textos eram apropriados conforme as

152 Segundo a professora Andréa Lisly GONÇALVES, formas de revolta típicas do período colonial, marcadas pela mobilização de camadas populares pelos potentados, permaneceram durante as Regências, objetivando, sobretudo, a "preservação da *Antiga Ordem*, entendida como a manutenção de uma sociedade de cunho estamental"(GONÇALVES, Andréa Lisly. "Uma guerra de brancos? Restauradores, mestiços e escravos na formação do Estado Nacional brasileiro". In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (23: 2005: Londrina, PR). *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz*. Londrina: Editorial Mídia, 2005. CD-ROM. p. 1).

153 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 103-105.

154 MOREL, Marco. *As transformações nos espaços públicos. op. cit.*, p. 232.

155 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Vida privada e ordem privada no império". In: _____ (org.). *História da vida privada no Brasil. op. cit.*, p. 22.

156 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 147.

157 CHARTIER, Roger. "Textos, impressos, leituras". In: _____. *A história cultural*: op. cit., p. 136.

expectativas e receios de leitores e ouvintes distintos, conferindo significados múltiplos às idéias e conceitos políticos.

John Pocock ensina-nos que a relação entre autor e leitor pode ser apreendida através de uma metáfora: o mito homérico de Penélope. Como uma “Penélope de dia”, os autores das regências entrelaçaram as idéias “em uma única tapeçaria e criando uma imagem unitária”. Em contrapartida, há uma Penélope protegida pelas brumas da noite. Esta representa os leitores desfiando o texto e “reduzindo-o a uma seleção de idiomas e enunciações”[158]. Neste sentido, conquanto os autores pretendessem controlar a interpretação dos leitores, idealizando um público seleto e assíduo pretensamente capaz de efetivar uma decifração “legítima” dos discursos, eles não foram capazes de prever todas as respostas de seus textos. Ademais, os impressos não permaneceram circunscritos às camadas mais favorecidas da sociedade imperial, mas circularam pelas praças e ruas de vilas e cidades da Província. Neste processo, o uso das “folhas públicas” alargou-se, circulando em espaços diversos e sendo apropriadas por um público que não lhes eram destinadas. De fato, enquanto os liberais moderados regozijavam-se por meio das “alvoradas”, uma platéia permanecia nas sombras. Este “público da escuridão” evidentemente leu os mesmos veículos utilizados pelo público daquelas “casas iluminadas”, porém suas apropriações eram distintas. Assim, imbuídos dos ideais ilustrados, os redatores das Regências, como aquela Penélope diurna, tomavam para si uma missão “esclarecedora”. Acreditavam fazer resplandecer as luzes sobre as trevas, mas as “trevas” não compreenderam.

158 POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Trad.: Fábio Fernandez. São Paulo:EDUSP,2003.p.75.

PARTE II

IMPRESSOS E LEITURAS: A FORMAÇÃO DE UMA ESFERA PÚBLICA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

"Não busques pois, filho meu, mais cousa alguma fora destas. Não se põe termo em multiplicar livros; e a meditação freqüente é a aflição da carne".

(Eclesiastes 12, 12)

> Senhores Redatores. Quanto nos distinguistes, e animastes com a troca dos nossos jornaes he um motivo sobejo para nosso júbilo, e reconhecimento, vossas doutrinas muito contribuirão para nossa Ilustração, e progresso na carreira que temerariamente incitamos. Agradecemos vossos obséquios, em nome da Pátria vos pedimos que continueis com o mesmo fervor a defender seos direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios.[1]

A *Estrella Marianense* assim se despedia de seu público. Ela deixou o palco no momento mais revolto de nossa história. Em seu discurso de encerramento, o redator nos apresenta, nas entrelinhas, os motivos que o levaram a entrar na cena política: "defender seus direitos" e "pugnar pela liberdade". No tempo das Regências, essas pareciam ser as palavras de ordem.

Todavia, o discurso da *Estrella* ainda conserva conteúdos outros. Ao dizerem "animastes com a troca" dos jornais, os redatores da Província de Minas Gerais referiam-se ao intercâmbio promovido em torno das "doutrinas" que partilhavam. Devemos lembrar que, conforme Claude Lefort, durante o processo de relação entre os homens, através da troca de falas, o poder se constitui[2]. De fato, o periódico revestiu-se de poder. Foi, com efeito, uma "troca de falas" que se verificou entre os correspondentes da *Estrella Mariannnense*. Sintoma de elemento primordial no mundo da política: o "espaço público".

A expressão "esfera pública" ou "espaço público" possui sentidos diversos. De acordo com Jürgen Habermas, a "esfera pública" pode ser compreendida como um espaço baseado na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público, isto é, um ambiente comum caracterizado pela igualdade de seus membros. Esses, por sua vez, são indivíduos pretensamente capazes de operar um "uso público da razão", como preconizado por Immanuel Kant[3], em questões fundamentais para a sociedade, por meio do debate oral ou escrito. Esse espaço, como público, não deve ser fechado, pois "todos devem *poder* participar"[4].

Marco Morel atenta para a polissemia do conceito de "espaço público" e apresenta seu entendimento acerca deste. Morel trabalha com três possibilidades: a primeira diz respeito à "cena ou esfera pública, onde interagem diferentes atores, e que não se confunde com o Estado"; a segunda possibilidade refere-se à esfera literária e cultural, resultante "da expressão letrada ou oral de agentes históricos diversificados"; por fim, "os espaços físicos ou locais onde se configuram estas cenas ou esferas"[5]. Após determinar os sentidos de "espaço público", Morel apresenta o processo de transformação do mesmo, percorrendo o período delimitado entre a Revolução do Porto, em 1820, e a Maioridade de D. Pedro II, em 1840.

1 ESTRELLA Marianense, Mariana, 14 NOV 1832.
2 LEFORT, Claude. *Pensando o político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 69.
3 KANT, Immanuel. "Resposta à pergunta: 'O que é Esclarecimento?'". *op. cit.*. p. 100-117.
4 HABERMAS, Jürgen. "Estruturas sociais da esfera pública". In: _____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Trad.: Flávio R. Kothe. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 42-74.
5 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. *op. cit.*. p. 18.

Apontamos, outrossim, para a ação do próprio Estado na regulação do "espaço público". De fato, os governos procuraram interferir no processo de discussão, calando vozes e extinguindo opositores. A "liberdade de imprensa" não era cerceada somente pela "liberdade da faca", como acreditava o naturalista inglês Charles Bunbury[6]. No Primeiro Reinado e nas Regências, houve tentativas de regular a imprensa pela autoridade. Isso aconteceu em dois momentos: o primeiro, pela Lei de 20 de setembro de 1830, sob o reinado de D. Pedro I; o seguinte, por meio do Decreto de 18 de março de 1837, durante a regência de Diogo Antônio Feijó[7]. Fixemo-nos no primeiro. A Lei de 1830 previa uma pena de três a nove anos de prisão para aqueles que atacassem, por meio de impressos e manuscritos, o sistema monárquico, o imperador e a religião[8]. Esta determinação representava uma tentativa de conter a opinião pública que, à época, voltava-se contra D. Pedro I. O imperador sabia do potencial da imprensa, já que dela fez parte nos eventos emancipacionistas como "o mais agressivo dos colaboradores"[9]. Mesmo com a ação governamental, a imprensa permanecia ativa. Passo a passo, a imagem de D. Pedro I decaía e, em sentido inverso, era aquecido o debate público.

Ao passo que se intensificavam as discussões políticas, emergia uma "opinião pública" cada vez mais ativa. Dentre os assuntos candentes no momento, destacava-se uma "idéia de Brasil". Marcello Basile, em sua tese de doutoramento, identifica esse debate por meio dos impressos de várias tendências políticas, reconhecendo concepções distintas acerca do que deveria ser aquela "nação" brasileira em formação. Ao analisar a imprensa como um instrumento de ação política, Basile percebe que o principal argumento utilizado pelos grupos em disputa, perante uma ativa "opinião pública" claramente situada na Cidade Imperial, era a "razão nacional", a qual implicava numa concepção de Brasil calcada na integridade da nação acima de tudo[10].

Com efeito, os periódicos construíram um espaço aberto à discussão política. Por meio do cotidiano das tipografias criadas na Província de Minas Gerais, evidenciaremos a formação de uma esfera constituída para a manifestação da ação política. Aprendemos, com Hannah Arendt, que "a liberdade necessita da companhia de outros homens que [estão] no mesmo estado, e também de um espaço público comum para encontrá-los"[11]. Os homens são livres quando agem e somente "quando os homens se unem com o propósito da ação"[12] o poder começa a existir. Dessa forma, a ação política "demanda uma pluralidade de homens" para manter o próprio poder. O contrário, isto é, quando os

6 BUNBURY, Charles James Fox. *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835).* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1981, p. 38.
7 APM/CMM 46, Registro de Decretos. Decreto de 18 de Março de 1837.
8 BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830 – Sobre o abuso da liberdade de imprensa. In: *Collecção das Leis do Império do Brazil* (1830). Rio de Janeiro: Typographia Nacinal, 1880.
9 LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. op. cit.*, p. 435.
10 BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 (Tese, Doutorado em História).
11 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro.* 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 194.
12 ARENDT, Hannah. *Da Revolução*. Trad.: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. UnB, 1990. p. 140.

indivíduos se afastam uns dos outros, este poder desaparece e tudo aquilo que os atores políticos conquistaram tende a fenecer. Assim, o desenvolvimento da atividade impressa e das práticas de leitura são manifestação de uma esfera de debate e da constituição de "poder" no período das regências.

Se aceitarmos os dados de José Pedro Xavier da Veiga[13] como representativos do lançamento de jornais na Província, perceberemos que esse momento assistiu ao aparecimento de maior número de periódicos até então. Foram, conforme o historiador, cerca de 62 títulos lançados entre 1828 e 1842. Em sua maioria, folhas que duraram apenas um ano. Eram publicações de momento, característica do pasquim[14], que buscavam fomentar as polêmicas da época. Acreditamos que as informações de Xavier da Veiga são significativas para compreendermos a ação dos impressos na vida política daquele interstício. A quantidade citada nos aponta para a formação de um local de debates. Essas discussões ocorriam, principalmente, com a leitura do periódico. Por meio das relações entre autores, editores e leitores, visualizaremos a constituição de um espaço propício ao debate público. Assim, cremos que as práticas relativas ao impresso, da redação até a leitura, permitem-nos identificar elementos constitutivos de uma esfera pública de poder na Província de Minas Gerais.

Trataremos das redes de comunicação traçadas em Minas Gerais. Para tanto, o circuito delineado por Robert Darnton, que vai dos autores aos leitores, passando pelos editores, impressores, distribuidores e vendedores, possibilita-nos enxergar o processo de construção e difusão do impresso[15]. O último elo da cadeia fechava-se quando os próprios autores respondiam aos seus leitores, reiniciando o ciclo. Robert Darnton atenta para os perigos em recortar e privilegiar apenas um segmento deste circuito, destacando que este procedimento poderá levar à fragmentação do próprio conhecimento historiográfico numa série "de especializações esotéricas isoladas entre si por técnicas misteriosas e incompreensões mútuas"[16]. Portanto, a história do impresso deve ser visualizada de maneira holística, percebendo-o como meio de comunicação. Nesse sentido, procuramos enxergar todos os elementos deste processo: autores, editores, impressores e leitores. Os autores foram contemplados em nosso **Capítulo 2**, onde cremos haver demonstrado as características desse grupo. Os demais segmentos serão trabalhados em dois capítulos desta parte do livro: a primeira detém-se no processo de impressão e difusão dos papéis impressos; a segunda volta-se ao final da rede, isto é, os leitores e a prática da leitura.

Cabe ressaltar que as fontes sobre as tipografias e tipógrafos em Minas Gerais são raras. Há uma forte inadequação delas. Não encontramos, até o momento, nenhum arquivo ou fundo inteiramente dedicado às tipografias mineiras em seus primórdios. Entretanto, é possível descobrir pistas sobre o cotidiano dessas empresas por meio de

---

13 VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897). *op. cit.,* p. 169-249.
14 SODRÈ, Nelson Werneck. "O Pasquim". In: _____. *História da Imprensa no Brasil*. op. cit., p. 83-180.
15 DARNTON, Robert. "Que é a história dos livros?" In.: _____. *O beijo de Lamourette*. *op. cit.*, p. 109-131.
16 *Ibidem*. p. 112.

fontes ditas “oficiais”. A documentação da Presidência da Província de Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), apresenta-nos alguns rastros das oficinas tipográficas mineiras. A documentação das Câmaras Municipais mineiras, conservada no mesmo Arquivo Público, permite-nos fazer apreciação semelhante. Mais ainda, pois, em conformidade com o artigo 303 do Código Criminal de 1830, as tipografias deveriam ser registradas na própria Câmara, em códice específico[17]. Encontramos um desses códices no fundo Câmara Municipal de Ouro Preto (CMOP)[18]. Esse encadernado informa-nos a quantidade de oficinas existentes na capital da Província, suas localizações, os proprietários e impressores, além de algumas questões envolvendo os donos, os funcionários e a própria Câmara. Os próprios periódicos podem nos oferecer dados sobre seu cotidiano por meio dos avisos, anúncios e discursos referentes à subscrição, locais de venda, periodicidade e, sobretudo, à sua tendência política.

A questão da recepção dos periódicos pode ser tratada utilizando a mesma documentação. Contudo, a maior parte das informações coletadas sobre esse assunto são das séries relativas aos juizes de paz, processos criminais e sedições (1833 e 1842), do fundo Presidência da Província (PP). Espaço específico dos jornais, “Correspondências”, também pode ser utilizado neste sentido. As cartas dos leitores impressas na própria folha noticiam os lugarejos do correspondente, o tempo de entrega dos periódicos, as formas da leitura e correspondentes apropriações dos discursos impressos. Outra fonte importante são os relatos de viajantes estrangeiros, como Robert Walsh[19] e Hermann Burmeister[20], que observaram, descreveram e classificaram o cotidiano daqueles que habitavam por estas plagas. Passados por um crivo analítico, levando em consideração os preconceitos e experiências pessoais de seus autores, os “livros de viagem”[21] oferecem informações valiosas sobre o mundo social, a diversidade das práticas de leitura e a peculiar circulação de impressos em Minas Gerais. De posse desse aparato documental, iniciaremos nossa aventura no mundo dos impressos da Província de Minas Gerais.

17 BRASIL. Cap. VIII, art. 303. *Código Criminal do Império do Brasil*. 3 ed. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831. p. 217-218.

18 APM/CMOP 251. “Participações de Tipografias”. Ouro Preto, 1831-1866.

19 WALSH, Roberth. *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Trad.: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.

20 BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

21 LEITE, Miriam L. Moreira. “Introdução – Relatos de viajantes como fontes da história social da população brasileira”. In: _____. *Livros de viagem* (1803-1900). Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997. p. 9-26.

TIPOGRAFIAS, IMPRESSOS E REDES DE COMUNICAÇÃO

3.1 TIPOGRAFIAS

No período delimitado entre a Abdicação e a Revolução Liberal de 1842, os debates políticos não permaneceram circunscritos à tribuna. Dos movimentos que culminaram com a saída de D. Pedro I do Brasil, forjou-se uma imprensa ativa, aguerrida e feroz. Os periódicos metamorfosearam-se em lugar para a manifestação das potencialidades públicas. Personagens diversas encontraram nos impressos o espaço privilegiado para expressão de suas vozes. Portanto, analisaremos os impressos como uma força da história, um dos ingredientes fundamentais de uma cultura política e elemento em torno do qual foram tecidos conceitos e idéias, como liberdade e soberania, que serão abordadas na **Parte III** deste livro. Nesse sentido, nosso trabalho insere-se no campo da história dos livros e da leitura, sobretudo nos termos da formação inicial de uma "cultura dos impressos", atentando para o alargamento dos usos do escrito e a constituição de "uma rede de práticas específicas, que definem uma cultura original"(tradução nossa)[1] na Província de Minas Gerais no Oitocentos. Ainda marcada por um universo oral, gestual e iconográfico, a sociedade mineira daquela época foi influenciada pela introdução da imprensa, que modificou de forma tênue, mas progressivamente, as práticas e redefiniu as relações que as pessoas entretinham com os poderes e instituições locais. Cabe ressaltar que não pretendemos minimizar a ação de formas tradicionais de transmissão de discursos, como a "sátira verbal, o pasquim, e a folha volante", comuns no tempo da Colônia[2]. De fato, produções manuscritas continuaram a influenciar o jogo político, como os "papeis escritos, mesmo insultantes" que amanheceram "em vários lugares desta vila" de Pitangui, como relatou o Alferes Francisco Antônio Roiz., em correspondência ao capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos, em novembro de 1832[3].

A imprensa do Primeiro Reinado e das Regências foi caracterizada por uma relação intensa com a vida política. Concordamos com Isabel Lustosa, ao considerar que a imprensa foi, fundamentalmente, campo de ação dos ideais políticos. Os impressos foram o laboratório onde tiveram lugar formas embrionárias e imprescindíveis de competição política. Contudo, a arte de imprimir em Minas teve um início marcado pelo servilismo e adulação.

1 CHARTIER, Roger. "La culture de l'imprimé". In.: CHARTIER, Roger (dir.). *Les usages de l'imprimé* (XVe – XIXe siècle). Paris: Fayard, 1987. p.8.
2 RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1988. p. 240.
3 APM/FJBP [3] cx. 03 doc. 27. Carta do Alferes Francisco Antônio Roiz ao Capitão Joaquim Antônio de Oliveira Campos, Pitangui (MG) 19 NOV. 1832.



Figura 2: A imprensa mineira nascida laudatória e servil. Frontispício do *Canto Encomiástico* representando o Governador Ataíde e Mello e sua esposa. Imagem retirada de: *Uma Raridade Bibliográfica*: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986.

Há uma origem quase mitológica da imprensa em Minas Gerais. Conta-se que a primeira obra impressa nas Alterosas é anterior ao advento da Impressão Régia, no Rio de Janeiro. De fato, há um volume datado de 1806 [4], gravado em talhe doce, de autoria de Diogo Pereira de Vasconcelos (**Figura 2**). Constitui-se num panegírico dirigido ao então governador da Capitania de Minas Gerais, o Capitão-General Pedro Maria Xavier de Ataíde e Mello. Como obra laudatória, o *Canto* detém-se na personalidade do homenageado, exaltando a linhagem "D'Arvore antiga". Herói por "Conter féro indomavel Botecudo", Ataíde e Mello é apresentado

4 Há dúvidas quanto a data de impressão do documento. Conforme Xavier da VEIGA, o *Canto Encomiástico* foi publicado em 1807. O historiador mineiro pauta-se no volume sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, doado por Artur Alves d'Alcântara Campos, em 1895. Contudo, há um volume pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em que consta a seguinte nota manuscrita: "Impresso em Ouro Preto pelo celebre Pe. Je. Joaqum. Viegas de Menezes em 1806?". A interrogação no final da nota expressa dúvida, mas crê-se que o volume foi impresso antes da transmigração da Corte portuguesa, em 1808. Para um estudo aprofundado do *Canto Encomiástico* ver: CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. "Estudo Biobibliográfico". In: *Uma Raridade Bibliográfica*: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Ed. fac-similar. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986. p. 19-41.

como verdadeiro “Cincinato das Gentes Luzitanas”. Diogo de Vasconcelos conclui: “Se não posso faser q’Immortal sejas,/ Nome Immortal posso faser que vejas”[5].

Primeiramente, os versos foram apresentados manuscritos ao governador, os quais foram de seu agrado. Desejando ver a obra impressa, Ataíde e Mello recorreu à pessoa considerada mais hábil e engenhosa em Vila Rica para realizar a tarefa. O impressor do *Canto* foi o padre Viegas de Menezes, que imprimiu o poema construindo um tórculo de madeira, preparando, ele mesmo, a tinta, as folhas de cobre e o restante necessário para o empreendimento[6]. Acredita-se que uma prensa existente atualmente no Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, seja a lendária máquina construída pelo artífice mineiro (**Figura 3**). Para realizar seu intento, Viegas de Menezes utilizou-se da arte da calcografia, tendo aprendido as técnicas por intermédio do Frei José Mariano da Conceição Veloso, parente de Tiradentes, na “Régia Oficina Tipográfica, Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego”, em Lisboa. A “Oficina” do Arco do Cego encerrou suas atividades em 1801, ano em que apresentou traduzido e impresso o *Tratado da gravura à água forte e buril, e em madeira negra, com o modo de construir as prensas modernas e de imprimir em talho doce*, de Abraão Bosse. Atribui-se a tradução desta obra ao padre Viegas de Menezes que, no ano seguinte, voltou ao Brasil, instalando-se em Vila Rica[7]. Assim, de maneira rudimentar e subserviente, principiava a imprensa mineira.

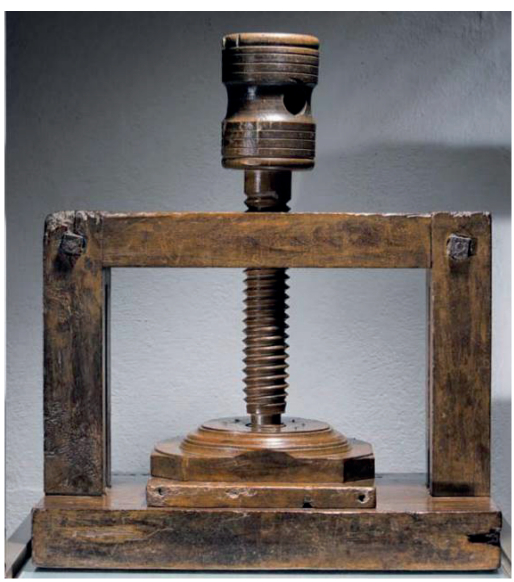


Figura 3: A prensa de Viegas de Menezes: a imprensa mineira nascida rudimentar e artesanal. Prensa de Impressão. Imagem extraída de: MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, p. 27.

5 Versos extraído de: *Uma Raridade Bibliográfica. op. cit.*

6 FRIEIRO, Eduardo. *O Diabo na Livraria do Cônego*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957. p. 217.

7 Para uma descrição pormenorizada do processo de composição do *Canto Encomiástico* e breve biografia de Viegas de Menezes ver: CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. “Estudo Biobibliográfico”. o*p. cit.*; RIZZINI, Carlos. *op. cit.* p. 313; VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.* p. 175-179; VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras. op. cit.*, p. 629-634.

Passados vinte anos desde a primeira aventura impressa, a arte de imprimir ainda permanecia artesanal e elementar na Província de Minas Gerais. Entretanto, diferente daquele mundo da época da Capitania, a Província registrava outro uso para a prensa. Não era mais a louvação de um governo que dava o tom das oficinas. Eram, aliás, a crítica e a disputa que ocupavam os impressores nos anos finais do Primeiro Reinado. O calor do momento impulsionou a criação de diversos prelos em pontos distantes de Minas. Trataremos, agora, das tipografias que, embora permanecessem artesanais e rudimentares, revelavam-se poderosas no debate político.

Conforme a historiografia, houve tentativa de instalação de uma imprensa oficial na Província de Minas Gerais em 1822. O secretário de governo Luiz Maria da Silva Pinto[8] intentou organizar uma "Typografia Nacional da Província de Minas Geraes", da qual era o inspetor. O projeto inicial consistia em imprimir

> 200 exemplares de uma folha diária em 4º, ou de 3 numeros em semana, na qual incluão-se artigos officiaes do exm. governo de interesse nacional, particular do Brazil e provincia, noticias geraes e variedade[9].

Para tanto, o inspetor contava com pelo menos um redator, um "director-machinista" (possivelmente tratava-se do impressor) e alguns compositores. Porém, seu plano não logrou êxito pois

> não correspondeu ao conceito que dele se fizera e por isso foi suspenso de vencimentos e despedidos os respectivos Empregados e quando mal podia satisfazer ao comprometimento a que se sujeitara foi obrigado a ceder a maior parte dos ditos Operários[10].

Contudo, outra oficina tipográfica foi criada na mesma época por Manuel José Barbosa, auxiliado pelo mitológico padre Viegas de Menezes. Conforme seu criador, esta tipografia mereceu "o epíteto de Patrícia pelo emprego de letra e máquinas construídas na mesma Imperial Cidade"[11] de Ouro Preto. Esse estabelecimento, ainda de acordo com seu proprietário, ocupava-se primordialmente da "impressão de papéis oficiais". No entanto, em 1823, naquela "Officina Patrícia de Barbosa e Cia.", veio a lume o primeiro periódico de Minas: *O Compilador Mineiro*. Dessa mesma tipografia surgiu a *Abelha do Itaculumy* em 1824. Folha liberal, esteve imersa nos debates acerca do constitucionalismo no Brasil. No ano seguinte, era iniciada a impressão de *O Universal*, o mais longevo periódico mineiro do Primeiro Reinado e das Regências.

A aquisição e manutenção de uma tipografia não representava tarefa fácil. A "Officina Patrícia de Barbosa e Cia", por exemplo, foi montada com matéria-prima da própria província, como afirma o redator da *Abelha do Itaculumy* em seu Prospecto:

8 Luiz Maria da Silva Pinto (1775-1869), natural de Goiás e radicado em Minas, foi secretário de governo do último período dos capitães-generaes até os primeiros anos do Império. Cf. VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, p. 184.

9 "Plano para administração da Typographia Provincial" (08/03/1822) a*pud* VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, p. 185-186.

10 "Correspondência de Manuel José Barbosa à Presidência da Província" (s.d.) a*pud* VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, p. 183.

11 *Idem*.

> Todos os seus utensis forão aqui fabricados sem modelos, e sem outra direcção, que o achado em alguns Livros; e para maior glória dos mesmos [redatores] grande porção de typos se fundio de chumbo estrahido de nossas Minas[12].

O alto custo dos materiais tipográficos levou os naturais da Província, seguindo o exemplo do padre Viegas de Menezes, a procurarem meios de driblar suas dificuldades. Além dos problemas para conseguir a prensa, cabia a uma única pessoa montar prelos e fundir tipos, além de redigir e imprimir seus jornais. Na história de Minas, há outras personagens exemplares que comprovam esta prática: Geraldo Pacheco de Melo, no arraial de Itambé do Serro (atual Itambé do Mato Dentro - MG); Manuel Sabino de Sampaio Lopes, auxiliado por João Nepomuceno Aguillar, no arraial do Tijuco (atual Diamantina); e o padre José de Sousa Lima, na Vila da Campanha da Princesa (atual Campanha). Geraldo Pacheco editou o *Liberal do Serro* em 1831. Geraldo era ourives e mecânico e "pelos seus conhecimentos nessas artes concebeu e levou a efeito o fabrico e montagem de um prelo"[13]. Manuel Sabino era, também, ourives. Pelo mesmo procedimento, isto é, fundindo tipos e montando o prelo, editou, em 1828, o *Echo do Serro*[14]. Na mesma época, na Vila da Campanha da Princesa, o padre José de Sousa Lima montou uma tipografia e uma fundição de tipos[15]. Porém, pelo que se sabe, deste empreendimento não nasceu nenhum periódico, fato que ocorreria naquela vila somente em 1832, com a aparição da *Opinião Campanhense*, fundada e redigida por Bernardo Jacinto da Veiga, irmão do redator da *Aurora Fluminense*.

Além da "Officina Patrícia de Barbosa e Cia", outros estabelecimentos tipográficos foram implantados na Província de Minas Gerais, na década de 20 do Oitocentos. Em Mariana, temos conhecimento da impressão de um *Compêndio dos Exercícios da Venerável Ordem Terceira da Penitência*, na "Officina de José Vicente Ferreira", datado de 1826. Este *Compêndio* comprova a existência de um estabelecimento tipográfico naquela localidade. Mas, pelo que se sabe, daquela "Officina" não saíram periódicos ou panfletos políticos. Somente em 30 de maio de 1830 foi publicado o primeiro periódico da cidade: a *Estrella Mariannense*. Inicialmente sua impressão era realizada em Ouro Preto, na "Tipografia Patrícia do Universal", e enviado para a vizinha Mariana[16]. No dia 14 de abril de 1832, com a instalação da "Tipografia Mariannense", o jornal passou a ser publicado na cidade a que era dedicado[17]. Porém, sete meses depois da transferência para a sede do bispado, a *Estrella* encerrava suas atividades[18].

---

12 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 12 JAN. 1824.
13 SENNA, Nelson Coelho de. "Traços Biográficos de Serranos Ilustres". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano X. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 167-210, 1905.
14 SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976. p. 287.
15 VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza*. Vol. III – Vida Cultural (Parte I). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942, p. 212; Ver também: VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Gerais. *op. cit.*, p. 194.
16 ESTRELLA Mariannense. Ouro Preto. 30 MAIO 1830.
17 ESTRELLA Mariannense. Mariana. 14 ABR. 1832.
18 ESTRELLA Mariannense. Mariana. 14 NOV. 1832.

Luiz Maria da Silva Pinto, que não havia alcançado êxito com sua "Tipografia Nacional da Província de Minas Geraes", não desistiu de seu projeto. Em 1828 estabeleceu em Ouro Preto, na rua do Carmo nº 26, a "Typographia de Silva", a qual, "alem de typos, já [empregava] gravuras"[19]. Este novo estabelecimento ocupava-se, principalmente, de papéis oficiais, como as *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*, impressas em 1829. Nesta mesma tipografia foi impresso o *Diccionário da Língua Brasileira*, de autoria do próprio Silva PINTO, em 1832. A edição deste léxico, cujas despesas foram custeadas por "Assignantes desta, e mais Províncias do Império", foi anunciada em 1829[20].

Vimos que personagens proeminentes da história tipográfica mineira produziram, com esforço e materiais próprios, suas máquinas de imprimir. Entretanto, outras tipografias foram trazidas, no lombo de burros, da capital do Império. Assim foi com o prelo que deu origem à "Typografia da Sociedade Pacificadora". Em Sessão da Sociedade Pacificadora de Sabará, a 13 de dezembro de 1831, Manoel Soares do Couto exigia uma "Letra de 4:400$000 a sua ordem no Rio de Janeiro, onde mandar[ia] se effectuar a compra da Typografia por incumbencia da Sociedade"[21]. Os sócios, então, coadjuvaram com doações pecuniárias, até se chegar à soma requerida. No ano seguinte, a Sociedade Pacificadora já contava com sua tipografia e publicava seu periódico: o *Vigilante*.

Para além de mera "curiosidade" bibliográfica, o percurso pelo cotidiano de uma oficina tipográfica possibilita o esclarecimento do processo de transmissão dos textos[22]. Os percalços da produção do impresso e os traços específicos dessa atividade indicam-nos algumas das maneiras pelas quais as idéias foram difundidas e penetraram na sociedade mineira das primeiras décadas do Império do Brasil. Acreditamos, tal como Chartier, que a restituição do "contexto imediato da produção [dessas] peças destinadas a fazer crer ou agir" contribui para "restabelecer o papel tido pela imprensa nos conflitos, essenciais ou minúsculos, que colocaram em jogo a sorte do Estado"(tradução nossa)[23]. Nesse sentido, percebemos esse processo através das histórias de tipografias mineiras, como a "Typografia do Universal", a qual podemos percorrer por meio dos registros oficiais, como veremos a seguir.

Sabemos como era difícil a obtenção de prelos. Entretanto, como era o interior de uma oficina tipográfica mineira na primeira metade do século XIX? Podemos transitar pelo ambiente de uma tipografia através de um registro deixado por José Pedro Dias de Carvalho, proprietário da "Typografia do Universal". Em 13 de dezembro de 1835, Carvalho pretendia desfazer-se de seu estabelecimento. Para tanto, redigiu uma carta à Presidência da Província, oferecendo todo o material tipográfico pelo preço de "seis contos e quatrocentos

19 APM/CMOP 251. Participações de tipografia. "Tipografia de Silva", f.1v. Ouro Preto, 18 ABR. 1831.
20 PINTO, Luiz Maria da Silva. "Prólogo". In: _____. *Diccionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Para estudo detalhado deste *Diccionário* ver: FRIEIRO, Eduardo. "Um velho dicionário impresso em Minas". In: _____. *Páginas de crítica e outros escritos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.
21 VIGILANTE. Sabará. 19 JAN. 1833.
22 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. *op. cit.*, p. 124.
23 CHARTIER, Roger. "La culture de l'imprimé". *op. cit.*, p.12.

mil réis, pagando-se a 4ª parte à vista, e o resto a prestações". O conteúdo que seria negociado está elencado em um inventário anexado à correspondência com a referida proposta. Neste documento, encontramos toda sorte de ferramentas: balas, cavaletes, componedores, galés, martelo, mochos, serrote, taboretes, etc. Chamam-nos a atenção as "diversas qualidades de typo com que está surtida" a tipografia. Havia uma "porção de typo novo" de três modelos distintos – "leitura", "gaillarde" e "petit-romain" – que se encontrava "ainda encaixada", pois tinha acabado de chegar do Rio de Janeiro. Existiam, também, tipos de outras qualidades "que se fundi[ram] nesta Cidade". Além disso, "ha muito grande sortimento de letras grandes, de doze pontos, vinhetas, linhas, entrelinhas, de metal, armas do Império, e enfeites próprios de typografias". Toda essa variedade era empregada em "3 prelos, sendo um grande e dous menores". No entanto, em meio às muitas caixas, encontramos um "aparelho de fundir tipos" que Carvalho dizia ser capaz de produzir "a letra denominada leitura, e grifo, e capital completos". Este instrumento servia, conforme o proprietário, "para composições ordinárias". O aparelho era fundamental já que os custos para aquisição de tipos móveis, a maioria oriunda do Rio de Janeiro, impedia a reposição constante das peças desgastadas[24].

Por meio do "inventário da Typografia do Universal", percebemos que não se tratava do mesmo estabelecimento que deu origem ao periódico *O Universal*, em 1825. Dez anos separam a velha "Officina Patrícia de Barbosa e Cia" da "Typografia do Universal". Em sua trajetória, a oficina de José Pedro Dias de Carvalho representa um certo crescimento da atividade impressa na Província de Minas Gerais e a formação de um espaço público. Esse desenvolvimento levou em conta as transformações políticas pelas quais passou o Império do Brasil. Era a segunda vez que o estabelecimento seria negociado, já que Carvalho o adquiriu de seu fundador, Manoel José Barbosa, em 1827. Contudo, ao que parece, não se efetivou a transação. José Pedro Dias de Carvalho continuou com sua tipografia até fevereiro de 1843, quando foi arrendada à Tristão Francisco Pereira de Andrade[25]. Depois disso, não encontramos mais notícias sobre a "Typografia do Universal".

Percebemos que as primeiras oficinas tipográficas em Minas Gerais não eram grandes empresas. O proprietário, por vezes, revezava-se nos papéis de redator, compositor e impressor[26]. A maioria das tipografias, senão todas, estava às voltas com problemas gerados pelo pequeno número de funcionários. No entanto, esses mediadores foram fundamentais na produção impressa.

Foram os compositores e os impressores que ordenavam os tipos, compunham o texto e apertavam as prensas que traziam à luz panfletos, proclamações e periódicos, ou seja, eram as personagens que realmente faziam funcionar toda a engrenagem tipográfica na Província. A importância dessas pessoas já fora notada por Robert Darnton, em seu

24 APM/PP $^{1}_{54}$ Cx. 03 Doc. 13 "Inventário da Tipografia do Universal". Ouro Preto, 13 DEZ. 1835.
25 APM/CMOP 251. "Participação da Tipografia de Tristão Francisco Pereira de Andrade", f 5v. Ouro Preto, 16 FEV. 1843.
26 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil. op. cit.*, p. 159.

trabalho sobre a produção da *Enciclopédia* na Suíça do século XVIII[27]. Acreditamos que a pesquisa desse historiador norte-americano sirva de base para compreendermos o trabalho dentro de uma tipografia mineira do século XIX. À guisa de explicação, a tecnologia de impressão não havia sofrido muitas transformações até aquela época. Além disso, boa parte dos materiais tipográficos – papel, tinta, tipos móveis, ferramentas, etc. – eram oriundos da França. Mesmo alguns prelos poderiam ser desembarcados no Porto da Estrela e enviados ao interior do Brasil.

Há várias informações sobre aqueles que investiam numa tipografia. Entretanto, os registros sobre indivíduos que exerciam ofícios nestes estabelecimentos são raros e imprecisos. Temos conhecimento de que, em Vila Rica[28], dois irmãos pardos, Pedro Fernandes Santiago e Francisco de Paula, declararam viver "do ofício de imprimir" por intermédio de uma devassa procedida pelo juiz Antônio Augusto Monteiro de Barros em janeiro de 1823 [29]. Não sabemos se aqueles irmãos eram compositores ou impressores, mas podemos perceber que eles se consideravam distintos pelo seu ofício. Ademais, faziam parte do imenso grupo de pardos e mulatos que exerciam algum ofício mecânico na Província[30]. Por meio de outras fontes podemos saber quem eram os impressores e em quais tipografias trabalhavam[31]. Daqueles que exerciam o mister de compositor, quase não restaram notícias. Sabe-se que algumas tipografias possuíam mais de um destes profissionais. Porém, isto não impedia que problemas ocorridos "pela falta de compositores" continuassem a afligir as oficinas, como o *Novo Argos*, que não saíra "no dia marcado por ter adoecido um dos compositores"[32], em março de 1833. Não sabemos quem eram aqueles trabalhadores, mas notamos que sua ausência repercutia imediatamente na produção tipográfica, incidindo sobre a própria circulação local de jornais.

Excetuando-se as tipografias ditas artesanais, em que compositor, impressor e redator eram a mesma pessoa, as oficinas tipográficas das décadas de 1820 e 1830 contavam com certo contingente de operários. Para a "Typografia do Universal", que contava com três prelos e chegou a imprimir quatro periódicos num mesmo período[33], o trabalho em seu interior requeria número considerável de pessoas que dividiriam o mesmo espaço de uma pequena loja ou casa[34]. Os compositores, com seus dedos ágeis,

27 DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio*: história da publicação da Enciclopédia, 1775-1800. Trad.: Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 148-195.

28 Somente em 24 de fevereiro de 1823, por meio de Decreto Imperial, Vila Rica foi elevada à categoria de cidade, passando a denominar-se Ouro Preto. Cf. BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 231.

29 CASA DOS CONTOS/Arquivo de Cartórios de Ouro Preto. Processo 9672, Cód. 475.Ouro Preto JAN. 1823. *Apud*. TEIXEIRA, João Gomes; LANARI, Cássio; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *O primeiro impresso em Minas Gerais*. Ouro Preto: Casa dos Contos, 1976. p. 18-19.

30 VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem*. *op. cit.*, p. 85.

31 Há informações interessantes no códice APM/CMOP 251. Também podem constar os nomes dos impressores nos próprios periódicos.

32 NOVO Argos. Ouro Preto, 08 MAR. 1833.

33 Os periódicos impressos no mesmo período na "Typografia do Universal" eram: *Universal*, *Estrella Mariannense*, *Novo Argos* e o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública*, todos entre 1831 e 1832.

34 A "Typografia do Universal" foi constantemente transferida de uma casa para outra, mas a maioria das moradas que ocupou estava localizada na praça central, hoje praça Tiradentes, em Ouro Preto.

provavelmente compunham o texto da seguinte maneira: “faziam as linhas transferindo os tipos das caixas para os componedores, faziam as páginas passando dos componedores às galés, e as fôrmas mediante a imposição das páginas na rama”[35]. Seguia-se a fase de impressão. As tipografias mineiras possuíam apenas um impressor para realizar os seguintes procedimentos: cabia ao profissional “misturar as tintas, encher as balas e regular a prensa”[36]. Posteriormente, começava a “puxar e a “bater”. Distribuía a tinta pela superfície das balas, esfregando uma contra a outra. Em seguida, “entintava, ou ‘batia’ a fôrma, que fora enquadrada em uma caixa móvel, o ‘cofre’, sobre o carro horizontal da prensa aberta”[37]. Esta foi a primeira parte da tarefa. O trabalho subsequente consistia em colocar

> uma folha sobre o caixilho recoberto com um pergaminho, o “tímpano”, suspenso sobre a fôrma por meio de dobradiças. Fechava a prensa baixando outro caixilho, a “frasqueta”, por sobre a folha, e dobrando a frasqueta, a folha e o tímpano juntos em cima da fôrma. A seguir manobrava metade da fôrma, posicionando-se sob a platina, um bloco plano suspenso por um eixo na parte vertical da prensa. Puxando a barra da prensa, fazia o eixo girar como um parafuso na porca, baixando a platina e comprimindo-a sobre o verso do tímpano, produzindo então uma impressão no papel colocado entre o tímpano e os tipos. Após manobrar a outra metade da fôrma para debaixo da platina, ele a imprimia, manobrava a fôrma para fora novamente, desdobrava o tímpano e a frasqueta e removia a folha recém-impressa, colocando-a sobre uma nova pilha[38].

Como visto nesta exaustiva descrição, o ofício, além de força e resistência, demandava certo conhecimento técnico, fazendo com que fossem profissionais visados pelo próprio Estado. Recaia sobre o impressor, juntamente com o editor, o autor e o vendedor, a responsabilidade por impressos sediciosos, polêmicos ou insultantes. No entanto, ficaria, conforme a lei,

> isento de responsabilidade, mostrando por escripto obrigação de responsabilidade do editor, sendo este pessoa conhecida, residente no Brazil, que esteja no gozo dos direitos políticos, salvo quando escrever em causa propria[39].

Parece estéril e inútil falarmos destes operários que nos legaram, num olhar superficial, poucos registros de sua atividade. Contudo, não devemos esquecer que em cada livro, folheto ou periódico que nos veio às mãos, encontram-se gotas do suor diário destas pessoas. De fato, impressores e compositores contribuíram na divulgação de saberes, técnicas e doutrinas, participando ativamente do processo de estabelecimento de um espaço público em terras mineiras.

---

35 DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio. op. cit.*, p. 189.
36 *Idem.*
37 *Idem.*
38 *Ibidem*, p. 189-191.
39 BRASIL. Lei de 20 de setembro de 1830. “Sobre o abuso da liberdade da imprensa”. Título II - Dos Responsáveis. *Collecção das Leis do Império do Brazil.* (1830) Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

3.2 IMPRESSOS

A “Typografia do Universal” poderia produzir vários tipos de impressos como cartas, proclamações, editais, folhinhas e opúsculos. A Câmara Municipal de Ouro Preto, após 1823, adotou a prática de imprimir seus editos. Mais da metade dos editais arrolados na documentação da Câmara foi impressa pela dita “Tipografia”[40]. Também o Conselho Geral da Província, pois, pelos 500 exemplares das “felicitações que o Conselho Geral mandou imprimir”[41], a “Typografia do Universal” cobrou 20$000 réis. Esses pequenos impressos respondiam por parcela volumosa do trabalho no interior da oficina. Entretanto, além da impressão dessas pequenas folhas, a “Typografia” também podia conceber livros e folhetos. Assim foi com as *Leis Mineiras*, a partir de 1835, e com a obra de um dos inconfidentes mineiros, em 1842. O poema *Villa Rica*, de Cláudio Manuel da Costa, ganhou sua primeira versão integral impressa “na mesma cidade a que era dedicada”[42]. Deveu-se a aparição de *Villa Rica* ao “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: foi um dos seus socios correspondentes que por obsequio ao mesmo Instituto a fez aparecer nesta cidade” de Ouro Preto, como afirma o redator de *O Universal*, em fevereiro daquele ano[43]. Para além de simples “amor às letras pátrias”, a publicação do poema de Cláudio Manoel da Costa entrou em concordância com os anseios políticos daquele Instituto. A idéia de Nação proposta pelos membros do IHGB não se assentava sobre uma oposição à antiga metrópole. Ao contrário, como afirma Manoel Luís Salgado Guimarães, “a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”[44]. Além do mais, a publicação de *Villa Rica* consagrava a importância de duas regiões na formação nacional: São Paulo, berço do desbravador dos sertões e descobridor das minas; e Minas Gerais, por constituir “a mais importante capitania dos domínios de Portugal”[45].

Porém, se atentarmos para a tipografia escolhida para a impressão, podemos perceber um pouco do jogo político que envolveu “aúlicos” e “regressistas” nos anos finais das regências. O conjunto das pessoas que formavam o IHGB, conforme esclarece Lúcia Maria Paschoal Guimarães, era constituído por liberais “moderados” e antigos “restauradores” alijados do poder com a ascensão do Regresso Conservador, em 1837[46]. Esse grupo necessitava “abrir um novo espaço na Corte” para transitar no meio político imperial. Assim, o IHGB foi fruto de “altos conchavos nos salões de São Cristóvão”[47],

40 APM/CMOP $^{2}{}_{2}$ Cx. 01. Editais da Câmara Municipal de Ouro Preto. 1823.
41 APM/CGP $^{1}{}_{1}$ Cx. 07 doc. 18. Recibos Conselho Geral da Província. Ouro Preto, 06 FEV. 1833.
42 UNIVERSAL (O), Ouro Preto. 16 FEV 1842.
43 *Idem*.
44 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 6.
45 COSTA, Cláudio Manoel da. “Prólogo” In: LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Cláudio Manoel da Costa e seu poema Vila Rica*. Belo Horizonte: s.n., 1969. p. 112.
46 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “O ‘Tribunal da Posteridade’”. In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação*: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999. p. 46.
47 *Idem*.

representando um ambiente para a organização dos sujeitos sob o prisma da memória nacional. Em Minas Gerais, o porta-voz deste grupo era *O Universal*, opondo-se ao "regressista" *Correio de Minas*. Portanto, a escolha para divulgação da obra do inconfidente mineiro, possivelmente, levou em consideração as afinidades políticas existentes entre o IHGB e a "Typografia do Universal".

Não era a primeira vez que aquela tipografia participava de um "projeto de memória". Ao longo de sua trajetória, a "Typografia do Universal" imprimiu obras diversas que contribuíram para estabelecer um "monumento" aos liberais das regências. Há um gênero de publicação, bastante comum naquela época, que auxiliava nesta tarefa de passar "a memória das coisas às outras gerações"[48]: a "Folhinha d'Algibeira".

As "Folhinhas d'Algibeira" eram publicações de bolso destinadas ao uso constante, diário, de seu possuidor. Em vista disso, poderiam sofrer com o desgaste provocado pelo uso intenso e/ou serem abandonadas a cada ano nascente. O resultado deste procedimento é a raridade de exemplares desse tipo de impresso em acervos de arquivos e bibliotecas. Encontramos apenas um único volume, referente ao ano de 1832, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro. Trata-se da *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, impressa pela referida "Typografia do Universal"[49]. A partir deste exemplar, podemos tirar algumas conclusões sobre os significados desse gênero de impresso na Província de Minas Gerais[50].

Essas "folhinhas", como o próprio nome indica, consistiam numa espécie de calendário de bolso, trazendo "consigo a ideia de uso/circulação junto ao corpo"[51]. Eram publicações de periodicidade anual, geralmente anunciadas pelos periódicos no findar de cada ano:

> A Folhinha d'algibeira para o anno de 1832 acha-se à venda pelo preço de 320 réis nas casas dos srs.
>
> Manoel Soares do Couto
>
> João Teixeira Soares
>
> E na Typografia do Universal[52].

Pelo preço de 320 réis, o equivalente ao valor cobrado por cinco quilos e novecentos gramas de feijão ou oito quilos de farinha de mandioca[53], teoricamente qualquer pessoa

48 BLOCH, Marc. *Introdução à história. op. cit.*, p. 66.
49 *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. op. cit*.
50 Ressaltamos que o Arquivo Público Mineiro possui uma pequena coleção de "Folhinhas d'Algibeira", mas apenas um exemplar impresso em Minas Gerais referente ao período que nos ocupamos. A maior parte da coleção refere-se à segunda metade do século XIX, sendo que dois volumes são da década de 1840 e um de 1839, todos originários do Rio de Janeiro. Sobre as folhinhas de algibeira, destacamos a tese de Ana Paula Pedersoli Pereira, *Folhinhas de Algibeira do século XIX: um estudo da forma, função e conteúdo*, defendida em 2019.
51 PEREIRA, Ana Paula Pedersoli. *Folhinhas de Algibeira do século XIX: um estudo da forma, função e conteúdo*. Belo Horizonte: UFMG, 2019 (Tese, Doutorado em Educação), p. 173.
52 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 31 OUT. 1831.
53 Os valores são referentes aos cobrados na praça de São João del Rei em 1833. (GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002, p. 224). Vale lembrar que a base da alimentação do pobre consista em feijão com toucinho e carne seca.

poderia ter este verdadeiro guia para o cidadão liberal, como nos mostra sua estrutura, parente próxima dos tradicionais almanaques[54].

A *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832*, evidentemente, apresentava um espaço reservado para o calendário. Nele, figuravam as datas, as fases da lua, os santos do dia e os festejos religiosos ou civis. Também havia espaço para a inserção de notícias sobre o país e a Província, como a quantidade de "fábricas de diversas manufacturas" existente em Minas Gerais. Afirmava a *Folhinha* que a Província contava com

> uma [manufatura] de Chapeos excellentes em S. Gonçalo de Campanha, duas de fundir typos em Ouro-preto, e Tejuco (...). Sobre tudo o maior ramo da industria é a de ferro, do qual existe na Província um consideravel numero de Fabricas, mais ou menos grandes. De todas supoem-se que a principal virá a ser a de Mr. Monlevad.[55]

O desenvolvimento do "espaço público" em Minas Gerais também era contemplado. Como um guia para o cidadão atuante, informava-se o número de periódicos, tipografias e "Sociedades Patrioticas da Província". Também o funcionamento da Biblioteca Pública de Ouro Preto, cujo expediente era "de manhã desde as 9 horas até ao meio dia, e de tarde das 3 às 6". Uma parte destinada à "notícia geográfica do Império do Brasil" trazia os principais dados geográficos da Província e do país, principalmente o relevo, a hidrografia e a divisão político-administrativa. Tais elementos reforçam a ideia de que as folhinhas eram destinadas à instrução popular, como destacado por Ana Paula Pedersoli Pereira[56].

Contudo, logo ao abrirmos o volume, saltam aos nossos olhos as "Notícias Cronologicas". Como todo almanaque, a *Folhinha* relacionava-se ao ano já findo: 1831. Era o momento da euforia liberal após a Abdicação de D. Pedro I. Tratava-se, portanto, de instaurar um estado de coisas e, simultaneamente, legitimar um projeto político por meio da fixação de uma data. Nesse sentido, ensina-nos a *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* que

> cronologia é a arte de medir os tempos; de fixar épocas para esse fim &c. Época é um ponto geralmente determinado por algum acontecimento notavel, desde o qual se conta o tempo, e os annos contados desde aquelle ponto chamão-se uma Era. O Nascimento de Christo é uma época, os annos que se contão desde aquelle acontecimento chamão-se a Era Christã.[57]

Adiante, eram apresentadas as "Épocas Nacionaes". Dentre todas as datas, despontava o "sempre memoravel dia 7 de Abril", pois "[era] celebrado como o da Regeneração do Brasil, por que cessou a reinar o Tyrano, e <u>nasceo uma nova ordem de</u>

O jantar, como afirma Eduardo FRIEIRO, "não ia além da farinha de mandioca com caldo de laranja ou carne seca, ou então mingau ralo de fubá com couve". (FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1966. p. 118).

54 DUTRA, Eliana de freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 13-20.

55 *Folhinha d'Algibeira*... p. 141.

56 PEREIRA, Ana Paula Pedersoli. *Folhinhas de Algibeira do século XIX*. p. 249.

57 *Ibidem*. p. 13.

cousas, até então desconhecida no Brasil" (grifo nosso)[58]. Portanto, vivia-se numa nova "Era": a "Era Liberal".

Entretanto, interessa-nos neste trecho a significação que a *Folhinha* empregou para o termo "Regeneração". Percebemos que esta palavra era caracterizada como "uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil"[59]. Dessa forma, "regeneração" pode ser tomada como sinônimo de "revolução". Conforme afirma Hannah Arendt,

> somente onde ocorrer mudança, no sentido de um novo princípio, onde a violência for utilizada para construir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução.[60]

Sabe-se que a palavra "revolução" possuía dois significados distintos: o primeiro, ligado às transformações cíclicas, remetia-se às variações dos astros; o outro, era relacionado à idéia de ruptura, ou seja, "o curso da História começa subitamente de um novo rumo" instaurando "uma nova ordem de cousas".

Assim, vivia-se o "mito da revolução"[61]. 1831 representava a abertura de horizontes políticos para parte da sociedade brasileira. Com a Abdicação, instaurava-se um tempo de experimentação e utopias, levando muitas pessoas à sensação de euforia e esperança com o porvir. Este "tempo de esperança" enchia os corações e mentes daqueles que almejavam a liberdade, em seus diversos significados. Entretanto, aumentava os receios daqueles que estavam, naquele momento, na direção do governo.

Sentimos a ausência de algo naquela *Folhinha d'Algibeira*: ela não utilizou, em nenhuma página, o substantivo "revolução". Enfatizamos que, naquele tempo, esta palavra poderia evocar a imagem do derramamento de sangue, do caos e da anarquia dos eventos franceses de 1789. Posto isso, acreditamos que a ausência da palavra neste impresso foi ocasionada pelo temor de um movimento popular daquela magnitude: "Queremos a Constituição, não queremos a Revolução"[62]. Os liberais moderados pretendiam assegurar o seu domínio, impedindo que o processo ganhasse as ruas e colocasse em risco a estrutura social então vigente. Pretendia-se modificar o panorama político e, simultaneamente, conservar o plano social do Império, mantendo uma ordem constitucional-escravista. Nesse sentido, a própria *Folhinha d'Algibeira* apresentava, no final do volume, "para o uso público e particular dos habitantes desta Provincia"[63], a Lei da Regência.

---

58 *Ibidem.* p. 95-96.
59 *Idem.*
60 ARENDT, Hannah. *Da Revolução. op. cit.*, p.28.
61 Ilmar MATTOS percebe esse "mito da revolução" nos movimentos de 1848. Ao analisar o discurso do Timandro, MATTOS diagnosticou "a esperança que movia aqueles Liberais, ao lado de um isolamento crescente que tanto sublinhava em cada um deles uma pureza de propósitos quanto a impossibilidade de perceber no momento em que viviam o que era concretamente novo e diferente, embora da idéia do novo utopicamente se nutrissem". (MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 136).
62 Evaristo da Veiga, *apud.* MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 126.
63 *Folhinha d'Algibeira*... folha de rosto.

As “folhinhas d’algibeira”, bem como outras produções escritas, são objetos cujas formas comandavam, ou pretendiam comandar, os usos de que poderiam ser investidos e as apropriações às quais eram suscetíveis[64], ou seja, quando eram produzidas e vendidas, as “folhinhas” carregavam consigo uma intenção. Em vista disso, ensina-nos Eliana de Freitas Dutra, que os almanaques, parentes daquelas “folhinhas”, podem ser lidos pela via de uma “pedagogia lenta, longa e desdobrada duração, a qual assegura padrões de convocação da história e da memória”[65]. Podemos perceber este sentido “pedagógico” naquela *Folhinha d’Algibeira* ao trazer consigo todo um programa para os anos vindouros. Retornando à idéia de “regeneração”, exposta pela *Folhinha d’Algibeira* de 1832, devemos lembrar que “regenerar” é sinônimo de “restaurar”. Nos séculos XVII e XVIII, o termo “restaurar” poderia ser compreendido “como retorno a uma situação anterior compreendida como legítima”[66]. Paradoxalmente, a *Folhinha* também poderia transmitir a idéia de um tempo cíclico, evocando o retorno a uma ordem antiga. Assim, podemos depreender da idéia de “regeneração”, ainda, como afirma Ilmar Rohloff de Mattos, “não como uma ruptura ou o início de um novo tempo, e sim como ponto de chegada, o coroamento de um movimento de constituição da sociedade”[67]. Nesse sentido, talvez a *Folhinha d’Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* pretendesse, como os almanaques da Revolução Francesa, “parar o curso da história ao comemorar o ano I da utopia”[68].

Os impressos foram ingrediente ativo da cultura política das décadas de 1820 e 1830. Contudo, o processo de produção dessas obras dependia de fatores como a própria capacidade do estabelecimento tipográfico. A história da impressão de determinada obra, com seus atropelos, problemas e peculiaridades, apresenta-nos um pouco do cotidiano dos estabelecimentos tipográficos mineiros no período Regencial. Por conseguinte, ela nos oferece pistas sobre uma “cultura impressa” na Província de Minas Gerais. Tomemos como exemplo a publicação da *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, de Bernardo Pereira de Vasconcelos[69], vinda a lume no final de 1828, pela “Typographia do Astro de Minas”. Esse documento, réplica de Bernardo Pereira de Vasconcelos ao marquês de Baependi, constitui-se, sobretudo, em “prestação de contas” do deputado mineiro aos seus eleitores. Primeira atitude do gênero num país que mal saíra da vida de Antigo Regime, talvez por isso, nela percebamos algo de entusiasmo, pureza e esperança. Vasconcelos acreditava nas instituições representativas[70].

64 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. *op. cit.*, p. 8.
65 DUTRA, Eliana de Freitas. *op. cit.*, p. 20.
66 VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura*: Usos do Livro na América Portuguesa. São Paulo: USP, 1999 (Tese, Doutorado em História). p. 41.
67 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *op. cit.* p. 144-145. Também é significativa a idéia de uma “consolidação da Independência” exposta por Joaquim NABUCO ao referir-se ao 7 de Abril: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*: Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 21.
68 ANDRIES, Lise. “Almanaques: Revolucionando um Gênero Tradicinal” In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa*: A Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 307.
69 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. “Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. *op. cit.*, p. 58-191.
70 *Ibidem*, p. 19.

Embora Bernardo Pereira de Vasconcelos tenha escrito os originais na cidade de Ouro Preto, sua obra foi impressa em São João del-Rei, na “Typographia do Astro de Minas”. Nesse mesmo estabelecimento, criado pelos esforços de Batista Caetano de Almeida, em 1827 foi publicada a primeira “folha pública” da vila: o *Astro de Minas*. Sabe-se que a *Carta* foi impressa em duas partes, distribuídas entre os “Cidadãos liberais” da Província de Minas que contribuíram para sua subscrição. Conforme anúncio veiculado pelo *Astro* de 20 de dezembro de 1827, pelo preço de 1$200 rs., podia-se subscrever para a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais*, que “constar[ia] de mais de 200 pag. em quarto grande”[71]. Em janeiro de 1828, repetiu-se o aviso. Dessa vez, ao mesmo tempo em que se anunciavam “os Livros Compendio de Agricultura 5 volumes, e Contrato Social de J. J. Rousseau”, o *Astro de Minas* informava a

> quem quizer subscrever para esta Carta [de Vasconcelos], o pode fazer nesta Villa [de São João del-Rei] na Imprensa do Astro, na Imperial Cidade [de Ouro Preto] na Imprensa Patrícia de Barboza e Com., em Sabará na casa do Cap. Bento Rodrigues de Moura, na Villa do Príncipe na de Francisco José Vasconcellos Lessa, na Campanha em casa do Tenente Ignacio Gomes, em Pouso-Alegre em casa do Conego José Bento Leite Ferreira de Mello, no Rio de Janeiro em casa de Estevão Alves de Magalhães [72].

O *Astro* oferece-nos outros rastros da produção da obra de Vasconcelos. Os trabalhos com a impressão da *Carta* ocuparam toda a tipografia de Batista Caetano. Porém, a publicação atrasava-se. Os subscritores estavam impacientes. Assim, em junho de 1828, o editor exarou um pedido de desculpas, explicando que o atraso deveu-se à “falta de compositores, e demora do papel”[73]. Contudo, aparentemente, os problemas com a “impressão da Carta do Sr. Deputado Vasconcellos” estavam longe de terminar. Em julho, o editor explicava:

> Achando-nos pensionados com a carta do Sr. Deputado Vasconcellos, avisamos aos Srs., que nos quiserem enviar suas correspondências para serem impressas avulsas, ou como Supplemento, que de hoje em diante as não podemos imprimir, tanto pelo motivo referido, como por nos acharmos sobrecarregados de trabalho com as que já aceitamos.[74]

A sobrecarga com a *Carta* impossibilitou a impressão de outros textos. Isso pode ter impedido a divulgação de correspondências, normalmente impressas num “suplemento” que vinha incluso no final dos exemplares do *Astro de Minas*, que conteriam alguma nova polêmica envolvendo os próprios concidadãos, já que era o único periódico da vila naquele tempo. As dificuldades para a obtenção “do papel, falta de trabalhadores, e por algumas outras circunstancias que occorrerão”[75], impediram a rápida finalização do impresso. Os problemas na realização da empreitada levaram o editor a pedir a autorização de Bernardo

71 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 20 DEZ. 1827.
72 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 31 JAN. 1828.
73 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 14 JUN. 1828.
74 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 31 JUL. 1828.
75 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 06 NOV. 1828.

Pereira de Vasconcelos para que distribuísse "como primeira parte 11 folhas da sua Carta aos Srs. Eleitores Mineiros", informando "aos Subscritores que quizer[a]m recebe-las, poder[i]ão mandar buscar a esta Typographia de 13 do corrente [mês de outubro] por diante" [76]. Como podemos perceber, os trabalhos com a publicação da obra arrastaram-se por bastante tempo. A *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* foi totalmente concluída somente em novembro de 1828, ou seja, onze meses depois dos primeiros anúncios nas páginas do *Astro de Minas*.

Indício de uma tipografia artesanal, a *Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais* não pôde ser publicada integralmente. A estratégia de divulgá-la paulatinamente objetivou evitar "sobrecargas" no estabelecimento tipográfico. Podemos perceber a limitação da própria tipografia, o que a tornava vulnerável às adversidades como a escassez de matéria-prima e a "falta de compositores", alegada pelo editor do *Astro de Minas*[77]. As outras tipografias mineiras deste período partilhavam as mesmas características e os mesmos problemas. A produção das tipografias mineiras auxilia-nos a perceber a inserção dos impressos como força ativa na vida política do Império do Brasil. Não era somente o conteúdo doutrinário que acompanhava os periódicos que influenciou o jogo político. Os produtos dos prelos mineiros, em suas diversas formas e conteúdos, ajudaram a moldar uma cultura política. Com efeito, a palavra impressa foi "um ingrediente do acontecimento", como definiu Robert Darnton, ao perceber a "revolução impressa" ocorrida no século XVIII [78].

OS PERIÓDICOS

Todavia, o principal fruto dos prelos mineiros era o periódico. Era sob a órbita do jornal que girava a vida de uma oficina de impressão. "Typographia da Opinião Campanhanse", "Typographia do Constitucional Mineiro", "Typographia do Astro de Minas", enfim, não é sem motivos que a maioria dos estabelecimentos tipográficos recebeu a denominação do principal periódico que publicava. Imersas num ambiente efervescente, as tipografias tinham como função primordial produzir as armas para o combate político. De fato, uma guerra se processou naqueles anos, e a arma desse conflito foi o periódico. Esta afirmação pode ser compreendida por meio de uma alegoria.

José Ferreira Calazans, antigo tipógrafo de Ouro Preto, empregado na tipografia de *O Universal*, conta-nos que seu patrão, José Pedro Dias de Carvalho, mandou dos tipos do referido periódico fazer balas para alimentar a Revolução Liberal de 1842[79]. O fato é repleto de significados. Comecemos pela data: 1842. Naquele ano, ocorrera a célebre Revolução Liberal em Minas Gerais. Foi ela o último suspiro dos liberais frente à revogação de suas

76 ASTRO de Minas. São João del-Rei. 09 OUT. 1828.
77 ASTRO de Minas. São João del Rei. 14 JUN. 1828.
78 DARNTON, Robert. "Introdução". In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. *op. cit.*, p. 15.
79 VEIGA, José Pedro Xavier da. Imprensa em Minas Gerais. *op. cit.* p. 190. Ver também: VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras. op. cit.* data 20 setembro de 1897.

conquistas, instaurando um período “de sonhos frustrados e intenções transformadas em vitoriosas”[80]. Entretanto, o relato de Calazans conserva conteúdos ocultos. À primeira vista, concluiríamos que o movimento de 1842 foi a continuação da prática política por meios belicosos, pois, pela sucessão de eventos, as questões não resolvidas no campo político – a dissolução da Assembléia Legislativa do Império em 1842, que se tornara o estopim da Revolução – foram encerradas na e pela guerra. Contudo, ao transformar em projéteis os tipos, o que o velho tipógrafo fez foi materializar um processo anterior, talvez razão da existência daquele material: o combate. Tratemos de inverter, tal como Michel Foucault, “a posição de Clausewitz, afirmando que a política é a prolongação da guerra por outros meios”[81]: foi uma guerra que se processou arduamente durante os anos das Regências, que teve como um dos espaços e arma de luta a imprensa periódica. Como um dos instrumentos para a ação política, o jornal revestiu-se de poder. Verdadeiros petardos foram lançados através das páginas impressas. De fato, foram balas em forma de tipos móveis o que fomentou a luta discursiva verificada naqueles anos furiosos. Assim, Calazans operou uma revalidação dos pequeninos tipos, impondo a eles a sua forma verdadeira: munição para uma guerra contínua, ininterrupta mesmo sob o disfarce da paz.

Estas armas possuíam formas específicas. Lançaremos um breve olhar sobre o formato, as divisões e os conteúdos dos periódicos. Acreditamos, assim como Elizabeth Seabra, que o aspecto material do objeto impresso contribuiu no processo de modelagem das “expectativas do leitor”[82]. Em vista disso, é preciso retomarmos as principais características físicas daquelas obras, pois “não há texto fora do suporte que o dá a ler”[83].

Os periódicos geralmente eram impressos no formato *in quarto*. Possuíam quatro páginas que poderiam ser complementadas por um “suplemento” contendo proclamações, correspondências, sermões, discursos extraordinários, dentre outros. A primeira página registrava o título, a data e o número da publicação. Por exigência da legislação, era obrigatória a identificação da tipografia e da localidade em que o exemplar foi impresso. Em alguns jornais, apresentava-se o nome do impressor na última página.

Através dos títulos podemos iniciar o reconhecimento das folhas daquela época. Em meio à euforia liberal, havia títulos que se relacionavam ao constitucionalismo, como: *A Constituição em Triunfo*, *O Constitucional Mineiro* e o *Pregoeiro Constitucional*. Outros evocavam as Luzes: *A Razão*, *Echo da Razão* e o *Astro de Minas*. Entretanto, como salienta Seabra, “o título nem sempre é um índice que permite a classificação da obra”[84], ou seja, não podemos nos pautar somente nos “cabeçalhos” para estabelecermos o ordenamento de um periódico em certa inclinação política. Lembramos que o próprio liberalismo não é monolítico. Em seu interior, comporta uma infinidade de interpretações e tendências.

80 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 2.
81 FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 22.
82 SEABRA. Elizabeth Aparecida Duque. *op. cit.*, p. 49-56.
83 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. op. cit.*, p. 17-18.
84 SEABRA. Elizabeth Aparecida Duque. *op. cit.,* p. 49.

Assim, sob a luz de um mesmo vocabulário, grupos políticos distintos podem digladiar-se buscando impor um entendimento considerado "legítimo" para os conceitos que empregam. Os jornais seguem este sentido, apresentando títulos aparentemente iguais, mas que carregam diferenças fundamentais em seus discursos.

Evidentemente, parcela dos autores destes periódicos identificava-se com os títulos que apresentava; mas também podemos apreender destes títulos a tentativa de arregimentar leitores. Chamar a atenção do público para a causa *Constitucional*, ou mesmo cativá-lo para um uso público da *Razão*, fazia parte das pretensões dos redatores. Além de ter um sentido "publicitário", os títulos exerciam outras funções na relação que se pretendia criar entre o periódico e o público. Funcionando como protocolos de leitura, estes títulos poderiam preparar o leitor para uma maneira "correta" de captar o conteúdo impresso. Assim, em 1842, uma folha de São João del Rei já definia todo o seu programa numa única palavra: a *Ordem*. A força desta palavra no contexto "pós-revolucionário"[85], provavelmente, era empregada pelo periódico, objetivando uma prática da leitura "ordenada", aliada à certa respeitabilidade e temor.

A maioria dos jornais apresentava uma epígrafe ou citação, variando da inserção de trechos de pensadores estrangeiros a excertos da carta constitucional do Império do Brasil. A *Opinião Campanhense*, folha de inclinação moderada, utilizou-se de um dos "Aphorismos de Bonnin", para afirmar que "hum povo não pode conservar huma forma de governo Livre, se não por huma adhesão firme, e constante, às regras da justiça; e da moderação"[86]. Por meio deste exemplo, percebemos que a epígrafe era utilizada como uma "carta de apresentação" do redator, mostrando os propósitos que o norteavam. Pretendia-se "conservar um governo Livre". Para tanto, era necessária a "adhesão firme" dos cidadãos da vila da Campanha da Princesa. Assim, a *Opinião* estabeleceria um "espaço público" capaz de fazer com que aqueles homens continuassem a reafirmar um compromisso "firme, e constante" em torno dos ideais "da justiça; e da moderação".

Normalmente, o primeiro número de um periódico apresentava um "prospecto". Tratava-se de uma carta de intenções em que o redator afirmava seus propósitos. O redator do *Tareco Militar* definia da seguinte forma: "Também se uza dizer de penna, o que nega a alma, e isto se chama profissão de fé política, e como he moda tambem la vai"[87]. Nem sempre as melhores intenções garantiam bons sentimentos.

Havia uma parte no periódico destinada à inserção de textos dos leitores, denominada "correspondências". Os leitores encontravam neste local um espaço para uma "troca de falas", debatendo algum artigo ou polemizando contra particulares e o governo. Estas cartas não eram inseridas a esmo. Ocorria uma seleção que levava em conta as afinidades políticas, a relevância (para o redator) e, obviamente, a capacidade da própria

85 Refiro-me à Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais.
86 OPINIÃO Campanhense. Campanha. 29 DEZ. 1832.
87 TARECO Militar. Ouro Preto.27 JUL. 1833.

tipografia, como humildemente explicou o *Vigilante*: “A nossa folha é pequena para estar em dia com os assumptos da epocha; por a nossa parte poderiamos avançar mais; porem a imprensa ainda não pode aviar tanto trabalho”[88]. Mesmo as cartas impressas passavam pela “edição” do redator. Nem todo o conteúdo de um texto era publicado. Por motivos que iam desde a exigüidade de espaço até a preservação da intimidade, informações diversas e nomes de particulares poderiam ser eliminados.

Também existia uma seção de “Variedades”. Este espaço poderia acolher anedotas, frases espirituosas de escritores famosos ou curiosidades em geral, desde a invenção da locomotiva até os cuidados com a mordida venenosa de um sapo.

A publicação dos “Anúncios” finalizava o exemplar. Naquele espaço, poderiam ser divulgados sumiço de escravos, peças teatrais, perda de objetos pessoais e venda de quaisquer produtos, inclusive livros. Desta parte extraímos muitas informações sobre a produção e circulação de outros impressos. Contudo, lembramos que os “anúncios” não comportavam toda a difusão impressa de Minas Gerais, fornecendo apenas tênues indícios desta prática.

O jornal poderia ser definido como “o livro do povo”. A afirmação torna-se verdadeira ao analisarmos outros aspectos físicos dos periódicos. O formato e a paginação das folhas indicavam uma continuidade entre os números dos jornais, como exemplifica o *Mentor das Brasileiras*, impresso na “Typographia do Astro de Minas”, entre 1829 e 1832. Cada exemplar do *Mentor* possuía oito páginas, cuja forma de numeração mantinha uma seqüência que continuava a cada novo número publicado. De maneira geral, pensava-se o jornal como assinatura, com os artigos em seqüência. Ao final do ano, com todos os exemplares organizados cronologicamente e devidamente encadernados, poderíamos ter a impressão de estarmos diante de um livro publicado em forma de fascículos. Outros periódicos foram impressos da mesma maneira, como o *Astro de Minas*, *O Universal* e o *Telegrafo*. Isso sinaliza uma seleção do público ideal dos periódicos. O caráter seqüencial das folhas permite-nos especular sobre um provável relacionamento mais íntimo entre os redatores e seus potenciais leitores, pois cada número recém-chegado significava um novo encontro entre o público, idealmente seleto e assíduo, e os respectivos autores para colóquios em torno da vida política.

O *Mentor das Brasileiras*, jornal voltado ao público feminino, ainda apresenta outras peculiaridades. Em suas páginas encontram-se trechos de obras de “belas letras”. Estas visavam “entreter proveitosamente a attenção das Senhoras”, para “bem lhes dirigir as potencias intelectuaes”. Contudo, a inserção desse tipo de conteúdo não se fazia “a cargo de huma instrucção profunda, que tornaria fastidiosa a leitura, e cançaria o espirito que procura o *util de mistura com o agradavel*”. Para esse estudo útil e agradável, *O Mentor* lançou mão de fábulas e contos cujos conteúdos “se dirij[i]ão à hum fim moral nas suas

88 VIGILANTE. Sabará. 08 MAIO 1833.

narrações interessantes”[89]. As narrativas de ficção eram acompanhadas das “necessarias reflexões” feitas pelo redator. Ao final dos excertos, era inserida uma análise que orientava a interpretação do conteúdo transcrito. Tratava-se de um cerceamento da leitura, limitando-a e direcionando-a para um entendimento “legítimo” do texto. Representava, ao nosso ver, uma leitura forçada, submissa e refreada que ressaltava a “autoridade do texto”[90].

Estas “necessárias reflexões” acenam para aquilo que Roger Chartier denomina “caráter todo-poderoso do texto”[91]. Conforme o pesquisador francês, a história da leitura está envolvida por uma aparente contradição, expressa na luta entre a liberdade do leitor e a autoridade do texto. O leitor é pensado pelo autor como obrigado a permanecer sujeito a um sentido único. Dessa forma, o *Mentor das Brasileiras* lançou mão de seu poder de condicionamento sobre suas leitoras, submetendo-as a uma interpretação “legítima e autorizada”, por intermédio das “necessárias reflexões” insertas em suas páginas. Para o redator, esses artifícios coercitivos eram necessários, já que o gênero feminino ainda não era considerado “naquella perfectibilidade de principios capazes de o tornar habil para a comprehensão de materias dificeis por sua natureza”[92]. Portanto, a mulher não se encontraria em plenas condições de interpretar individualmente determinado discurso, devendo ser “guiada” pelo seu *Mentor*.

A maioria dos periódicos saía duas ou três vezes por semana; alguns eram hebdomadários. Temos dito o quanto era dificultosa a tarefa de imprimir. Vários problemas afetavam a periodicidade dos jornais, como a falta de mão-de-obra, que freqüentemente acometia as oficinas. No entanto, a freqüência com que os jornais vinham a lume também incidia sobre um modo diverso de apropriação dos textos. A questão do tempo da notícia, tão acalentada pelos meios midiáticos atuais, não era posta nos idos das Regências. De acordo com Isabel Lustosa, o impresso não trazia a notícia, ele pretendia *produzir* o evento: “O jornalista defronte da escrivaninha apontava sua pena de pato e pensava na reação de quem iria ler as linhas que lançaria sobre o papel”[93]. O jornal possuía uma retórica que levaria à ação de fato. Sua função, naquele contexto, era “esclarecer” e não meramente “noticiar”. Por isso, a questão da periodicidade levanta traço específico das folhas daquele período. O espaço entre um número e outro representava o tempo de discussão e assimilação do conteúdo impresso. Nesse sentido, os jornalistas mantinham uma relação distinta com seus leitores, cujo “fim he a illustração pública”[94].

O Universal era um dos mais assíduos e freqüentes jornais de sua época, saindo religiosamente às “segundas, quartas e sextas feiras”[95]. O único momento em que ficou suspensa sua edição aconteceu durante a Sedição de 1833, quando Ouro Preto encontrou-

89 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei. 30 NOV. 1829
90 CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: _____. *A história cultural. op. cit.*, p.121-139.
91 *Ibidem*, p. 121.
92 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei. 30 DEZ. 1829
93 LUSTOSA, Isabel. *op. cit.*, p. 422.
94 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 18 JUL. 1825.
95 UNIVERSAL (O), Ouro Preto. 19 SET. 1825.

se tomada pelos militares insurgentes. Excetuando-se este evento, *O Universal* gozou de vida longa e intensa. Esteve "em tempos de acabar" em 1827, por falta de assinantes[96]. Contudo, em 1836 diverso parecia ser o balanço contábil da "Typografia do Universal". Animado com o rendimento de sua tipografia, José Pedro Dias de Carvalho aventurou-se em fazer de sua folha diária[97]. Porém, durou apenas quatro dias sua experiência. Alegando dificuldades técnicas em manter tal projeto, em 20 de fevereiro, o *Universal* voltava à sua periodicidade original[98]. Os altos custos e a quantidade reduzida de operários nas prensas também impediam o aumento da periodicidade dos jornais.

ESCRITAS DA FALA

> Mineiros ouvi por um instante, atendei a voz do vosso Patricio = o Mineiro = elle falla com franqueza; precavei-vos, não vos deixeis illudir, senão sofrereis necessariamente a sorte do triste Pará[99].

Assim suplicava *O Mineiro*, periódico impresso da "Typographia de Leyraud", em 1833. Ele atentava para os desastres na Província do Pará, palco de sangrentas revoltas. Entretanto, para chamar a atenção do público, *O Mineiro* não evocou o objeto escrito, mas a audição: "ouvi por um instante". Com efeito, representava a "voz" de um grupo buscando impor determinada visão de mundo. Entretanto, esse excerto apresenta aspecto fundamental das folhas, manuscritas ou impressas, que circularam em Minas Gerais: a oralidade.

Os impressos partilhavam um conjunto de práticas e representações que compunham uma comunidade de discurso. Conforme Chartier, os textos eram compostos para usos que não são mais os mesmos dos leitores de hoje. Assim, a forma como os escritos eram concebidos e impressos remetem-se à estrutura cultural distinta. No período que estudamos, assim como na Independência, a oralidade determinava os usos e formas do objeto escrito, como notado pelas historiadoras Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Elizabeth Aparecida Duque Seabra.

Ao adotar o método exposto por John Pocock, Elizabeth Seabra procurou perceber "como o discurso oral pode ter interagido com o discurso impresso"[100]. A interação entre "a escrita e a fala" é o mote de sua dissertação, constatando o uso de estratégias de oralidade adotadas pelos folhetos e periódicos políticos. Seabra acredita que estas estratégias foram eficazes na transmissão do conteúdo impresso, possibilitando o acesso de maior número de leitores/ouvintes à discussão, ocasionando um transbordamento dos espaços institucionais e uma relativa "democratização do prelo"[101].

96 APM/LAP Cx. 2, Pasta 3, Volume 3.2. Correspondência entre Francisco Assis Azevedo e Joaquim Pereira de Queiroz. 19/07/1827.
97 UNIVERSAL (O), Ouro Preto. 16 FEV 1836.
98 UNIVERSAL (O), Ouro Preto. 20 FEV 1836.
99 MINEIRO (O). Ouro Preto. 16 DEZ 1833
100 POCOCK, John G. A. *op. cit.*, p. 80.
101 SEABRA. Elizabeth Aparecida Duque. *op. cit.* p. 62.

Como possível exemplo de interação entre o oral e o escrito, a atuação de Bernardo Pereira de Vasconcelos nas eleições paroquiais de 1828, em Minas Gerais, agitava a política provincial. Notadamente, Vasconcelos dirigiu-se aos eleitores de Minas Gerais em sua *Carta,* impressa em São João del Rei. Contudo, não limitou sua ação ao referido documento. Bernardo Pereira de Vasconcelos participava ativamente dos debates, como relata Francisco de Assis Azevedo, eleitor na paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias da cidade de Ouro Preto, no ano de 1828. Segundo Azevedo, "houverão vivas discussoens, Vasconcelos orou como costuma, magistralmente sobre vários pontos"[102].

Contudo, o deputado mineiro combatia tanto pela tribuna, como pela imprensa. Assim, Vasconcelos propagava papéis impressos a diversas localidades mineiras, como nos conta o mencionado Francisco de Assis Azevedo, em correspondência a seu amigo Joaquim Pereira de Queiroz, da Vila do Príncipe:

> Não sei se o Dezembargador Vasconcelos vos escreve neste Correio, como no passado, mas elle me encarregou de vos remetter mais papeluxos d'aquelles que vos mandou, certo de que cooperareis para a boa causa com a actividade e feitio que vos são próprios, para opor algum obstáculo aos corcundas, e servis que trabalhão com vigor[103].

Adiante, na mesma carta, Francisco afirma que "para toda a parte tem se mandado cópia destes impressos, que não deixão de produzir muito effeito, até por que o Vasconcelos tem muito conceito em toda a Província para com os amantes da Patria, e liberais". Além disso, alertava seu amigo de que era "preciso ver modos de mandar [os papéis] também para Minas-Novas"[104].

Vasconcelos, o "Mirabeau do Brasil" na visão de John Armitage[105], dominava a arte da oratória. Entretanto, ele se fez presente em vários locais da Província de Minas Gerais por intermédio dos "papeluxos" que enviava para outros lugarejos. Enquanto Vasconcelos "orou como costuma" em Ouro Preto, no interior "não [deixou] de produzir muito effeito" com a palavra impressa. Para Vasconcelos, "a imprensa principia[va] a servir à causa da liberdade"[106]. De fato, os impressos tornavam-se importante elemento no combate político, principalmente, para "opor algum obstáculo" aos seus rivais "corcundas". Evidentemente, seus textos procuraram materializar sua "voz", aliando a oratória à escrita. Portanto, podemos perceber alguns indícios da difusão do discurso do deputado mineiro pela Província e, assim, localizá-lo por meio do suporte que o deu a ler, isto é, os impressos.

Cabe lembrar, ainda, que Bernardo Pereira de Vasconcelos foi um dos colaboradores do jornal ouropretano *O Universal*, entre 1825 e 1834, atuando em muitos debates e promovendo várias polêmicas. Conforme a tradição, Vasconcelos chegou a criar dois

102 APM/LAP cx. 03. Carta de Francisco de Assis Azevedo a Joaquim Pereira de Queiroz, Serro 29 NOV.1828.

103 APM/LAP cx. 03. Carta de Francisco de Assis Azevedo a Joaquim Pereira de Queiroz, Serro 29 OUT.1828.

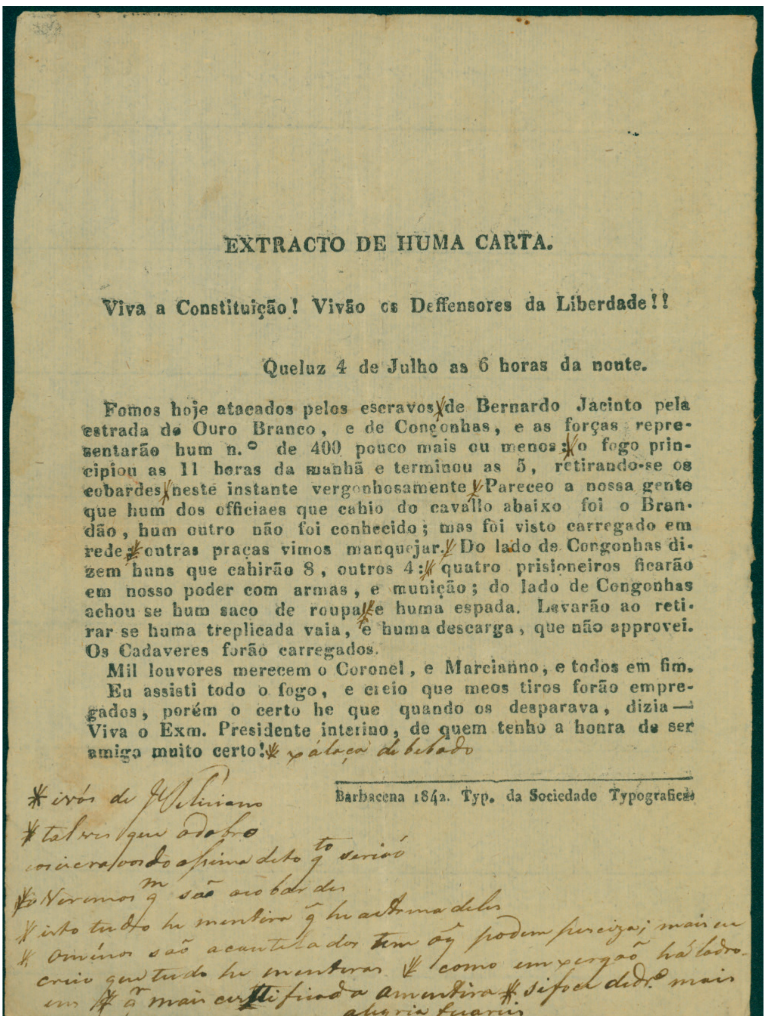
104 *Idem*.

105 ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. p. 174.

106 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. "Carta aos senhores eleitores da província de Minas Gerais". In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *op. cit.*, p. 62.

personagens, *Paraopebano* e *Itacolomi*, para discutir o projeto para exploração do rio Doce, como já esclarecemos. De acordo com um de seus biógrafos, “*Itacolomi* defendia o projeto e *Paraopebano* o condenava”[107]. Com esse artifício, Vasconcelos experimentava e preparava a opinião pública mineira.

A relação entre o oral e o escrito também pode ser apreendida por meio de um panfleto da Revolução Liberal de 1842. O “Extracto de huma carta”, impresso na Typ. da Sociedade Typografica de Barbacena, apresenta uma estrutura evidentemente oral. Esta carta apresenta uma dupla formulação de representações: uma positiva, ao defender a ação dos revolucionários; outra negativa, ao dirigir ataques à reputação dos legalistas. Vejamos a reprodução do documento (**Figura 4**):



EXTRACTO DE HUMA CARTA.

Viva a Constituição! Vivão os Deffensores da Liberdade!!

Queluz 4 de Julho as 6 horas da noute.

Fomos hoje atacados pelos escravos de Bernardo Jacinto pela estrada do Ouro Branco, e de Congonhas, e as forças representarão hum n.° de 400 pouco mais ou menos: o fogo principiou as 11 horas da manhã e terminou as 5, retirando-se os cobardes neste instante vergonhosamente. Pareceo a nossa gente que hum dos officiaes que cahio do cavallo abaixo foi o Brandão, hum outro não foi conhecido; mas foi visto carregado em rede: outras praças vimos manquejar. Do lado de Congonhas dizem huns que cahirão 8, outros 4: quatro prisioneiros ficarão em nosso poder com armas, e munição; do lado de Congonhas achou se hum saco de roupa, e huma espada. Levarão ao retirar se huma treplicada vaia, e huma descarga, que não approvei. Os Cadaveres forão carregados.

Mil louvores merecem o Coronel, e Marcianno, e todos em fim. Eu assisti todo o fogo, e creio que meos tiros forão empregados, porém o certo he que quando os desparava, dizia — Viva o Exm. Presidente interino, de quem tenho a honra de ser amigo muito certo!

Barbacena 1842. Typ. da Sociedade Typografica.

Figura 4: Extracto de Huma Carta. Barbacena, 1842. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo PP 1 17 Cx. 02 doc. 22.

107 VASCONCELLOS, Salomão de. *op. cit.* p. 10.

A estrutura correspondente a uma carta confere simplicidade e um tom íntimo ao impresso. Os indícios de estratégias de composição oral estão evidentes ao longo do texto. Primeiramente, nos "Vivas" à Constituição e aos "Deffensores da Liberdade", que iniciam o relato, provavelmente lidos com bastante energia. Depois, no uso de períodos curtos, o que agilizaria a leitura. Ao final, o "Extracto" lança mão do discurso direto: "o certo he que quando os desparava, dizia – Viva o Exm Presidente interino, de quem tenho a honra de ser amigo muito certo!". Além disso, o formato de impressão – pequena proclamação de uma página – facilitava a difusão da folha como por debaixo das portas, pela afixação em lugares públicos ou sendo repassada de mão em mão, até ser lida coletivamente. Entretanto, chamam a atenção as respostas manuscritas na própria folha, levando-nos a acreditar que a carta também foi lida pelos "legalistas" interpolando as notas manuscritas ao impresso no processo de leitura oral. Dessa forma, os "legalistas" provavelmente utilizaram o impresso de maneira diversa, respondendo não somente aos "revolucionários", mas a uma platéia atenta.

Enfim, a oralidade manifestava-se na escrita. Certamente, destinava-se à leitura em voz alta e coletiva que comunicava o conteúdo e adquiria a adesão dos ouvintes por meio de entonações, posturas e gestos específicos.

3.3 REDES DE COMUNICAÇÃO

Após ser impresso, o periódico ainda percorreria um tortuoso caminho até se fazer presente nas mãos dos leitores. Cumpre-nos, portanto, perceber como ocorreu a intermediação entre a oferta e a demanda daquelas "folhas públicas". Os locais de venda dos periódicos podem ser encontrados em suas próprias páginas. Poderiam ser comprados no próprio local de impressão, como *O Universal,* cujas "folhas avulsas [vendiam-se] a 80 réis na mesma Typografia"[108]. Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como lojas, tabernas e boticas. Esse é o caso do *Vigilante*, jornal da Sociedade Pacificadora de Sabará, vendido, em janeiro de 1833, na "loja do Sr. Francisco Xavier Barboza"[109]. Contudo, por motivos que desconhecemos, este periódico não mantinha uma fidelidade aos seus postos de venda. No espaço de um ano, a Sociedade Pacificadora mudou sete vezes de vendedor até resolver comerciar seu jornal na própria tipografia[110].

Outros periódicos também tinham como ponto de venda as lojas e casas de particulares, provavelmente partidários do mesmo credo político. A *Opinião Campanhense* era encontrada na casa de Bernardo Jacinto da Veiga, na vila da Campanha da Princesa. Além disso, ela poderia ser requerida em outras localidades. Subscreviam-se

108 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 16 JUL 1827.
109 VIGILANTE. Sabará. 2 JAN 1833
110 VIGILANTE. Sabará. 2 JAN 1833 – 26 JUL 1834.

> para esta folha nas Casas dos Srs. João Pedro da Veiga e C., no Rio de Janeiro, Manoel Soares do Couto no Ouro Preto, Martiniano Severo de Barros e C. em São João d'El Rei, Francisco de Paula Pereira e Mello em Pouso Alegre, Joaquim Antônio Alves Alvim em S. Paulo, Antônio Clemente dos Santos em Guaratinguetá.[111]

Indica-nos, a *Opinião Campanhense*, uma pequena rede de correspondentes e possíveis correligionários. Eram homens envolvidos diretamente com a vida política, acostumados aos debates nas tribunas. Nesse sentido, a imprensa constituía-se em espaço para uma "troca de falas", onde os próprios periódicos praticavam a permuta, como demonstra o *Constitucional Mineiro*:

> O Redactor desta Folha tem a honra de enviar a seus Illustres Colegas o primeiro Numero do Constitucional Mineiro, e continuará com os subsequentes; convidando-os desta maneira à troca dos seus Periodicos. N'este procedimento assas manifesto o desejo d'aproveitar se das suas excellentes doutrinas, e de concorrer quanto possivel for, para o bem da ordem e do socego, e para a prosperidade da Patria[112].

O desenvolvimento dessas trocas contribuía para a instalação de um efetivo "espaço público" na Província de Minas Gerais. As fronteiras provinciais não limitavam o trânsito de impressos, como apresenta o *Pregoeiro Constitucional.* Impresso no arraial de Pouso Alegre, ele poderia ser assinado na Província de São Paulo e na Cidade Imperial, ou seja, interligava as hegemônicas províncias do Centro-Sul. Além disso, a própria "Typographia do Pregoeiro Constitucional" recebia "um grande nº de Periodicos da Corte e províncias do Império", oferecendo-os para serem lidos na própria casa, "onde comodamente [os concidadãos] poderão vir ler" [113].

Outro indício da prática da permuta era a constante recopilação de artigos de outros jornais. Imprimia-se, integral ou parcialmente, algum texto interessante de periódicos de mesma tendência, cuja autoria era identificada no final da cópia. A reimpressão de artigos não era entendida como plágio pelos redatores das Regências, mas como um meio de legitimar as "doutrinas" e de difundir o debate pela Província, como justificou do *Recopilador Mineiro*:

> Recopilando nós em nossa folha hum ou outro pensamento das outras folhas, e não o contradictando, parece ser a prova mais forte de que aquella doutrina he a nossa e nós a aprovamos, ou he para dar a discussão publica o seu objecto por nos parecer momentoso.[114]

Assim, o debate propagava-se de vila em vila, criando a sensação de pertencimento a uma ampla esfera de debates. Por meio da prática da permuta, vários periódicos estabeleceram contatos. No entanto, não era somente por meio deste procedimento que os escritos de outras províncias se faziam presentes em Minas Gerais. "Virulentos e

111 OPINIÃO Campanhense. Campanha. 29 DEZ 1832.
112 CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del Rei. 18 SET. 1832.
113 PREGOEIRO Constitucional. Pouso Alegre. 12 MAR. 1831.
114 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre. 18 JAN. 1834.

incendiários escritos, em que o Presidente de Pernambuco desauthorisa a Honra Nacional" adentraram os sertões mineiros em 1824, atemorizando a Câmara Municipal da Vila de Paracatu do Príncipe (atual Paracatu)[115].

A Confederação do Equador batia às portas das Províncias do Centro. Com a outorga da *Constituição* de 25 de março de 1824, insurgiram-se as Províncias de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Movimento de feições republicana e separatista, a Confederação foi "desdobramento da insurreição de 1817"[116], reacendendo o temor pelo "maligno vapor pernambucano"[117]. A repressão foi exemplar, com a execução de oito líderes pelas tropas de D. Pedro I, dentre eles o Frei Caneca. Entretanto, foi a Confederação o protesto que legou "maior número de manifestos e proclamações", como assinala Francisco Iglésias[118]. Várias destas produções escritas chegaram a Minas, alarmando as autoridades para o perigo de "doutrinas revolucionarias, e anarchicas"[119].

Estes impressos provavelmente chegaram pelas águas do rio São Francisco, antiga rota de contato entre Minas Gerais e as províncias do Norte, desembocando em lugares como a vila de Paracatu e o arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado (atual Januária). Este trajeto explica a referência a periódicos da Bahia e de Pernambuco assinados pela Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro, sediada naquele arraial do Salgado[120]. Portanto, não era somente o Centro-Sul que participava da discussão, mas uma rede maior que envolvia leitores/debatedores em pontos diversos do Império.

Como pode-se imaginar, o periódico percorria um caminho tortuoso para chegar aos leitores. Excluindo o público que morava na mesma localidade em que o jornal era impresso, assinantes de lugares diversos receberiam suas folhas por dois meios: o tropeiro e o agente dos correios. Este último era o meio mais empregado, embora o tropeiro continuasse a levar a notícias pelos sertões afora[121].

Os periódicos poderiam ser encontrados na própria Administração dos Correios, e, de lá, enviados para diversos lugares. Joaquim José Vaz de Oliveira, morador em Queluz (Conselheiro Lafaiete), adotava a prática de enviar jornais para seu amigo Antônio Rodrigues Pereira. Dizia Oliveira: "Remetto-lhe folhas do Universal e do [Guarda Nacional] hé o q. por agora achei na Administração do Correio" [122]. A partir daí, o destinatário contaria com os préstimos do estafeta.

---

115 APM/CMP 11 f. 10. Ofício da Câmara Municipal de Paracatu ao Intendente Geral de Polícia do Império. Paracatu, 15 SET.1824.
116 MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 15.
117 QUINTAS, Amaro. "O Nordeste, 1825-1850". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. *op. cit*., t. II, v. 4. p. 223.
118 IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil. op. cit.,* p. 138.
119 APM/CMP 11 f. 109. Registro do Ofício do Capitão José Antônio Serrão ao Intendente de Polícia. Paracatu, 12 JUL. 1824.
120 APM/PP $^{1}{}_{7}$ cx. 01 doc. 20. "Projeto de Estatuto da Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro". Arraial de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado, 24 SET. 1832.
121 RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil. op. cit.*, p. 172-175.
122 APM/FRP 1 Cx. 01 doc. 09. Correspondência entre Joaquim José Vaz de Oliveira e Antônio Rodrigues Pereira. Queluz, 04 NOV. 1841.

Sabe-se que os "carteiros" oriundos Rio de Janeiro encaminhavam-se à capital da Província de Minas Gerais a pé, podendo parar em algum posto no meio do trajeto, como o registro de Matias Barbosa. Vários fatores determinavam a marcha do estafeta. Da Administração dos Correios até o destinatário, o jornal estava exposto às inconstâncias dos caminhos de Minas. Tudo isso dependia das condições das estradas, sobretudo "com o dar das longas chuvas", com as trilhas inutilizadas e os riachos tornando-se mais perigosos "que um rio grande"[123]. Quando chegavam ao seu destino, normalmente após dezesseis dias, as correspondências eram divididas conforme a localidade, a fim de serem posteriormente enviadas às cabeças de comarcas e destas para os arraiais. No entanto, no caso de vilas como São João del Rei e Príncipe, poderia haver um contato direto com a Corte, dispensando a distribuição realizada em Ouro Preto.

Como dito, os jornais poderiam ser assinados e remetidos pelo correio. Francisco de Assis Azevedo assinava, em Ouro Preto, folhas para seu amigo Joaquim Pereira de Queiroz, da vila do Príncipe (atual Serro). Francisco subscrevia vários periódicos da Província e alguns da Corte, como *O Universal*, o *Astro de Minas* e a *Aurora Fluminense*. Porém, a remessa não ocorria de maneira constante. Em meados de 1828, os jornais não chegavam ao seu destino. Em carta datada de 9 de julho daquele ano, Francisco de Assis Azevedo explicava ao seu companheiro: "quanto à falta dos Universais não é devido a mim por que tenho ordenado que lá pela Imprensa mesmo os remeta"[124]. O caso não foi solucionado. Após nova reclamação de Joaquim Queiroz, Francisco, em 9 de agosto, respondeu: "já avisei aos da Imprensa para serem pontuais na remessa da folha"[125].

Como percebemos, as tipografias eram irregulares no envio de seus produtos. Além disso, poderiam ludibriar os Agentes dos Correios para escaparem das taxas cobradas pela repartição. Os jornais deveriam pagar uma quantia pelo serviço dos correios. Porém, alguns redatores burlavam o pagamento, enrolando vários periódicos num único embrulho, pois a taxa era cobrada por exemplar. Em 1859, na cidade de Sabará, ocorreu um caso pitoresco que exemplifica a prática. Relatou o agente dos Correios José Severiano Coutinho Rangel

> que lhe forão remettidos por Bento Rodrigues de Moura e Castro Redactor do Periodico Progressita setenta e sete exemplares destes, com o sello unicamente de dés reaes afim de seguirem para diversos pontos da Província, e fora della, e como dentro de cada hum delles, elle introduzisse cautelosamente hum outro numero do referido Periodico afim de se eximir do competente sello[126].

123 ROSA, João Guimarães. "O Burrinho Pedrês". In: _____. *Sagarana*. 31. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 44.
124 APM/LAP Cx. 2, Pasta 3, Volume 3.2. Correspondência entre Francisco Asis Azevedo e Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 09 JUL. 1828.
125 APM/LAP Cx. 2, Pasta 3, Volume 3.2. Correspondência entre Francisco Asis Azevedo e Joaquim Pereira de Queiroz. Ouro Preto, 09 AGO. 1828.
126 Casa Borba Gato/CC (2) 38 Cartório do Crime, processo de 17/03/1859.

Para comprovar a fraude, o Agente pediu para que “haja de proceder auto de corpo de delito afim de lhe ser imposta a competente multa”. Foi procedido o exame, mas o réu acabou inocentado alegando divergências pessoais nutridas pelo indignado José Severiano Coutinho Rangel.

Para facilitar a circulação de jornais, em julho de 1831 foi “sancionada a lei que isenta de porte nos Correios os Periódicos Nacionaes”, recebida com júbilo pelos periodiqueiros[127]. Era uma medida importante para a divulgação dos impressos na Província. Porém, gerou vários problemas para a Agência dos Correios. O Administrador da repartição alegava que “os Povos abuzando do benefício desta Ley, se tem servido della para roubarem os portes das Cartas, introduzindo-as nos maços das folhas”. Este procedimento levaria à falência a dita repartição com a “diminuição que tem havido no rendimento do Correio”. A irregularidade repetia-se em outras localidades como Tijuco e Mariana[128].

Esses casos revelam-nos a formação de uma rede de comunicação através dos jornais mineiros. Contudo, este processo ultrapassava a instância material, pois o contato por intermédio das folhas impressas apertava laços de sociabilidade, favorecendo a constituição de uma teia que interligava leitores/debatedores em toda a Província. Sobre essas relações, destacamos o trabalho de Rodrigo Fialho Silva, que buscou analisar as redes que se estabeleceram, identificando os debates travados no ambiente impresso. Dentre as observações perspicazes de Fialho Silva, está a noção de que a formação de um ambiente crítico concretizou-se com o fortalecimento de redes de sociabilidade, qjue favoreciam a mobilização das opiniões a favor de grupos políticos, essencial no processo de instituição dos espaços públicos no Primeiro Reinado[129].

Por intermédio dos anúncios de subscrição e dos discursos das próprias folhas, além das informações de assinantes, viajantes e funcionários públicos, podemos percorrer os caminhos trilhados pelos impressos, localizando-os no debate. Portanto, percebe-se um sentido de divulgação e discussão do pensamento político, fundamental para o estabelecimento de uma “esfera pública de poder” na Província de Minas Gerais. Com efeito, os periódicos construíram um ambiente aberto à discussão pública ampliando os debates para além dos espaços tradicionais e contribuindo para a inserção de parcelas significativas da sociedade na própria vida política.

127 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 20 JUL. 1831.
128 APM/PP $^{2}{}_{6}$ Cx. 04 doc. 06 23/02/1832.
129 SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre “typos”, jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província das Gerais (1823-1831).* Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (Tese, Doutorado em História).

LEITURAS NA PROVÍNCIA

Após percorrer os ínvios e montanhosos caminhos de Minas, o impresso chegava ao último segmento da rede de comunicação, isto é, o leitor. Neste capítulo, trataremos da prática da leitura que ainda permanece misteriosa e fugidia, como bem acentua Robert Darnton[1].

Durante as Regências, a Província de Minas Gerais foi inundada por produções impressas de variados tamanhos, formas e gêneros. O impresso, paulatinamente, invadiu o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presente no universo cultural mineiro. Sabemos que a elite intelectual não era o único estrato social capaz de efetuar a leitura. Mesmo que parcela diminuta dos habitantes conseguisse ler, outras pessoas puderam ouvir e, ao menos, ver o objeto escrito. Ademais, indivíduos de camadas menos favorecidas também poderiam realizar a prática da leitura e, assim, extrair significados do impresso. Mesmo escravos poderiam ler, como o pardo João Clemente, encontrado no distrito de Meia Pataca (atual Cataguases). João Clemente era “oficial de carpinteiro” e sabia “ler, escrever”[2]. Hipoteticamente, este escravo poderia receber uma quantia razoável pela jornada de trabalho como carpinteiro, o que lhe conferia a possibilidade de adquirir um periódico ao preço de 80 réis. Mesmo que não comprasse a folha, João Clemente poderia lê-la numa taberna ou nas “esquinas”, como fizeram outros sujeitos. Portanto, acreditamos que diversas pessoas tornaram-se potenciais leitores, contribuindo para alargar o uso do impresso na sociedade mineira daquela época.

A leitura está sujeita às transformações, lentas e graduais, da própria sociedade. Procedimentos antigos de decifração e divulgação do escrito, forjados no tempo da Colônia, conviviam com a novidade da imprensa periódica no Império. Ao olharmos para os anos do Primeiro Reinado e das Regências, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações do universo cultural mineiro: de um lado, a continuidade presente no apelo à oralidade na formação discursiva e na própria prática da leitura; de outro, a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva, influenciada pelo contexto liberalizante da “Era das Revoluções”. Percebemos essa relação nos espaços de efetivação da leitura: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tabernas e praças. Por isso, atentando para a temática da sociabilidade, recorremos à dinâmica dos locais, os quais podem nos ajudar a solucionar, um pouco, os mistérios da própria prática da leitura.

1 DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. op. cit.*, p. 127.
2 UNIVERSAL. Ouro Preto, 30 ABR. 1834.

4.1 LEITURAS DO LAR

A *Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832* destinava-se ao "uso público e particular dos habitantes desta Província"[3]. Assim, percebemos que ela se vinculava tanto ao foro privado como à praça pública. Cabe lembrar que o termo público possui sentidos diversos, podendo referir-se à reunião de "pessoas privadas" num ambiente comum, não necessariamente dispostas numa praça ou rua. O uso particular provavelmente estava relacionado à leitura no recato doméstico. Recostado sobre a mesa, o leitor abria seu volume e se informava sobre o calendário, as sociedades políticas e a "Lei da Regência". O mesmo ocorrendo com os periódicos, como possivelmente aconteceu com um "Constante Leitor" de *O Universal*, que, em correspondência, afirmava não deixar

> nunca de aproveitar o meu tempo, lendo o que encontro, embora pareça futil. Um dos dias passados estava eu em descanso, e tomando por acaso o Correio de Minas nº 103 do anno passado, deparei alli com o resto da sessão Provincial do dia 15 de março de 1841, puz-me a ler o magro extracto das discussões, e eis que encontro com um discurso do Sr. Antunes Correia[4].

Ao findar o dia, o leitor sentava-se na cadeira, tomava o periódico e, à luz da lamparina, se punha a meditar de maneira introspectiva e solitária. Provavelmente, Manoel dos Santos Pinheiro Carvalho adotou esta postura quando "foi assassinado com um tiro de espingarda dentro de sua propria casa, estando a ler um jornal à noite"[5]. Naquela época, para algumas pessoas, a leitura de "folhas públicas" constituía-se num hábito, como afirmou o redator do *Tareco Militar*: "metido com a minha enchada e fouce e assim mesmo, pelo maldito costume que me poz a Astréa, gosto de ler o meu papelinho"[6].

No recolhimento do lar, os periódicos e folhinhas dividiam a atenção com livros de horas, vidas de santos e obras de ficção. A leitura de romances era comum naquele tempo, como atestam os trabalhos de Villalta[7], Abreu[8] e Vasconcelos[9]. Contudo, seu uso era cercado de cuidados, principalmente, no processo de instrução feminina, pois o cultivo intelectual das "Senhoras" mineiras decorria da "proveitosa" leitura de livros ficcionais. Para tanto, Beatriz Francisca de Assis Brandão[10] recomendava ao belo sexo, por intermédio do *Mentor das Brasileiras*, "adquirir o gosto da leitura", aconselhando às mães oferecer às filhas "bons livros", recomendando: "fazei-as ler, e até decorar aquelle capitulo, em que Fenelon

3 *Folhinha d'algibeira*... folha de rosto.
4 UNIVERSAL. Ouro Preto, 31 JAN. 1842
5 UNIVERSAL. Ouro Preto. 02 MAR. 1842.
6 TARECO Militar. Ouro Preto. 31 AGO. 1833
7 VILLALTA, Luiz Carlos. "Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?" Belo Horizonte, 2005 (mimeo).
8 ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros.* Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.
9 VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance brasileiro, 1808-1860*: vertentes inglesas. Disponível em: www.caminhosdoromance.unicamp.br Acesso em 24/10/2004.
10 Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica a 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1868. Foi autora de obras de poesia e prosa, reconhecida por sua capacidade intelectual. Cf. SILVEIRA, Victor. *Minas Gerais em 1925.* Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926. p. 408.

faz fallar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sabia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*"[11]. Entretanto, deviam os pais evitar "consentirem a lição de novellas sem escolha", porque "o espírito das Senhoras ordinariamente se lisongea com vãs chimeras, e contos fabulosos de que nutre sua fantazia, e de que jamais se poderá tirar lições proficuas e huma boa educação"[12]. Esta prédica foi retomada:

> Tornamos a lembrar aos pais a boa lição de suas filhas: se estas hão de empregar o tempo em leituras de novellas, pela mór parte espertadoras de paixões criminosas, leão as sapientissimas Epistolas de S. Paulo; leão a imitação de Christo de Kemps, leão para instrucção, e recreio o Telemaco do virtuoso Bispo Fenelon, e a escola dos costumes pelo Abbade Blanchard[13].

Esses discursos retomaram um entendimento do romance "como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras"[14]. A leitora de romances estaria sujeita às seduções do impresso, assumindo as posturas das personagens, freqüentemente reprováveis e perniciosas. Enfim, temia-se a perda da compostura ao envolver-se numa leitura impudica e sensual. Para refrear esta leitura "lasciva", indicavam-se obras portadoras de valores morais e edificantes à mocidade. Por isso, as recomendações impressas no *Mentor* apresentam-nos aqueles que seriam os "bons livros", figurando sempre *As Aventuras de Telêmaco,* de Fénelon. *O Mentor das Brasileiras* cuidadosamente escolhia as narrativas, apresentando contos moralmente úteis, instrutivos e edificantes.

Em janeiro de 1833, a Typografia do Constitucional Mineiro anunciava a venda das "Fabulas Moraes e Politicas do Poeta Filósofo Persa Saady, traduzidas para o idioma Nacional, por Francisco Freire de Carvalho, Portuguez emigrado". O redator do *Constitucional Mineiro* fez apreciação do livro, informando que

> esta Obra pela pureza da doutrina, amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase, merece ser lida, e ate decorada por todas as pessoas de bom gosto; e he talvez uma das melhores, que pode ser posta nas mão da mocidade, que começa a familiarizar se com a leitura; por quanto as suas maximas, que nella se contem, illustrando lhe os entendimentos, formando ao mesmo tempo os seus corações para a virtude, alvo que deve tender todo o plano de uma boa educação: Preço de cada exemplar 640 reis[15].

Por meio da avaliação acima, o redator apresenta-nos alguns dos sentidos da leitura correntes na época. Como para os tratadistas do século XVII, a leitura possui três finalidades: formar um estilo, instruir e edificar. Por meio de uma prática seletiva ("bom gosto") e intensiva ("até decorando"), a leitura era tomada como fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, apreendendo a "amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase". O livro era elemento para a instrução dos leitores, porquanto "[illustrava] lhe

11 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 12 MAR. 1830
12 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 07 DEZ. 1829
13 MENTOR das Brasileiras. São João del Rei, 02 DEZ. 1830
14 VILLALTA, Luiz Carlos. "Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?" *op. cit*, p. 18; Ver também: ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros. op. cit.*, p. 269.
15 CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del Rei. 01 JAN. 1833.

os entendimentos". Mas todo esse procedimento deve ter em vista edificar moralmente o indivíduo, orientando "os seus corações para a virtude". Por isso, o redator indicava a obra do "Persa *Saady*"[16] à mocidade "que começa a familiarizar se com a leitura", prescrevendo-lhe uma prática intensa e valorizando a constituição de um "bom gosto"[17].

As obras de cunho político e filosófico constituíam parte considerável da leitura de alguns mineiros nas regências. Por meio das epígrafes e citações explícitas que figuram nos periódicos, percebemos que vários discursos foram meditados sob a leitura atenta de autores como Montesquieu, Jeremy Benthan, Benjamin Constant, dentre outros. No entanto, donde provinham estas obras? Não temos notícia de livrarias na Província, exceto pelo provável estabelecimento de Lourenço da Veiga, em Campanha[18].

Comercialmente, os livros enquadravam-se no gênero de "fazendas secas"[19]. Por isso, poderiam ser encontrados em estabelecimentos que se dedicavam a este ramo de comércio, como avisava o *Astro de Minas*: "Quem quizer comprar os Livros Compendio de Agricultura 5 volumes, e Contracto Social de J. J. Rousseau: dirija-se a Botica junto ao Paço no largo da Cadêa"[20]. Em boticas, lojas e vendas poderiam ser encontradas diversas obras geralmente oriundas do Rio de Janeiro. Caso o leitor não encontrasse o pretendido volume, tratava-se de encomendá-lo por meio do próprio negociante, que muitas vezes mantinha relacionamentos com casas comerciais da Corte, como a Livraria de Pierre Plancher, lembrando que deste estabelecimento formou-se parte das "bibliotecas particulares, em fase de expansão por esta época"[21]. Além disso, era constante a prática das subscrições[22]. Estas consistiam no pagamento de uma quantia inicial pelo leitor garantindo a aquisição e o financiamento da edição de determinada obra, como ocorrera com a *Exposição Filosófica,* de Kant, cuja subscrição foi oferecida à 8$000rs pela *Abelha do Itaculumy*[23].

Porém, o acesso ao livro não era fácil. Algumas obras custavam caro e outras eram difíceis de se obter pela própria raridade do exemplar, ainda mais no interior do Brasil. Por isso, difundiu-se a prática do empréstimo, sinalizando para a formação de comunidades de

16 Possivelmente trata-se de uma tradução do *Gulistan ou Jardim das Rosas,* do sufi Saadi de SHIRAZ. Saadi, como outros poetas orientais, foi bastante lido na Europa, nos séculos XVII e XVIII, sobretudo com a "moda" orientalista, ganhando traduções em inglês, alemão e francês. A primeira edição na língua francesa data de 1789 e acompanhava uma história sobre a legislação persa pelo Abade GAUDIN (*Essai historique sur la législation de la Perse. Précédé de la trad. complette du Jardin des roses de Sady*. Paris: Le Jay, 1789). Omar SHAH afirma que os autores sufis influenciaram, inclusive, a produção de romancistas como Defoe (Cf. SHAH, Omar Ali. "Prefácio". In: SHIRAZ, Saadi de. *Gulistan, O Jardim das Rosas*. Trad.: Rosângela Tibúrcio, Beatriz Vieira e Sergio Rizek (a partir do original persa traduzido por Omar Ali Shah). São Paulo: Attar Editorial, 2000).

17 ABREU, Márcia. "Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil Colonial". In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2000. p.213-233.

18 VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa. op. cit.*, p. 80.

19 "Fazendas secas" também poderiam ser os tecidos, artigos de vestuário, instrumentos musicais, utensílios domésticos, peças em metal, louças, especiarias, objetos de armarinho, papelaria, etc. Cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *op. cit.*, p. 62.

20 ASTRO de Minas. São João del Rei. 31 JAN. 1828.

21 MOREL, Marco. "As revoluções nas prateleiras da Rua do Ouvidor" In: ____. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, p. 23-60.

22 Para a questão da prática da subscrição ver: HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. v. 2. São Paulo: Mestre Jou, 1980. p. 699; NEVES. Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. op. cit.*, p. 105.

23 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 13 MAIO 1825.

leitores e para a circulação dos livros nas localidades mineiras. Em dezembro de 1827, o redator do *Astro de Minas* precisava do "Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo", rogando a qualquer pessoa que o possuir "e quizer vendê-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo", que enviasse o volume à tipografia[24]. O Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa atendeu ao pedido do *Astro*, emprestando a importante obra[25]. No entanto, era duvidosa a devolução, como atesta um "sujeito que havia emprestado ha annos ao defunto Capitão Pena várias obras", recebendo-as "todas por via do Sr. Melo Franco, menos o primeiro vol. do ensaio sobre os costumes &c. &c. de Voltaire". Afirmava o incógnito "sujeito" que

> Este tomo isolado pouco pode servir a quem o possue, e faz muita falta ao antigo dono, que possuindo as mais obras d'aquelle grande homem, nellas vê citadas muitas passagens do tal volume. O Sr. que por engano o possuir faz grande obséquio em entregallo nesta typographia[26].

Emprestavam-se livros, mas para reavê-los necessitava-se boa vontade e sorte. Como afirmou Theodoro Leclerc (1777-1851):

> Tal é a sorte importuna de todo livro emprestado:
>
> Freqüentemente ele é perdido; sempre ele é estragado (tradução nossa)[27]

Temendo furtos ou desvios, como o que relatamos acima, os donos escreviam nos livros seus nomes ou a biblioteca que pertenciam:

> Este livro he meu
>
> Pedro de Barros
>
> Este livro he de Pedro Muzzi de Barros
>
> quem achar entregue a seu dono que pagara
>
> o achado. Imperial Cidade de Ouro Preto
>
> em 12 de Março
>
> de 1825 [28].

Mas larápios não respeitam *ex-libris*, como exemplifica o padre Mazimianno Soares, que se queixara de haver desaparecido "da sua estante um Diccionario portátil Portugues-Frances", mesmo colocando "o seo nome no principio d'elle"[29].

Todavia, não era somente a leitura silenciosa e individual que poderia ser realizada nas residências mineiras. Esses espaços poderiam abrigar diversas pessoas e oferecer ocasiões várias para a discussão literária e política. Tais reuniões eram permeadas pela leitura oral, nas quais um dos participantes se prestava a ler coletivamente o impresso em voz alta. O restante do grupo ouvia atentamente o discurso e se preparava para a

24 ASTRO de Minas. São João del Rei. 11 DEZ. 1827.
25 ASTRO de Minas. São João del Rei. 15 DEZ. 1827.
26 UNIVERSAL. Ouro Preto. 20 MAIO 1831.
27 Theodore Leclerc. *apud*. FRIEIRO, Eduardo. *Os livros nossos amigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999, p. 115.
28 HARPER, Roberto Goodloe. *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*. Londres: s.n., 1798. Manuscrito na última folha.
29 VIGILANTE. Sabará. 12 JUN. 1833.

discussão que geralmente se seguia. Assim, pelo canal da oralidade, a ação do escrito se multiplicava, ampliando o debate na Província. Ressaltamos que, no ambiente doméstico, o proprietário regulava o fluxo de pessoas, normalmente amigos e correligionários, que participariam do debate. Assim, o ambiente continuava privado. Contudo, ao favorecer a reunião de várias pessoas, tornava-se "público". Daí o sentido exposto pela *Folhinha d'Algibeira*: o uso individual e coletivo dos habitantes desta Província.

Johann Moritz Rugendas transmitiu-nos a representação da prática da leitura coletiva no ambiente privado. A prancha "Junta em Pernambuco" (**Figura 5**) representa um grupo de homens, provavelmente membros da elite política local, reunidos numa sala onde um deles, ao centro, lê o conteúdo de uma folha para os demais. Rugendas não relata os motivos da reunião, tampouco identifica os participantes, mas fornece subsídios para levantarmos algumas suspeitas. À direita do leitor, vêem-se dois personagens assentados em tamboretes. Um deles, mais à esquerda, vira-se para seu companheiro e, ao pé do ouvido, segreda algo. O caráter privado e a postura dos participantes leva-nos a acreditar que aquela "Junta" tratava-se, em verdade, de um conventículo. Rugendas viajara por Pernambuco ao tempo da Confederação do Equador, deixando apreciação sobre a coragem e o sacrifício dos habitantes na defesa de suas cidades. Não é improvável que o pintor pretendesse retratar a ação dos pernambucanos, já que deles trata com bastante respeito e estima[30]. A *Viagem Pitoresca* de Rugendas apresenta um Brasil de atividade política intensa, marcado pela força do "espírito público" nos discursos e reuniões[31].



Figura 5: RUGENDAS, Johann Moritz. "Junta em Pernambuco". In: *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1976, entre páginas 100 e 101.

30 RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. 7 ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976. p. 131.
31 *Ibidem, passim*.

Como sugere a pintura do artista alemão, a casa também era o lugar de "reuniões secretas". Naquele tempo, várias pessoas organizaram-se em segredo, promovendo discussões, apontando alternativas e planejando levantes contra a autoridade estabelecida. Em 5 de março de 1833, queixava-se um correspondente de *O Universal* por não ter sido anunciado "o estabelecimento de uma sociedade secreta que [h]a pouco teve lugar nesta cidade [de Ouro Preto] em a rua do Rosario". O periódico não deu importância àquela "sociedade" porque "olhando-se para os que a dirigem, e notando-se que uns deles apenas se podem juctar de saber assinar o seo nome, e que outros são perfeitas nulidades em todo sentido". Percebe-se que o ambiente não se restringia aos letrados. Ao depreciar o círculo de pessoas que formava a "sociedade da rua do Rosário", o periódico informou a atuação de pessoas iletradas na vida política. Como dito, a divulgação dos escritos podia passar pelo canal da oralidade, fazendo com que mesmo aquelas "perfeitas nulidades" pudessem participar das discussões, ampliando a própria ação dessas juntas secretas. Meses depois, após o fim da Sedição Militar que sacudiu a Província naquele ano, o mesmo periódico tornava a mencionar a sociedade. Desta vez, *O Universal* afirmava: "Quando nós fizemos ver o perigo desta sociedade, quando mostramos que se os seus fins erão esses que se nos inculcavão, não deverião envolver-se nas sombras na noite"[32].

Temiam-se "associações noturnas e misteriosos ajuntamentos"[33], pois, como explicava a Câmara Municipal de Paracatu em abril de 1825,

> hum dos meios, de que tem lançado mão os Sediciosos para ensinarem e difundirem doutrinas revolucionárias, e irreligiosas tem sido as Associações Secretas, cobrindo com as trevas do segredo o que não pode apparecer à luz, por ser contrario ao Systema estabelecido, e aos dogmas, e disciplina da Santa Madre Igreja[34].

Reuniões de caráter político desconhecido e, sobretudo, ajuntamentos de escravos levantavam as suspeitas e temores da elite política imperial. Não podemos precisar a quantidade, nem a composição dessas associações. No entanto, sabemos de sua existência pelas referências amedrontadas da documentação oficial e dos periódicos. Envolta pelas brumas do segredo, as sociedades secretas esconderam as provas de sua atuação.

4.2 BIBLIOTECAS E SOCIEDADES POLÍTICAS

Todavia, o ambiente privado também comportava reuniões "legalizadas", como as que ocorriam nas Sociedades Políticas e Literárias que se proliferaram pela Província de Minas Gerais durante as Regências. Por meio da documentação do Arquivo Público Mineiro, encontramos trinta e quatro associações instaladas na Província entre 1831 e 1838 (**Quadro II**). Maurice Agulhon afirma que "o fenômeno associativo é tributário das

32 UNIVERSAL. Ouro Preto, 24 JUN. 1833.
33 APM/CMP 11 f. 120. Correspondência com os Julgados. Paracatu, 9 ABR. 1825.
34 *Idem*.

condições sociais e políticas, jurídicas e culturais"(tradução nossa)[35]. De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada à efervescência política das Regências, momento propício para a prática associativa.

QUADRO II

RELAÇÃO DE SOCIEDADES POLÍTICAS, LITERÁRIAS E FILANTRÓPICAS ATUANTES NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS ENTRE 1823 E 1838

Denominação	**Localidade**	**Início das atividades**
Sociedade Literária	Ouro Preto	[1823]
Sociedade Promotora da Instrução Pública	Ouro Preto	1831
Sociedade Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição	Sabará	1831
Sociedade Promotora do Bem Público	Vila do Príncipe	1832
Sociedade Philantropica do Curato da Igreja Nova da Boa Vista	Campanha	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	São João del Rey	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial de Lavras	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Campanha	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial de S. José e Dores de Alfenas	1832
Sociedade Patriotica Mariannense	Mariana	1832
Sociedade Defensora e Promotora dos Direitos do Cidadão	Paracatu	1832
Sociedade dos Amigos da Beneficência	Diamantina	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Vila de Lavras do Funil	1832
Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro	Arraial de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado	1832
Sociedade Caetheana Promotora da Instrução	Caeté	1832
Sociedade Promotora da Instrução Pública e Pacificadora do Centro	Vila de Formigas	1832
Sociedade Deffensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial do Bom Sucesso	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Arraial de SantaAnna do Sapocahy	1832
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Vila de S. Domingos do Arachá	1833
Sociedade Defensora Campanhense	Campanha	1833

35 AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence*: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984. p. VIII.

Denominação	Localidade	Início das atividades
Sociedade Sustentadora do Governo Legal do Senr. Som Pedro Segundo	Arraial de São Gonçalo	1833
Sociedade Promotora do Bem Público	Arraial do Cabo Verde	1833
Sociedade Curvelana Defensora da Legalidade	Curvelo	1833
Sociedade Provincial Mineira	Barbacena	1833
Sociedade Philantropica	Vila de Itabira do Mato Dentro	1834
Sociedade Philantropica, Anti-Restauradora, Amante da Lei, Liberdade e Independência Nacional	Freguesia de Santa Quitéria	1834
Sociedade Juvenil Defensora da Constituição e Liberdade	Arraial do Patafufo	1834
Sociedade Cultora da Religião e Sustentadora da Lei e Liberdade	Congonhas do Sabará	1834
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Freguesia dos Corações de Jesus, Maria, Jozé do Rio Verde	1834
Sociedade Reformista Defensora da Constituição e Liberdade Nacional	Mateus Leme	1835
Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional	Capela de Lambary da Vila da Campanha	1835
Sociedade Bitinense Anti-Restauradora e Defensora da Liberdade	[Betim]	1835
Sociedade Defensora do Throno e da Constituição	Ouro Preto	1837
Sociedade Promotora da Instrução Pública	Arraial de Gouveia	1838
Sociedade Muzical Philantropica de Campo Belo	Arraial de Campo Belo	1838

Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro. Fundo PP $^{1}_{7}$ cxs. 01 e 02, *Sociedades musicais, políticas e literárias* (1831-1889).

No Primeiro Reinado houve tímido empreendimento nesse sentido. Entre 1823 e 1825, funcionou em Ouro Preto uma Sociedade Literária. As referências a esta associação são poucas, mas o suficiente para percebermos que a “Illustração Pública” figurava como um dos objetivos latentes. Para contribuir na difusão das *Luzes*, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. Para tanto, contava com o auxílio pecuniário de seus sócios, como o proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia. Explica-nos Manuel José Barbosa que, da renda de sua tipografia, aplicava “parte do total para a manutenção da Sociedade Literária desta Capital, e que se tem empregado na acquisição de Papeis, e de Livros”[36]. Além disso, a formação desta biblioteca também poderia contar com doações, como sugere a *Abelha do Itaculumy*. Conta-nos o periódico que “a obra de Vertot em quatro volumes em Brochura” sobre as “Revoluções Romanas” foi oferecida à “Sociedade Literária do Ouro Preto” por “hum Amador da Literatura”. O diretor da sociedade agradeceu à doação:

36 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 08 NOV. 1824.

> Ao Generoso Amador da Literatura agradece, por si, e em nome da Sociedade o Diretor da Mesma esta oferta, e ainda que Oferente occultasse seu nome; com tudo elle não poderia ser ignorado por muito tempo; os diferentes rasgos de Patriotismo, de franqueza; o decidido gesto, com que se encarrega de quaesquer objectos concernentes ao Progresso do Bem, e da Illustração Pública o indicarão sobejamente aos amantes da prosperidade Patrícia; e se não fora o querer coincidir com a sua vontade, e modestia, aproveitaria esta opportunidade para manifestar os multiplicados motivos de gratidão, que existem, e que conservão penhorada toda a sensibilidade do referido diretor.[37]

Assim, o diretor manifestava sua gratidão e o sentido da associação: alcançar o “Progresso do Bem, e da Illustração Pública”. Este “esclarecimento” da sociedade passava, sobretudo, pelo cultivo das belas letras, como a obra do Abade Vertot que tomava a história como “uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus”[38]. Enfim, no alvorecer do Império, os súditos ainda atentavam para velhas lições.

Além disso, essa sociedade recebia os números de *O Universal*, como mostra os rastros deixados nos próprios exemplares referentes ao ano de 1825. Em todos os números encontramos a nota manuscrita “Sociedade Literária” (**Figura 6**). Acreditamos que os exemplares cuidadosamente guardados pela Sociedade foram repassados à Biblioteca Pública de Ouro Preto, em 1831. Ao conservar estes papéis, a Sociedade Literária também indicava o caráter seqüencial dos periódicos, colecionáveis como livros em forma de fascículos.

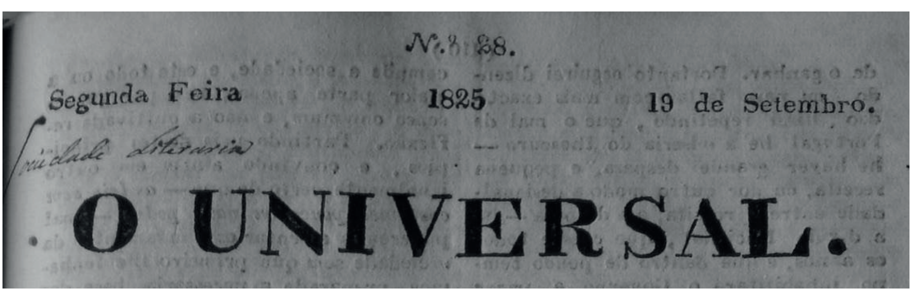

N.º 38.
Segunda Feira 1825 19 de Setembro.
O UNIVERSAL.

Figura 6: Frontispício de *O Universal* com a referência manuscrita à “Sociedade Literária”. 19 SET. 1825. Acervo Hemeroteca Histórica da Biblioteca Pública Estadual Luis de Bessa (Belo Horizonte).

Não encontramos informações sobre outras sociedades no Primeiro Reinado. Contudo, um projeto associativo foi gestado na vila de São João del Rei nesta mesma época. Algumas pessoas do círculo íntimo de Baptista Caetano de Almeida intentaram formar uma Sociedade Phylopolytechnica. A proposta de Estatutos foi enviada à Corte e submetida à apreciação do Visconde de Cayru. Por meio dos “Projectos d’Estatuto” desta associação, percebemos uma idéia de difusão do pensamento ilustrado e de formação de

37 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 26 NOV. 1824.
38 HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne: 1680-1715.* Paris: Fayard, 1994. p. 38. *apud*. VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura. op. cit.*, p. 40.

um espaço público. Além da discussão científica, a sociedade ofereceria um espaço para a leitura de livros e periódicos. Esta prática era regularizada em seu interior. Para a leitura de obras em "língua vulgar", os estatutos enfatizavam que

> por mais plausível que seja o motivo, nunca ele autoriza a romper o profundo silêncio, e continuidade na leitura, de sorte que nem consulta geográfica, ou filológica, nem qualquer dúvida, que sobrevenha, será resolvida se não por leitura, e nunca verbalmente[39].

Em contrapartida, havia um tratamento diverso relativo aos periódicos estrangeiros:

> Os Periódicos em línguas menos vulgares poderão ser lidos a muitos por um interprete, q' queira a isso prestar-se; mas em lugar separado de modo que não distraia os que não estão dispostos a atender, e se ocupam n'outras leituras.[40]

Portanto, pensava-se em ofertar um lugar para uma leitura ordenada, submetida a certas normas e procedimentos. Assim, as obras em língua pátria seriam lidas silenciosamente e os impressos estrangeiros submetidos à leitura coletiva, em local separado. Esses modelos do "ato de ler" pretendiam ordenar as atitudes dos leitores, levando-os à aquisição de sentidos "autorizados" do conteúdo escrito. De fato, a leitura encontra-se sujeita a tipologias que remetem a práticas de poder definidas. Instrumentalização que tem por objetivo sujeitar o leitor a maneiras determinadas de ler e interpretar o conteúdo escrito. Essa "informação" do leitor, no sentido de "dar forma"[41] a uma prática social, é verificável no interior desses espaços de sociabilidade. Uma leitura ordenada remete-se a um procedimento de modelação do corpo e do saber. Dessa forma, se relacionarmos essa idéia de uma leitura ordenada às concepções de "casa" e "rua" elaboradas por Ilmar Rohloff de Mattos, então perceberemos que a leitura refreada, silenciosa e individual remetia-se à idéia de "civilização" e "distinção" das elites mineiras, contrapondo-se sobremaneira à leitura "anárquica" do "mundo da desordem", isto é, a praça pública.

Contudo, os projetos daquela Sociedade Phylopolytechnica não foram aprovados pelo visconde de Cayru, que alegara ser ela uma associação que poderia implicar "com a Religião e Política", além de ser "tão remota da Corte, e sem Inspecção de Authoridade"[42], ou seja, distante da vigilância dos olhos do governo. Aquelas idéias permaneceram no papel. Não sabemos em que medida estas práticas se efetivaram, mas acreditamos que eram partilhadas por um grupo distinto, que tomara para si o papel de "esclarecer" a sociedade sanjoanense.

A Sociedade Phylopolytechnica faria parte de um projeto civilizador amplo, que contaria com uma imprensa e uma Biblioteca. Em 1824, Baptista Caetano de Almeida

39 Organização da "Sociedade Phylopolytechnica" em São João Del Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, Ano IV. Belo Horizonte, 1899. p. 815-842.

40 *Idem*.

41 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. 3. ed. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 260.

42 Parecer do Visconde de Cayru acerca dos Projectos d'Estatutos para a Organização da Sociedade Philopolytechnica emprehendida em a Villa de São João del Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano IV, Belo Horizonte, 1899. p. 839.

ofereceu uma “pequena Livraria”, que contava com cerca de oitocentos volumes, para a formação inicial de uma Biblioteca Pública. Além disso, para facilitar a aquisição de livros, Almeida requeria a isenção das taxas cobradas nos Registros para todas as obras destinadas ao empreendimento, o que viria a contribuir “sobre maneira para o progresso das luzes na Província”[43]. Os pedidos de isenção e auxílio não forma aceitos. Porém, aquele visionário levou adiante seus objetivos, inaugurando, em 19 de agosto de 1827, a “Livraria Pública de São João del Rei”. Para manutenção do estabelecimento, foi organizada uma subscrição no valor de 5$000rs. anuais, os quais seriam pagos por sócios subscritores. No entanto, poucos se animaram a continuar no empreendimento, levando Baptista Caetano de Almeida a prosseguir solitário a sua tarefa civilizadora.

Inicialmente, a Biblioteca ficava num dos aposentos da Santa Casa de Misericórdia, da qual Baptista Caetano era um dos membros da Mesa Administrativa. Foi transferida para o prédio da Câmara ao tempo da visita do reverendo Walsh, que nos deixou descrição do ambiente. Das nove horas da manhã até uma hora da tarde podia-se freqüentar o recinto, onde os livros encontravam-se dispostos ao longo das paredes. Ao centro estava a mesa de leitura. Assim, os leitores estavam cercados pelo “saber”. Ensina-nos André Belo que a colocação dos móveis, a arrumação dos livros e a disposição física com que os leitores se encontram no interior da biblioteca influenciam a própria prática da leitura[44]. Isto posto, indagamos: quais sentidos poderiam evocar aquela mesa ao centro, envolta por pilhas de livros? Não encontramos fontes sobre a recepção dos leitores naquele recinto, mas acreditamos que aquela disposição tenha auxiliado a determinar a própria compreensão do objeto escrito.

Após apresentar a organização do estabelecimento, Walsh descreveu o bibliotecário: “um padre mulato, de aparência bastante curiosa – baixo, gordo, com um vasto chapéu colocado de banda e o rosto afundado no peito”. Robert Walsh comparou o que vira a uma “curiosa descrição” feita por uma jornal da Corte, o *Analista*, sobre o aparecimento de “um animal fantástico achado em São João da mesma espécie do tatu”. O inglês ficou “curioso para conhecer o original, tendo chegado à conclusão de que a comparação fora excelente, pois de fato o bibliotecário se assemelhava, sob todos os aspectos, a ‘um porco de armadura’”. No entanto, relativiza Walsh: “Trata-se, contudo, de um homem de talento, que soube dar ao adversário a réplica merecida”[45].

Além da leitura de obras como a *Enciclopédia* ou a *Riqueza da Nações*, a Biblioteca Pública de São João del Rei também era local para a divulgação de periódicos. Em vista disso, o *Astro de Minas* avisava, em 1831:

43 Correspondência de Joze Teixeira da Fonseca Vasconcellos à Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano IX. Belo Horizonte, 1904. p. 654.
44 BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 59.
45 WALSH, Robert. *op. cit.*, p. 77-78.

> Não podendo a maioria dos Cidadãos desta Villa approveitar se da leitura dos Periodicos nos dias uteis pela complicação dos seos empregos, annuncia se que nos dias Santos de tarde se franqueará a sua leitura na Biblioteca Pública, o de haverão não só os jornaes da Provincia como os da Corte, e outras algumas Provincias[46].

Em 17 de fevereiro de 1836, o bibliotecário enviou uma carta à Assembléia Legislativa Provincial, em que manifestava "o abandono, em que cahyra tão preciosa Biblioteca" de São João del Rei. Contava que "desde maio de 1831 della me acho encarregado como Bibliotecário, sem que haja recebido qualquer honorário". Ao final requeria aos "Senhores Deputados, providenciais a tal respeito, a fim de que não seja fechada a livraria, e os livros entregues aos vermes"[47]. Os parlamentares mineiros meditaram sobre o pedido e, a 15 de dezembro do mesmo ano, determinaram a transferência das Bibliotecas de São João del Rei e Ouro Preto para a tutela do Estado[48]. Por meio do Regulamento n.º 9, o governo passava a nomear bibliotecários e contínuos, instituindo seus respectivos salários. Além disso, passou a destinar verbas para manutenção e conservação dos estabelecimentos.

Existia uma Biblioteca Pública de Ouro Preto, que contava com a ajuda da Sociedade Promotora da Instrução Pública, especialmente instituída para tal finalidade. Naquela Biblioteca da capital, podia-se "ler, até certas horas, além dos livros que nella existem, os Periódicos desta Província, com mui poucas excepções, a maior parte dos do Rio de Janeiro, e alguns das Outras Províncias"[49]. As folhas públicas desta e de outras províncias eram adquiridas pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, que promovia sua leitura em recintos diversos:

> Se o Correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade Promotora de Instrucção Pública em uma das Sallas do Palácio do Governo que S. Ex. se dignou prestar para esse fim, e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura[50].

Outras sociedades possuíam bibliotecas privadas, como a Sociedade Patriótica Mariannense que realizava suas reuniões na "Salla da Biblioteca". Sua coleção era incrementada por doações, como a que fizera o Marquês de Queluz. Em setembro de 1832, o Marquês enviou um ofício "acompanhado de huma relação de livros, por elle offerecidos a esta sociedade para ornato de sua Biblioteca"[51].

Cabe ressaltar que a Sociedade Promotora da Instrução Pública foi forjada no contexto conturbado da Abdicação de D. Pedro I. Como dito, conforme a conjuntura sócio-política a prática associativa tende a ampliar. Outras associações surgiram nesse contexto, como a Sociedade Promotora do Bem Público, da Vila do Príncipe, e a Sociedade

---

46 ASTRO de Minas. São João del Rei. 09 JUN. 1831.
47 APM/AL $^{1}_{6}$ Cx. 01 doc. 27. Correspondência do bibliotecário da Biblioteca Pública de São João del Rei. São João del Rei, 17 FEV. 1836.
48 MINAS GERAIS. Regulamento n. 9, Lei n. 49, de 15 de dezembro de 1836.
49 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 28 MAR. 1831.
50 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 18 ABR. 1831.
51 APM/PP$^{1}_{7}$ Cx. 01 doc. 19. Correspondência da Sociedade Patriótica Mariannense à Presidência da Província. Mariana, 12 SET.1832.

Pacificadora, Philantropica, e Defensora da Liberdade e Constituição, sediada em Sabará. Outras seguiram o modelo da célebre Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro, como a congênere do arraial de Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis).

Por ocasião da Sedição Militar de 1833, ocorreu novo surto associativo. Diversas sociedades foram montadas na Província para sustentar o governo legal, como a Sociedade Sustentadora do Governo Legal do Senhor Dom Pedro Segundo, sediada num "arraial de São Gonçalo". A relação entre o contexto e a atividade associativa pode ser medida por meio da atuação da Sociedade Curvellana Defensora da Legalidade ao afirmar que

> justamente a Sedição OuroPretana , que dispertando o Patriotismo, e virtudes Cívicas, e Sociaes dos Curvellanos, reunidos para que conbinando suas forças izoladas, e coadjuvando mutuamente, apprezentassem ao inimigo comum huma força ingente e compacta, defendendo dest'arte o legítimo poder, e a legalidade por elle atrosmente attropellada[52].

Eram associações que protestavam defender a legalidade e a constituição. Porém, a ação das Sociedades Políticas não passava desapercebida pelos olhares da Presidência da Província. Em resposta à mesma Sociedade Curvellana, Manuel Ignácio de Melo e Sousa recomendava "não se apartarem dos fins propostos e observância das Leis"[53]. De fato, o governo olhava com desconfiança para a proliferação dessas organizações com eminente fito político. Não obstante, a Presidência da Província apoiava iniciativas com finalidade "civilizadora" ou educacional, razão da relativa longevidade das sociedades filantrópicas e literárias, como reconhecido por Morel na Cidade Imperial[54]. Cabe lembrar que associações de tendência "restauradora" inexistiam legalmente, encontrando espaço somente na escuridão das "sociedades secretas", pois, no momento de hegemonia liberal, eram consideradas promotoras da sedição e da desunião no Império.

A Sociedade Philantropica do Curato da Igreja Nova da Boa Vista (atual Itajubá), pretendia "adiantar a instrução do Paiz por meio de estabelecimento de aulas, emissão gratuita de periódicos, e por todos os outros, que para o futuro estiverem ao alcance da Sociedade", além de buscar "soccorrer a miséria e a indigência"[55]. Estes objetivos eram professados por muitas associações na Província formadas para a difusão das *Luzes* e a prática da filantropia. Para fomentar a ilustração, as sociedades políticas lançaram mão da leitura e divulgação de periódicos. A Sociedade Promotora da União e Defensora do Centro, sediada no arraial de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado (atual Januária), determinava no artigo 4º de seus Estatutos "procurar aumentar os conhecimentos dos habitantes deste Salgado pretendendo-lhe para isto a leitura dos Periódicos da Bahia, Pernambuco, S.

52 APM/PP 1 37 Cx. 02 doc. 46. Correspondência de Jerônimo do Rego, Juiz de Paz de Curvelo, à Presidência da Província. Curvelo, 15 MAIO 1833.
53 *Idem*.
54 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, op. cit.*, p. 281.
55 APM/PP[1] [7] Cx. 01 doc. 05. Estatutos da Sociedade Philantropica do Curato da Igreja Nova da Boa Vista. Igreja Nova da Boa Vista, 24/02/1832.

Paulo e Goiás e não se assinam os desta Província por serem oferecidos pelo reverendo padre José Antônio Marinho"[56]. Ademais, algumas sociedades chegaram a implantar um periódico como porta-voz, como é o caso do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, editado e impresso na capital da Província. Além deste exemplo, outros jornais foram editados por Sociedades Políticas, como o *Vigilante*, folha da Sociedade Pacificadora de Sabará, e o *Correio de Minas*, organizado pela Sociedade Defensora do Trono e da Constituição, em Ouro Preto.

Percebemos que, no interior dessas sociedades, a instrução apresentava-se como instrumento relevante na formação de um público capaz de realizar um "uso público da razão", essencial na vida política liberal. Entretanto, a ilustração foi utilizada como instrumento para certa quantificação da liberdade. Afirmava-se que "a verdadeira medida da liberdade é a civilização", tendo como bases a instrução e "difusão das luzes". Nesse sentido, apregoava-se em *O Universal*, que "quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados, mais livres são"[57]. Ao partirmos dessa premissa, podemos considerar que, quanto maior o grau de instrução, mais ampla pode ser a participação política do indivíduo. Assim, indiretamente, a filantropia e a educação influenciariam os indivíduos à tomada de uma leitura crítica dos impressos e, consequentemente, da própria sociedade.

4.3 TABERNAS

O Universal de 12 de maio de 1841 publicou uma anedota sobre o "Conselho de um pai a um filho que ia viajar". Um dos aconselhamentos era o seguinte: "Se fordes a botequim, não leias periódico que estiver limpo, que é certo não traz novidades"[58]. Por esse excerto, podemos visualizar outro local de leitura dos jornais: a taberna.

A prática da leitura em boticas, vendas e tabernas já era bastante conhecida dos brasileiros. No século XVIII, conforme Luiz Carlos Villalta, os jornais *Mercure de France* e o *Correio de Londres* foram intensamente lidos nas tabernas e residências de maneira oralizada, sendo a leitura seguida de acalorada discussão, no Rio de Janeiro[59]. Robert Darnton, por sua vez, mostra-nos uma instituição européia que realizou papel similar ao das tabernas mineiras: a cafeteria. As cafeterias constituíam lugar privilegiado para a leitura, oferecendo "jornais e revistas e ocasiões sem fim para as discussões políticas"[60].

Longe do *glamour* dos Cafés, as tabernas provinciais eram o espaço por excelência da leitura e discussão de jornais. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada em 1851 por Hermann Burmeister em sua *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio*

56 APM/ PP^{1} $_{7}$Cx.01 doc. 20. Projeto de Estatuto da Sociedade Promotora da União e defensora do Centro. Arraial de N. Sra. do Amparo do Brejo do Salgado, 24 SET. 1832.
57 UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 28 JUN. 1834.
58 UNIVERSAL (O), Ouro Preto, 12 MAIO 1841.
59 VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura". *op. cit.*, p. 82.
60 DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette. op. cit.,* p. 159.

de Janeiro e Minas Gerais. Burmeister conta que, na hospedaria em que pousava, "cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito"[61].

Outro viajante, Robert Walsh, descrevendo o cotidiano do Rio de Janeiro, faz apreciação da leitura das "Correspondências" impressas nos jornais realizada numa loja local:

> Esses libelos constituem a maior parte das publicações literárias do Rio. Ao passar pelas ruas de manhã, depois da distribuição dos jornais, é comum ver-se grupos de vizinhos reunidos numa loja onde um deles, sentado no balcão, lê a folha da Correspondência para os demais. Acontece com freqüência ser o acusado um dos membros do grupo, que nunca imagina outra forma de responder à acusação a não ser revidando na mesma moeda[62].

O viajante inglês, talvez assustado com as atitudes de nossos conterrâneos, mostra-nos uma das práticas de leitura daquele tempo: a leitura coletiva. Era essa leitura oralizada que fazia com que os "iletrados" participassem da discussão. As lojas e tabernas recebiam a concorrência de todo tipo de gente que, em meio às "fazendas secas" e toda sorte de "molhados", participavam dos debates cotidianos. Nessa atmosfera, política, economia e maledicência permeavam as conversas tabernárias. Em vista disso, não devemos subestimar a importância desses estabelecimentos na vida social, pois suas "conversas" determinavam a sorte de várias pessoas e, até mesmo, de famílias inteiras. O Comendador João Antônio da Silva Mourão, na retidão de seu testamento, ordenava a seus filhos

> q. compulsando a maneira insolita e brutal com q. foi tratada nossa familia, não <u>só em folhas pública como em palestras, nas lojas e tabernas,</u> isto pela familia Mafras, nunca se unão em laço conjugal com parentes delles ate o 4º grão, por assim como os filhos herdão dos seos Pais, seos Costumes, nome, e haveres, também devem sucessider-lhes (sic) em ofensas tão atroses e constante injustiça como estas (grifo nosso)[63].

Com efeito, discórdias familiares poderiam ser geradas e cultivadas no ambiente promíscuo das vendas. Também rivalidades políticas eram fomentadas por meio das "palestras" nesses ambientes que, de acordo com Villalta, "por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos [no caso das aulas régias], não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao [espaço] público"[64]. De fato, nas vendas, tabernas e boticas permitia-se o trânsito de praticamente qualquer indivíduo, independentemente de etnia, idade, gênero e condição social (**Figura 7**).

---

61 BURMEISTER, Hermann. *op. cit.,* p. 203.
62 WALSH Robert. *op. cit.,* p.185.
63 Museu Regional de São João del Rei. Testamentos e inventários *post-mortem*. Testamento do Comendador João Antônio da Silva Mourão, f. 2. São João del Rei, 26 JUN. 1865.
64 VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura". *op. cit.*, p. 382.



Figura 7: RUGENDAS, Johann Moritz. “Venda em Recife”. In: *Viagem pitoresca através do Brasil*. Entre páginas 100 e 101.

Esse ambiente favorecia a divulgação do debate político por intermédio da leitura coletiva. Conta-nos Caetano Pinto Ferraz, Intendente dos Diamantes[65], que “o Pe. Bernardino andara pelas Lojas, e vendas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população” do Tijuco contra suas determinações. Continua o Intendente relatando “que o referido Pe. dizia geralmente, e não recordo se também em particular, na Loja do Capm. Silvério Romão – que o seu gosto era cortar a Cabeça de todos os mandoens, e pés de chumbo”. O Intendente envolvera-se em questões políticas, indispondo-se com a população que o considerava conservador e retrógrado. Para desespero de Caetano Pinto Ferraz, estas palestras alastraram-se, ganhando as ruas e esquinas do arraial do Tijuco[66].

4.4 A PRAÇA PÚBLICA

Para Francisco de Paula Ferreira de Resende, as lembranças que mais impregnaram em sua alma foram “as que se referem aos atos públicos”. Afirma o memorialista que nascera e se criara

65 Caetano Pinto Ferraz assumiu o posto de Intendente interino em 1825. “Ferraz foi um magistrado probo e reto, mas deixou um nome odioso por ter querido renovar o antigo sistema de despotismo, quando dominavam outras idéias”. Cf. SANTOS, Joaquim Felício dos. *op. cit*. p. 109.

66 Acontecimentos e Costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, Belo Horizonte, 1898. p. 111-119.

> no tempo da regência; e que nesse tempo o Brasil vivia, por assim dizer, muito mais na praça pública do que mesmo no lar doméstico; ou, em outros termos, vivia em uma atmosfera tão essencialmente política que o menino, que em casa muito depressa aprendia a falar liberdade e pátria, quando ia para a escola, apenas sabia soletrar a doutrina cristã, começava logo a ler e aprender a constituição política do império[67].

A praça pública era o local do momento, como bem mostrou Resende. Nela foi processada a verdadeira fragilização hierárquica que parecia levar o Império, aos olhos da elite, a um "pélago profundo de desordens". A historiadora Elizabeth Aparecida Duque Seabra nos chama a atenção para a praça pública como "um dos locais capazes de transformar parcelas significativas de 'iletrados' em sujeitos da fala"[68]. De fato, o poder suasório do impresso adquiria força avassaladora em sua leitura nos "lugares públicos".

A leitura não era circunscrita ao lar ou aos estabelecimentos comerciais. Na praça pública, nas esquinas e nas ruas, as pessoas liam coletivamente periódicos, panfletos, pasquins, e toda sorte de objeto escrito que amanhecesse nas vilas e arraiais do Império. Além disso, a praça pode ser apreendida como um local de sociabilidade informal. As pessoas nela se encontravam, conversavam, negociavam, flertavam... Percebe-se isso nas imagens e comentários de Johann Moritz Rugendas. Em "Frente da Igreja de São Bento", podemos quase escutar o alarido das ruas, a discussão dos "cidadãos", o comentário do soldado, o cochicho das escravas e a conversa entre "comadres" (**Figura 8**).



Figura 8: RUGENDAS, Johann Moritz. "Vista tomada diante da Igreja de São Bento". In: *Viagem pitoresca através do Brasil*. Entre páginas 100 e 101.

67 RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *op. cit.,* p. 67.
68 SEABRA, Elizabeth. *op. cit.,* p. 41.

No aparente tumulto e algazarra da Rua Direita do Rio de Janeiro, os negociantes estabelecem seus preços, os soldados discutem animadamente e os escravos, reunidos, debatem... (**Figura 9**). Por meio do pincel e da pena de Rugendas, podemos ver a emergência da cena pública brasileira em que

> Gente de todas as classes se entrega às conversações políticas e, nos grupos que formam, vêem-se eclesiásticos, oficiais, negociantes e operários. Se nem sempre conhecem bem o assunto de que falam, mostram sempre, entretanto, muito interesse, bom senso e espírito, e exprimem seu pensamento com bastante facilidade. Entre os povos meridionais essas discussões em pela rua lembram a vida pública dos antigos; formam a opinião e a exprimem[69].



Figura 9: RUGENDAS, Johann Moritz. “Rua Direita – Rio de Janeiro”. In: *Viagem pitoresca através do Brasil*. Entre páginas 100 e 101.

Entretanto, desde o tempo da Colônia, a praça pública era o local da vivência coletiva e, outrossim, da publicação das determinações reais. A máquina administrativa implantada na América Portuguesa funcionava plenamente, produzindo decretos, editais, ofícios, cartas, etc. A transmissão desses atos era levada a efeito pelos conhecidos bandos, pregões e editais. Joaquim Felício dos Santos, em suas *Memórias do Distrito Diamantino*, oferece-nos a seguinte notícia:

69 RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976. p. 119.

> Freqüentes vezes o povo do Tijuco ouviu sobressalto o estridente rufar de uma caixa, que corria as ruas do Arraial: era um novo bando que se publicava, era mais alguma proibição, algum ônus com que se ia sobrecarregá-lo, novas medidas restritivas que se tomavam sobre o comércio e mineração: o povo já tremia quando ouvia a voz fúnebre do pregoeiro.[70]

Joaquim Felício dos Santos faz referência aos bandos lidos no arraial do Tijuco (atual Diamantina). Os bandos são determinações, leis ou decretos do Governador da capitania (também usados pelo Intendente dos Diamantes) lidos nas praças e ruas dos arraiais e vilas por um funcionário específico, o pregoeiro, que era geralmente acompanhado pelo rufar de caixas e tambores[71]. O bando é, talvez, o maior exemplo da oralidade presente na administração colonial. De possível herança medieval, o bando mostrava-se eficiente na transmissão de informações em uma sociedade com baixíssimo índice de alfabetização.

O pintor Jean-Baptiste Debret[72], quando de sua estada na Corte brasileira, legou-nos representação da prática do bando (**Figura 10**). Nela, o pregoeiro, com o documento em mãos, encontra-se ladeado por dois ajudantes negros e, ainda, é acompanhado por oficiais devidamente paramentados. Logo atrás estão os músicos da tropa a anunciar o evento. Ao fundo, nota-se a platéia amorfa, quase massa, a atentar para "a voz fúnebre do pregoeiro".



Figura 10: Jean-Baptiste Debret. "O Bando". Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: https://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_149.jpg Acesso em 05 MAR. 2024.

70 SANTOS, Joaquim Felício dos. *op. cit.*, p. 109.
71 BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985. p. 27.
72 DEBRET, Jean-Baptiste. "O Bando". In*: Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.* São Paulo: Imprensa Oficial, 2016, p. 473.

Alcântara Machado, em *Vida e Morte do Bandeirante*, apresenta-nos “os pregões intermináveis que precediam as vendas judiciais”[73]. Ao analisar a documentação cartorial do seiscentos paulista, Machado percorre o cotidiano da justiça colonial. Leilões judiciais eram realizados na praça pública por um pregoeiro que “vai andando por as ruas”, acompanhado por um escrivão que registrava os lances oferecidos. Lançava-se o pregão “em voz alta e inteligível” para que todos da vila tomassem conhecimento e participassem da negociação. A fadigosa tarefa terminava quando eram arrematados os objetos negociados[74]. Como podemos perceber, a prática do pregão, como aquela do bando, demonstra a oralidade presente na administração da América portuguesa.

O outro exemplo de publicação dos atos do Estado são os editais. Estes são as determinações do governo e dos Senados das Câmaras que eram afixados em lugares públicos, como portas de igrejas, câmaras e pelourinhos. A difusão do conteúdo desses papéis perpassava, provavelmente, pela transmissão oral. Porque, quando eram “afixados nos lugares do costume”, eram lidos coletivamente e transmitidos pelos canais da oralidade que, segundo Luiz Carlos Villalta, “proliferou na medida em que reinava o analfabetismo”[75].

Todavia, com o Movimento Liberal do Porto, em 1820, uma “onda de propagação da palavra pública” tomou o Brasil, operando transformações profundas nos espaços públicos tradicionais. Marco Morel, por intermédio das correspondências de diplomatas franceses, percebe “um transbordamento do público leitor” na Corte das décadas de 1820 e 1830. Práticas como a escrita de manuscritos “incendiários” e sua leitura coletiva indicam-nos a ampliação do debate político. Além disso, aponta-nos para a usurpação do “monopólio da informação da Coroa”[76], que tornava públicas suas deliberações por meio dos referidos bandos, editais e pregões. De fato, o leitor anônimo, ao ler coletivamente em voz alta, assumiu o papel do pregoeiro, levando aos mais recônditos lugarejos as discussões das assembléias e, principalmente, o ideário político que geralmente acompanhava as folhas daquele momento.

A relação que estabelecemos entre os Bandos e os escritos políticos não é mera alegoria. Por ocasião das Cortes em Lisboa, a Câmara da Vila do Príncipe mandou “publicar por Bando” uma proclamação da Junta do Governo Provisório da Província de Minas Gerais. Embora se trata da publicação de um documento de teor oficial, os vereadores da vila acabaram por sinalizar para os novos usos da praça pública. A partir de então, ela foi inundada por uma torrente de impressos e manuscritos que movimentou a cena política mineira, constituindo um verdadeiro espaço público.

A praça também era o local da celebração, da festa e da confraternização. Por ocasião dos festejos pelas Reformas da Constituição, a freguesia de Paulo Moreira (atual

73 MACHADO, Alcântara. Vida e Morte do Bandeirante. *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 1279.
74 *Ibidem*, p. 1189-1366.
75 VILLALTA, Luiz Carlos. “O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura”. *op. cit.*, p. 331-385.
76 MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *op. cit.,*. p. 39-58.

Alvinópolis) foi palco do regozijo liberal, como narrou um correspondente de *O Universal*. No dia 14 de fevereiro de 1835, do Adro da Matriz, o Juiz de Paz Caetano Leonel de Abreo "arvorou a Bandeira nacional, e repetio uma energica Proclamação seguida de mil vivas, e do Hymno Nacional". Pouco depois,

> ao anoitecer todas as cazas do Arraial se illuminarão com o maior gaz possivel, começou a Muzica a qual correo as ruas cantando o Hymno, e tocando para contradançarem alguns Chimangos e Chimangas, ricamente vestidos, e bem instruídos satisfizerão os espectadores, que apinhavão as ruas.

No dia seguinte houve Missa solene, encerrada "com um energico discurso" do Padre Felicio de Abreu que "expoz com habilidade os interesses das Reformas, e concluio louvando o Deos do Brasil com o hymno Te Deum, que foi pomposamente desempenhado por o Choro do Clero". Na saída da Matriz, os Comandantes da Companhia da Guarda Nacional sediada em Paulo Moreira fizeram proclamações, "sendo os Vivas Nacionaes respondidos com enthusiasmo". Ao entardecer, "pelas 4 horas da tarde teve lugar a Procissão do Martyr S. Sebastião, e Sermão recitado por o mesmo Orador Reformista: a noite houve illuminação, e a Musica, e dansarinos percorrerão as ruas"[77].

Pela narração da festa liberal, percebemos que a manifestação desenrolara-se em lugares públicos: a Igreja, o Adro, a rua. Para marcar a data, a pequena freguesia iluminou-se inteira. Música, te-deum e procissões deram o toque pomposo à festa. Por fim, as várias proclamações cristalizaram o sentido daquela manifestação: a hegemonia liberal. A festa tornara-se um instrumento de pedagogia política dos liberais moderados, com as quais estabeleceram um projeto político e afirmaram uma supremacia[78]. No entanto, nem todos os habitantes da freguesia participaram ativamente da comemoração. Como num teatro, "Chimangos e Chimangas, ricamente vestidos, e bem instruídos satisfizerão os espectadores, que apinhavam as ruas". Os liberais dirigiam a ação, enquanto que ao povo "cabia" o papel de "espectador". Mesmo na praça pública, as diferenças entre elite e Povo prevaleciam, conferindo papéis distintos aos membros da sociedade imperial.

Te-deum, proclamações, padres, oficiais e São Sebastião. Naquela narrativa, religião e política confundem-se, apresentando uma sociedade híbrida, marcada pela coexistência de tradições distintas[79]. O "uso legítimo das Imagens", afirmado no Concílio de Trento no século XVI, manteve-se na Minas Gerais do Oitocentos. Entretanto, seu uso alargou-se, conferindo legitimidade religiosa à manifestação política. No préstito do "Martyr S. Sebastião", tratava-se de fazer com que todos se irmanassem com o santo, conferindo um vínculo, religioso e político, entre todos os outros fiéis que também seguem ou vêem a escultura[80]. As imagens participavam do processo político desde a afirmação da monarquia barroca ibérica; entretanto, essa tradição permaneceu no mundo luso-brasileiro. O apelo iconográfico enraizou-se na cultura brasileira, mesclando-se à efervescência política dos

77 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 06 ABR. 1835.
78 SILVA, Wlamir José da. *Liberais e Povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002 (Tese, Doutorado em História).
79 GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999. p. 97.
80 DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. *op. cit.*, p. 105.

anos das Regências, delimitando espaços e constituindo práticas específicas da cultura política da época. Proclamação, iluminação e procissão. Naquele tempo, conservava-se a prédica do padre Antonio VIEIRA: "a relação do pregador entra pelos olhos"[81].

Nas Regências, práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como acenam as notícias publicadas em *O Universal* de 24 de fevereiro de 1826, que agitaram o arraial do Tijuco[82]. Conforme relato do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto mandou publicar naquele periódico "huma calumniadora, e inepta diatribe" desacreditando-o. Conta-nos Ferraz que "logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas". Algum tempo depois, desconhecidos mandaram "imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem". Porém, o segredo do pseudônimo foi revelado. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e, em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão "fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não respondera". A este tempo, um certo padre Bernardino "andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população". Após alguns dias, "nas portas do Quartel Militar appareciāo os mesmo pasquins com toda a impunidade"[83].

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Pinto Ferraz percorreram um tortuoso caminho. Isso aponta para a circularidade da notícia na sociedade, onde o que estava em jogo era certa "opinião pública" a respeito da autoridade no arraial. Mais do que isso. Notamos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, agiram juntos na transmissão de "insultos ocultos" contra o Intendente dos Diamantes. Insultos estes que tiveram como característica o anonimato. Ocultado por detrás de um pseudônimo, o "Amigo da Ordem", possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, liberou a virulência de sua linguagem. Sob a sombra do anonimato, pretendia-se fazer com que o Intendente ficasse como naquela velha anedota: "quem quer pegar em sombras depois de apagar a luz, faz-se de cego, da bordoadas no ar, e por fim leva assobios dos rapazes"[84].

Este fluxo de informação no arraial do Tijuco iniciou-se com a leitura do periódico, alastrou-se para as lojas e esquinas, adentrou nas residências e ganhou nova forma nas tipografias, retornando ao leitor inicial. Entretanto, este trajeto da notícia, como salienta

81 VIEIRA, Padre Antonio. "Sermão da Sexagésima". In: _____. *Sermões* (antologia). 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975. p. 102.

82 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 24 FEV. 1826. Neste número, um "Tejucano" desacreditava a administração de Caetano Pinto Ferraz, classificando-o como "sujeito de moral e sentimentos oppostos, intrigante, vingativo, orgulhoso, avarento e chicaneiro!"

83 Acontecimentos e costumes do Tijuco (Diamantina) em 1826 [Correspondência do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, ao Visconde de Caravelas, Tijuco, 11 MAIO 1826]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III, 1898. p. 111-119.

84 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre. 27 AGO. 1836.

Darnton, “não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito”[85], mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico. A sociedade mineira partilhava esse dinamismo, e o local por excelência para essa movimentação foi a praça pública. No tempo das Regências, grande quantidade de pessoas circulava pelas praças e ruas. Para aqueles que conviviam com a pobreza e a negação de sua humanidade, isto é, os indivíduos livres e pobres, a praça pública representava o único local que lhes era permitida a frequentação. Nela, essa “malta de todas as cores” entrou em contato com idéias políticas por meio da leitura oral de pasquins, folhetos e periódicos. Nesse momento um novo tipo de pregoeiro incitava a populaça, “reivindicando uma distribuição democrática do poder entre os cidadãos que participam ou pretendiam participar da feitura das leis”[86]. Esse caráter igualitário, dilacerador das hierarquias sociais, levou a praça pública a ser considerada pela elite dirigente como o lugar da revolução, um mundo à parte: “o mundo da desordem”[87].

A prática da afixação de cartazes, panfletos e proclamações em lugares públicos era corrente nas vilas e arraiais mineiros. Este procedimento fazia parte do debate político, tornando-se, mesmo, um elemento fundamental em conflitos armados, como relata José Maria Pinto Peixoto, Chefe das Forças Provinciais por ocasião da “Revolta do Ano da Fumaça”. Na manhã do dia 23 de abril de 1833, Peixoto despachou “um próprio [soldado] para Oiro Preto levando 60 proclamações para as metter por baixo das portas isto com as devidas cautelas, elles passam por Itaverava levando uma besta de farinha, e ellas dentro deste”[88]. Na mesma data, Peixoto enviou para o Juiz de Paz da Capital, Francisco Xavier de Moura Leitão, alguns impressos e um ofício em que determinava “os mandar affixar nos Aquartelamentos e lugares publicos desta Cidade”. Moura Leitão, às “4 horas da noite” do dia 25, enviou resposta afirmando que

> Quando me propuz a execução da Ordem, emediatamente alguns do Povo, e Tropa me arrebatarão as Proclamaçõens e as desfizerão, dizendo-me, que em tudo me tinhão obedecido e pertendião obedecer, quanto à Paz; socego e tranquilidade, mas que lhe perdoace, que não querião saber de Proclamaçõens, que tendessem à admissão do Exmo Manoel Ignacio, e Vasconcelos[89].

Artimanhas e “espertezas” faziam parte da luta política. Valia tudo para divulgar o impresso, até mesmo escondê-los em sacos de farinha. Além disso, a escuridão da noite auxiliava a espalhar as folhas, como ocorreu em Pitangui, quando “amanheceo em varios lugares desta vila papeis escritos, mesmo insultantes tendentes a morte de Manoel Cordeiro, atacando os Senhores Juizes”[90]. Também em São João del Rei, quando na manhã

85 DARNTON, Robert. *Os best sellers proibidos da França pré-revolucionária. op. cit.*, p. 206.
86 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 127.
87 *Ibidem*, p. 115.
88 APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 01 doc. 35, 23 ABR. 1833.
89 APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 01 doc. 38, 25 ABR. 1833.
90 APM/FJBP ^{3} Cx. 03 doc. 27 Correspondência de Francisco Antonio Roiz ao Capitão Joaquim Antonio de Oliveira Campos. Pitangui, 19 NOV. 1832.

do dia 29 de março de 1831, apareceu um impresso considerado "verdadeiro alarme (...) contra os moradores desta vila"[91]. No entanto, nem sempre as proclamações alcançavam seus objetivos, e a população poderia enfastiar-se com os discursos e personagens, como indicou o Juiz de Paz Francisco Xavier de Moura Leitão.

Os discursos impressos possuíam uma retórica que levaria à ação de fato. A prática da leitura "enérgica" das proclamações procurava impor um sentido para os vivas à religião, ao imperador e à Constituição, legitimando posturas políticas. Estes tipos de impressos eram pródigos nesse tipo de retórica persuasiva. José Maria Pinto Peixoto relata, em suas cartas ao Presidente da Província, o efeito destas leituras em seus pedestres. Na correspondência de 1 de maio de 1833, Peixoto conta: "V. Excia. não faz idéia do descontentamento que causou a tal Proclamação de Manoel Soares Leitão"[92]. O efeito desanimador da "tal Proclamação" foi tamanho que o "Chefe das Forças" teve dificuldades em contradize-la e, consequentemente, reanimar seu exército. Num outro sentido é a carta de 4 de maio, em que afirma o "efeito terrível" que as proclamações da Regência teriam produzido sobre a tropa se ele, o Chefe, não as tivesse censurado. O conteúdo desses documentos referia-se à mudança de Presidente da Província, o que seria, para o militar, prejudicial aos interesses legalistas[93].

A leitura do impresso era carregada de energia e as apropriações, por parte dos leitores e ouvintes, poderiam ser infinitas. No dia 29 de setembro de 1831, Adolivo Julião Alexandre Cardozo leu, no arraial de São Joaquim, "uma folha do *Astro* nº 594". Adolivo Cardozo compreendeu que o jornal afirmava a volta do ex-imperador, D. Pedro I, ao trono do Brasil. Conforme o relato do Juiz de Paz, que estava presente no momento da leitura do referido *Astro de Minas*, o pronunciamento de Adolivo "influiu isto por uma tal maneira que ainda demais alguns cinco acreditaram, foi tal o excesso que me obrigou a ir a casa daquele dito Cardozo para conter a ordem"[94]. Adolivo reconstruiu o discurso do jornal à sua maneira, levando parte dos ouvintes a agirem conforme o tom por ele empregado.

O exemplo ocorrido no arraial de São Joaquim nos aponta para uma apreensão do impresso de maneira distinta. Conforme Roger Chartier, "a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros"[95]. Por intermédio de sua relação com o público ouvinte, Adolivo Julião conseguiu convencer os demais de sua interpretação do jornal, promovendo um "tal excesso" que agitou o pequeno arraial. Devemos lembrar que a leitura não é a mesma de sempre. Quando as personagens das Regências encarnaram o periódico como local de debates, elas pressupuseram esse engajamento do leitor. Era uma prática da leitura diferenciada que promovia a interação entre os debatedores e permitia, assim, construir um espaço verdadeiramente comum.

91 APM/PP $^{1}_{33}$ Cx. 270 doc. 53 Correspondência do Juiz de Paz Martiniano Severo de Barro à Presidência da Província. São João del Rei, 31 MAR. 1831.
92 APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 02 Doc. 01 de 01 MAIO 1833.
93 APM/PP $^{1}_{37}$ Cx. 02 Doc. 01 de 04 MAIO 1833
94 Documentos da Sedição Militar de 1833 [Correspondência de Juiz de Paz, Arraial de São Joaquim 6 MAIO 1833]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913. p. 181-182.
95 CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. *op. cit.*, p. 16.

Na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte. Nesse sentido, fez-se necessária uma aproximação por parte dos jornalistas a esse público "iletrado", o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela "iletrada" da população na arena política. Essa parte do povo, excluída mesmo nos dias atuais, pôde atuar, mesmo de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação. Por isso, as Regências permanecem, na visão de historiografia Saquarema, como momento de anarquia e revolta, pois, mais do que nunca, os subordinados agiram.

Para seus adversários, aconselhava o redator de *O Universal*:

> Que receio pode haver de trabalhar nas Praças, nas esquinas, nos lugares mais frequentados, quando se trata de sustentar a Religião, a Constituição, e o Sr. D. Pedro 2.? Por que não seguem os caramurus o mesmo exemplo dos moderados? elles tambem se reunem em sociedades as suas Sessões se fazem publicamente, e ainda correm pela Imprensa[96].

No excerto acima visualizamos os componentes de um verdadeiro espaço público: discussões "nas Praças, nas esquinas e nos lugares mais frequentados", reuniões em sociedades políticas e "ainda correm pela Imprensa". De fato, a esfera pública desenvolvia-se na Província de Minas Gerais com a ampliação de um local de debates. As pessoas aí envolvidas estabeleceram e mantiveram um espaço propício à discussão. Dessa forma, o ideário político recriava-se a cada leitura, seja ela silenciosa e introspectiva ou coletiva e oralizada. Isso contribuiu para a conservação da esfera da política, pois ela somente existe quando estamos na companhia dos outros. Como nos ensina Hannah Arendt, "sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer"[97]. Nesse sentido, o redator da *Estrella Marianense* pedia a seus colegas para que "continu[ass]em com o mesmo fervor a defender seus direitos, a pugnar pela liberdade único bem que devemos ambicionar, e pela qual são poucos todos os sacrifícios"[98]. Ele sabia que a liberdade necessitava da conservação do espaço criado para a sua própria ação. Ainda em conformidade com o pensamento arendtiano, "o poder só existe enquanto os atores continuam reafirmando a sua intenção de agirem juntos"[99]. Esse poder é, com efeito, constituído através da troca de falas realizada entre os participantes do colóquio. Posto isso, quando os autores, editores, leitores e ouvintes estabeleceram um ambiente de debates, em verdade, estavam constituindo um poder e, simultaneamente, fortaleciam o espaço público na Província de Minas Gerais.

96 UNIVERSAL (O). Ouro Preto. 01 MAR.1833.
97 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997. p. 195.
98 ESTRELLA Marianense, Mariana (MG), 14 NOV 1832.
99 DRUCKER, Claudia. "O destino da tradição revolucionária: auto-incompreensão ou impossibilidade ontológica?" In: BIGNOTTO, Newton. *Hannah Arendt: Diálogos, Reflexões, Memórias.* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 204.

PARTE III

LIBERDADE E SOBERANIA

"La parole est moitié à celui qui parle, moitié à celui qui l'ecoute".

(Michel de Montaigne)

Há quase cinquenta anos, Maria Sylvia de Carvalho Franco, rebatendo Roberto Schwartz[1], chamava-nos a atenção para o *lugar das idéias*[2]. Tratava-se, naquele momento, de estabelecer as “idéias” não como um produto meramente importado e utilizado de maneira descolada da realidade brasileira, “mas no modo mesmo como a produção teórica se encontra internamente ajustada à estrutura social e política do país”[3]. Como Franco, acreditamos que os conceitos e representações não foram o resultado de simples “adaptação” do ideário liberal europeu ou estadunidense em solo brasileiro; porém, entendemos que a *apropriação* do liberalismo voltou-se à realidade imperial, levando em conta o escravismo e estrutura social herdeira das hierarquias de Antigo Regime. Ademais, destacando o caráter original das interpretações, acreditamos que, conforme ensina-nos Roger Chartier, o estudo das apropriações possibilita-nos reconhecer “que as inteligências não são desencarnadas”, mas que são “construídas na descontinuidade do processo histórico”[4]. Enfatizamos, ainda, que idéias e conceitos não são imutáveis e eternos, mas, como elementos historicamente construídos, correspondem ao contexto no qual são operacionalizados. Em vista disso, buscamos extrair significações dos discursos “passando do texto ao contexto”[5], como delineia Darnton. Cremos que este procedimento permite-nos reconstruir a emergência e a transformação das culturas políticas de uma época[6], evitando-se o risco do anacronismo que sempre ronda conceitos “gerais” como **liberdade** e **soberania**, os quais constituem preocupação desta **Parte III**.

Nossos periodistas, ao procurarem responder às questões lançadas pela própria vida política[7], trataram de se apropriar de representações cunhadas alhures, reconstruindo-as de maneira a apresentar um ideário afeito à realidade social em que viveram. Nesse processo, os conceitos de **liberdade** e de **soberania** foram remodelados numa intensa luta, na qual se forjou “um imaginário que colava o rei à imagem do Estado e afastava a população do fórum de decisões”[8]. Com isso, acreditamos que os indivíduos, de maneira inventiva, elaboraram suas visões de mundo, colocando as *idéias no lugar*.

Antes de passarmos ao capítulo seguinte, cabe-nos enfatizar que, como ensina-nos Michel de Montaigne, “a palavra é metade de quem fala, metade de quem a escuta” (tradução nossa)[9]. Em vista disso, esclarecemos que tratamos da *primeira metade* do significado desses conceitos, isto é, os sentidos das palavras **liberdade** e **soberania** conforme “falados” pelos autores dos periódicos. Relembramos que, naquele tempo, os discursos

1 SCHWARTZ, Roberto. As idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 3, p. 151-161, 1973.
2 FRANCO, Maria Sylvia de C. As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.
3 *Ibidem*, p. 63.
4 CHARTIER, Roger. *A história cultural. op. cit.*, p. 26-27.
5 DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Trad.: Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: 1986. p. XVIII.
6 CEFAÏ, Daniel. “Experience, culture et politique”. In: _____ (dir.). *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. p. 95.
7 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno. op. cit.* p. 10.
8 SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 352.
9 MONTAIGNE, Michel de. *Essais.* Paris: Imprimérie Nationale, 1998. Livre III, p. 460.

eram concebidos de acordo com uma tradição oral, evidenciada nas formas de composição do texto e na prática da leitura coletiva. Assim, os referidos termos foram, possivelmente, "falados" por leitores anônimos, em lugares diversos, a um público ouvinte diversificado. No entanto, infelizmente não foi possível analisarmos aquilo que foi "escutado", ou seja, a recepção desses conceitos pelos leitores. Como os autores também eram leitores, contudo, cremos que, em certa medida, a *outra metade* dos significados de **soberania** e **liberdade** foi contemplada, seja por meio da interpretação original de um "clássico" ou da leitura crítica de outro periódico efetivada pelos redatores, como se perceberá.

LIBERDADE: ILUSTRAÇÃO E LIBERALISMO

> Os povos especialmente os mais plebeos entrarão a amar demaziadamente a palavra Liberdade que o vulgo não sabe entender; por quanto esta Liberdade tão decantada, não se pode manter sem que as Autoridades empregadas gozem grande respeito, e se lhe preste a mais prompta obediencia. E como se poderá manter esta Liberdade e igualdade de Direitos se não hover poder nas Autoridades para defender o Inocente, e castigar o Malvado? [1]

Assim terminava uma representação enviada, aos 4 de fevereiro de 1823, pelos Capitães de Ordenança da Província de Minas Gerais à respectiva Junta do Governo Provisório. Por meio deste documento, percebemos a inquietação e o temor sentidos pela oficialidade provincial com a "vulgarização" das idéias de igualdade e liberdade que, naquele tempo, "os povos especialmente os mais plebeos entrarão a amar demaziadamente". Tal como aquilo que escreveria, anos mais tarde, o professor e jornalista Justiniano José da Rocha, no texto transparecem, ainda, as suspeitas que os capitães tinham daqueles homens "que por amor da liberdade viviam em permanente desconfiança da autoridade"[2]. Os liberais, em seu permanente receio do poder, despejaram "ataques contra todas Authoridades eclesiásticas, civis, ou militares"[3]. Por isso, os oficiais das Minas indagavam: "E como se poderá manter esta Liberdade e igualdade de Direitos se não hover (*sic*) poder nas Autoridades para defender o Inocente, e castigar o Malvado?" De fato, como ensinava Justiniano, vivia-se a "luta eterna da autoridade com a liberdade"[4]. Neste combate perene, indivíduos vários tomaram a palavra impressa para expor e defender suas opiniões acerca da liberdade, divulgando um ideário liberal marcado por "uma realidade histórica distinta que lhe confere um sentido próprio", como frisou Emília Viotti da Costa[5].

Nos anos finais do Primeiro Reinado, *O Telegrapho*, ao representar o apoio ao Imperador em Minas Gerais, procurou "desenvolver o princípio da autoridade"[6]. Por isso, temendo "as revoluções, e desejando repelir os seus germes"[7], este periódico afirmava "que existe no Brasil a Seita do illuminismo" que, sob influência dos "energumenos Francezes", divulgava os "fantasmas políticos, a quem denominão liberdade, e igualdade, onde dizem elles consistir a felicidade do Gênero humano"[8]. Esta prédica não era novidade. Afinal, em número anterior, o redator já havia enfatizado que os liberais fundam-se "todos em princípios falsos, quaes são uma liberdade não entendida, e não possível igualdade"[9]. Neste sentido, para sustentarem suas prerrogativas, os Conservadores lançaram mão de

---

1 APM/JGP $^{1}{}_{7}$ cx. 04 doc. 20. Representação à Junta do Governo Provisório da Província de Minas Gerais enviada pelos Capitães de Ordenanças. 04 FEV. 1823.
2 ROCHA, Justiniano José da. "Ação, Reação, Transação: duas palavras acerca da atualidade". In: MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *op. cit.,* p. 169.
3 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.
4 ROCHA, Justiniano José da. *op. cit.*, p. 163.
5 COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977. p. 109-126.
6 *Ibidem*, p. 169.
7 *Idem. loc. cit.*
8 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 01 MAR. 1831.
9 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.

uma “liberdade que funciona como desigualdade”, separando-a de seu conteúdo igualitário. Esta liberdade torna-se possível somente “se houver uma sociedade que garanta a desigualdade essencial”[10], ou seja, a prevalência de privilégios e hierarquias sociais próprias do Antigo Regime. Em contrapartida, de uma liberdade como igualdade “só havia a esperar-se em rezultado a terrível anarchia; isto he a destruição da ordem social e da mesma sociedade”[11]. A partir disso, podemos deduzir que o redator apresentava-se como um “conservador puro”, pois, nos termos descritos por José Murilo de Carvalho, para este grupo a liberdade não figurava como elemento fundamental que suplantasse os valores “da ordem e da unidade nacional”[12]. Essas verificavam-se, sobretudo, na construção de uma representação de D. Pedro I ligada à centralização imperial.

José Gonçalves Cortes, nas páginas de *O Telegrapho*, esforçava-se por divulgar a imagem do monarca como aquele que “reunio todas as Provincias do Império a do Rio de Janeiro como centro geral”. D. Pedro I ainda era apresentado como alguém que não se poupou “a trabalhos, nem fadigas pessoaes; nunca empregou forças, ou violencia, senão em deffeza dos oprimidos, e assim ultimou a Si ajudando seos Conselheiros a reunião do Império”[13]. Portanto, difundia-se uma representação do Imperador como o responsável pela unificação brasileira, inclusive valorizando o caráter centralista de seu governo, principalmente no papel da Corte como “centro geral”. Com isso, Cortes retomou uma concepção germinada na Universidade de Coimbra por uma geração de letrados integrados à formação de um grandioso “Império Luso-Brasileiro”, constituída sob os auspícios do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho. De acordo com Kenneth Maxwell, este grupo produziu “uma idéia imperial de inspiração luso-brasileira, que foi além do nacionalismo, em direção a uma solução mais ampla, de caráter imperial, tentando desarmar as tensões Metrópole-Colônia”[14]. Para tanto, D. Rodrigo aconselhava que o Império deveria ser tomado como uma composição de “províncias da monarquia, condecoradas com as mesmas honras e privilégios... todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem para a mútua e recíproca defesa da monarquia”[15]. Aquela “geração de 1790” ainda influenciaria os homens do Império do Brasil, principalmente ao desacreditar o republicanismo e promover uma “aceitação otimista da monarquia”[16]. Porém, mesmo com todo esse arsenal simbólico coimbrão, a ação de José Gonçalves Cortes em seu periódico, *O Telegrapho*, não foi suficiente para deter a torrente que desembocou no “triunfo democrático incontestado”[17] que se seguiu à Abdicação.

---

10 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade, op. cit.,* p. 188.

11 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.

12 CARVALHO, José Murilo de. “Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento”. In: _____. *Pontos e bordados, op. cit.*, p. 175.

13 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 18 DEZ. 1830.

14 MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. Trad.: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 190.

15 Discurso de d. Rodrigo de Sousa Coutinho. *apud*: MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”. *op. cit.*, p. 185.

16 MAXWELL Kenneth. *op. cit.* p. 190.

17 ROCHA, Justiniano José da. *op. cit.,* p. 165.

Durante a fase do “triunfo democrático”, após 7 de abril de 1831, havia na rua e na praça pública um anseio por uma redistribuição “do poder entre os cidadãos que participavam ou pretendiam participar da feitura das leis”[18]. Ao tomar parte desse processo, a *Sentinela do Serro* formulou uma idéia de liberdade que pretendia assegurar os “direitos naturais e imprescriptiveis do homem. Estes direitos são: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência à oppressão”[19]. Evidentemente, Teófilo Benedito Otoni, o editor do jornal, apropriou-se da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada pelos revolucionários franceses, em 1789[20], para reafirmar o ideal político de um Estado liberal. Assim como para os autores da famosa Declaração, o escritor serrano pretendia um Estado secular constitucional “com liberdades civis e garantias para a empresa privada”[21]. Ademais, nesta acepção, o Estado tinha seus poderes políticos subordinados às normas gerais, quais sejam as leis fundamentais ou constitucionais, reconhecendo alguns direitos fundamentais como a vida, a liberdade e a propriedade, como proposto por John Locke[22]. Em vista disso, o redator da *Sentinela* defendia a superioridade do governo das leis, pois, “pelos meios legaes podemos conseguir tudo, e sahindo do circulo da constituição tudo perder”. Neste sentido, em contraposição a um Estado que se apresentava como “absoluto”, Otoni lutava pela instalação de um Estado de Direito[23] republicano que assegurasse, efetivamente, “os direitos inauferíveis do povo soberano”, ou seja, a supremacia da vontade popular, evocando, inclusive, o “direito que tem qualquer povo para alterar e modificar sua constituição”[24].

Otoni partilhava um amor às leis e à pátria que o aproximava do constitucionalismo dos liberais Moderados. Este ponto comum uniu os liberais Exaltados aos liberais Moderados nas lutas contra a “autoridade” imperial nos anos finais do Primeiro Reinado, principalmente, por intermédio do apoio à “representação nacional”. Entrementes, para garantir a sociedade contra possíveis abusos do corpo Legislativo, o periódico serrano

18 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 127.

19 Divisa da *Sentinela do Serro apud* VEIGA, José Pedro Xavier da. A Imprensa em Minas Geraes. *op. cit.*, p. 205.

20 “Art. 2. – A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do Homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança, e a resistência à opressão” (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/declaracao2.htm Acesso em 21 de abril de 2006).

21 HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções. op. cit.* p. 77.

22 O liberalismo também defende uma limitação do Estado quanto à suas funções, daí originando a idéia de *Estado mínimo* apregoada até os dias atuais. No entanto, pode ocorrer que um Estado de Direito não seja, necessariamente, um *Estado mínimo* e vice-versa, afinal, é possível que “nem sempre os dois movimentos de emancipação coincidam historica e praticamente” (BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia,* Trad.: Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 17-18). Para LOCKE, a “Sociedade Política” tem como objetivo primordial a “preservação da propriedade de todos os membros dessa comunidade”. Por propriedade entenda-se “a vida, a liberdade e os bens” (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. Trad.: E. Jacy Monteiro. São Paulo: Abril, 1973. p. 73).

23 Conforme Hans KELSEN, Estado de Direito é “um tipo especial de Estado que satisfaz aos requisitos da democracia e da segurança jurídica. ‘Estado de Direito’ neste sentido específico é uma ordem jurídica relativamente centralizada segundo a qual a jurisdição e a administração estão vinculadas às leis, (...) os membros do governo são responsáveis pelos seus atos, os tribunais são independentes e certas liberdades dos cidadãos, particularmente a liberdade de crença e de consciência e a liberdade de expressão do pensamento, são garantidas” (KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad.: João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 346).

24 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 72.

apontaria "pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionaes, para serem reeleitos, e os deputados estacionarios e retrogrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional"[25]. Porém, "revolucionário de véspera", Otoni foi o tipo ordeiro no "dia do triunfo". Por isso, recomendava "muita prudência, circunspecção e inteira confiança" na Câmara dos Deputados que, hegemônica, era o único poder "capaz de oppor diques à impetuosa torrente da anarchia"[26]. Enfim, em torno de uma idéia de "Estado de Direito", buscava-se a defesa dos direitos e garantias que levariam à afirmação da própria liberdade, qualificada pela *Sentinela do Serro* como doce, venturosa e divina[27].

Um Estado liberal era idealizado pela pena de Otoni que, outrossim, pretendia "lentamente republicanizar a *constituição do Brasil*"[28]. Contudo, consciente das dificuldades impostas pelo seu meio, o redator da *Sentinela* indagava: "Mas porventura [o povo] está na mesma linha de conhecimento de nossos deveres?" Certamente que não, responderia em seguida, pois "trezentos annos de escravidão não podem bem preparar um povo para entrar no gozo da mais perfeita liberdade"[29]. Ademais, "faltão-nos a instrucção e moralidade política" que nos distinguiriam dos nossos conterrâneos, os "americanos do norte"[30]. Provavelmente, o *Federalista* aparecia como uma das leituras de Teófilo Otoni. Entretanto, seu federalismo convergia para a tradição jeffersoniana, desenvolvida posteriormente por Alexis de Tocqueville, que enfatizava o *self-government*. Cabe lembrar que essa liberdade, como expressão do autogoverno, somente pode se manifestar pelo seu exercício contínuo colocando-a "ao alcance do povo"[31]. Assim, para a conservação da liberdade e da felicidade públicas, necessitava-se "participação do povo em todos os ramos do governo", como proposto pelo "pai fundador" Thomas Jefferson[32].

Teófilo Otoni, assim como outros republicanos, tinha os olhos na "pátria dos Washington, dos Jefferson, dos Franklin"[33]. De fato, os Estados Unidos da América representavam a república bem sucedida e inspiravam os debates sobre as idéias de federação, defendidas nas Regências tanto por liberais Exaltados quanto por liberais Moderados[34]. Porém, enquanto a América anglo-saxônica figurava como o exemplo a ser seguido, a "América ex-hespanhola" era vista como o resultado da anarquia e do despotismo militar, cuja imagem atemorizava a todos. Com isso, atendendo à súplica de Jefferson[35], Otoni encarava as leis como elemento educador capaz de criar, instruir e moldar

25 *Ibidem*, p. 73.
26 *Ibidem*, p. 72.
27 *Ibidem*, p. 71-75.
28 *Ibidem*, p. 73.
29 *Ibidem*, p. 71.
30 *Ibidem*, p. 72.
31 TOCQUEVILLE, Alexis de. "A Democracia na América". Trad.: J.A.G. Albuquerque. In.: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 202.
32 JEFFERSON, Thomas. "Escritos Políticos". Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. In: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973. p. 37.
33 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 74.
34 CARVALHO, José Murilo de. "Federalismo e centralização no Império brasileiro: história e argumento". In: _____. *Pontos e bordados. op. cit.,* p. 155-188.
35 "Estabelecei e melhorai a lei para educar o povo comum" (JEFFERSON, Thomas. *op. cit.*, p. 18).

os "cidadãos". Aquele "pai fundador" o aconselhava a "difusão do conhecimento entre o povo", medida por ele considerada o "fundamento mais seguro para a preservação da liberdade e da felicidade"[36]. No entanto, para afastar definitivamente a nação dos "horrores do despotismo", era necessário que os cidadãos fizessem "todos os sacrifícios", sobretudo, por meio da "resistência à opressão".

A idéia de "resistir à opressão" defendida, em epígrafe, pela *Sentinela do Serro,* remete-se a uma das bases do pensamento político liberal, isto é, "o poder de resistir, recorrendo, em última instância à força contra o eventual transgressor"[37]. Todavia, para Otoni, tal como para os demais liberais Exaltados, "resistir" era manifestação do *self-government*, traço fundamental da liberdade positiva que "tem origem no desejo do indivíduo ser seu próprio amo e senhor"[38]. Em vista disso, os liberais Exaltados, ao passo que mantinham os olhos na república estadunidense, tinham em mente uma liberdade antiga vivenciada no espaço público. Deste modo, o redator da *Sentinela do Serro* procurava incutir nos cidadãos o gosto pela liberdade pública, sabendo que não podem ser felizes sem ela[39], pois "teem conhecido que sua felicidade ou desgraça depende essencialmente do andamento do corpo político"[40]. Assim, a liberdade é vivida na ação política, isto é, a liberdade como o direito do indivíduo ser participante do mundo do governo.

Em contrapartida, Otoni percebeu o perigo da "fuga de todos os actos públicos" realizada pela "maior parte dos cidadãos", encontrando na expressão – "que me importa?" – o sinal da despolitização que se generalizava no decorrer do Primeiro Reinado e que marcava a suposta indiferença da população face aos assuntos públicos[41]. Temia-se, como Rousseau, a degeneração do corpo político[42]. Ademais, esta "abstinência" política ocasionaria a formação de um aparelho dominador – o despotismo – que invadiria a vida privada, destituindo-a e formando uma vasta "rede de múltiplas relações de dependência"[43] que, por fim, colocaria em risco a própria *felicidade*. Para evitar este perigo, os liberais Exaltados lançaram mão de uma representação da liberdade atrelada à idéia de igualdade. Remetendo-se à concepção de *polis*, julgavam que o indivíduo somente estaria livre quando se encontrasse entre seus pares. Portanto, a igualdade política era elemento fundamental para a criação da ágora, como representação da praça pública, verdadeiramente "um lugar onde as pessoas pudessem se reunir"[44]. Dessa forma, a "resistência à opressão"

36 JEFFERSON, Thomas. *op. cit.*, p. 18.
37 BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. *op. cit.*, p. 11. LOCKE aprova a resistência àqueles que "atentem pela força contra a propriedade de qualquer povo", sobretudo a invasão provocada pelos abusos do poder (LOCKE, John. *op. cit.*, p. 124-137).
38 BERLIN, Isaiah. "Dois conceitos de liberdade" In: _____. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 142.
39 ARENDT, Hannah. *Da revolução, op. cit.* p. 223.
40 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 72.
41 *Idem.*
42 "Quando alguém disser dos negócios do Estado: *Que me importa?* – pode-se estar certo de que o Estado está perdido" (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril, 1999. p. 186).
43 LEFORT, Claude. *Pensando o político. op. cit.*,. p. 68.
44 ARENDT, Hannah. *Da revolução, op. cit.* p. 25.

propugnada pela *Sentinela* de Teófilo Otoni, vista como o resultado da união dos cidadãos iguais e comprometidos, buscava tornar lícita a organização popular para a defesa e demanda de seus direitos, principalmente, a liberdade.

Contra essa reivindicação, os liberais Moderados travaram intensa luta. Segundo *O Universal*,

> se ao povo for lícito juntar-se, para resistir aos decretos do legislativo, ou dissolvê-lo, então que poder nacional se julgará seguro e a abrigo de uma Insurreição? [...] E convirá a resistência do povo para corrigir os defeitos das Eleições? Não. Este precedente uma vez estabelecido, os vínculos sociais romper-se-ão; a anarquia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens.[45]

Mesmo que alguns republicanos, como Teófilo Otoni, tenham se posicionado contra a "anarquia" e o "despotismo das massas", a imprensa moderada, principalmente após os eventos de 7 de Abril, difundiu um conjunto de representações que relacionavam os liberais Exaltados aos insucessos das repúblicas da "América ex-hespanhola" e do Haiti. Deste modo, ao passo que *O Universal*, em setembro de 1831, enaltecia a "parte melhor e mais escolhida do povo", composta por "patriotas distintos nos primeiros dias da nossa revolução, fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados que protestam sustentar o Sr. D. Pedro 2. e a Constituição jurada", era divulgada uma imagem depreciativa dos liberais Exaltados, denominados pelo redator os "republicanos d' Haiti". Além disso, aconselhava o autor: "Deveis tremer, brasileiros, só d'ouvir o nome de *república*. Lançai os olhos sobre a história, essa mestra da vida, e ela vos mostrará que todas elas se consumiram umas às outras". Portanto, percebem-se dois grupos antagônicos nos excertos de *O Universal*. De um lado, os liberais Moderados, a "parte melhor e mais escolhida do povo"; de outro, os "republicanos d'Haiti", elementos recrutados, no dizer do redator, "entre as povoações das cadeias". Obviamente, o autor construiu um discurso que objetivou denegrir o grupo dos liberais Exaltados, considerados "mal educados, incivilizados, e sem afeição alguma ao país que os viu nascer"[46]. Contra aqueles "republicanos d' Haiti", no ano seguinte aconselhava *O Universal*: "que se lembrem, que todos os aborrecem pelas suas péssimas ações, e que deixem de promover a insurreição, e que se quiserem campar de Haitianos podem seguir para a África onde habitam seus parentes"[47].

Entretanto, enquanto que os liberais Exaltados eram associados aos horrores da ilha de Santo Domingo, formulava-se uma imagem que os ligava aos exageros da Revolução Francesa, sobretudo nos termos apresentados pelos termidorianos "como uma

---

45 UNIVERSAL(O). Ouro Preto, 12 AGO. 1831.

46 UNIVERSAL(O). Ouro Preto, 26 SET. 1831. Cabe lembrar que a denominação "republicanos d'Haiti" originou-se das notícias da insurreição de escravos ocorrida na ilha de Santo Domingo, em 1792. Esse evento repercutiu quase que instantaneamente no mundo luso-brasileiro, pois o Brasil possuía uma das maiores populações de escravos do mundo. Por isso, uma rebelião, nos termos daquela verificada no Haiti, era algo que inspirava os mais profundos temores dos senhores brancos do Império do Brasil. Sobre a imagem aterradora dos "haitianos" e das insurreições escravas veja o **Capítulo 1** deste livro.

47 UNIVERSAL(O). Ouro Preto, 18 JAN. 1832.

hecatombe"[48], em que reinou a violência, o derramamento de sangue e o "despotismo do povo". Desta forma, bradavam os liberais Moderados: "longe de nós o espírito destruidor que tantos horrores derramou sobre a nação francesa". Ademais, ganhava força a idéia da incapacidade e do caos provocado pelas massas, porque "a experiência nos ensinou que as constituições populares são manchadas por muitas paixões, e imensos vícios para poderem entre si concentrar a liberdade". Contra esse estado de coisas, a monarquia moderada figurava, para o redator de *O Universal*, como "o meio termo, entre o despotismo e a república, e eis o mais seguro asilo da liberdade"[49].

Essa idéia foi retomada pelo *Mentor das Brasileiras*, na passagem de 1829 para 1830, por meio de fábulas e contos com "hum fim moral nas suas narrações interessantes"[50]. A fábula intitulada "O Velho e o Burro", por exemplo, conta-nos que "viajava um velho por huma estrada com hum burro carregado; sahirão de emboscada huns ladrões". O velho insistiu com o muar para que apressasse o passo a fim de fugirem dos salteadores. Ao que indagou o animal: "se acaso elle cahisse no poder dos ladrões, se estes lhe porião duas albardas?" O velho, sinceramente, respondeu que não. Então, concluía o burro: "pois que me importa que eu sirva a ti, ou a elles, com tanto que eu leve as minhas albardas?". De acordo com o redator, esta fábula ofereceria "grandes moralidades se a lermos com reflexão". Posto isso, dissertou que "o seu autor quiz mostrar, que quando se trata da mudança dos principados dos Reis, os pobres nada mudão". Isto ocorreria, conforme o jornal, num Estado despótico já que "os vassallos não podem-se dispor com coragem a derramar seo sangue para defender a vida de hum tyranno, que lhes recompensa seos esforços com o azorrague, com a oppresão, e com a tyrannia". Contudo, num Estado constitucional, os cidadãos oferecem sua própria vida para sustentar "as muralhas da liberdade". Nesse sentido, moraliza *O Mentor das Brasileiras*:

> Nunca quereremos Monarcha sem Constituição, nem Constituição sem Monarcha. Por defendermos a Constituição daremos a propria vida, e não nos tornaremos inertes à maneira do burro da fabula. Para hum fim tão justo qual he sustentar a liberdade, nenhuma mãi negará seo filho, nenhuma esposa impedirá com imprudentes lágrimas os passos de seo marido, nenhuma Senhora mesmo se julgará destituída de forças para defender a liberdade de sua patria se a ver attacada [51].

Percebemos que o conceito de liberdade perpassa a fábula, sendo, ao final, atrelado ao sistema monárquico. Assim, para defender esse "bem inauferível" que é a liberdade, *O Mentor das Brasileiras* conclamava: "Amáveis patricias, o partido para o qual vos convida o vosso Mentor he o partido da Constituição, unico que vos pode felicitar, e a vossos filhos"[52]. No entanto, essa liberdade somente estaria protegida numa monarquia constitucional

48 SCHAMA, Simon. *Cidadãos*: uma crônica da Revolução Francesa. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 683.
49 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 14 JAN. 1833.
50 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 30 NOV. 1829.
51 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 06 JAN. 1830.
52 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 19 MAR. 1830.

como base dos ideais liberais Moderados, rechaçando-se o "Monarcha sem Constituição" (absolutismo) e a "Constituição sem Monarcha" (republicanismo).

Entrementes, o que se depreende dessas representações depreciativas, além do temor pela tirania, é o medo com relação à soberania popular e à liberdade positiva sentido e, por que não, difundido pelos liberais Moderados. Nesse sentido, o *Recopilador Mineiro*, ao analisar a "Liberdade dos antigos", concluía que

> deste governo tão bello, tão altivo, nascera o tiranno. Os flagellos que tem conservado a Constituição oligarchica, multiplicados, e augmentados pela licença do estado popular, lhe preparão a escravidão; porque todo o excesso traz voluntariamente o excesso contrario, nas estações, nos vegetaes, e sobre tudo nos imperios[53].

Assim, para os liberais Moderados das Regências, o governo do povo "não differe em nada do dos tirannos"[54]. Isto posto, sob inspiração de Benjamin Constant, rejeitava-se a liberdade dos antigos porque nela "o poder social feria em todos os sentidos a independência individual", na qual as ações privadas estariam sob a "severa vigilância" do Estado[55]. Rebatendo Jean-Jacques Rousseau, Constant acreditava que a sociedade democrática transformar-se-ia num "déspota", pois exerceria um domínio irrestringível sobre o indivíduo, que se doaria em prol de uma indeterminada "felicidade pública". Assim, retomando a idéia fundamental do liberalismo, todo poder é opressor; e a raiz deste mal estaria na invasão da autoridade, seja a tirania de um ou o despotismo de muitos, na esfera da vida privada. Conclui-se, portanto, que a liberdade positiva representava "a submissão completa do indivíduo à autoridade do todo"[56].

A liberdade dos antigos contrapõe-se à liberdade dos modernos. Para o *Constitucional Mineiro*, periódico partidário dos Andrada e opositor do governo regencial, a verdadeira liberdade é a liberdade civil, residente no pleno gozo dos Direitos Civis[57]. Presenciando as alterações provocadas pela ascensão dos liberais, o redator afirmava que

> Todos os povos, que tem pretendido sacudir o jugo do despotismo, mostraram se sempre menos cuidadosos em estabelecer os direitos individuaes, do que uma ou outra organisação política, da qual elles devem ser o resultado. Sua attenção tem se dirigido quasi exclusivamente para a destribuição das autoridades publicas, para as formas do governo, e para o exercicio dos Direitos Políticos do Cidadão[58].

De acordo com o referido *Constitucional Mineiro*, os liberais Moderados preocupavam-se demasiadamente em reorganizar as instituições políticas, "que realmente não são importantes", esquecendo-se dos "direitos individuaes". Contudo, concluiu que estas instituições apresentavam relevância somente "pelas relações que tem com a

53 RECOPILADOR MINEIRO (O). Pouso Alegre, 3 JUN. 1835.
54 *Idem*.
55 CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Trad.: Loura Silveira. *Filosofia Política*. Porto Alegre, n. 2, p. 11-18.
56 *Ibidem*, p. 11.
57 CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del Rei, 26 MAR. 1833.
58 CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del Rei. 26 OUT. 1832.

liberdade civil"[59]. Por este entendimento, a Constituição limitar-se-ia à garantia da posse e da manutenção dos chamados "direitos civis". Estes, por sua vez, "achão se essencialmente resumidos na inviolabilidade das pessoas, na segurança de suas propriedades, e na liberdade de suas opiniões"[60]. No entanto, para a efetivação e "melhoramentos" dessas garantias advindas, por outras palavras, da liberdade política, o redator recorreu às experiências de outras nações. Assim, apresentavam-se os "extractos da Constituição, e Administração Britanica" para corroborar a idéia de que, quanto mais "liberdade individual", maior seria a liberdade no país:

> a liberdade e os direitos de cada um dos individuos são os abonadores dos direitos e da liberdade de todos; estes direitos e liberdade constituem uma propriedade commum, da qual cada um goza em nome da generalidade, e da qual elle serve de abonador para todos os mais[61].

Guardemos, no entanto, esta formulação acerca da "liberdade individual", a qual trataremos adiante com a ascensão do grupo regressista. Por enquanto, fixemo-nos nos liberais Moderados. Estes, hegemônicos na Província de Minas Gerais, embora valorizassem essa concepção "individual", davam a mesma importância à idéia de "liberdade política", pois, devendo "estar no governo do Estado"[62], esmaeceram a oposição entre liberdade e autoridade, que havia marcado as lutas contra o "despotismo" do Primeiro Reinado.

Nos anos iniciais das Regências, após "sacudir o jugo do despotismo", a liberdade estava nas aspirações de muitos. *O Parahybuna*, periódico regressista, relembrava o espírito liberalizante dessa época, comparando-o a uma epidemia em que "não ha[via] negro bixento que, nos momentos de entusiasmo, não esclam[asse] com a sua meia língua – isto he que se chama *Liberdade*! e o tempo do despotismo acabou!"[63] Esta vulgarização da palavra liberdade também era temida pelo liberais Moderados das Regências, porque, quando usada "indevidamente", era capaz de suscitar o arrebatamento, a paixão e a euforia anárquica, ameaçando a sociedade imperial. Em contrapartida, propuseram uma "liberdade bem entendida", visando, como os ilustrados do século XVIII, "assumir o leme e guiar o curso do espírito para metas definidas"[64]. Assim, num olhar sobre a situação do Império no princípio de 1832, *O Universal* exclamava:

> Ah! Vede a grande Família Brasileira ameaçada de divisão; vede como neste vasto Império já não reina a união entre todos os seus membros, e como as paixões desenfreadas ocupam o lugar da virtude deixando aparecer a ambição, o amor próprio e a adulação?[65]

Dez dias depois, *O Universal* proclamava: "União seja nossa divisa; Constituição o nosso escudo; e Pátria o objeto de todos os nossos cuidados, o complemento de todos os

59 *Idem*.
60 CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del Rei, 11 DEZ. 1832.
61 CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del Rei, 26 MAR. 1833.
62 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 129.
63 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 08 MAR. 1837.
64 CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Trad.: Álvaro Cabral. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 34.
65 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 20 JAN. 1832.

nossos votos"[66]. De fato, a União estava, aos olhos da elite, em perigo. Entretanto, esta União não se resumia à preservação da unidade territorial. A unidade deveria ocorrer, de fato, nos corações e mentes dos brasileiros:

> É tempo de acabar com um orgulho sem limites que todos querem exercer, não se lembrando que sem sacrificar cada um a sua quota de liberdade, a sua quota de regalias, a Sociedade não pode marchar. Fora do Estado de Natureza, tudo se deve encaminhar para o bem geral, e este raras vezes de consegue sem prejuízo do particular[67].

Evidentemente, os liberais Moderados apropriaram-se de Thomas Hobbes para "esvaziar a carga afetiva de uma palavra particularmente intensa"[68]. Sabendo que "é coisa fácil os homens se deixarem iludir pelo especioso nome de liberdade"[69], *O Universal* procurou eliminar deste conceito a possibilidade de suscitar entusiasmo e paixão. Além disso, o periódico reapresentou a idéia de "interesse bem compreendido", associada a Alexis de Tocqueville. Conforme Renato Janine Ribeiro, essa idéia "supõe que para se chegar à boa política será preciso superar o imediatismo, o domínio das paixões, a ganância, e fazer prevalecer a razão, a abnegação, o raciocínio de longo prazo"[70]. Com efeito, para reafirmar a necessidade da união, os liberais Moderados apropriaram-se de concepção de liberdade que rejeitava as paixões, instintos, ambições e vaidades, que pareciam ameaçar de divisão a "Grande Família Brasileira", apresentando uma "liberdade bem entendida". Neste sentido, definia *O Universal*, em 1832, que

> o camponês entende por liberdade (e tem razão) a isenção de tributos exorbitantes, a facilidade das estradas, o livramento de toda taxa sobre os generos da sua lavoura. O negociante chama liberdade tudo quanto protege as suas transações, e lhe facilita, e segura as suas especulações; o artista a faz consistir no acolhimento, e na protecção, que encontra no Governo, e no consumo do seu trabalho[71].

À primeira vista, concluiríamos que houve apropriação do pensamento hobbesiano. Desta vez, a relação far-se-ia a cargo da noção de "liberdade do súdito", ou seja, a formação de uma esfera privada, capaz de resguardar uma relativa autonomia de consciência, reservada pelo próprio Estado "absoluto"[72]. O autor do *Leviatã* considerava que a

> liberdade dos súditos está apenas naquelas coisas que, ao regular suas ações, o soberano permitiu: como a liberdade de comprar e vender, ou de outro modo realizar contratos mútuos; de cada um escolher sua residência, sua alimentação, sua profissão, e instruir seus filhos conforme achar melhor, e coisas semelhantes[73].

---

66 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 30 JAN. 1832.
67 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 20 JAN. 1832.
68 RIBEIRO, Renato Janine. "O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade". In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 147.
69 HOBBES, Thomas. *op. cit.*, p. 136.
70 RIBEIRO, Renato Janine. "O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade". *op. cit.*, p. 142.
71 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 30 JAN. 1833.
72 KOSELLECK, Reinhart. *Critica e crise, op. cit.*, pp. 26-39.
73 HOBBES, Thomas.*Leviatã. op. cit.*, p. 135.

Porém, logicamente, os liberais encontravam na figura do Estado a representação do monstro bíblico que inspirou Thomas Hobbes: o "*Deus Mortal*, ao qual devemos, abaixo do *Deus Imortal*, nossa paz e defesa"[74]. Contudo, o redator de *O Universal* não pretendia um "Estado Leviatã", mas um "Estado guardião" que se limitasse à assegurar a vida, a liberdade e a posse dos membros da sociedade[75]. O Estado, este ser quimérico, tornava-se um mal necessário quando se limitava a assegurar aquele "exercício pacífico da independência privada"[76] de que falava Benjamin Constant. Por isso, as liberdades do camponês, do negociante e do artesão, defendidas pelo periódico, garantiam-se por meio da "protecção, que encontra no Governo".

Conforme aquele periódico, essa "proteção" era evocada devido as "sedições, e desordens, que vão apparecendo no nosso Brasil". Durante as Regências, a situação econômica do Império inspirava desconfianças pelo seu evidente depauperamento e enfraquecimento da capacidade de aquisição e produção[77]. Além disso, a Província de Minas Gerais encontrava-se em dificuldades, sendo assolada pela carestia nas regiões Norte e Nordeste e por uma epidemia que vitimou os rebanhos de gado *vacum*[78]. Como se não bastasse, a existência social era atravessada pela violência constante, exposta na própria escravidão e na "ação repressiva do Estado", às quais "aliavam-se a brutalidade no trato entre homens e mulheres, o espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, a agressividade como moeda corrente das relações sociais, a valentia como premissa da honra"[79]. Esta situação encarnava "um tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem"[80]. Temia-se, portanto, a instauração de um tempo em que os frutos seriam incertos, ou seja, um "estado de natureza" hobbesiano, do qual pretendia-se livrar o Brasil:

> Todas as Nações, cuja civilização e polidez soffrerão revoluções, mais ou menos violentas, effeito immediato dos progressos do espírito humano, por isso que os povos mais poderosos começarão muito pior, do que nós, isto é; pelo estado de natureza ou de barbarie[81]

Percebe-se claramente a utilização do conceito de "estado de natureza" que se depreende de Thomas Hobbes. Na "condição natural da humanidade", com a constante rivalidade entre os homens, "não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto". Nesta guerra perene, imperava "um constante temor e perigo da morte violenta". Como resultado, "a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta"[82]. Não há desenvolvimento econômico, tampouco meios e desejo para tal. No entanto, o recurso a

74 *Ibidem*, p. 110.
75 LOCKE, John. *op. cit.*, p. 72-73.
76 CONSTANT, Benjamin. *op. cit.*, p. 15.
77 SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. p. 247-248.
78 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *op. cit.*, p. 182-183.
79 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 246.
80 HOBBES, Thomas. *Leviatã. op. cit.*, p. 80.
81 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 30 JAN. 1833.
82 HOBBES, Thomas. *Leviatã. op. cit.*, p. 80.

este "estado de natureza ou de barbárie", pelo periódico acima, objetivou a manutenção das liberdades necessárias aos camponeses, comerciantes e artistas interligados pelo "consumo do seu trabalho", tornando evidente outra questão: a propriedade. Com isso, ao relacionar a liberdade à inserção do indivíduo ao mercado, o periódico ouropretano aproximou a idéia de "estado de natureza" hobbesiano à noção de propriedade fornecida por John Locke.

Recorria-se aos chamados *contratualistas*[83], neste caso Hobbes e Locke, buscando a consolidação da "boa ordem" na sociedade. Entretanto, esses pensadores clássicos formularam concepções de Estado distintas para alcançar este objetivo. Embora conhecessem a obra de Hobbes, a qual servira de base para uma concepção de "estado de natureza", os liberais mineiros não pretendiam um Estado máximo (*Leviatã*), mas um Estado mínimo capaz de assegurar a propriedade dos camponeses, negociantes e artistas contra a "barbárie", ou seja, contra a ação daqueles trânsfugas "com os quais os homens não têm sociedade ou segurança"[84].

No Brasil imperial, esses elementos que declararam "guerra contra a Humanidade"[85] eram encarnados pelos indivíduos livres, ociosos e pobres que, como nota Ivan Vellasco, eram "alvo progressivo do aparato de controle, recrutamento e perseguição à vadiagem"[86]. Contra esse tipo social, notadamente visto sob os termos de "Ociosos e Vadios", *O Unitário* ferozmente pregava:

> Homens perversos, peste da sociedade, inimigos declarados do Brasil, que vos nutre e de todo o Mundo! Até quando quereis pezar sobre as fadigas de vossos irmãos laboriosos e honestos! Envergonhai-vos, saia do caminho da depravação: abraçai a industria licita, que abre os manaciaes da abundancia a todos que a procurão, porque assim em logar de perturbardes a paz, e socego publico, vos tornareis cidadãos uteis, e sereis felizes[87]

Esses "vagabundos", verdadeira massa marginalizada composta por homens e mulheres desocupados e nômades, inspiravam o medo nos segmentos dominantes da sociedade. Por isso, eram tratados como "homens perversos, peste da sociedade, inimigos declarados do Brasil" e adjetivos conexos. Evidentemente, não lhes cabia a liberdade individual, muito menos a liberdade política. Esta negação, como veremos, encontra paralelo na concepção de liberdade formulada por John Locke.

Comenta Carlos Frederico Marés que Locke "considera o individualismo, ou os valores individuais, o verdadeiro critério da liberdade". Estes "valores" e "liberdade", aliados ao trabalho livre, são "a base da legítima propriedade"[88]. Assim, a liberdade era relacionada

83 Para os *contratualistas*, ao modo de Grócio, a solução do problema da "ordem" residiria na instituição de um contrato firmado entre os membros da própria sociedade, os quais decidiram voluntariamente delegar seus poderes a uma autoridade pública, soberana e perpétua, capaz de garantir a paz e a concórdia (Cf. CHÂTELET, François, et. al. *História das idéias políticas*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p. 50).
84 LOCKE, John. *op. cit.,* p. 44.
85 *Idem*.
86 VELLASCO, Ivan de Andrade. *op. cit.*, p. 79.
87 UNITARIO (O). Ouro Preto, 5 OUT. 1839.
88 MARÉS, Carlos Frederico. "Liberdade e outros direitos". In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade. op. cit.*,

à propriedade, conferindo legitimidade teórica à burguesia e à acumulação capitalista. Neste sentido, a liberdade consiste na incorporação do sujeito ao mercado como consumidor ou produtor[89]. Ademais, mesmo que o indivíduo não tenha posses, ele ainda assim inseria-se neste sistema ao dispor de sua força de trabalho: "Quem nada tem, tem seu trabalho para vender"[90]. Deste modo, podemos concluir que fazendeiros, comerciantes e artistas eram livres porque eram proprietários. Daí tiramos nossa primeira conclusão, pois se propriedade confere liberdade ao indivíduo, então aqueles que não possuem não são livres. Além disso, não fariam parte da sociedade, uma vez que não são produtores ou consumidores. Este é o caso dos "ociosos e vadios" do discurso acima que, por não abraçarem "a industria licita, que abre os manaciaes da abundancia a todos que a procurão", tratam de perturbar "a paz, e socego publico"[91]. Nesse discurso, percebemos uma das funções da polícia: o combate à ociosidade.

Ao analisar a propriedade em Locke, Renato Janine Ribeiro lembra-nos "que a liberdade do indivíduo cessa ao começar a do próximo, que toda propriedade assenta[-se] no reconhecimento recíproco, que o direito de um é dever do outro"[92]. Portanto, para que a liberdade tenha validade é necessário que não se comprometa a liberdade alheia, ou seja, trata-se de respeitar a propriedade do outro. Assim, concluiríamos com Marés, que "a liberdade de andar pelos campos, matos e sertões se transformou em violação de direitos, agressões à propriedade. Como propriedade para o sistema é liberdade, andar soltos pelo mato, sem ter título de propriedade, é violação à liberdade"[93]. Por isso, aqueles "ociosos e vadios", como representantes da "barbárie", eram temidos e odiados, pois colocavam em risco "a vida, a liberdade e os bens"[94] dos "vossos irmãos laboriosos e honestos".

Contra estes "inimigos declarados do Brasil", necessitava-se de um Estado que preservasse a propriedade daqueles que constituíam a "boa sociedade"[95]. Neste sentido, apropriando-se novamente de Constant[96], *O Universal* entendia que "a garantia do livre exercício das faculdades humanas é o que entre os modernos se chama liberdade"[97]. A figura do *senhor* em sua *casa-grande* é representativa desta idéia. Nesse entendimento, o grande proprietário escravista não deveria ser submetido às necessidades físicas, nem à coerção de outrem, ou seja, a liberdade vista como a livre fruição da capacidade humana no mundo privado. Conforme esclarece Ilmar Rohloff de Mattos, o *senhor*, qual um *despotés* à maneira dos gregos, exercia o controle da casa, dominando tiranicamente mulher, filhos,

---

p 268.
89 *Ibidem*, p. 273.
90 *Idem*.
91 UNITARIO (O). Ouro Preto, 5 OUT. 1839.
92 RIBEIRO, Renato Janine. *Ao leitor sem medo*, *op. cit.*, p. 85.
93 MARÉS, Carlos Frederico. "Liberdade e outros direitos". *op. cit.*, p. 273.
94 LOCKE, John, *op. cit.*, p. 73.
95 A "Sociedade Política" tem como objetivo primordial a "preservação da propriedade de todos os membros dessa comunidade" (LOCKE, John. *op. cit.*, p. 73).
96 "A liberdade deve compor-se do exercício pacífico da independência privada" (CONSTANT, Benjamin. *op. cit.*, p. 15).
97 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 21 SET. 1831.

fâmulos e escravos[98]. Ademais, como lembra-nos Sérgio Buarque de Holanda, “em seu recatado isolamento [podia] desprezar qualquer princípio que procure perturbá-lo ou oprimi-lo”[99]. A partir de então, o grande proprietário juntar-se-ia a seus pares, igualmente dominadores privados, para o exercício da vida política como abonadora dos direitos civis, por intermédio da “representação nacional”.

Todavia, essa liberdade “moderna” tinha como pressuposto indispensável a noção de “sistema representativo”. De acordo com François Hartog, Benjamin Constant acreditava que “os modernos são livres e representados; para ser livres, devem ser representados”[100]. Contudo, esta representatividade não era tomada em termos absolutos. Pelo contrário, a partir das proposições do *doctrinaire* François Guizot[101], afirmava-se que a atuação no mundo público era prerrogativa de uma “maioria dos capazes” composta pelos elementos da “parte melhor e mais escolhida do povo”. Nesse sentido, a participação política, em conformidade com as formulações liberal-moderadas, era direito exclusivo dos “fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados”. Posto isso, a riqueza constituiu-se na base “dos juizos sobre a capacidade e a moralidade dos indivíduos”, preenchendo as condições para o exercício do ato de eleger. Justificava o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública* que

> a riqueza é a pedra angular da ordem social; é ao mesmo tempo a garantia e vehiculo das virtudes publicas e privadas. Não queremos com isso dizer, que a nimia pobreza seja um vicio, e a riqueza uma virtude; mas é certo, que a condição da pobreza é uma situação de impotencia, e perigoza tentação de fazer mal; e que a riqueza pelo contrario é uma potencia real, e uma facilidade para fazer bem[102].

Discurso forte ao lembrarmos que o cônego José Antônio Marinho, redator deste *Jornal*, sofreu duras provações no sertão baiano em sua juventude[103]. O cônego, ao conhecer de perto aquela “situação de impotencia”, sabia que a necessidade aniquila a liberdade. Afinal, como ensina-nos Hannah Arendt, “a pobreza é abjeta, porque submete os homens ao império absoluto de seus corpos”[104]. Deste modo, o pobre torna-se impotente, pois encontra-se coagido pela urgência do processo vital. Por isso, segundo o *Jornal da Sociedade Promotora de Instrução Pública,* os “indivíduos incapazes” tornar-se-iam

---

98 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.* p. 149.

99 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.op. cit.*, p. 82.

100 HARTOG, François. “Da liberdade dos antigos à liberdade dos modernos: o momento da Revolução Francesa”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade. op. cit.,* p. 167.

101 GUIZOT, François. *Histoire des origines du governement representatif et des institutions politiques de l’ Europe*. 4. ed. Paris: Didier et Cie., 1880. O grupo dos “Doctrinaires”, fundado e animado na Segunda Restauração por François Guizot (1787-1874), foi partidário de uma monarquia constitucional na qual o rei poderia constituir um quarto poder. Faziam parte deste grupo, além de Guizot, os doutrinários Royer Collard, Prosper de Barante, Beugnot e Charles de Rémusat. (Cf. “*Libéraux et Doctrinaires*”. Disponível no sítio da Biblioteca Nacional de França: http://gallica.bnf.fr/themes/PolXVIIII7.htm . Acesso em 18 MAR. 2006).

102 JORNAL da Sociedade Promotora de Instrução Pública. Ouro Preto, 21 JAN. 1833.

103 Marinho, ao regressar a Minas Gerais após a derrota dos republicanos em 1824, atravessou “um imenso sertão, só, sem recursos pecuniários e sujeito a mil contrariedades” (Cf. SISSON, S. A. *op. cit.*, v. 2, p. 250). Veja também nosso **Capítulo 2**, mais exatamente “Marinho e Behring: o periódico como meio de instrução”.

104 ARENDT, Hannah. *Da Revolução. op. cit.*, p. 48.

recrutas “dos inimigos da ordem pública” e serviriam para “planos de ambição, e para prestar-se a elevação de tirannos populares”[105] em troca de pão e abrigo.

François Guizot não acreditava “nem no direito divino, nem na soberania do povo”. Mas, afirmava crer “na soberania da razão, da justica, do direito: é a soberania legítima que procura o mundo e que o procurará sempre”[106]. A participação no mundo político, para o “*doctrinaire*”, não se resumia aos privilégios de uma elite econômica, mas estaria a cargo de um segmento possuidor da “faculdade de agir segundo a razão”(tradução nossa)[107]. Guardemos, por enquanto, a “soberania”; fixemo-nos neste “uso político da razão”.

Nossos “doutrinários” das Regências também encaravam a “razão” como elemento fundamental para a participação política. Entretanto, tendo em vista esse “uso”, lançaram mão da Ilustração para efetivar determinada quantificação da liberdade. Dessa forma, nas páginas de *O Universal* afirmava-se categoricamente que “a verdadeira medida da liberdade é a civilização”, cujas bases eram a instrução e “difusão das luzes”. Porque, como justificava o periódico,

> os homens são escravos enquanto as suas faculdades não estão desenvolvidas, e não sabem fazer delas uso regular, e são livres logo que as tem desenvolvidas e reguladas; e na verdade podemos dizer que eles não sofrem outra opressão além da que lhes provém da sua ignorância, e maus costumes, assim como também que só podem gozar de uma liberdade, que seja compatível com a extensão de seus conhecimentos, e bondade de costumes. Quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados mais livres são[108].

Ao partirmos da premissa de que “quanto mais ignorantes são os homens, menos liberdade tem, e quanto mais ilustrados, mais livres são”, podemos considerar que quanto maior o grau de instrução, mais ampla pode ser a participação política do indivíduo. A primeira leitura que podemos operar desta formulação remete-nos ao caráter distintivo da educação na sociedade luso-brasileira. Desde os tempos da América Portuguesa, os rebentos da elite local eram enviados para o Velho Mundo a fim de ingressarem na Universidade de Coimbra. Esta se transformaria em “viveiro dos políticos do Primeiro Reinado e da Regência”, como aponta Carvalho[109]. Através deste procedimento, esperava-se uma posterior ascensão nos escalões do Estado português. Porém, nos tempos do Império, esta função seria realizada pelos nascentes cursos jurídicos em Recife e São Paulo que, no dizer de Joaquim Nabuco, “eram antesalas da câmara”[110]. Assim, a superioridade política da elite brasileira expressava-se no cunho distintivo da educação superior como elemento hierarquizante e assegurador de uma “unificação ideológica”[111].

---

105 JORNAL da Sociedade Promotora de Instrução Pública. Ouro Preto, 21 JAN. 1833.
106 GUIZOT, François. *Du government representatif, apud* HESPANHA, António Manuel. *François Guizot (1787-1874) e os “doctrinaires”*, p..2. Disponível em: www.hespanha.net/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/00_guizot_sintese.pdf Acesso em: 21 MAIO 2005.
107 GUIZOT, François. *apud* HESPANHA, António Manuel. *op. cit.*, p. 3.
108 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 28 JUN. 1834.
109 CARVALHO, José Murilo de. “Introdução”, In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *op. cit.*, p. 9-43.
110 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império. op. cit.,* v. 1, p. 13.
111 CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras. op. cit.*, p. 65.

Entretanto, podemos fazer outra leitura do discurso acima. *O Universal* aproximou-se da noção de "Esclarecimento" kantiano ao afirmar que "os homens são escravos enquanto as suas faculdades não estão desenvolvidas, e não sabem fazer delas uso regular, e são livres logo que as tem desenvolvidas e reguladas". Esta "escravidão" remete-se à "menoridade" descrita por Kant como "a incapacidade de fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo"[112]. Nos termos apresentados pelo periódico, essa condição advém da "ignorância, e maus costumes" dos próprios indivíduos, pois, como salienta o filósofo, "o homem é o próprio culpado dessa menoridade". Necessitava-se, portanto, de levar a sociedade a "fazer uso de teu próprio entendimento", libertando-se logo após ter "desenvolvidas e reguladas" suas faculdades. Deste modo, como os homens "só podem gozar de uma liberdade, que seja compatível com a extensão de seus conhecimentos, e bondade de costumes", o "pensar por si mesmo" torna-se condição primordial para a liberdade individual.

Evidentemente, essa proposta de "esclarecimento" não objetivava "libertar" toda a sociedade imperial, pois, como ensina-nos Ernst Cassirer, esta "faculdade de pensar", uma vez despertada no homem, fá-lo-ia "erguer-se incansavelmente contra essa espécie de realidade"[113] caracterizada, sobretudo, pelas relações escravistas. No entanto, recorrendo à Madame de Staël, os liberais lembravam que

> As Nações sem luzes não sabem ser livres, e mudão de senhores. Esclarecer, instruir, aperfeiçoar as mulheres, assim como os homens; as nações, assim como os individuos, eis o melhor segredo para chegar a todos os fins rasoaveis, a todas as relaçoes sociaes e politicas, a que queiramos dar um fundamento duravel[114].

Tratava-se, portanto, de promover uma "razão pública" por meio do esclarecimento, da instrução e do aperfeiçoamento dos membros da sociedade, pois as *luzes* de uma "Nação" estão diretamente relacionadas às capacidades "daqueles que compartilham o *status* da cidadania igual"[115]. Além disso, por intermédio da ilustração, o Império tornar-se-ia um corpo político "durável", capaz de manter as "relações sociaes e políticas" então vigentes.

Em 1834, com as expectativas geradas pela reforma da Constituição, o *Vigilante* lembrava que o "grau de Liberdade de qualquer Estado deve ser sempre considerado em relação com a moral, instrucção, e patriotismo de seos habitantes"[116]. Objetivando fomentar essas "virtudes cívicas", várias sociedades políticas e filantrópicas foram fundadas na Província de Minas Gerais, como a Sociedade Pacificadora de Sabará, da qual o *Vigilante* era o porta-voz. Como enfatizamos na **Parte II** deste livro, o periodismo, as bibliotecas e as sociedades políticas fizeram parte de um amplo projeto formulado pelos

112 KANT, Immanuel. "Resposta à Pergunta: 'Que é Esclarecimento?'". *op. cit.*, p. 100.
113 CASSIRER, Ernst. *op. cit.*, p. 39.
114 CONSTITUCIONAL Mineiro. São João del Rei, 23 NOV. 1832.
115 RAWLS, John. *O liberalismo político*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 261.
116 VIGILANTE. Sabará, 19 JUL. 1834.

liberais Moderados para a ilustração da população, pois "se não há costumes, se não [há] ilustração conveniente, essa liberdade não tem preço, e em vez dela se renderão cultos ao seu enganoso fantasma"[117]. Tratava-se, justamente, de se evitar os perigos de uma liberdade "desenfreada", educando o "povo" para uma "liberdade bem entendida", calcada no novo regime constitucional e liberal que nasceria do Ato Adicional.

Como dito, a liberdade proposta pelos liberais Moderados estava relacionada à monarquia constitucional. Entretanto, este "constitucionalismo" ligava-se a uma peculiar idéia de "amor". À primeira vista, esta relação parece-nos improvável. Contudo, *O Mentor das Brasileiras* apresenta-nos pistas que nos levam a acreditar que essa concepção norteou os liberais em seu entendimento acerca da liberdade. Esse periódico, dirigindo-se ao "belo sexo", afirmava: "o amor à pátria, diz-nos Montesquieu, conduz aos bons costumes, e os bons costumes produzem o amor da Patria"[118]. Diversas vezes os periodistas do Primeiro Reinado e das Regências evocaram o autor *Do Espírito das Leis* para embasar suas propostas patrióticas. No entanto, este "amor" somente pode ser compreendido nos termos de uma "reciprocidade" vital, como propugnado pelo protagonista do conto "A necessidade de amar", publicado pelo *Mentor*: "Eu ainda vivo, oh! meu querido Usbeck, sim ainda vivo, amo e sou amado"[119].

Num primeiro olhar, o título do conto – "A necessidade de amar" – remete-nos à paixão sensual entre indivíduos distintos; porém, a narrativa apresenta-nos um amor diverso, totalmente desligado do comércio carnal e do arrebatamento que caracterizam as paixões. Naquela "estória", o amor não era vivido no erotismo, mas na reciprocidade dos "entes sensíveis". Assim, a condição primordial para a plenitude do amor residiria na reciprocidade[120]. Porém, este caráter somente pode ser compreendido no teor de uma "igualdade", por meio do reconhecimento mútuo dos cidadãos no espaço público. Na república, o cidadão "está morto em si"[121], renunciando aos interesses particulares, dirigindo-se para o que ama: as leis e a pátria. Por isso, Montesquieu definia o amor à pátria como "o amor à igualdade"[122]. Dito isto, nos regimes constitucionais, como aquele que se pretendia afirmar no Império do Brasil, esse amor da pátria manifestava-se "no apego dos cidadãos ao sistema constitucional e no seu respeito pelas leis", como definido por Sérgio Cardoso[123]. Nesse sentido, os liberais, em seu constitucionalismo monárquico,

---

117 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 7 JAN. 1831.
118 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 16 DEZ. 1831.
119 MENTOR das Brasileiras (O). São João del Rei, 25 NOV. 1831.
120 Conforme ensina-nos Marsílio FICINO, filósofo florentino do século XIV, o amor recíproco acontece quando "duas pessoas se amam com mútua benevolência". Contudo, este apenas torna-se pleno no sentido de uma "morte". Para FICINO, "está morto em si aquele que ama". Deste modo, o amante morre em seu corpo para reviver no corpo do amado. Isto ocorre no "amor recíproco", quando o amado corresponde ao amor do amante, ou seja, "o morto em si revive no outro". Entretanto, lembramos que há um amor simples que se dá "quando o amado não ama o amante". Neste amor repudiado, o amante está morto de todo, "pois não vive em si e não vive no amado porque é por ele rejeitado"(FICINO, Marsilio. *O Livro do Amor*. Trad. Ana Thereza Basilio Vieira. Niterói: Centro de Investigação Filosófica e Clube de Leitura Cromos, 1996. p. 54-57).
121 FICINO, Marsílio. *op. cit.*, p. 54.
122 MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. *op. cit.*, p. 29.
123 CARDOSO, Sérgio. "Por que república? Notas sobre o ideário democrático e republicano". In: _____ (org.). *Retorno*

enxergavam-se como livres “por seu amor às leis, por seu consentimento e adesão à formas institucionais determinadas da concertação possível dos interesses, formuladas pelo legislador político”[124]. Essa característica definia os liberais que, constantemente, reafirmavam a máxima de Montesquieu: “A liberdade não consiste no poder de fazer o que se quer, mas sim o que as Leis permittem”[125].

Os liberais Moderados amavam a igualdade e a liberdade. Neste sentido, reproduzindo um capítulo do *Contrato Social*, *O Universal* enaltecia aqueles que eram os “dous objectos principaes”: a “liberdade, por que toda a dependência particular é outra tanta força tirada do corpo do Estado”; e “a igualdade, por que sem ela não pode subsistir a liberdade”[126]. Deste modo, a relação entre estes conceitos ficava evidente. Conquanto que essa igualdade fosse vivida no mundo público, sobretudo na Câmara temporária, onde os liberais encontravam-se com seus pares; no ambiente privado prevalecia a hierarquia, a dependência e a dominação que caracterizavam aqueles “fazendeiros, proprietários, comerciantes honrados”. Contudo, diz-nos Ilmar Mattos, a “associação entre Liberdade e Igualdade entre os homens livres tornava tênues os limites entre a Revolução de cunho republicano e a Desordem”[127].

No mesmo ano em que Diogo Antônio Feijó tomou posse como regente uno, duas grandes revoltas principiaram no Império: a Cabanagem e a Farroupilha. Estas são, talvez, as mais conhecidas das manifestações que levaram o período Regencial a ser taxado como o mais turbulento de nossa história pátria. Consternado, *O Universal* apresentava um quadro desolador do Brasil no final de 1835:

> Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Pará, S. Pedro do Sul, Mato Grosso e Minas tem sido aos nossos olhos o teatro de discórdias, e das mais fataes dissenções e em todas estas províncias o estandarte das facções aparece com o colorido da liberdade, e as declamações dos facciosos contra a prepotencia e contra os arbitrios dos governantes quando apenas seos movimentos não são mais effeitos de paixões[128].

Esta situação teria sido provocada, conforme declamava o periódico, pela “frouxidão do nosso governo, e a falta de meios da legislação”[129]. A tensão tornava-se evidente e uma nova epígrafe, inspirada na *Aplicação da Moral e da Política*, de Droz, era apresentada pelo *O Universal* em 1836:

> A ordem é banida dos lugares onde habita a tirannia, a liberdade se desterra dos paizes onde a desordem reina; estes dous bens deixão de existir quando se separão[130].

ao republicanismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 57.
124 *Ibidem*, p. 58.
125 POPULAR (O). São João del Rei, 11 JAN. 1840.
126 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 04 JUL. 1835. Trata-se da reprodução do Capítulo XI do Livro Segundo.
127 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 128.
128 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 18 NOV. 1835.
129 *Idem*.
130 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 08 JAN. 1836.

Assim, paulatinamente, tornava-se evidente a ligação entre a liberdade e a ordem. Porém, outro grupo levaria adiante essa relação, apresentando-a como noção fundamental para a manutenção do próprio Império: os Regressistas.

Nas casas e ruas da Cidade Imperial, já no tempo do Segundo Pedro, um lundu, de autoria de José Maurício Nunes Garcia e Manuel de Araújo Porto Alegre, embalava as reuniões festivas, entoando o seguinte refrão:

> Tudo agiganta o progresso,
>
> Viva o amor, fora o regresso![131]

Percebe-se, de início, crítica ao discurso dos liberais, que enfatizavam uma improvável noção de "progresso": "não morre mais ninguém". Ademais, os autores, satiricamente, apresentam-nos o processo de formação de um "político". Primeiramente, aquele que "estudar anos inteiros" e "enriquecer aos livreiros", seria visto como sandeu e toleirão. Contudo, "nova carreira se" abria quando o rapaz "se improvisa[va] redator". A partir de então, decorando "seis frases, de um autor ou libelista", apresentava-se como um "novo regenerador". Assim, "prometendo o sol e a lua", saía deputado, já visando "[a] Senador". Dito isto, encerrava-se o lundu: "Chegou a idade/ Da liberdade; Que f'licidade/ P'ra humanidade!"[132].

Entretanto, por intermédio do refrão citado, percebemos a tensão política verificada na segunda metade do período das Regências: de um lado, estavam os liberais, partidários do "progresso" e de uma liberdade ligada, nos termos da música, ao amor; de outro, os regressistas que, opondo-se ao "progresso", viam no "amor" o arrebatamento e a paixão. No entanto, para compreendermos a luta política presente nos versos – "Viva o amor, fora o regresso" –, devemos operar uma inversão. Naquele momento, não era o Regresso que estava sendo rejeitado, mas o amor. Este, encarado como êxtase, foi expulso do mundo da "pátria", refugiando-se na liberdade privada, principalmente por meio "do direito de exprimir direta e abertamente os sentimentos pessoais"[133]. Entretanto, enquanto esse amor refluía para os domínios íntimos, encontrando sua forma mais acabada no nascente individualismo romântico[134], o Regresso constituía-se como força "irresistível" no mundo público, cuja potência advinha da inquietação ante uma ameaça que, para muitos, era real.

Com efeito, os segmentos dominantes amedrontavam-se com as insurreições de escravos e as terríveis revoltas provinciais que pareciam levar todos a um abismo profundo de desordens. Contra esse estado de coisas, o discurso Conservador mostrou-se como alternativa potente. Por isso, a fim de fortalecer um sentido de ordem e união,

131 GARCIA, José Maurício Nunes (música); PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo (letra). "Fora o regresso". In: KIEFFER, Anna Maria; NOGUEIRA, Gisela; GLOEDEN, Edelton. *Viagem pelo Brasil*: música brasileira indicada por viajantes da primeira metade do século XIX. [São Paulo]: Akron, [2000]. 1 CD, faixa 18.
132 *Idem*.
133 CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos). São Paulo: Martins Editora, 1959. v. 2, p. 20.
134 GOMES, Eugênio, et. al. "O individualismo romântico". In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Global, 2004. v. 3, p. 139-198.

os regressistas colocaram em ação um conjunto de discursos e práticas, cujo *leitmotiv* foi o medo que, como a fome, era perceptível na sensação corpórea[135]. Como solução à crise regencial, o Regresso construiu uma idéia de liberdade atrelada à noção de ordem e abnegação. Entretanto, antes de apresentarem as possíveis soluções, os regressistas trataram de desconstruir a imagem dos liberais Moderados e seu correspondente conceito de liberdade.

O governo do regente uno Diogo Antônio Feijó, qual um sistema "Democrático", era visto, pelos partidários do Regresso, como "pouco illustrado, inconsequente, precipitado, nos revezes abatido, na prosperidade exaltado, accessível à simpathia, às paixões; arrastado pela eloquencia, e por conseguinte desconhecendo todos os limites da Authoridade"[136]. Contra este "Governo do INSTINCTO", como era chamada sua administração, *O Parahybuna* conclamava a todos a suportar "com resignação a tempestade actual, como quem suporta hum flagello: levemos com paciencia esta cruz ao Calvario"[137]. Para a "boa sociedade", o Império estava passando por um vendaval, evidenciado nos movimentos provinciais, que comprometeriam a própria unidade territorial. A causa dessa "tempestade" estaria na "administração instintiva" do regente, repleta de vaidade, ambição e impulsos. Além disso, a associação entre as turbulências pelas quais passava o Império e a política "feijoína", tida como autoritária, parecia inevitável. "Pessimista, desanimado, o desinteressado paulista", como falava Capistrano de Abreu, não suportou a oposição, renunciando ao cargo em setembro de 1837[138]. Ao passo que degringolava a hegemonia moderada, a reação fortalecia-se com o conservador Pedro de Araújo Lima, impondo outra idéia de liberdade, da qual eram desligados a igualdade e o amor.

Além da administração "Democrática" de Feijó, os ideais localistas, base das reivindicações de descentralização, pareciam estar "desmonarquizando o Brasil". Face a essa "desmonarquização", o *Unitário* defendia "a Monarquia constitucional com todo o prestígio, com todas as formalidades dela inseparaveis"[139]. Estas "formalidades" estavam compreendidas num discurso de "ordem", "virtude" e "conservação", fundamentais para a manutenção de um império uno e indiviso. Recorrendo aos antigos Conservadores do Primeiro Reinado, os liberais Conservadores promoveram, para a defesa do sistema monárquico, "uma guerra de costumes, de virtude, e de conservação"[140]. Os "costumes" eram representados pelos ritos com os quais cercava-se a própria monarquia na ampliação e manutenção de seu poder, reafirmando uma hierarquia considerada fundamental para a ordenação social, expressa no próprio "beija-mão" restabelecido por Araújo Lima. Por

135 SOARES, Ricardo Prata. *Análise política do discurso político*. Belo Horizonte: UFMG, 1984 (Dissertação/Mestrado em Ciências Políticas). p. 70.
136 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 04 MAR. 1837.
137 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 08 MAR. 1837.
138 ABREU, Capistrano de. "Fases do Segundo Império". In: _____. Ensaios e estudos: crítica e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976. p. 76.
139 UNITÁRIO (O). Ouro Preto, 31 MAR. 1838.
140 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 28 DEZ. 1830.

seu turno, a “virtude”, que, para o dicionarista Antonio de Moraes Silva, tem o sentido de “validade legítima”[141], representou o elemento de distinção no mundo imperial. Conforme salienta Montesquieu, numa monarquia as virtudes “não são tanto o que nos aproxima de nossos concidadãos mas o que deles nos diferencia”[142]. Nesse sentido, costumes e virtudes eram as práticas e as representações que sustentavam os poderes intermediários, subordinados e dependentes que constituíam a natureza do governo monárquico. Desses poderes, diz-nos novamente Montesquieu, o mais natural era o da “nobreza”[143]. Desse modo, para retomar a “ordem”, os Conservadores fortaleceram um ideal monárquico e constitucional, elevando a “autoridade” em detrimento do poder legislativo temporário. Por isso, *O Parahybuna*, inspirado numa carta de Vasconcelos, valorizava a “Camara vitalícia”, pois “sem ella nenhum Governo pode garantir a Liberdade, Segurança, bem estar, e prosperidade”[144].

O Parahybuna, após a renúncia de Diogo Feijó, passou a defender uma conciliação entre o “direito dos povos, e a Authoridade necessaria dos Monarcas”, garantindo, outrossim, uma “verdadeira liberdade [...] que provem da harmonia entre as Leis Divinas e humanas, he o resultado de huma Sabia experiencia, e das Luzes dos espíritos rectos, fieis a sua consciencia”[145]. Evidentemente, nossos liberais “ilustrados” não entronizaram nenhuma “Deusa Razão”, como fizeram os revolucionários franceses em *Notre Dame*[146]; pelo contrário, a religião católica romana continuou imperando, mesmo que sob a vigília de distintas *Luzes*. Entretanto, o que se depreende da formulação do periódico barbacenense é a valorização da religião, presente nas “Leis Divinas”, como fator preponderante para a constituição da ordem e da unidade do Império. Em vista disso, em outubro de 1839, o jornal reafirmava que a “Existência da Sociedade [era] incompatível com a irreligião”. Para o redator, constituição e religião não se excluíam, “antes se contornão com os dictames da sã, e recta rasão”. Deste modo, concluía que a base da sociedade civil estaria em “hum pacto [...], cuja duração seria ephemera senão fosse apoiada sobre hum firme e perpetuo alicerce, qual a Religião”[147].

No final das Regências, os Conservadores, muitos dos quais liberais Moderados na fase anterior, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, deram o tom da vida política nacional. Passo a passo, os partidários do Regresso ganhavam terreno, impondo-se frente aos liberais. Para opor diques às vitórias Conservadoras, os liberais Moderados promoveram a Maioridade de D. Pedro II. Contudo, essa campanha não foi suficiente para deter as mudanças no panorama das idéias políticas. Em 1841, o *Correio de Minas* afirmava que

141 VIRTUDE. In: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionário de Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922.
142 MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. *op. cit*., p. 59.
143 *Ibidem*, p. 43.
144 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 4 MAR. 1838.
145 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 9 JUL. 1839.
146 ROUANET, Sérgio Paulo. “A Deusa Razão”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Funarte, 1996. p. 285-299.
147 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 22 OUT. 1839.

> uma nação tem suas epocas, suas idéas mudão ao passo que a experiencia lhe ensina a conhecer suas verdadeiras necessidades. Quando o Brazil começou a ter uma vida propria e independente, o elemento politico dominou exclusivamente, e a palavra liberdade animava o enthusiasmo do presente, e as esperanças do futuro[148].

Decerto, com o tempo as "idéas mudão". A palavra liberdade acompanhou esse movimento e, ganhando novos sentidos, "foi melhor compreendida e desenvolvida: religião, industria, sciencias e costumes são hoje o objecto de nossos esforços", pois, "sem elles a liberdade é uma palavra vaga, que só serve à ambição dos especuladores politicos"[149]. Assim, apresentou-se uma liberdade individual que pode ser entendida como a livre fruição das capacidades humanas exercidas no ambiente privado. Em contrapartida, destituiu-se a própria liberdade daquele sentido que "tem origem no desejo do indivíduo ser seu próprio amo e senhor"[150] que tanto "animava o enthusiasmo" e as esperanças dos liberais no tempo da Abdicação. Ademais, essa formulação evidencia os elementos que constituíam a base da sociedade pugnada pelos regressistas: "religião, industria, sciencias e costumes". A religião foi contemplada em parágrafo anterior. Do restante, trataremos agora.

"Indústria" e "ciências" expressam o espírito progressista do século XIX, desembarcando nos paquetes que interligavam o Império ao restante do mundo "civilizado". Remetem-se, ainda, à inserção do Brasil no capitalismo internacional, dominado pela Inglaterra, acompanhando o desenvolvimento econômico de uma nascente Era[151]. Evidentemente, essa concepção estava calcada nos pressupostos do liberalismo econômico, sobretudo na garantia, por parte do Estado Imperial, da estrutura mercantil-escravista voltada ao mercado externo. Os "costumes", por sua vez, representam a recorrência de uma "necessidade de ilustração do povo", como aquela proposta pelos liberais no princípio das Regências. Contudo, ao afirmarem esta necessidade de "costumes", Conservadores e liberais deixavam claro a idéia de "inaptidão" do próprio povo para a prática e manutenção do regime constitucional. Enfatizamos que essa questão suscitou várias interpretações no decorrer do século XIX, como o fez Visconde do Uruguay que, ao analisar a "Descentralização que se seguio entre nós ao 7 de Abril", justificava que o Brasil "não estava preparado pela educação e habitos para o regimen pratico constitucional"[152]. Assim, embora houvesse homens que apegavam-se à crença de que boas leis "elevam a qualidade moral do sistema"[153], havia outros, pessimistas, que enxergavam empecilhos na própria população, vista como "uma criança ou um deficiente mental", inclusive nos dias de hoje[154].

148 CORREIO de Minas. Ouro Preto, 7 AGO. 1841.
149 *Idem*.
150 BERLIN, Isaiah. "Dois conceitos de liberdade". In: _____. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Trad.: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. p. 142.
151 HOBSBAWM, Eric. "Conclusão: rumo a 1848". In: _____. *A Era das revoluções*: Europa 1789-1848. Trad.: Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 321-332.
152 URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *op. cit.*, t. II, p. 200.
153 MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero*: cultura e idéias nas Américas. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 91.
154 COMPARATO, ao analisar o significado, para a vida democrática, do referendo sobre o comércio de armas de fogo e de munições, realizado em 2005, afirma que a atuação do povo no mundo público resume-se à eleição de seus

Mas a luta acerca da "liberdade" não se encerrou aí. O *Correio de Minas*, ao divulgar as "Representações de Pouzo Alegre" ao Imperador D. Pedro II contra os "opositores" liberais em 1842, afirmava que "os Mineiros só querem ordem e aquella liberdade, que deve resultar do respeito, e devida obediencia às Leis, e authoridades constituidas, e não aquella, que nascida do arbitrio, e da violencia das paixões, só traz apoz si a anarchia e o aniquilamento de todas as garantias sociaes"[155]. Portanto, neste entendimento assaz impensável para os liberais "puros", propagava-se uma liberdade concebida apenas sob a obediências às leis e às autoridades constituídas.

Entretanto, haveria mais uma batalha. Após a dissolução da Assembléia Geral pelo imperador D. Pedro II, sob alegação de irregularidades nas eleições de 1840, *O Universal* proclamava: "A nossa liberdade, honra e vida estão em perigo!"[156] Essas seriam as últimas palavras impressas pelo periódico ouropretano. Após um mês, explodia a Revolução de 1842, último suspiro dos liberais frente à revogação de suas conquistas. Ao mesmo tempo em que foi fechada a Assembléia Geral, foi interrompida a imprensa liberal mineira. Foi o estopim da Revolução que eclodiu naquele ano, culminando com a capitulação da Província de Minas Gerais, sufocada pelos batalhões do Barão de Caxias. A derrota sofrida nos campos de batalha foi sentida pela imprensa. A cidade de São João del-Rei, que presenciara o empreendimento de Batista Caetano de Almeida, viu seu ambiente impresso arrefecer. Permaneceu apenas um periódico: *A Ordem*. Este tratou de afirmar a hegemonia Conservadora, fundamentando "nas bases solidas da religião e da moral, o edificio magestoso de nossa constituição", e arraigando "profundamente no paiz a cauza sagrada da Monarchia e da ordem". Representava a consolidação da "Ordem" Saquarema na Província de Minas Gerais:

> A ordem, concepção chimerica em politica, quando não cimentada na monarchia, e na liberdade, a ordem, o apoio inabalavel da moral, e da indústria, o primeiro elemento de grandeza e prosperidade das nações, deve ser de hoje em diante o voto ardente de todos os bons brasileiros, o alvo de todos os seus desejos, o centro para que devem convergir todos os seus esforços[157].

Os liberais Conservadores do alvorecer do Segundo Império, diversamente daqueles Conservadores "puros" do reinado de D. Pedro I, sabiam que a "ordem" era uma "concepção chimerica em politica", por isso, trataram de cimentá-la na monarquia e na liberdade. Esta não era negada, mas deveria convergir para a Autoridade. Nesse movimento de "convergência", a liberdade foi destituída dos significados que ligavam-na ao "amor à igualdade" propugnado pelos liberais Moderados e que, nos anos finais das Regências, era visto como causador da agitação e das revoltas. Classificado como paixão,

---

supostos representantes. Para o autor, esta "representação nada tem a ver com mandato, mas tem tudo a ver com a tutela ou curatela de incapazes" (Cf. COMPARATO, Fábio Konder. Soberania de quem? *CartaCapital*. São Paulo, ano XII, n. 364, 19 de outubro de 2005. p. 33).

155 CORREIO de Minas. Ouro Preto, 23 FEV. 1842.

156 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 29 ABR. 1842.

157 ORDEM, (A). São João del-Rei. 28 SET. 1842.

este “amor” foi inteiramente proscrito pelos Conservadores que, inversamente, apoiavam a liberdade na moral e na indústria. A moral, entendida nos termos de “religião e costumes”, era o instrumento fundamental para a conservação da sociedade imperial, expresso na manutenção das hierarquias e ritos. A indústria, por seu turno, representava a ligação ao capitalismo mundial, principalmente à Inglaterra, por meio da região de agricultura mercantil-escravista[158]. Portanto, os Conservadores trataram de “convergir todos os seus esforços” para impor ao futuro uma concepção de liberdade firmada no primado da “ordem” Conservadora, com seu progresso e civilização, sobre o “amor” liberal. Mais um ato desenrolava-se no “teatro deste mundo” e, nele, um liberalismo distinto era propagado.

158 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema, op. cit.*, p. 150.

SOBERANIA: UNIDADE DE PODER E LEI

A Abdicação de D. Pedro I simbolizou, para os liberais, a abertura de mudanças no horizonte político do Império do Brasil. Nesse momento, em meio à esperança de um porvir "liberal", algumas questões tornaram-se candentes: Quem detinha o poder de criar e substituir as leis? De onde emanava esse poder? Quanto poder era depositado em determinado sujeito ou corpo político? Essas perguntas levaram ao debate e à reformulação do conceito de soberania, estabelecendo novos entendimentos, em conformidade com a tendência política por meio de conjunto de discursos que visavam, principalmente, "fundamentar a unidade essencial do poder" desenvolvendo-se "no elemento preliminar da lei"[1].

Antes, porém, lembramos que o debate acerca da autoridade legal numa sociedade surgiu no medievo, a partir do processo de reconhecimento de um novo poder secular "como legítimo detentor de uma jurisdição"[2]. Isso ocorreu nos séculos XII e XIII, com a recuperação do direito romano e dos escritos antigos, tornando possível pensar a capacidade de criar e impor a lei como um atributo do conceito que seria sintetizado, posteriormente, na idéia de soberania. Desse modo, a discussão em torno da soberania procurava instituir uma teoria que possibilitasse ao soberano *comandar* ações, *permitir* condutas e *conferir* poderes numa sociedade politicamente organizada[3], sempre no âmbito de "uma certa legitimidade fundamental" que permitiria o funcionamento regular de determinado ordenamento jurídico[4].

Além disso, a condição primordial do poder soberano expressava-se na unidade de poder consolidada no momento de unidade fundamental e fundadora, o que levava ao embate acerca da memória política do Brasil. Essa luta foi encenada em momentos nevrálgicos como 1822, 1831 e 1840, sempre evocando uma "unidade de poder" distinta. O estabelecimento de um "momento fundador" remetia-se à afirmação do elemento fundamental, isto é, a fonte de onde provinha o poder político: povo, nação ou monarca[5]. Esclarece Michel Foucault que é "dessa unidade do poder que vão derivar as diferentes formas, os aspectos, mecanismos e instituições de poder"[6]. Assim, em meio às muitas propostas de reforma da Constituição[7], vários discursos foram concebidos em torno da **unidade de poder** e da **lei**, termos estes que nortearam os debates acerca da soberania no Império, contribuindo na definição do monarca como o "magistrado supremo" da nação

1 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. op. cit.*, p. 50.
2 KRITSCH, Raquel. *Soberania*: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 22.
3 KELSEN, Hans. *op. cit.*, p. 5.
4 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. op. cit.*, p. 51.
5 Segundo Marco MOREL, entre 1820 e 1840, coexistiram, pelo menos, três concepções diversas de soberania que correspondiam às tendências popular, nacional e monárquica defendidas, respectivamente, por liberais Exaltados, liberais Moderados e Conservadores (MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.,* p. 99-147).
6 FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade. op. cit.*, p. 50.
7 Diz-nos TORRES que "feita a Revolução imediatamente principiaram a chover os projetos de reforma da Constituição" (TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada* (Teoria política do Império). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 514).

e colocando de lado a idéia de soberania popular. Isto dito, principiemos pela corrente que, segundo Raimundo Faoro, era "filiada à Rousseau e esboçada em torno das tentativas democráticas dos últimos anos do século XVIII, que faziam o rei e a autoridade obra do país e não de condições preexistentes, condições históricas ou religiosas"[8].

6.1 TEÓFILO OTONI E O "POVO SOBERANO"

No movimento da Abdicação, a vacância do trono reforçava as concepções de soberania popular, propugnadas pelos Liberais Exaltados. Entretanto, esse grupo não conseguiu deixar muitos registros de sua passagem por Minas Gerais, como esclarecemos na **Introdução** deste livro. Mas podemos encontrar vestígios dessas idéias "populares" por meio da famosa *Circular* de Teófilo Otoni. Lembramos que esse documento foi concebido em 1860, como instrumento da campanha de seu autor nas eleições para o cargo de senador realizadas naquela época. Nessa *Circular*, Otoni remontava ao "verdor dos anos" para apresentar a coerência de suas idéias, o que o distinguiria de seus rivais políticos, recorrendo a alguns discursos proferidos na célebre *Sentinela do Serro*. Destes, sobressaía-se um texto recolhido da edição de 25 de junho de 1831, no qual o redator apresentava aos seus leitores um "programa e exposição de motivos". Dentre outras propostas, o redator serrano propunha a fusão das "duas nuanças do partido liberal" da época, ou seja, os Exaltados e os Moderados. Embora apresente um tom conciliatório, aquele artigo evidencia as noções de soberania professadas pelo Exaltado mineiro.

Ao tomar o partido de uma liberdade positiva, efetivada na participação política dos sujeitos como meio para garantir "os direitos inauferíveis do povo soberano", Otoni mostra-nos uma idéia de soberania cuja unidade de poder residia no "povo". Essa concepção de "povo soberano" remonta às formulações medievais de Marsílio de Pádua e do franciscano Guilherme de Ockham, que afirmava categoricamente que "o poder de instituir leis e direitos humanos esteve no princípio e de modo principal no povo"[9]. Essa noção foi trabalhada, posteriormente, por Jean-Jacques Rousseau em seu *Contrato Social*, transferindo a soberania da figura do monarca para a pessoa coletiva do "corpo-povo". Isto ocorreria por intermédio de um "pacto social" no qual "cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo"[10]. Desta associação entre todas as pessoas

---

8 FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004. v. 1, p. 280.

9 OCKHAM, Guilherme de. *Brevilóquio sobre o principado tirânico*, p. 121. *apud*. KRITSCH, Raquel. *op. cit.,* p. 529. Ressaltamos que essa idéia de que a soberania se origina do povo foi trabalhada pelos teóricos tomistas da Contra--Reforma que, segundo VILLALTA, "abraçavam uma perspectiva contratualista para explicar *a origem* da instituição do poder político, chegando por isto a admitir, em certos casos, a insurgência do povo-comunidade contra seus soberanos – por defenderem esses princípios, os neotomistas foram vistos como fundadores do constitucionalismo e da democracia moderna", destacando-se Azpilcueta Navarro, Suárez e Belarmino. Os dois últimos consideravam, inclusive, que "o poder pertenceria naturalmente ao povo-comunidade, que o transmitiria ao governante de uma forma que ele não deixaria de existir em si" (VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura, op. cit.*, p. 31-32).

10 ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social. op. cit.* p. 71.

surgiria um “corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembléia”, tomado como república ou “corpo político”.

Certamente, ao proclamar os direitos do “povo soberano”, Teófilo Otoni mentalizava essa soberania de cunho rousseauniano. Entretanto, para o pensador de Genebra, essa soberania personificada no corpo do povo e dirigida pela “vontade geral” era inalienável e indivisível. Com isso, o poder supremo não poderia ser representado por outrem: “é nula toda lei que o povo diretamente não ratificar; em absoluto não é lei” (grifo nosso)[11]. Neste ponto, o redator da *Sentinela do Serro* distanciava-se do pensamento de Rousseau. Conquanto percebesse a importância do *self-government*, Teófilo Otoni não pretendia constituir uma “democracia das massas” no Brasil, defendendo uma “democracia da classe média” e uma “democracia da gravata lavada”[12]. Como afirma a professora Regina Horta Duarte,

> em relação a essa massa, liberais como Otoni não planejam sua inclusão na cena política, mas apenas acenam com a possibilidade futura – mesmo que remota – de, a partir da instrução e da educação civilizadoras e do combate à sua barbárie, levando-os ao alcance de uma vida de fixidez suficiente para que atingissem uma renda mínima regular, previsível e comprovável, aceitá-los como iguais[13].

Os liberais, dentre eles Otoni, consideravam o povo incapaz para o exercício do autogoverno como preconizado por Thomas Jefferson. Essa situação adviria, conforme expressado na *Sentinela do Serro*, dos “trezentos annos de escravidão” do regime colonial, impossibilitando a instauração de uma ampla “democracia” no Brasil. Com isso, a soberania, embora residisse no “corpo do povo”, deveria ser exercida pela “representação nacional” congregada na Câmara dos Deputados. Esta era vista como o único poder com prestígio suficiente para “oppôr diques à torrente da anarchia” e “conservar ligadas as províncias, prestes a desligar-se”[14] com os movimentos posteriores à Abdicação. Em vista disso, o princípio representativo equiparado ao autogoverno apresentava-se como solução factível. No entanto, como nota Regina Horta Duarte, por meio desse procedimento, “silenciava-se absolutamente acerca da desigualdade entre os cidadãos” compreendidos na “imensa parcela de homens brasileiros, detentores de direitos civis, aos quais eram negados direitos políticos: os cidadãos passivos”[15].

A equiparação do autogoverno ao princípio representativo pode ser compreendida por intermédio da oscilação da unidade de poder entre o “*povo* soberano” e a “soberania da *nação*”: “já ninguém ousa negar a soberania da nação, e o conseqüente direito que tem qualquer povo para alterar a modificar sua constituição”[16]. Neste sentido, “povo” e “nação”

11 *Ibidem*, p. 187.
12 *Ibidem*, p. 70.
13 DUARTE, Regina Horta. “Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco”. Belo Horizonte, 2001. (mimeo). p. 9.
14 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 72.
15 DUARTE, Regina Horta. “Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco”. *op. cit.* p. 8.
16 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 72.

relacionavam-se. Para o redator serrano, o "povo" possuiria o direito fundamental de mudar suas leis; contudo, como dito anteriormente, não estaria naquela pretensa "perfectibilidade" racional que o capacitaria para o exercício do autogoverno. Em função disso, aquele direito seria repassado aos seus representantes ilustrados, transferindo a soberania do "povo" à "nação".

Entretanto, o princípio representativo idealizado pelo redator da *Sentinela do Serro* não deixava de lado a "resistência à opressão" defendida em epígrafe. Conforme esclarecemos no **Capítulo 5** desta obra, Teófilo Otoni apropriou-se da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão para proclamar um Estado como aquele idealizado na fase liberal da Revolução Francesa (1789-1791). Além disso, diferentemente de seus contemporâneos liberais Moderados, Otoni também pautava-se pela fase "radical" da Revolução (1792-1793), que evocava o ideal de uma república democrática correspondente à Constituição Jacobina[17]. Assim como propusera o Comitê de Salvação Pública, em 1793, ao procurar deter o exercício abusivo do mandato por parte de alguns deputados[18], a *Sentinela do Serro* apontaria "pelo nome os deputados amigos das reformas constitucionaes, para serem reeleitos, e os deputados estacionarios e retrogrados, não para os insultar, mas para que o povo os exclua da representação nacional"[19]. Deste modo, a idéia presente no "direito que tem qualquer povo para alterar a modificar sua constituição"[20] era justificada pela concepção de soberania popular que, como ocorrera na fase radical da Revolução, transformava os deputados em *mandatários* em vez de *representantes*, "pois eram enviados à Assembléia não para decidir em nome do povo, mas para assumir sua vontade soberana", legitimando, inclusive, o direito de insurreição[21].

Em razão dessas proposições, Teófilo Otoni era identificado ao grupo liberal Exaltado. Evidentemente, o título de seu periódico já indicava o pertencimento a esse "partido", que encontrava na figura de Cipriano Barata e suas *Sentinelas* o pólo aglutinador em diversas províncias[22]. Entretanto, acreditamos que Otoni estaria num meio termo entre os radicais e os liberais Moderados: por um lado, pretendia lentamente "republicanisar a constituição do Brasil"; por outro, rechaçava a "democracia das massas", distanciando-se dos Exaltados da Corte, cujos discursos tendiam "a tomar uma conotação social, em relação às camadas pobres, em geral urbanas e livres ou libertas"[23]. Dessa forma, aproximava-

17 HOBSBAWM. Eric. *A Era das Revoluções. op. cit.*, p. 131.
18 "Cada deputado seria julgado, no fim de cada sessão, pelas assembléias primárias que o haviam eleito; um deputado cujos atos tivessem sido desaprovados não seria mais elegível; não poderia ter acesso a outra função pública" (BAKER, Keith Michael. SOBERANIA. In: FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 890-891).
19 SENTINELA do Serro. Serro, 25 JUN. 1831 *apud* OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p. 73-74.
20 *Ibidem*, p. 72.
21 BAKER, Keith Michael. SOBERANIA. In: FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *op. cit.,*. p. 890-891.
22 MOREL, Marco. "Entre paixão e martírio – Cipriano Barata e os mecanismos de liderança política no Brasil Império". In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação. op. cit.*, p. 117. Sobre a atuação de Cipriano Barata e sua influência nos debates impressos da Independência veja também: MOREL, Marco. *Cipriano Barata*: o panfletário da Independência. São Paulo: Brasiliense, 1986.
23 MOREL, Marco. *As transformações nos espaços públicos. op. cit.*, p. 107.

se dos Moderados, como mais tarde foi evidenciado em sua participação no movimento liberal de 1842. Ressaltamos que, já na segunda metade das Regências, Teófilo Otoni não era voz passiva nesse grupo, como podemos perceber na comédia intitulada *O Club dos Anarchistas*, composta pelo seu opositor, o padre Justiniano da Cunha Pereira, na qual criticava os deputados liberais mineiros. Nessa peça, Otoni, cujas falas eram marcadas pela recorrência a Jefferson, era identificado ao personagem Tiple[24]. Ao assim cognominá-lo, Justiniano da Cunha Pereira deixou transparecer a representação de Otoni como a voz mais alta entre os liberais mineiros.

Contudo, sob o olhar desconfiado dos liberais Moderados, vitoriosos após a derrocada de D. Pedro I, a *Sentinela do Serro* representava a anarquia, o despotismo popular e a Revolução. Contrapondo-se à concepção de "povo soberano" propugnada pelo periódico serrano, os Moderados indagavam: "se ao povo for lícito juntar-se, para resistir aos decretos do legislativo, ou dissolvê-lo, então que poder nacional se julgará seguro e a abrigo de uma Insurreição?" De fato, acreditavam que essa autoridade de cunho popular levaria à dissolução do Império, pois "os vínculos sociais romper-se-ão; a anarquia virá submergir a todos em um pélago profundo de desordens"[25]. Conforme esclarece a professora Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, esse temor era sentido desde os tempos da Independência, sendo a soberania exercida pelo povo considerada "falsa e quimérica" por alguns periodistas[26]. No Primeiro Reinado, também houve duras críticas à soberania do povo. Apropriando-se de Le Paige, um correspondente da *Abelha do Itaculumy* afirmava que, dessa concepção de soberania, haveria a esperar-se uma confusão dos poderes legislativo e executivo, pois "o Povo sendo Soberano a Lei he obra da vontade geral; o Povo, sendo Principe, cada acto do poder executivo he tãobem da vontade geral, e tãobem huma Lei". Em função disso, "o *Principe* devor[i]a, e absorve[ria] o *Soberano*". Assim, desse embaraço entre os poderes, o próprio Estado se degeneraria, já que "a *Populaça* nestes tempos modernos parece só desejar a *Democracia*; e foi ella que destruio os Governos mais *Democráticos* da *Antiguidade*"[27]. Assim, buscava-se justificar a forma da monarquia constitucional, na qual os poderes seriam conferidos, organizados e examinados pela chave de toda a organização política, isto é, o poder moderador. Além disso, pregava-se uma autonomia e igualdade entre os poderes, como delineado por Montesquieu.

24 PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1838.
25 UNIVERSAL(O). Ouro Preto, 12 AGO. 1831.
26 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais. op. cit.*, p. 161.
27 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 03 SET. 1824.

6.2 NAÇÃO E FUNDAÇÃO

Em contraposição à "mal entendida Soberania" do povo, os liberais Moderados alegavam "que todos os Poderes são delegações da Nação"[28]. Mas, de que "Nação" se referia a *Abelha do Itaculumy*? Respondendo esta questão, o periódico ouropretano expressava-se da seguinte forma:

> Mas se esta Soberania se podesse de algum modo entender divisivel em fracções em qualquer Estado constituido de forma, que apresente hum todo como o nosso, seguir-se-hia, que considerando-se cada Província desse Estado revestida de iguaes direitos, ou porção desta Soberania, a seu exemplo dos mesmos direitos se reputaria envestida cada Comarca dessa Provincia, e cada Destrito dessa Comarca, e assim por diante; e nesse caso o que expressaria o vocabulo Nação? = seria huma palavra vãa, e destituída inteiramente de significação[29]

Assim, a "Nação" poderia ser compreendida, nos termos de uma unidade territorial, como a reunião de todas as províncias submetidas ao mesmo Estado, no caso o Império do Brasil. Naquele momento, tratava-se de afirmar a unidade de um País que carecia de efetivos laços de união por meio da "solução monárquica". Esta, diz-nos Carvalho, "não foi a usurpação da soberania nacional", mas "uma opção consciente da elite brasileira da época, à qual não faltou apoio popular"[30]. Todavia, para a *Abelha do Itaculumy*, a fragmentação, como manifestada brutalmente pela Confederação do Equador, acabaria por destruir a união e, com ela, a própria Nação.

A elevação da idéia de soberania nacional impôs a instituição de um momento de fundação da Nação. Sendo assim, recorrendo aos estudos de Maria de Lourdes Viana Lyra[31], percebe-se que o processo de afirmação de um marco inaugural do Estado Imperial do Brasil esteve imerso em muitas lutas e discussões. Ressaltamos que o fato de privilegiar determinada data em detrimento de outras constituía-se numa operação na qual se forjava uma idéia de soberania. Nesse sentido, podemos afirmar que o famoso *7 de setembro de 1822* representaria todo um programa em torno do qual fundamentava-se o Estado Imperial brasileiro.

Todavia, a data fundadora não foi escolhida a esmo. Houve, de fato, outros "marcos", como *1º de Agosto de 1822*. Esta data aparece em dois documentos apresentados por Lyra, cada qual com entendimentos distintos acerca da emancipação: o Decreto de 1 de Agosto e o "Manifesto aos Brasileiros". O primeiro, extraído do *Correio Brasiliense*, proclamava a "independência política-institucional"[32]. Nas considerações tecidas por Hipólito da Costa estavam os "princípios de representação, de legitimidade constitucional e, sobretudo, soberania", renegando as cortes de Lisboa por terem ascendido "por um começo ilegal

---

28 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 17 JAN. 1825.
29 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 17 JAN. 1825.
30 CARVALHO, José Murilo de. "Federalismo e centralização no Império Brasileiro". In: ____. *op. cit.,* p. 162.
31 LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*. v. 15, n. 29, São Paulo, 1995. p. 173-206.
32 CORREIO Brasiliense, n. 173, v. XXIV, p. 170, 176 *apud* LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 178.

contra a autoridade do soberano"[33]. O outro documento expressava a Independência do Brasil, mas rezava a permanência aos "vínculos da fraternidade portuguesa"[34]. Essa condição foi reafirmada pelo "Manifesto às Nações", datado de 6 de agosto, proclamando, além da manutenção do estado de "reino irmão" de Portugal, a "justa reunião de todas as partes da monarquia debaixo de um só rei"[35]. Esses manifestos exprimem a dubiedade do período e a incerteza quanto a ruptura do Brasil com a "Pátria-mãe".

Passava o mês de setembro. Em meio a desencontros e omissões, Lyra percebe um "completo silêncio quanto ao *Sete de Setembro* como o marco definitivo da proclamação da Independência"[36]. Esse silêncio também foi notado por Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, pois "para os contemporâneos do sete de setembro, este não teve significado especial, não sendo sequer noticiado pela imprensa periódica"[37]. Exceção feita pelo periódico *O Espelho* que exaltava, em 20 de setembro, o brado de "'Independência ou Morte', como o 'grito acorde de todos os brasileiros'"[38].

Em *12 de Outubro de 1822*, data do aniversário de D. Pedro, o "heróico povo do Brasil" aclama-o Imperador, proclamando a Independência nacional. O *dia 12* seria, portanto, a memorável data de nascimento do Império do Brasil[39]. Mas a "unânime aclamação dos povos" continha problemas, porque representava a ratificação de um poder popular que, da mesma forma que poderia aclamar D. Pedro como imperador constitucional, poderia destituí-lo dessa condição. Portanto, essa efeméride forneceria a base simbólica para uma "perigosa" soberania do povo. Deste modo, o *12 de Outubro de 1822* foi destituído de seu lugar como marco fundador da nação brasileira, sendo substituído por uma data que representasse, de um lado, o poder de um imperador que não se submeteria aos desejos dos povos, conselheiros e deputados, e, de outro, a ruptura com Portugal. "Redescobriu-se", então, o *7 de Setembro de 1822*. Data em que, sob o gesto mágico do imperador-herói, era fundamentada a soberania nacional, representando não somente o início do Império do Brasil, mas a afirmação do princípio conservador que, de maneira cíclica, era relembrado pelos membros da "boa sociedade"[40].

Como partidário dessa "tradição" conservadora, *O Telegrapho* glorificava os "feitos" de seu ilustre representante:

33 LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 178.
34 Manifesto aos Brasileiros, 1º de agosto de 1822 *apud* LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 178.
35 Manifesto do Brasil aos Governos e Nações Amigas, 6 de agosto de 1822 *apud* LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 179.
36 LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 179.
37 NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. op. cit.*, p. 370.
38 *Idem.*
39 LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *op. cit.*, p. 188.
40 *Ibidem*, p. 201-203.

> D. Pedro I [ilegível], Pai D. João 6 (de Gloria Memoravel) e coadjuvando depois por Este (sempre louvando Monarcha e que benignamente, e por impulso de hum agradecimento real aos seos fieis e hospitaleiros Sudditos, os arrancou do triste e indigno estado colonial) Proclamou e firmou a independencia dos Brasileiros, sem a effusão de huma gota de Sangue, Deu-lhes Representação Nacional entre as Nações Cultas, e todo Voluntário os-Constituo no seu regimen interno: foi Elle, quem reunio todas as Províncias do Império a do Rio de Janeiro como centro geral, sendo esta a Sua Augusta Residência[41].

O periódico ouropretano apresentava D Pedro I como o herói romântico que, em data memorável, "Proclamou e firmou a independencia dos Brasileiros, sem a effusão de huma gota de Sangue" e "reunio todas as Províncias do Império a do Rio de Janeiro como centro geral, sendo esta a Sua Augusta Residência"[42]. Ao executar esse movimento, D. Pedro, segundo Rubem Barboza Filho, "se afirma como o criador da nação, atribuindo a ela a condição de totalidade histórica derivada de sua vontade e oferecendo-lhe a possibilidade de vida própria. A independência brasileira não se faz contra o rei, mas pelo rei, reclamando-se como centro político estabilizador e unificador do novo país"[43].

Há outros conteúdos naquele trecho de *O Telegrapho*. Percebe-se claramente que o redator não negava a "Glória Memoravel" do antecessor, firmando a tese de que foi D. João VI quem "arrancou do triste e indigno estado colonial" o Brasil. Assim, pretendia-se uma continuidade em relação à "Pátria-Mãe", ou seja, o reino de Portugal. Continuidade que já havia sido afirmada pela *Abelha do Itaculumy*, uma semana após a comemoração do segundo "aniversário" da Nação, nos seguintes termos:

> No Governo Constitucional a Exaltação do Príncipe novo não excitará temor legitimo nem esperanças ambiciosas; porque o que existia na vespera, existirá no dia seguinte; nada se mudará nas Leis fundamentais, e na ordem prescripta por estas Leis; o Throno, elevado sobre bases immudaveis, continuará, occupado por qualquer, à dominar sem destruir; os povos, abençoando a memoria do Monarcha, que delle desceo, felicitarão o que sobe, de ser, como seu Predecessor, Omnipotente para fazer o bem de huma Nação inteira, e impotente para fazer o mal de hum só indivíduo.[44]

Contudo, essa idéia de continuidade, no decorrer do Primeiro Reinado, levantava as suspeitas de uma "recolonização", gerando uma conturbação política que desembocou na surpreendente Abdicação de D. Pedro I. Nesse momento, o calendário da Nação acrescentava outro marco fundador: *7 de Abril de 1831*. Esta data representava o início de uma nova Era no panorama político do Império, pois "nasceu uma nova ordem de cousas, até então desconhecida no Brasil"[45]. Ademais, simbolizava o início da hegemonia Moderada, assinalando o fim da tirania, a consolidação do movimento de 1822 e a abertura

41 TELEGRAPHO (O). Ouro Preto, 18 DEZ. 1830.
42 *Idem*.
43 BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício*: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. p. 430. Sobre a afirmação de D. Pedro I como "penhor da unidade" ver: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais. op. cit.*, p. 375-411.
44 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 15 SET. 1824.
45 *Folhinha d'algibeira para o anno bissexto de 1832. op. cit.*, p. 95-96.

de um novo período da história pátria. Por isso, *O Universal*, a cada ano, relembrava: “Renasce o Memorável Dia, o DIA SETE DE ABRIL, em que expelindo do trono um príncipe ingrato, sacudimos da nossa pátria um pezado jugo estrangeiro”[46]. Significava, portanto, a afirmação da autonomia nacional ao expulsar o elemento alienígena: D. Pedro I.

Entretanto, efêmera foi a trajetória do *7 de Abril* no calendário cívico brasileiro. Com o Regresso, os Conservadores reformularam as datas festivas do Império, revalorizando os marcos nos quais se fundava o poder monárquico. Visualizamos isso através das “Folhinhas d’algibeira”[47], publicadas na Corte, e do famoso *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, editado pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, a partir de 1843[48]. Lembramos que essas “Folhinhas”, das quais tratamos no **Capítulo 3** desta obra, apresentavam uma relação marcante com as idéias de tempo e memória, não apenas representando o ano já findo, mas também um projeto para o futuro.

Qualquer indivíduo que consultasse as “Folhinhas d’algibeira”, a partir da década de 1840, notaria uma “ausência”. Ao folhearmos as páginas correspondentes ao mês de abril nas *Folhinhas* de 1842 e 1846, percebemos que o dia *7* não era mais reconhecido como o “Memorável Dia”. Isto se deveu ao processo de reformulação e restabelecimento dos marcos inaugurais da nação. Com a ascensão do Regresso Conservador, o *7 de Abril* foi destituído de seu conteúdo simbólico ligado à hegemonia liberal-moderada, sendo excluído do panteão das datas festivas nacionais. Porém, isto não aconteceu de maneira abrupta. Conforme a *Folhinha d’algibeira para o anno de 1839*, o dia *7 de Abril,* naquele ano, ainda representava o “Dia em que se devolveu ao Senhor D. Pedro II, a Coroa, e foi acclamado Imperador Constitucional”, sendo, por isso, “Dia de Grande Galla”[49]. Portanto, essa data não mais assinalava a “Feliz Regeneração do Brasil”[50], como proclamado pela *Folhinha* de 1832, mas a regeneração e aclamação do monarca D. Pedro II. Desse modo, reforçava-se a autoridade do Imperador, herdeiro legítimo daquele “herói” das margens do Ipiranga. Com efeito, essa operação em torno da “memória nacional” pretendia, ao modificar o calendário cívico, consolidar uma vitória e impor uma concepção distinta de soberania, na qual a unidade essencial de poder voltaria a oscilar sob a órbita do monarca.

---

46 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 7 ABR. 1834.

47 Foram consultadas as seguinte folhinhas: *Folhinha d’Algibeira para o anno de 1839*. Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier e C., 1838; *Folhinha Romântica para 1842*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842; *Folhinha do Charadista para o anno de 1846*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.

48 LAEMMERT, Eduardo. *Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1843. Disponível no site: wwwcrl.uchigago.edu/info/brazil Acesso em 15/08/2002.

49 *Folhinha d’Algibeira para o anno de 1839. op. cit.*, p. 61.

50 *Folhinha d’algibeira ou Diario Civil e Ecclesiastico para o anno bissexto de 1832. op. cit.*, p. 33. Sobre esta “folhinha”, especificamente, veja o **Capítulo 3** desta obra.

6.3 JUSTIÇA: VIDA, HONRA, E FORTUNA

A instituição de um momento de unidade fundadora contribuiu, sobremaneira, no processo de soerguimento do aparato legal que fundamentou o Estado Imperial brasileiro. Assim, levando em conta a força do princípio conservador, o discurso em torno do poder monárquico, como elemento essencial na organização do corpo político, ainda vigorava. Visando assegurar esse princípio, o *Constitucional Mineiro* argumentava que "no Poder Monarchico convem concíderar dous Poderes Distinctos: o Poder Executivo, munido de prerrogativas certas e positivas; e o Poder Real (o Moderador) sustentado pelo interesse Publico, e ate por lembranças e tradicções religiosas"[51]. Por meio dessas "lembranças e tradições", sobre as quais apoiava-se o princípio conservador, conferia-se legitimidade à "opção" monárquica, fazendo com que a figura do jovem D. Pedro permanecesse intocada.

Referindo-se ao sistema político, continuava o periódico sanjoanense:

> a Monarchia Constitucional tem por a grande vantagem de crear esta força ou Poder Neutro na pessoa de um Rei, Imperador, &c., que já respeitado por tradicções e lembranças, goza ainda de um poder de opinião, que serve de base ao seu Poder politico[52].

Desse modo, embora o poder monárquico fosse garantido pelas tradições com as quais se cercava, o *Constitucional Mineiro* ainda concebia a base desse poder político num certo "poder de opinião", que atribuía ao monarca o centro da organização política. Por isso, o mesmo periódico definia os demais poderes constitutivos do Estado Imperial da maneira seguinte:

> O Poder Legislativo reside nas Assembleas Representativas com a Sancção do Monarcha, o Poder Executivo nos Ministros, o Poder Judicial nos Tribunaes: o primeiro faz as Leis, o segundo cuida da sua geral execussão, o terceiro as applica os casos particulares; o Monarcha fica por tanto no meio destes tres Poderes com autoridade neutra, e intermediaria, sem interesse racionavel de transportar este equilibrio, antes, pelo contrario, mui interessado em o manter (grifo nosso)[53].

Adiante, finalizava o *Constitucional Mineiro*: "Em fim se acção do Poder Judicial he algumas vezes muito forte, porque applica a acções individuaes penas graves mui severas; o Rei modifica esta acção pelo seu direito de perdoar"[54].

Evidentemente, o periódico sanjoanense objetivava conservar o poder monárquico, aparentemente em vias de dissolução no princípio das Regências, por intermédio de um direito, estabelecido sobre "tradições e lembranças" e assegurado por um "poder de opinião", com o qual o monarca detinha a autoridade para intervir em todos os outros poderes constitutivos do Estado Imperial através da *sanção* no Legislativo, da *indicação* no Executivo e do *perdão* no Judiciário. Aliás, essas ações somente seriam possíveis sob

51 CONSTITUCIONAL Mineiro (O). São João del Rei, 01 JAN. 1833.
52 *Idem*.
53 *Idem*.
54 *Idem*.

uma idéia de “neutralidade” do Imperador, que garantiria o equilíbrio e a conservação do corpo político.

Essas prerrogativas do “poder Neutro”, no entanto, eram vistas com desconfiança pelos liberais Moderados, pois acreditavam que o poder Moderador possibilitaria o exercício exclusivo da autoridade, com o Imperador intervindo em todos os poderes constitutivos do Estado. Em vista disso, os liberais buscaram destituir a figura do monarca dessas atribuições, levantando críticas incisivas ao quarto poder[55] e à concepção de soberania personificada unicamente no monarca. Nem mesmo o autor *Do espírito das leis* foi poupado. Para o editor do *Recopilador Mineiro*, padre José Bento Leite Ferreira de Melo, Montesquieu, “que teve algumas vezes ideias falsas, porque procurava ideias engenhosas, e que queria tudo explicar por seus principios”, teria “favorec[ido] o despotismo o sem perceber”. Havia, para o redator do periódico de Pouso Alegre, um problema na idéia de “clemência do Príncipe”. Esta, segundo Montesquieu,

> é a qualidade distintiva dos monarcas. [...] Nas monarquias, em que se é governado pela honra, ela é mais necessária. A desgraça eqüivale, nas monarquias, ao castigo, e as próprias formalidades dos julgamentos são aí punições: a vergonha surge de todos os lados para formar gêneros particulares de penas[56].

A “clemência do príncipe”, ademais, era útil para a garantia da nobreza formadora dos poderes subordinados e dependentes que mantêm o sistema monárquico, pois “como a instabilidade dos poderosos é da natureza do governo despótico, sua segurança faz parte da natureza da monarquia[57].

Contudo, o *Recopilador Mineiro* encontrava nessa prerrogativa do poder do monarca a brecha para o despotismo. Ao enfatizar que “a Lei deve condennar, e o Principe perdoar”, o redator apresentava o problema da intervenção do rei no âmbito legal, o que caracterizaria uma afronta à soberania no tocante ao direito de criar e impor as leis pertencente aos representantes da nação. Uma vez violada essa possibilidade pela ação do rei, a própria soberania estaria em perigo, pois o monarca se encontraria acima da própria nação. Isso prejudicaria a sociedade, pois “se a Lei deve condemnar, e o Principe perdoar, as Leis, em lugar de suspender os actos de violencia particular, serão entre as mãos de hum tyranno meios sempre seguros para opprimir os membros da Sociedade que não tem sabido obter seu favor”[58]. Repetir-se-ia, portanto, a questão levantada pelo correspondente da *Abelha do Itaculumy*: o “príncipe devoraria e absorveria o soberano”.

Os liberais Moderados diziam-se defensores do primado da lei, e toda ação em contrário era considerada uma afronta à *Constituição Política do Império do Brasil*. Neste

55 Cabe ressaltar que o quarto poder foi alvo de diversas críticas durante todo o período Imperial, como no debate travado entre Zacarias de Góis e VASCONCELOS (Da natureza e limites do poder Moderador. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org.). *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Ed. 34, 2002. p. 63-252) e o Visconde do URUGUAY (*Ensaio sobre o direito administrativo. op. cit.*, t. II, p. 1-158), na década de 1860.
56 MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis. op. cit.*, p. 102.
57 *Idem*.
58 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre, 20 AGO. 1836.

sentido, o redator do *Recopilador Mineiro* acreditava que, a partir da capacidade de perdoar atribuída ao Príncipe, "o principal interesse do cidadão ser[ia] pois, não obedecer às Leis, mas obedecer ao Monarca"[59]. Para o padre Melo, citando Montesquieu,

> se 'a clemencia do Principe he necessaria na Monarchia, onde os homens são governados pela honra, que muitas vezes exige o que a Lei prohibe', he preciso dizer, ou que o principio que faz obrar o cidadão em Monarchia, he necessariamente opposto às Leis que o devem dirigir, o que seria absurdo, ou que o principio que anima este cidadão não he a honra[60].

Assim, concluía o redator:

> Quando certas Leis civis são contrarias a algumas Leis da opinião do Legislador fará callar as primeiras até que tenha corrigido as segundas. Leis na Monarchia, bem como na Republica, elle não perdoará aquelle, que tem violado humas, a fim de não desobedecer as outras; mas elle fará desaparecer a contradicção. Tal deveria ser o principal objecto de seus cuidados. Mas esta operação seria em o systema de Montesquieu, funesta a Monarchia, porque não se poderia corrigir as Leis da honra que fazem contrarias à ordem social, sem enfraquecer ou destruir o principio mesmo, que, segundo elle, anima este governo[61].

Ao apresentarmos essa leitura "crítica" realizada pelo padre Melo, percebemos uma leitura cuja apropriação ajustou-se às discussões do momento. Na discussão sobre aquela "clemência do Príncipe", a questão fundamental não estava na forma de governo em si, mas no papel desempenhado pelas leis na monarquia. Tratava-se, portanto, de consolidar um sistema fundado na constituição que, como lei essencial, seria o resultado da suprema determinação da nação. Nesse sentido, qualquer intervenção nesse sistema seria funesto para a monarquia constitucional e, outrossim, constituiria uma violação da soberania nacional no que tange à suprema autoridade de instituir e modificar o ordenamento jurídico. Ademais, esse discurso divulgado pelo *Recopilador Mineiro*, em 1836, procurava justificar as idéias de supressão do poder Moderador, como objetivado quatro anos antes pela "Constituição de Pouso Alegre", que instituía em seu Título III, Art. 10:

> Os poderes políticos reconhecidos pela constituição do Império são três: o poder legislativo, o poder executivo, e o poder judicial[62].

No documento de Pouso Alegre, percebe-se a ausência do quarto poder. Evidentemente, seus autores, dentre eles o referido padre Melo, procuravam reafirmar o princípio da separação tripartite dos poderes, como se depreende de Montesquieu, cancelando "o texto mais caro ao ex-imperador, fruto de sua leitura de Benjamin Constant"[63]. Além disso, ainda "despojava o monarca do título de 'Defensor Perpétuo do Brasil', num movimento porventura de hostilidade pessoal a D. Pedro I", como enfatiza Octávio

59 *Idem*.
60 *Idem*.
61 *Idem*.
62 CONSTITUIÇÃO de Pouso Alegre. *apud*. SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.*, v. VIII, p. 219. Cabe ressaltar que esse documento foi impresso na oficina tipográfica do *Pregoeiro Constitucional*, de propriedade do referido padre Melo, na vila de Pouso Alegre.
63 SOUSA, Octávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.*, v. VIII, p. 126.

Tarquínio de Sousa[64]. Dessa forma, buscava-se minar a autoridade depositada na pessoa do Imperador, sem contudo retirá-lo de seu papel de "representante da nação" exercido juntamente com a Assembléia Geral.

Outro problema apontado pelo redator do *Recopilador Mineiro* estava no fato de que "se a Lei deve condemnar, e o Principe perdoar, as Leis, em lugar de suspender os actos de violencia particular, serão entre as mãos de hum tyranno meios sempre seguros para opprimir os membros da Sociedade que não tem sabido obter o seu favor"[65]. Nesse sentido, os privilegiados do rei estariam acima das leis, enquanto que o restante da sociedade seria oprimido por uma justiça desigual. Contra essa situação, pensava-se a justiça como eqüidade. Por isso, afirmava o *Vigilante*, folha da Sociedade Pacificadora de Sabará, que "a Igualdade perante a Ley, he a mola principal de um Governo Livre, é o termometro politico, por onde se pode calcular quando o Governo se fixa, ou afrouxa"[66]. Para os liberais, a igualdade era fator fundamental para o exercício da cidadania e consolidação do corpo político. Atentando para a garantia dos direitos dos "cidadãos", prossegue o periódico sabarense:

> se a Ley tem sua perfeita execucção; se ella se applica sem attenção de individuo, ou classe; se os Cargos da Nação são dados unicamente ao merito, e não concedidos por espirito de partido, ou pelo interesse; si se procurão homens para cumprirem os Empregos, e não Empregos para acomodar homens, então podemos afiançar que o Estado adquire solidez, e prospera[67].

Em contrapartida, o *Vigilante* esclarecia que

> se observamos a desigualdade perante a Ley: se é applicada com attenção ao individuo, ou classe, se pune o piqueno, e perdôa o poderoso; se os Cargos se destribuem por partido, ou por interesse; se elles se multiplicão para acomodar homens; então infalivelmente a móla do Estado se vai gastando, the que cahindo em total froxidão, vem o Governo a mudar de forma[68].

A preocupação do redator estava, sobretudo, na questão da prosperidade e conservação do Estado, calculando "quando o Governo se fixa, ou afrouxa" através das leis. Naquele tempo, "na presença mental de um futuro risonho"[69] aberto com os debates em torno das reformas do Ato Adicional, tratava-se de tornar sólido o edifício da monarquia constitucional por meio da garantia de uma igualdade essencial entre os *homens livres e proprietários*.

Entretanto, o Ato Adicional, como solução conciliatória, não atendeu todas as reivindicações dos liberais, mantendo a vitaliciedade do Senado e o poder Moderador. Assim, o princípio conservador, sub-reptício, permanecia, influenciando a vida política. Os próprios Moderados já apontavam para a manutenção da "tradição" ao aclamarem o jovem

64 *Idem*.
65 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre, 20 AGO. 1836.
66 VIGILANTE. Sabará, 21 JUN. 1834.
67 *Idem*.
68 *Idem*.
69 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre, 08. JAN. 1834.

D. Pedro II “como o consolidador de nossa independência, como o monarca que, nascido em solo brasileiro, iria se voltar para os interesses da pátria”[70]. Além disso, segundo Morel, os liberais não deixavam de conceber a emancipação brasileira como “uma vitória da concepção da monarquia constitucional e da partilha de poderes entre o monarca e os ‘homens bons’”[71]. Com isso, acabaram por evidenciar uma noção de soberania tomada como “um complexo de grupos e tradições, de comunidades e de continuidade histórica”[72], fundamentada numa idéia de Nação da qual pretendiam, ao lado do monarca, ser os representantes “legítimos”.

A relação entre o monarca e o Parlamento levou os liberais Moderados a se apropriarem da noção de *juste-milieu*. Essa expressão foi difundida pelo liberalismo francês, sobretudo por meio da obra de François Guizot, para “marcar o repúdio ao mesmo tempo do Antigo Regime e da Revolução, forjando uma imagem de equilíbrio que se inspirava também no exemplo inglês de partilha de soberania entre o Parlamento e o monarca”[73]. Cabe ressaltar que a obra do *doctrinaire* era considerada verdadeiro manual para os liberais brasileiros. Como esclarecemos anteriormente, Guizot acreditava “na soberania da razão, da justiça, do direito: é a soberania legítima que procura o mundo e que o procurará sempre”(tradução nossa)[74]. Fiando-se nessas proposições, os Moderados tendiam a explicar o liberalismo “como expressão da ‘soberania da razão’”. Além disso, explica-nos Morel, como “a Moderação era apresentada como sinônimo de Razão”, o liberalismo “só poderia ser... Moderado”[75]. Essa “soberania da razão” ainda era compreendida como uma “valorização das capacidades”, evidenciado no princípio representativo, no qual “o papel do processo eleitoral era selecionar os homens mais capazes de conduzir os negócios públicos, os que detinham o poder e o saber”[76]. Portanto, a representação na Assembléia era tanto uma prerrogativa daqueles considerados “capazes” por sua *ilustração*, quanto dos detentores da *propriedade*.

Além dos “*doctrinaires*” franceses, os liberais Moderados inspiravam-se na fase “liberal” da Revolução Francesa, convergindo para o ideal político, presente na Constituição de 1791, de uma monarquia constitucional “com um sistema parlamentar de qualificação por propriedade”[77]. Dessa forma, a soberania e a propriedade poderiam ser tomadas como os “dois lados da moeda chamada Estado nacional”. Explica-nos Marés que os “Estados nacionais foram criados exercendo a sua soberania para garantir os direitos individuais de propriedade”[78]. Sendo assim, a lei, expressão do poder soberano, seria instrumento para

70 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. op. cit.*, p. 53.
71 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, p. 119.
72 FAORO, Raimundo. *op. cit.*, p. 281.
73 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, p. 123.
74 GUIZOT, François. *Du government representatif, apud* HESPANHA, António Manuel. *François Guizot (1787-1874) e os “doctrinaires”. op. cit.*, p..2.
75 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. op. cit.*, p. 119.
76 *Ibidem.*, p. 125.
77 HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções. op. cit.*, p. 131.
78 MARÉS, Carlos Frederico. “Soberania do povo, poder do Estado”. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação. op. cit.,* p. 235.

salvaguardar as posses daqueles que gozassem o *status* de cidadão, como defendido pelo padre José Bento Leite Ferreira de Melo, em seu relato das festividades em decorrência da primeira "Sessão dos Jurados na Vila de Pouso Alegre", em janeiro de 1834.

Conta-nos o padre Melo que, "sendo destinada a Caza da Camara para esta reunião [dos jurados], combinarão os Srs. Presidente da Camara e Juiz de Direito em abrir a Sessão no corpo da Igreja, por ter mais capacidade para ademitir a concorrencia dos espectadores, e dar-lhe toda a publicidade". Obviamente, o dito padre alegrou-se em "ver começar a trabalhar no lugar mais santo que temos, e aonde se celebrão os nossos sagrados misterios, a Instituição civil de maior respeito e de que maiores bens esperamos". Assim, sob as brumas dos mistérios metafísicos, a sessão era levada a efeito, pedindo aos Santos para que inspirassem "sentimentos de pura justiça e equidade naquelles que [estavam] sendo nossos Juizes, e a quem assim [tínhamos] confiado a nossa vida, honra, e fortuna!" (grifo nosso). Confiante, o padre encerrava: "tudo se passou na melhor ordem, tudo nos esperança e consola, na presença mental de um futuro risonho"[79].

No relato acima, o padre Melo apresentava uma das funções do ordenamento jurídico liberal: a defesa da vida, da honra e da fortuna dos cidadãos. Nesse sentido, em conformidade com o pensamento lockiano, as leis estabelecidas pelo "poder supremo" são "o grande instrumento e meio" para a "fruição da propriedade em paz e segurança"[80], ou seja, a preservação da vida, da liberdade e das posses dos homens reunidos em sociedade. Assim, os conceitos de soberania e propriedade relacionavam-se, pois, "irmanados na cultura constitucional, somente fazia sentido um se fosse para a realização do outro"[81].

Porém, a Justiça ainda esbarrava nos problemas com a eleição popular de Juizes de Paz, incidindo sobre a questão da soberania do povo. Um mês após o regozijo com a instalação da "Sessão dos Jurados na Vila de Pouso Alegre", dizia um correspondente do *Recopilador Mineiro*:

> Em quanto aos bons dezejos que tem Vm.ces de ser toda a Magistratura de eleição popular, nós tãobem o temos; porem vemos que estes dezejos são novas Republicas de Platão, ou novo Império descuberto por Fenelon: pois isto he impossivel de realizarse sem grande perigo da Liberdade[82].

Assim como outros liberais, o correspondente temia que a faculdade de julgar se mantivesse nas mãos do povo, colocando em risco a preservação da *propriedade*. Temia-se, sobretudo, a degeneração dessa utópica magistratura popular numa multiplicidade de tiranos que, como aquele *Juiz de Paz da Roça* imortalizado por Martins Pena, mandariam "por bem derrogar a Constituição"[83]. Decerto, dessa magistratura não seria possível julgamento "sem grande perigo da Liberdade", pois, a cada questionamento, o "Juiz" ameaçaria: "Ainda fala? Suspendo-lhe as garantias..."[84]

79 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre, 08. JAN. 1834.
80 LOCKE, John. op. cit., p. 92.
81 MARÉS, Carlos Frederico. "Soberania do povo, poder do Estado". In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação. op. cit.*, p. 252.
82 RECOPILADOR Mineiro. Pouso Alegre, 08 FEV. 1834.
83 PENA, Martins. *O Juiz de Paz da Roça*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: www.bn.br Acesso em: 11/07/2004. p. 10.
84 *Idem*.

6.4 TRONO E CONSTITUIÇÃO

Em contraposição às propostas Liberais, os Conservadores dos anos finais das Regências promoveram um entendimento de soberania vinculado a dois vocábulos: *Trono* e *Constituição*. Sob estes termos, organizou-se um aparato discursivo que pretendia assegurar uma idéia de autoridade e ordem na Província de Minas Gerais. Para tanto, foi instituída uma Sociedade Política na cidade de Ouro Preto, com o título manifesto de Defensora do Throno e da Constituição, a qual pretendia prestar ao governo da Província "toda a força e coadjuvação"[85]. Em torno dessa associação e de seu porta-voz, o *Correio de Minas*[86], foram estabelecidas as bases do grupo regressista em Minas Gerais, congregando vários adeptos em diferentes localidades da Província.

Na vila de Barbacena, o representante dessa corrente era *O Parahybuna*. Periódico redigido pelo padre Justiniano da Cunha Pereira que, ao mesmo tempo em que depreciava a imagem dos liberais mineiros, defendia "os sagrados objectos Throno e Constituição" (grifo nosso)[87]. Entretanto, com a morte de seu primeiro redator após dois anos de polêmica atuação, *O Parahybuna* mudava de editor em julho de 1839, declarando "sustentar as mesmas doutrinas"[88]. Com efeito, a manutenção desse periódico representava a conservação de um espaço de debate e o sustentáculo do grupo partidário do Regresso naquela vila.

Proclamando defender "a Monarquia e a Constituição", o novo redator de *O Parahybuna* afirmava que "a verdadeira liberdade, a que provem da harmonia entre as Leis Divinas e humanas, he o resultado de huma Sabia experiencia, e das Luzes dos espíritos rectos, fieis a sua consciencia"[89]. Como mostramos em capítulo anterior, a influência da religião nas concepções políticas, traço marcante do movimento ilustrado luso-brasileiro, era evidente nos discursos do período Regencial. Entretanto, ao passo que se manifestava o "vestígio" da concepção hobbesiana de que "as leis se dividem [...] antes de mais nada em divinas e humanas"[90], *O Parahybuna* sustentava a coerência política dos "espíritos rectos", compreendida no uso da razão para "superar o imediatismo e o domínio das paixões"[91].

Ainda sob inspiração de Thomas Hobbes, dizia *O Parahybuna* que

> a maioria dos homens he guiada pelo interesse, quer de reputação, de gloria, de riquezas, ou ainda da ambição sordida, com que fitando os commodos da vida, não se embaração alguns com a justiça dos meios, com tanto que toquem os seos fins injustos[92].

85 APM/PP $^{1}{}_{7}$ Cx. 02. doc. 24. Correspondências de Sociedades Políticas. 29 DEZ. 1837.
86 Sobre o *Correio de Minas* e sua relação com o Regresso Conservador em Minas Gerais confira a **Introdução** deste livro.
87 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 09 JUL. 1839.
88 *Idem*.
89 *Idem*.
90 HOBBES. Thomas. *Do cidadão*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 241.
91 RIBEIRO, Renato Janine. "O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade". *op. cit.*, p. 142.
92 PARAHYBUNA (O). Barbacena, 09 JUL. 1839.

Esses homens “guiados pelo interesse” eram identificados aos liberais que, naquele momento, levantavam a bandeira da Maioridade de D. Pedro II. Por isso, procurando “despertar a attenção pública contra os falsos profetas”, *O Parahybuna* propunha, além da prevalência da razão, um conceito de liberdade que, “respeitando o direito dos povos, e a Authoridade necessaria dos Monarcas, sabe conciliar os interesses de huns, e de outros”(grifo nosso)[93]. Contudo, essa liberdade concebida entre os “povos” e os “Monarcas” não deve ser entendida como uma oposição, mas como uma conciliação e um pacto.

Para Thomas Hobbes, cabe à autoridade a concepção de boas leis[94] para garantir a segurança dos povos nos termos seguintes: a defesa contra inimigos, a preservação da paz, o direito de enriquecimento e o exercício de uma liberdade inofensiva[95]. Em vista disso, o filósofo inglês, em *Do Cidadão*, afirmava: “o governante (enquanto tal) não cuida da segurança de seu povo a não ser por meio de suas leis”[96]. Para a manutenção dos “direitos dos povos”, a autoridade deveria reprimir os ambiciosos e dissolver as facções, considerados verdadeiros inimigos dentro das muralhas do Estado[97]. Ao assim agir, o Imperador, assegurando a paz dos cidadãos, receberia o “monopólio de uma responsabilidade”[98].

Nesse momento, o *Trono* apresentava-se como idéia quase irresistível, envolvendo mesmo liberais como Teófilo Otoni[99]. Todavia, como apresentaremos a seguir, ocorreu uma apropriação do ideal do *Trono* por parte dos liberais como “opção” para a retomada do poder perdido com o advento do Regresso, fortalecendo um discurso que apregoava o pleno exercício da autoridade pelo herdeiro imperial. Esse discurso foi levado a efeito por meio de um Golpe de Estado[100], o qual representou, momentaneamente, o retorno dos Liberais ao governo. Cabe destacar que a maioridade de D. Pedro II era anseio generalizado, sobretudo para a classe dominante, independentemente de facção, como alternativa para “salvar a Nação”.

O Golpe da Maioridade, mesmo partindo dos “aúlicos”, foi saudado posteriormente pelos Conservadores. *O Correio de Minas*, como que pressagiando a reviravolta com a ascensão do *Gabinete Palaciano* em substituição aos “maioristas”[101], festejava “a sublime, e gloriosa resolução, que V. M. I. tomou de entrar no pleno exercicio dos Poderes Magistaticos salvou de uma vez o Imperio de Santa Cruz dos incalculaveis males que a longa menoridade

93 *Idem.*
94 “Pertence ao cuidado do soberano fazer boas leis” (HOBBES, Thomas. *Leviatã. op. cit.*, p. 210).
95 HOBBES, Thomas. *Do cidadão. op. cit.*, p. 223.
96 *Ibidem*, p. 221.
97 *Ibidem*, p. 229-231.
98 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 139.
99 Teófilo OTONI, em sua *Circular*, confessa: “Trabalhávamos unanimemente para a maioridade” (OTONI, Teófilo Benedito. *op. cit.*, p.124).
100 Sobre o Golpe da Maioridade, ver: SOUSA, Octávio Tarquinio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil. op. cit.*, v. VIII, p. 131-213; CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. op. cit.*, t. II, v. 4, p. 76-84.
101 CASTRO, Paulo Pereira de. “A experiência republicana, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira. op. cit.*, t. II, v. 4, p. 83.

de V. M. I. havia feito sentir por toda parte"(grifos nossos)[102]. Com essas palavras, apresenta-nos o *Correio de Minas* um discurso em que a "tradição" permanecia através dos "Poderes Magistaticos" e do "Império de Santa Cruz". Este era a personificação do batismo realizado logo após o "descobrimento", relembrando a "outra designação" que, para o frei Vicente do Salvador, era "muito mais virtuosa e conforme aos propósitos salvacionistas da brava gente lusa"[103]. Assim, ao ser afirmada uma tradição, da qual a "boa sociedade" acreditava ser a continuadora, promoveu-se uma história que interligava o nascente Império brasileiro ao mundo europeu civilizado. Continuidade idealizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de um projeto de construção de uma "nacionalidade essencial"[104]. Assim, afirma Manoel Luís Salgado Guimarães, como "herdeiro de uma tradição marcadamente iluminista e vivenciado como tal por seus membros, o instituto [propunha-se] a levar a cabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social"[105].

Os "Poderes Magistáticos", por seu turno, expressavam-se no "empréstimo" ao simbolismo europeu do ritual de coroação e sagração no qual D. Pedro II encarnaria a Nação, maquiando "a juventude do Império brasileiro com ancestrais mais longínquos e legítimos"[106]. Seguiu-se a sombra do Mestre de Avis, legitimando uma estrutura de poder patrimonialista herdada do Estado lusitano[107]. Contudo, aquela cerimônia também comportava um lado inovador: a *Constituição*. Numa mistura de "velhos e novos rituais", ao mesmo tempo em que era coroado, sagrado e ungido, D. Pedro II, "à semelhança de boa parte da realeza contemporânea, transformava-se em um monarca constitucional"[108]. Entretanto, para aproveitar o texto de Lilia Moritz Schwarcz, "era evidente o lado instrumental do ritual por parte das elites, que com ele recolocavam um imperador como símbolo da nação, e encontravam na monarquia um sistema necessário de arbitramento dos conflitos entre elas"[109]. Essa dimensão – "um golpe das elites para as elites"[110] – foi explorada pelos Conservadores que, ao prepararem as grandiosas cerimônias, se regozijaram em várias localidades do País. Portanto, em julho de 1841, completava-se a fusão do *Trono* à *Constituição*, conferindo força à noção de soberania representada pelo jovem monarca.

Destarte, em maio de 1841, a Sociedade Defensora do Throno e da Constituição preparava os festejos, na cidade de Ouro Preto, da "Coroação e Sagração do nosso Adorado Monarca o Snr. D. Pedro 2º", que deveriam constar de "fogo d'artifício na Praça, no

---

102 CORREIO de Minas (O). Ouro Preto, 22 FEV. 1841.
103 SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 29.
104 SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado". In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise do Estado-nação. op. cit.,* p. 356.
105 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos. *op. cit.*, p. 8.
106 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. op. cit.*, p. 78.
107 "A reação centralizadora e monárquica, conservadora e oligárquica, trilhou o caminho da tradição, à sombra de D. João I e de D. João IV: ela forjou um imperador e o imperador a consolidou" (FAORO, Raymundo. *op. cit.*, p. 336).
108 SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. op. cit.*, p. 79.
109 *Ibidem*, p. 83.
110 *Idem*.

dia 22, Missa Solemne com Oração e Te Deum á tarde no dia 23”[111]. Pretendia-se assinalar, “de modo mais pomposo” possível, a consolidação da Autoridade no Império e, outrossim, ofuscar os liberais na Província de Minas Gerais[112].

Os liberais Moderados não permaneceram inertes ante a dissolução de suas representações. Enquanto eram esfaceladas suas principais realizações com as reformas no Ato Adicional e no Código do Processo, alteraram os rumos da discussão para os vocábulos mais caros aos Conservadores: *Trono* e *Constituição*. Com isso, não pretendiam desqualificá-los, mas usurpá-los ao monopólio Conservador, adquirindo força, pelo menos na Província de Minas Gerais, para tentar deter as ações regressistas. Desse modo, reapresentaram uma noção de soberania calcada na nação e no constitucionalismo, porém a base encontrava-se no monarca, classificado como o “magistrado supremo” do Estado. Por isso, visando depreciar a Sociedade Defensora do Throno e da Constituição, *O Universal* publicava, no mês seguinte à grandiosa Coroação de D. Pedro II, algumas mensagens nas quais eram analisados os dois objetos de defesa dessa associação, apresentando uma concepção de soberania diversa.

Para o autor das mensagens, o termo “trono” era claramente entendido como “a pessoa do monarcha”. No entanto, indagava: “Mas qual será o acto, e qual o designio por que se opera no corpo politico a creação desta suprema magistratura?(grifos nossos)”. Respondia que esse ato “não pode ser outro senão a lei; e o designio a execução da mesma lei”. Nesse sentido, se “a lei existe na plena fruição de suas forças, se sua execução marcha de accordo com o seu espirito, o trono conserva-se poderosamente defendido”. Entretanto, conclui que “sendo a lei uma expressão nacional, uma declaração autentica do todo politico”, o resultado é que “somos todos nós os cidadãos brasileiros esses defensores [do trono], e creadores de um primeiro magistrado, cuja existencia é puro effeito da lei creatura nossa”. Assim, o monarca seria gerado pela lei e garantido pela

> vontade geral, e autentica do corpo social brasileiro [pois] é a única força creadora, o unico antemural defensor do trono constitucionalmente monarchico; eis o supremo meio alem do qual outro algum pode existir nos paizes regido pela sãa politica nem mais poderoso, nem mais solido; nenhum outro pode dar-se mais consentaneo, e perduravel; nem mais soberano e legitimo[113].

Assim, ao afirmar que “somos todos nós os cidadão brasileiros esses defensores” do trono, o autor claramente pretendia retirar do monopólio conservador a posição simbólica que os identificava, desde o Regresso, com a defesa da monarquia constitucional. No entanto, apropriando-se da noção de “vontade geral”, como desenvolvida por Rousseau, sem contudo desligá-la do monarca, o autor concebia uma idéia próxima às antigas teorias corporativas de poder, sobretudo a teoria da origem popular do poder régio propugnada pelos pensadores neo-escolásticos[114].

111 APM/PP [1] $_{7}$ Cx. 02. doc. 26. Correspondências de Sociedades Políticas. 05 MAIO. 1841.
112 Sobre a cerimônia de Coroação e Sagração de D. Pedro II, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. op. cit.*, p. 71-84.
113 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 09 AGO. 1841.
114 Sobre as teorias corporativas de poder e a influência do pensamento neo-escolástico no mundo luso-brasileiro, ver:

Em janeiro de 1842, o escritor, que permanecera incógnito, retomava a questão do "trono". Desta vez, o autor recorria à etimologia para interpretar o termo "magistratura suprema". Primeiramente, a palavra "magistratura" era definida como "o exercício da legítima authoridade d'aquelle que administra as leis, defende, e garante a felicidade publica". Adiante, continuava o autor,

> do supino do verbo – magistro, magistravi, magistratum – elisão, ou symcope do verbo – Magistero – que significão – governar, presidir, administrar – se deriva o substantivo da 4ª – Magistratus – com a dupla significação tanto da pessoa que administra, como do mesmo cargo de administrar[115].

Isto dito, concluía o erudito escritor:

> Ora, sendo manifesto que a constituição politica do Brasil declara o monarcha como chefe do poder executivo; segue-se que, pelas premissas estabelecidas, a expressão de – Magistratura – realmente compete, exacta, e justamente concorda com o estado d'aquelle que exerce a mais alta administração no nosso corpo politico[116].

Posteriormente, era identificado o sentido da palavra "Suprema": "a nossa constituição politica a outorga não só ao primeiro magistrado da nação, o Imperador, como também ao tribunal de justiça". Porém, "o termo em questão [era] tomado nas suas restricções relativas [...] exaradas nos artigos da constituição do Imperio". Relativas porque era "manifesto absurdo a existencia de dois seres políticos, exercendo cada um de per si nos corpos sociaes o direito de universal supremacia, tornando-se por tal existencia dividida, e destituida da sua essencial unidade a soberania nacional"[117]. Negava-se, portanto, a divisibilidade da soberania da nação, aceitando-se, como dito anteriormente, a partilha de seu exercício entre o monarca e os "representantes" reunidos na Assembléia Geral.

O autor, evidentemente, esvaziava a velha máxima de Adolphe Thiers: "o Rei reina e não governa"[118]. Estabelecia, portanto, um entendimento distinto no qual o monarca, assegurado pela Constituição, deteria o direito de "governar, presidir e administrar", defendendo e garantindo a felicidade pública[119]. Com esse artifício, buscava-se fazer com que o Imperador, como "magistrado supremo", retomasse suas atribuições constitucionais a fim de manter a unidade do Império e a indivisibilidade da soberania da nação. Contudo, essa formulação marcava a impotência dos Liberais em evitar que a soberania fosse vinculada à noção de Ordem e ao princípio monárquico, convergindo para as proposições Conservadoras[120].

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura, op. cit.*, p. 27-44.

115 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 24 JAN. 1842.

116 *Idem*.

117 UNIVERSAL (O). Ouro Preto, 24 JAN. 1842.

118 Ao legitimar o monopólio da responsabilidade do monarca e assinalar as circunstâncias do país, o Visconde do URUGUAY dizia: "A máxima – o Rei reina e não governa – he completamente vazia de sentido para nós, pela nossa Constituição". (URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa. Visconde do. *op. cit.*, t. II, p. 157).

119 Ao definir os Saquaremas como intérpretes da dimensão pública, Ilmar R. MATTOS traduz a afirmativa do visconde do Uruguay – "o Imperador exerce as atribuições que a Constituição lhe confere" – como: "o imperador reina, governa e administra" (MATTOS, Ilmar Rohllof de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 141).

120 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 130-146.

Os conservadores levaram adiante a representação do Imperador como o "magistrado supresso" da Nação. Essa "magistratura" estaria acima das facções, mantendo uma neutralidade que lhe conferia a responsabilidade pela "segurança do povo", como aconselhava Hobbes[121]. Assim, a "magistratura suprema" cunhada pelos liberais ganhava, sob a interpretação Saquarema, a forma do "monopólio de uma responsabilidade", garantido "a vida, a honra e a fortuna" daqueles que gozavam o *status* de cidadão. Esse monopólio implicava a adesão ao princípio da Ordem. Princípio este que significava, sobretudo, a preservação da integridade territorial e a manutenção da hierarquia nos "mundos" do Império do Brasil[122].

Por meio de um jogo de apropriações, os periodistas mineiros apresentaram idéias de soberania que, de um lado, implicaram a definição dos marcos inaugurais da nação e, de outro, acabaram por atrelar o Imperador à imagem do Estado. Nesse movimento, o monarca passava a figurar como uma autoridade acima das lutas partidárias que, como esclarece Ilmar R. Mattos, "ameaçavam a continuidade das instituições e dos monopólios que elas objetivavam preservar"[123]. Ressaltamos que esse aparato discursivo, erguido em torno da unidade essencial de poder e da lei, fundamentava, no final das contas, um discurso de dominação. Assim, nos últimos anos das Regências, a partir da criação de uma representação "neutra" de D. Pedro II, colocou-se de lado a concepção de soberania popular, tida como anárquica e incapaz. Erguia-se uma noção de soberania que residia numa idéia de Nação que seria forjada em torno de uma continuidade histórica. Procurava-se justificar a permanência do exercício soberano nas mãos de seus "representantes", considerados capacitados por sua razão, propriedade e tradição. Fazendo isso, os Conservadores acabaram por reconhecer como legítima a hierarquia presente na sociedade Imperial[124].

121 HOBBES, Thomas. *Do cidadão. op. cit.*, p. 219-235.
122 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p. 268.
123 *Ibidem*, p. 179.
124 *Idem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi exposto, podemos considerar que, no intervalo de tempo circunscrito entre a queda do primeiro Imperador e a Revolução Liberal de 1842, constituiu-se um espaço propício à atuação das "vozes" da sociedade da Província de Minas Gerais. Cabe ressaltar que a efervescência política intensificou-se no alvorecer das Regências, momento celebrado como o nascimento de uma nova "Era", na qual se acreditava que o Brasil houvesse confirmado sua Independência. Nesse interstício, a imprensa forjou-se em espaço de participação política, ampliando os debates e repercutindo nas práticas e representações políticas. Ademais, os impressos, paulatinamente, invadiram o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presentes no universo cultural mineiro.

Com efeito, autores e interlocutores diversos apresentaram seus pontos de vista, debatendo em locais vários como casas, bibliotecas e sociedades políticas. Vimos que os redatores das Regências, imbuídos dos ideais ilustrados, tomavam para si uma missão "esclarecedora". Não obstante, encaravam a prática da "escrita política" como meio de disputa, buscando afirmar uma visão de mundo e subjugar seus adversários por meio dessas verdadeiras armas forjadas nas tipografias mineiras. Para tanto, idealizavam um público seleto e assíduo, pretensamente apto a "decifrar" o conteúdo impresso, dialogando por meio de correspondências inseridas, posteriormente, nos próprios periódicos. Contudo, embora objetivassem controlar a interpretação dos leitores, os redatores não foram capazes de prever todas as respostas de seus textos. Além disso, os impressos não permaneceram circunscritos às camadas mais favorecidas da sociedade imperial, mas circularam pelas praças e ruas de vilas e cidades da Província. Nesse processo, o uso das "folhas públicas" alargou-se, circulando em espaços diversos e sendo apropriadas por um público que não lhes eram destinadas.

Consideramos que um incipiente "espaço público" realmente tenha se constituído na Província de Minas Gerais. As pessoas envolvidas nesse processo estabeleceram e mantiveram um ambiente propício à discussão política por intermédio dos impressos, os quais efetivavam sua razão de ser com a prática da leitura, seja ela silenciosa e introspectiva ou coletiva e oralizada. No entanto, enfatizamos que a leitura coletiva, praticada em locais diversos, contribuiu para a conservação da esfera da política, afinal ela somente torna-se real quando nos encontramos na companhia dos outros. Ademais, os periodistas daquele tempo sabiam que a liberdade política necessitava da conservação do espaço criado para a sua própria ação, pois, como nos ensina Hannah Arendt, "sem um âmbito público politicamente assegurado, falta à liberdade o espaço concreto onde aparecer"[1]. Por isso, construíram uma ampla rede de comunicação em torno dos produtos dos prelos mineiros, praticando a permuta, correspondendo-se mutuamente e, até mesmo, recopilando trechos de periódicos que professavam a mesma fé política. Portanto, quando os autores, editores,

1 ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro. op. cit.,* p. 195.

leitores e ouvintes estabeleceram um espaço de debates, em verdade, procuravam fortalecer uma “esfera pública de poder” na Província de Minas Gerais.

Por meio dos impressos e de suas leituras, o ideário político liberal era recriado. Nesse sentido, os conceitos de liberdade e de soberania foram reformulados tendo em vista os elementos em disputa: Exaltados, Moderados e Conservadores. Na luta entre esses três grupos políticos, os vocábulos em questão ganharam concepções distintas. Primeiramente, o conceito de liberdade foi destituído de seu caráter igualitário (destituição desta que foi a base das formulações liberal Moderadas), sendo atrelado à noção de “ordem” (proposta pelos Conservadores). No entanto, essa “ordem”, vista como quimérica em política até mesmo pelos conservadores, deveria ser cimentada na monarquia e na liberdade. Com isso, a liberdade deveria convergir para a “Autoridade”, sendo esvaziada daqueles conteúdos que suscitassem o entusiasmo e a paixão. Os Conservadores procuraram o prevalecimento de uma concepção de liberdade calcada no primado da “ordem” sobre o “amor à igualdade” pugnado pelos liberais.

Essa idéia de “autoridade” nos remete ao conceito de soberania. Os debates em torno desse termo levaram à definição dos marcos inaugurais da nação, reforçando a autoridade do Imperador, herdeiro legítimo daquele “herói” que proferiu o brado de “Independência ou Morte” a *7 de Setembro de 1822*. Nesse movimento, buscava-se impor uma concepção distinta de soberania, na qual a unidade essencial de poder voltaria a oscilar na órbita do monarca, atrelando-o à imagem do Estado. Além disso, D. Pedro II passava a figurar como uma autoridade acima dos choques entre os “partidos”: o “magistrado supremo”. A partir dessa representação “neutra” do monarca, foi colocada de lado a concepção de soberania popular. Afirmavam, categoricamente, que a soberania residia na “Nação”, concebida nos termos de uma continuidade histórica, justificando a permanência do exercício soberano nas mãos dos “representantes nacionais” capacitados por sua razão, propriedade e tradição. Com isso, os Conservadores acabaram por reconhecer como legítima a hierarquia presente na sociedade Imperial[2].

Se, por um lado, formava-se um espaço público que congregava aqueles homens dotados de razão, liberdade e posses, por outro, nas formulações acerca da soberania e da liberdade apresentadas pelos periodistas, prevalecia a idéia de “incapacidade” do povo para a prática e manutenção daquele tão aclamado regime liberal. Predominava, portanto, a total negação da participação popular na vida política formal. Isso repercutiu, inclusive, em nossa peculiar “democracia”, cuja atuação do povo resume-se à eleição, de tempos em tempos, de seus supostos representantes. Mesmo essa “participação temporária” não tem muito valor, pois, como afirma José Murilo de Carvalho, “passa a ser tudo, menos a afirmação da vontade cívica de participação no governo do País”[3].

2 MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema. op. cit.*, p.179.
3 CARVALHO, José Murilo de. “Brasileiro: Cidadão?” In: _____. *Pontos e bordados. op. cit.*, p. 281.

Entretanto, essa população destituída de *posses* mostrava-se potente e "perigosa" na atuação na praça pública, sobretudo por meio da revolta e da agitação. Lembramos que a presença da "malta" insurgente transformava as Regências, aos olhos da "boa sociedade", num momento de "soffrimentos e apprehensões, graves do futuro"[4]. Para deter esse "perigo" representado pelo populacho, concebeu-se um discurso excludente que negava a ação política de qualquer indivíduo que não fosse *livre e proprietário*. Contudo, em vista do que foi apresentado neste livro, preferimos concluir junto com um incógnito correspondente da *Abelha do Itaculumy*:

> Mas deverão ser homens para sempre submissos à vontade arbitrária de hum só, ou à de alguns Aristocratas? De nenhuma sorte poderá o Povo tomar parte na Confecção de suas Leis? Sou – Srs. Redactores
>
> **..."** [5]

4 SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brazil durante a menoridade de D. Pedro II°. op. cit.,* p. 25.
5 ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto, 03 SET. 1824.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais mineiros publicados entre 1823 e 1849, encontrados na Hemeroteca Pública Assis Chateaubriand, Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG (microfilmes da Biblioteca Nacional).

1. Abelha do Itaculumy.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barbosa e Cª., 1824.

2. Americano (O).
São João del-Rei. Typographia de Pimentel, 1840.

3. Amigo da Verdade (O).
São João del-Rei. 1829.

4. Astro de Minas (O).
São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1827-1839.

5. Athenêo Popular (O).
Ouro Preto. Typ. Do Itacolomy, 1843-1844.

6. Boletim Official.
Ouro Preto. Typ. Imparcial de B. X. Pinto de Souza, 1845.

7. Buletim da Legalidade no Serro.
Serro. Typographia de Verissimo P. dos R., 1842.

8. Compilador Mineiro.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barboza e Cª., 1823-1923.

9. Constituição em Triunfo (A).
São João del-Rei. Typographia da Astro de Minas, 1833.

10. Constitucional (O).
Ouro Preto. Typ. De Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1846.

11. Constitucional Mineiro (O).
São João del-Rei. Typographia do Constitucional Mineiro, 1832-1833.

12. Correio de Minas (O).
Ouro Preto. Tipografia do Correio de Minas, 1838-1844.

13. Despertador (O).
Sabará. Tip. Patriótica Sabarense, 1842.

14. Despertador Mineiro.
São João del-Rei. Typographia de Pimentel, 1842.

15. Diário do Conselho de Governo da Província de Minas Geraes.
Ouro Preto. Officina Patricia de Barbosa e Cª., 1825.

16. Echo da Razão (O).
Barbacena. Typographia da Sociedade Typographica., 1840-1842.

17. Estafêta.
Sabará. Tip. Patriotica Sabarense / Typographia de P. G. Nogueira., 1842.

18. Estrella Mariannense.
Ouro Preto/Mariana. Typographia Patricia do Universal/Typografia Marianense, 1830-1832.

19. Grito do Povo.
Ouro Preto. Typographia de Leyraud, 1833.

20. Guarda Nacional Mineiro (O).
Ouro Preto. Typografia Patricia do Universal, 1838-1840.

21. Itacolomy (O).
Ouro Preto. Tipografia do Itacolomy, 1843.

22. Itamontano (O).
Ouro Preto. Tip. Joaquim Carlos de Figueiredo, 1848.

23. Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública no Ouro Preto.
Ouro Preto. Typografia do Universal, 1832-1834.

24. Legalista (O).
Ouro Preto. Typ. do Correio de Minas, 1842.

25. Mentor das Brasileiras (O).
São João del-Rei. Typographia do Astro de Minas, 1829-1832.

26. Mineiro (O).
Ouro Preto. Typografia de Leyraud, 1833.

27. Monarchista (O).
São João del-Rei. 1838.

28. Noticiador (O).
Ouro Preto. Typographia do Noticiador, 1848.

29. Novo Argos (O).
Ouro Preto. Officina Patricia do Universal, 1829-1834.

30. Opinião Campanhense.
Campanha. Typographia da Opinião Campanhense, 1832-1836.

31. Ordem (A).
São João del-Rei. Typographia da Ordem, 1842-1844.

32. Parahybuna (O).
Barbacena. Typographia do Parahybuna, 1837-1839.

33. Popular (O).
São José Del Rey (atual Tiradentes). Typographia de Silva Lima & Velloso, 1840.

34. Pregoeiro Constitucional (O).
Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1830-1831.

35. Publicador Mineiro (O).
Ouro Preto. Typographia do Publicador Mineiro, 1844-1846.

36. Razão (A).
Sabará. Typografia Sabarense, 1836.

37. Recopilador Mineiro (O).
Pouso Alegre. Typographia do Pregoeiro Constitucional, 1833-1836.

38. Recreador Mineiro (O).
Ouro Preto. Typ. Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza, 1845-1848.

39. Selecta Catholica.
Mariana. Typographia Episcopal, 1846-1847.

40. Tareco Militar (O).
Ouro Preto. Typographia de Leyraud, 1833.

41. Telegrapho (O)
Ouro Preto. Typographia de Cortes e Companhia, 1828-1831.

42. Unitário (O).
Ouro Preto. Typografia do Correio de Minas, 1838-1840.

43. Universal (O).
Ouro Preto. Typografia do Universal, 1825-1842.

44. Vigilante (O).
Sabará. Typografia da Sociedade Pacificadora, 1833-1835.

45. Viva a Legalidade!
Ouro Preto. Typografia do Correio de Minas, 1842.

46. Voz do Povo Opprimido (A).
Ouro Preto. Typ. de M. M . Franco e Cª., 1849-1850.

FONTES COMPLEMENTARES

Fontes manuscritas

<u>*ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO*</u> - APM

Fundo Arquivo Público Mineiro - APM

APM-JXV cx. 02 Gestão José Pedro Xavier da Veiga (1895-1901)

Assembléia Legislativa Provincial - AL

AL$^{1}_{4}$ cx. 11 Eleições em Oliveira, Ouro Fino e Ouro Preto (1835-1888)

AL$^{1}_{5}$ Correspondência Recebida.

AL$^{1}_{6}$ cx. 01 Requerimentos (1835-1836)

AL$^{1}_{8}$ Partidos Políticos;

AL$^{3}_{2}$ cx. 02 Documentação Interna Segunda Legislatura (1838-1839)

Arquivo Privado Família Joaquina Bernarda do Pompéu - FJBP

FLBP cx. 03 Família Oliveira Campos

Arquivo Privado Luís Antônio Pinto - LAP

LAP cx. 02 pasta 3 volume 3.2

Arquivo Privado Família Rodrigues Pereira - FRP

FRP cxs. 01 e 02 Antônio Rodrigues Pereira

Presidência da Província - PP

PP$^{1}_{7}$ cx. 01 Sociedades musicais, políticas e literárias (1831-1833)

PP$^{1}_{7}$ cx. 02 Sociedades musicais, políticas e literárias (1834-1889)

PP$^{1}_{13}$ cx. 01 Estatística jurídica (1828-1835)

PP$^{1}_{17}$ cxs. 01 a 04 Rebelião de 1842 (1842-1844)

PP$^{1}_{18}$ cx. 74 Magistratura e Administração de Justiça – Serro (1834-1852)

PP$^{1}_{18}$ cx. 75 Magistratura e Administração de Justiça – Serro (1837-1852)

PP$^{1}_{24}$ cx. 01 Polícia (1834-1842)

PP$^{1}_{33}$ cx. 217 Câmaras Municipais – Queluz (1838-1840)

PP$^{1}_{33}$ cx. 228 Câmaras Municipais – Sabará (1829-1830)

PP$^{1}_{33}$ cx. 229 Câmaras Municipais – Sabará (1830-1832)

PP$^{1}_{33}$ cx. 270 Câmaras Municipais – São João del-Rei (1821-1831)

PP$^{1}_{37}$ cx. 01 Sedição de 1833 (1831-1833)

PP$^{1}_{37}$ cx. 02 Sedição de 1833 (1833)

PP$^{1}_{37}$ cx. 03 Sedição de 1833 (1833-1836)

PP$^{1}_{54}$ cx. 03 Tipografia (1822-1869)

PP$^{2}_{6}$ cx. 04 Assuntos diversos (1832-1833)

PP$^{3}_{4}$ cx. 01 Diversos (1824-1852)

Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP (caixas)

CMOP$^{1}_{10}$ cx. 01 Diversos (irmandades, sociedades, outras províncias) (1821-1832)

CMOP$^{1}_{10}$ cx. 02 Diversos (irmandades, sociedades, outras províncias) (1833-1849)

CMOP$^{2}_{2}$ cx. 01 Editais e circulares (1823-1836)

CMOP$^{3}_{1}$ cx. 01 Atas e pareceres de comissões (1829)

Câmara Municipal de Ouro Preto - CMOP (códices)

CMOP 246 Registro de resoluções e posturas (1830-1837)

CMOP 251 Participações de tipografias (1831-1866)

Câmara Municipal de Paracatu - CMP

CMP 10 Registros de decretos, portarias e mais atos régios (1822-1828)

CMP 11 Registro de ofícios da Câmara aos Governos Geral e Provincial (1824-1825)

Câmara Municipal de Sabará - CMS

CMS 111 Testamentos (1800-1845)

CMS 196 Receita e despesa da Câmara (1831-1836)

CMS 203 Receita e despesa da Câmara (1837-1841)

Câmara Municipal de Mariana - CMM

CMM 46 Registro de decretos (1837)

Câmara Municipal de Curvelo - CV

CV cx. 01 (1833-1841)

CV cx. 02 (1842-1844)

Conselho Geral da Província - CGP

CGP$^{1}_{1}$ cx. 07 Correspondência recebida (1833-1834)

CGP^{2} cx. 01 Correspondência expedida (1825-1834)

CGP$^{3}_{1}$ cx. 06 Documentação interna – atas (1833-1834)

Junta do Governo Provisório - JGP

JGP$^{1}_{3}$ cx. 05 Correspondência recebida - Câmaras Municipais (1821-1824)

JGP$^{1}_{7}$ cx. 04 Correspondência recebida – Requerimentos (1823)

Seção Provincial - SP

SP 65 Correspondências (1828-1833)

SP 100 Atos do Conselho de governo de São João del-Rei (1833)

SP 116 Registro de diplomas, cartas e provisões do governo (1833-1836)

SP 211/ 212 Juizes Municipais (1839)

SP 213 a 220 Juizes de Paz (1839)

SP 232 a 235 Círculos Literários (1839)

SP 236 Instrução Primária (1839)

SP 258 Originais de papéis avulsos (1839)

SP 304 Instrução Pública (1841-1843)

SP 637 Registro de ofícios da Diretoria Geral de Instrução Pública (1856-1860)

SP 642 Tipografia Provincial (1856)

Secretaria de Governo (província) - SG

SG 41 Agentes dos correios (1834-1860)

SG 550 Títulos honoríficos (1818-1863)

Casa Borba Gato (Sabará) - CBG

Câmara Municipal de Sabará (Atas) - CMS-ATA

CMS-ATA 03 (1822-1848)

CMS-ATA 04 (1830-1832)

CMS-ATA 05 (1832-1834)

CMS-ATA 06 (1834-1836)

CMS-ATA 07 (1836-1838)

CMS-ATA 08 (1838-1841)

CMS-ATA 09 (1842-1845)

Avaliação de Bens - AVA

AVA (01) 27

AVA (01) 56

AVA (01) 58

AVA (01) 59

Cartório do Primeiro Ofício de Notas de Sabará - CPON

CPON (3) 62

CPON (4) 120

CPON (4) 144

CPON (21) 607

CPON 105

CPON 277

Cartório do Segundo Ofício de Notas de Sabará - CSO

CSO (78) 1

CSO (67) 1

CSO (7) 12

CSO (71) 14 cx. 112

CSO (67) 16 cx. 121

Cartório do Crime - CC

CC (2) 38

CC (2) 53

CC(33b) 1385

Biblioteca Pública Batista Caetano de Almeida – (São João del-Rei) - BBCA

Câmara Municipal de São João del-Rei - CMSJDR

CMSJDR/ACOR 14 Acórdãos e termos de vereança (1823 a 1831)

CMSJDR/ATA SES 27 Atas das sessões da Câmara de São João del-Rei (1831 a 1835)

CMSJDR/CAED 68 Editais e correspondências avulsas (1823-1831)

CMSJDR/SUB 208 Subscrições para biblioteca pública de São João del-Rei (1828)

Museu Regional de São João del-Rei - MR

Testamentos e Inventários *post-mortem* – cxs. 37 a 615 (1827 a 1865)

Testamento de João Antônio da Silva Mourão (1865)

Inventário de Francisco de Paula Almeida de Magalhães (1848)

Inventário de João Martins de Carvalho (1837)

Inventário de Miguel Ferreira (1841)

Processos criminais

Processos cx. 220

Processos cx. 249A

Processos cx. 254

Processo referente à Revolta de Carrancas, São João del Rei (1833). Disponível em: http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html Acesso em 25 FEV. 2006.

ARQUIVO ECLESIÁSTICO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE PRADOS – (PRADOS)

Registros de Batismos

Livro do Registros de Batismos (1771-1789), f. 183v., registro de 14 jul. 1782.

MATRIZ DE N. SRA. PILAR DE SÃO JOÃO DEL REI – (SÃO JOÃO DEL REI)

Registro Paroquial de Casamento

Livro nº 9, f. 183v., registro de 26 nov. 1806.

ARQUIVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ANTÔNIO DIAS - (OURO PRETO)

Registro Paroquial de Casamento

Livro de Registro de Casamentos da Freguesia de N. Sra. da Conceição (1827-1836), f. 11, registro de 1º ago. 1830.

ARQUIVO CENTRAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA) – (JUIZ DE FORA)

Fundo Fórum Benjamin Colucci, Inventários do Século XIX

Ano 1868, 18º processo - Caixa: 067 - ID: 405.

FONTES IMPRESSAS

ALBERDI, Juan Bautista. *Fundamentos da organização política da Argentina*. trad.: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

ALMEIDA, Francisco de Assis e. Apontamentos sobre a biographia de Baptista Caetano de Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1904. Anno X, fascículos I e II, pp. 37-40.

ARMITAGE, John. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sedição Militar na Ilha das Cobras em 1831. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1871. Tomo XXXIV, parte primeira, pp. 276-292.

____________. Sociedades Fundadas no Brasil Desde os Tempos Coloniaes até o Começo do Actual Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. 1885. Tomo XLVIII, parte primeira, pp.265-322.

BASTOS, Tavares. *A Província*: estudo sobre a descentralização no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

BODIN, Jean. *Les six livres de la Republique*. Paris: Fayard, 1986, 6 v.

BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 10 volumes.

BRASIL. *Constituição política do Império do Brasil*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barboza, e C., 1924.

______. *Código criminal do Império do Brasil*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1831.

______. *Collecção das Leis do Império do Brazil* (1808-1842). Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

______. *Constituição Política do Império do Brasil* - 25 de março de 1824. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 199-222.

BRASIL. Lei preparatória da reforma da (12 de outubro de 1832) Constituição do Império. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 248-249.

______. Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 - Ato Adicional à Constituição do Império. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 250-255.

______. Lei n. 105 de 12 de maio de 1840 – Lei de interpretação do Ato Adicional. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 256-257.

______. Lei n. 234 de 23 de novembro de 1841 – Criação do Novo Conselho de Estado. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 2 (Império). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 259-260.

______. Lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 – Reforma do Código de Processo Criminal. In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 2 (Império). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 77-94.

______. *Repertório geral ou índice alphabético das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1847. 3v.

BREVE descripção do processo formado pelo Dr. Chefe de Polícia da Província de Minas Geraes. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, em virtude de denuncia do Dr. promotor Joaquim Caetano Silva Guimarães, contra... accusados do crime de rebellião, e pronunciados como cabeças do movimento político que houve na cidade de Barbacena aos 10 de junho de 1942. Ouro Preto: Typ. do Universal, 1842.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Livraria Martins, 1952, p. 203.

C., Joze de Freitas Teixeira Spinola [FRANCO, Francisco de Melo (atrib.).]. *Reino da Estupidez, Poema*. Hambourg: s.n., 1820.

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA. *Proclamação*. Mariana: Typographia Marianense, 23 mar. 1833. AHCMM. Arquivo de Miscelâneas. Códice: 673.

CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999.

CASTRO, E. Machado. *Epanaphora histórica e Minas Geraes*. Ouro Preto: Typographia da "Província de Minas", 1884.

CÓDICE Costa Matoso. Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749. & vários papéis. Coord. Geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, estudo crítico Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. Inclui Índices. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.

COMPÊNDIO dos exercícios da Venerável Ordem Terceira da Penitência. Mariana: Officina de José Vicente Ferreira, 1826.

CONSTANT, Benjamin. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. Trad.: Loura Silveira. *Filosofia Política*, n. 2, Porto Alegre, L&PM, pp. 9-25.

CONSTITUIÇÃO de Pouso Alegre (julho de 1832). In: BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. *Textos Políticos da História do Brasil*. Volume 8 (Constitucionalismo). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, pp. 223-247.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Círculo do Livro, 1995.

DESPERTADOR Seráfico: para os irmãos da venerável Ordem Terceira da Penitência. Ouro Preto: Typografia de Silva, [1837?].

DIVERSOS registros da correspondência Official da Presidência de Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1904. Anno IX, fascículos III e IV, pp.689-699.

ESTUDANTES brasileiros na Universidade de Coimbra (1772-1872). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, LXII: 139-335.

FOLHINHA d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

FOLHINHA d'Algibeira para o anno de 1839. Rio de Janeiro: Typ. R. Ogier e C., 1838.

FOLHINHA Romântica para 1842. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842.

FOLHINHA do Charadista para o anno de 1846. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.

FRANCO, Antônio da Rocha, pe. *Contestação às mentiras verdades e fallaces desenganos do Author encoberto das superstições*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barbosa e C., 1824.

__________. *Oração gratulatória*. Ouro Preto: Officina Patrícia de Barboza, e C., 1824.

GUIZOT, François. *Histoire des origines du governement representatif et des institutions politiques de l'Europe*. 4. ed. Paris: Didier et Cie., 1880.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. “O Federalista” Trad.: A. Della Nina. In.: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

HARPER, Roberto Goodle. *Reflexões sobre a questão entre os Estados Unidos e a França offerecidas por Roberto Goodle Harper Hum dos delegados da Carolina Meridional (Estado que em outro tempo era o de todos os da união o mais afeiçoado ao Partido Francês) Aos seos constituintes em Maio de 1797 Philadelphia*. Londres: s.n., 1798.

HOBBES, Thomas. *Do Cidadão*. Trad.: Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

__________. *Leviatã*. Trad.: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1974.

HOMEM, Francisco Salles Torres. “O Libelo do Povo”. In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 47-126.

ISAMBERT, M. *Manuel du publiciste et de L’Homme D’État*. Tome second. Paris: Brissot-Thivars et Cie., 1826.

JEFFERSON, Thomas. “Escritos Políticos”. Trad.: Leônidas Gontijo de Carvalho. In: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

LEÃO, Honório Hermeto Carneiro. *Relatório da Repartição de Justiça*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. Trad.: E. Jacy Monteiro. (Os pensadores, XVIII). São Paulo: Abril, 1973.

MAGALHÃES, José Gonçalves de. *Discurso sobre a história da literatura do Brasil (1836)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em http://www.bn.br Acesso em 11/09/2004.

MARICÁ, Mariano José Pereira da Fonseca, Marquês de. *Máximas, Pensamentos e Reflexões*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em www.bn.br . Acesso em 11/09/2004.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837).* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1981. (2 vols.).

MINAS GERAIS. Conselho Geral da Província. *Posturas policiaes da Câmara da Leal cidade de Marianna*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1829.

__________. Conselho Geral da Província. *Posturas da Câmara Municipal da leal Cidade de Marianna*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.

__________. *Posturas das Câmaras Municipaes da província de Minas Geraes confirmadas pelo Conselho Geral da mesma província*. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.

MINAS GERAIS (Estado). *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão ao Congresso Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1899.

__________. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado de Minas Geraes Dr. Chrispim Jacques Bias Fortes ao Congresso Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Gerais, 1896.

MINAS GERAIS (Província). Francisco José de Souza Soares D'ANDRÉA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1843.

__________. Francisco José de Souza Soares D'ANDRÉA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Villeneuve e Cª., 1844.

__________. Jacinto da GAMA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa da Província de Minas Geraes no dia 6 de outubro de 1842*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1842.

__________. *Livro da Lei Mineira*: 1836. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1836.

__________. *Livro da Lei Mineira*: 1837. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837.

__________. *Livro da Lei Mineira*: 1838. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1838.

__________. *Livro da Lei Mineira*: 1839. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1839.

__________. *Livro da Lei Mineira*: 1858. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858.

__________. Herculano Ferreira PENNA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1842.

__________. Antônio da Costa PINTO. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária do anno de 1837*. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1837.

__________. Bernardino José de QUEIROGA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typographia Social, 1848.

__________. José Ildefonso de Sousa RAMOS. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. Imp. de B. X. Pinto de Sousa, 1849.

__________. *Repertório geral ou índice alfabético das leis e resoluções da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e dos Regulamentos, Instruções e Portarias da Presidência promulgadas desde o ano de 1835 até o dia 5 de julho de 1855*. Org. Manoel Bernardo Accurcio Nunan. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1855.

__________. Alexandre Joaquim de SEQUEIRA. *Relatórios do Presidente da Província de Minas Geraes (25 de março de 1850)*. Ouro Preto: Typographia Social, 1850.

__________. Alexandre Joaquim de SEQUEIRA. Relatórios do Presidente da Província de Minas Geraes (3 de maio de 1850). Ouro Preto: Typographia Social, 1850.

__________. Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, 1845.

__________. Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, 1846.

MINAS GERAIS (Província). Quintiliano José da SILVA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto: Typ. de B. X. Pinto de Sousa, 1847.

__________. *Exposição feita pelo Exm. Conselheiro Bernardo Jacintho da Veiga na qualidade de Presidente da Província de Minas Geraes a seu sucessor o Exm. Tenente General Francisco José de Souza Soares de Andréa no ato da sua posse*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Villeneuve e Cª., 1843.

__________. Bernardo Jacintho da VEIGA. *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas-Geraes*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1840.

MONTAIGNE, Michel de. *Ensaios*. Trad.: Sérgio Milliet. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

__________. *Essais.* Paris: Imprimérie Nationale, 1998. Livre III.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. *Do espírito das leis*. Col. Os Pensadores. Trad.: Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

__________. *Cartas Persas.* Trad.: Mário Barreto. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

MOVIMENTO Político de Minas Geraes em 1842 (documentos). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 1909. Anno XIV, pp. 323-373.

NONNOTE, M. L'Abbé. *Les erreurs de Voltaire dans ces ecrits*. [Paris]: [s.n.], 1779.

ORGANIZAÇÃO da "Sociedade Philopolitechnica" em São João Del Rei. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano IV, 1899. pp. 815-842.

OTONI, Teófilo Benedito. *Circulares aos eleitores de senadores da Província de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

PAINE, Thomas. "Senso Comum". Trad.: A. Della Nina. In: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

PENA, Martins. *O Juiz de Paz da Roça*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, s.d. Disponível em: www.bn.br Acesso em: 11/07/2004.

PEREIRA, Justiniano da Cunha. *O Club dos Anarchistas*. Ouro Preto: Typografia do Correio de Minas, 1838.

PINHO, Wanderley. *Política e políticos no império*; contribuições documentais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

PINTO, Caetano Ferraz. *Defesa contra injustas accusações e exposição dos pequenos serviços feitos à Administração Geral dos Diamantes, que tantos trabalhos e sacrifícios custarão aos seu Autor*. Rio de Janeiro: Typographia de P. Plancher e Seignot, 1827.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionário da Língua Brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RAYNAL, Guillaume-Thomas François Raynal, Abbé. *O estabelecimento dos portugueses no Brasil*. Trad.: Mônica F. C. Campos de Almeida e Flávia Roncarati Gomes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ed.UNB, 1998.

__________. *Histoire philosophique et politique des établissemens et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Tome 4e. Genebra: Jean-Leonard Pellet, 1780.

REGIMENTO dos emolumentos declarados aos ministros, e officiaes de justiça da Camaras de Minas Geraes, Cuyaba, Matto Grosso, S. Paulo, Goyaz e outras. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1830.

RÉMUSAT, Charles de. *Politique libérale ou fragments pour servir a la défense de la Révolution Française*. Paris: Michel Lévy Fréres, 1860.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas Recordações*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

REVOLUÇÃO Liberal de 1842 (documentos). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Anno XII, pp. 727-734.

ROCHA, Justiniano José da. "Ação, Reação e Transação", In: MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, pp. 161-218.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social/ Ensaio sobre a origem das línguas/Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens/Discurso sobre as ciências e as artes.* Trad.: Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 2v.

RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca através do Brasil*. Trad.: Sérgio Milliet. 7 ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1976.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio S. Francisco*. Trad. Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. 4. ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/ Ed. Universidade de São Paulo, 1976.

SENNA, Nelson Coelho de. Traços Biográficos de Serranos Ilustres. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano X. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano X, p. 167-210, 1905.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionário do Lingua Portuguesa*. Fac-símile 2. ed. (1813). Rio de Janeiro: Litho Tipographia Fluminense, 1922.

SILVA, João Manuel Pereira da. *História do Brazil durante a menoridade de D. Pedro IIº 1831-1840*. 2. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, [1888].

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (Os Contemporâneos). São Paulo: Martins Editora, 1948. 2 tomos.

SOBRE a Sedição de Ouro Preto em 1833 (documentos). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1906. Anno XI, fascículos I, II, III e IV, pp. 341-359.

TERMOS importantes tomados em Junta pelo Governo Provisório de Minas Geraes (1821-1822). *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. 1904. Anno IX, fascículos III e IV, pp. 643-687.

TOCQUEVILLE. Alexis de. “A Democracia na América”. Trad.: J.A.G. Albuquerque. In.: *Federalistas*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1973.

URUGUAY, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1862. 2 tomos.

VASCONCELLOS, Diogo Pereira Ribeiro de. Canto Encomiástico (fac-símile). In.: *Uma Raridade Bibliográfica*: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Efemérides Mineiras 1664-1897*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

__________. *A Imprensa em Minas Geraes (1807-1897).* Ouro Preto: Imprensa Official, 1898.

__________. A Imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano III, p. 169-250, 1898.

__________. Palavras Preliminares. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, ano I, p. I-VI, 1896.

VERNEY, Luiz António. *Verdadeiro Método de Estudar*. 3. ed. Porto (Portugal): Editorial Domingos Barreira, s/d.

VERSOS históricos da rebelião Liberal em Minas (1842). In: SENNA, Nelson Coelho de. *Annuário de Minas Gerais 1911*. Belo Horizonte: Tipografia Oficial, 1912, p. 405.

VIEIRA, Padre Antonio. ”Sermão da Sexagésima”. In: _____. *Sermões* (antologia). 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1975.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. *Cândido ou o otimismo*. Trad.: Roberto Gomes. Porto Alegre: L&PM, 1998.

__________. *Dicionário Filosófico*. Trad.: Bruno da Ponte, João Paulo Alves e Marilena Chauí. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

WALSH Robert. *Notícias do Brasil (1828-1829).* Trad.: Regina Regis JunqueiraBelo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985.

FONTES ICONOGRÁFICAS E CARTOGRÁFICAS

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO - APM

Arquivo Público Mineiro - APM

APM-IPM foto (02)34 - Acervo de jornais do Arquivo Público Mineiro 197-.

APM, foto sem numeração - Prensa tipográfica de Diamantina, Diamantina, século XX.

Arquivo Privado João Pinheiro - JP

JP ^{11} $_{3}$ foto 031 - Luís Antônio Pinto, Serro, final do século XIX, s/a.

Presidência da Província - PP

PP 006 - Mapa de Ouro Preto, Século XIX, autoria: Giesecke & Devrient.

FONTES MUSICAIS

GARCIA, José Maurício Nunes (música); PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo (letra). "Fora o regresso". In: KIEFFER, Anna Maria; NOGUEIRA, Gisela; GLOEDEN, Edelton. *Viagem pelo Brasil*: música brasileira indicada por viajantes da primeira metade do século XIX. [São Paulo]: Akron, [2000]. 1 CD, faixa 18.

BIBLIOGRAFIA

Artigos e capítulos de livros

ABREU, Capistrano de. "Fases do Segundo Império". In: *Ensaios e Estudos: Crítica e História, 3ª série.* 2. ed. Rio de Janeiro/ Brasília: Civilização Brasileira/ INL, 1976, pp. 73-88.

ABREU, Márcia. "Da maneira correta de ler: leituras das belas letras no Brasil colonial". In.: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/ ALB, 2000, pp. 213-233.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 7(1-2): 105-110, outubro de 1995.

ALMEIDA, Francisco de Assis. Apontamentos Biográficos de Baptista Caetano d'Almeida. *Revista do Arquivo Público Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano X, p. 37 – 40, 1905.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. A Província de Minas Gerais no Período Regencial. *LPH: Revista de História.* n. 8, Ouro Preto: UFOP, 1999.

__________. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833).* Disponível em: http://www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/carrancas.html Acesso: 25 FEV. 2006.

__________. O outro 13 de maio. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 2: 69-73. Agosto de 2005.

__________. "Revolta de Carrancas". In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp. 635-637.

ANDRIES, Lise. “Almanaques: Revolucionando um Gênero Tradicinal” In: DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *A Revolução Impressa*: A Imprensa na França, 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

AUTORIDADE pública: O Bando, In: *Arquivo Público Mineiro – Estrutura e dinâmica da organização político-administrativa de Minas Gerais*. Volume 1. Janeiro, 1995. (Mimeo).

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. Trad.: Manuel Villaverde Cabral. *Enciclopédia Einaudi.* Vol. 5.Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332.

BAKER, Keith Michael. “Introduction”, In: *The French Revolution and the Modern Political Culture*. Oxford (Grã-Bretanha): Pergamon Press, 1987. v. 1.

BARTHES, Roland; FLAHAULT, François. Leitura. Trad.: Teresa Coelho. *Enciclopédia Einaudi,* vol. 11. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987. pp. 184-206.

BERLIN, Isaiah. “Dois conceitos de liberdade” In: BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Trad.: Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981, pp. 133-175.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. Primeiras Gerações de Pereiras Themudos em São Paulo. *Revista da ASBRAP*, v. 2 , 1995, 151-160.

BOSHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 100-111.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 59-83. 2001.

CAMPOS, Arthur. O jornalismo em Sabará. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, ano VI, p. 107-112, 1901.

CÂNDIDO, Antônio. “O escritor e o público”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. vol. 1. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1968.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, 7(1-2): 53-66, outubro de 1995.

CARVALHO, José Murilo de. “Introdução”, In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999. pp. 9-43.

CASTRO, Paulo Pereira de. “A Experiência Republicana (1831-1840)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. Tomo II O Brasil Monárquico, vol. 4 dispersão e unidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. Soberania de quem? *CartaCapital*. São Paulo, ano XII, n. 364, 19 de outubro de 2005. p. 33.

COUTO, Soter Ramos. A Imprensa em Diamantina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. v. VII, p. 497-509, 1960.

CUNHA, Alexandre Eulálio Pimenta da. "A obra menor de Joaquim Felício dos Santos. Notícia Literária" In: SANTOS, Joaquim F. dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (Província de Minas Gerais). 3. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1956. pp. 31-45.

CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes da. "Estudo Histórico Biobibliográfico". In.: *Uma Raridade Bibliográfica*: O Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986, pp. 15-39.

DARNTON, Robert. "A leitura rouseauista e um leitor comum do século XVIII", In: CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 143-176.

D'ASSUMPÇÃO, Lívia Romanelli. Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas. *Revista do Departamento de História*. 9 (1989): 130-140.

DEZAN. Suzanne. Massas, comunidade e ritual; na obra E.P. Thompson e Natalie Davis. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 63-96.

DIAS, Maria Odila de Oliveira. "A interiorização da metrópole (1808-1853)". In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1982, pp. 160-184.

DUARTE, Regina Horta. "Conquista e civilização nas Minas oitocentista". In: OTONI, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 13-37.

__________. "Tempo, política e transformação: Teófilo Otoni e seu lenço branco". Belo Horizonte, 2001. (mimeo).

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. História e Culturas Políticas: Definições, usos, genealogias. *Varia História*, UFMG, nº 28, p. 13-28, dezembro, 2002.

FALCON, Francisco. "História das Idéias". In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 91-125.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar". *Cadernos Debate*, n. 1, 1976, p. 59-64.

FRIEIRO, Eduardo. Notas sobre a imprensa em Minas. *Revista da Universidade de Minas Gerais*, n. 12, p. 64-83, janeiro 1962.

__________. "Um velho dicionário impresso em Minas". In: _________. *Páginas de crítica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1955. p. 390-397.

__________. Na idade heróica da imprensa em Minas Gerais. *Província de São Pedro*, v.2, n.7, p.82-84, Porto Alegre, dezembro 1946.

GODECHOT, Jacues. "Introduction". In.: STAËL, Germaine de. *Considerations sur la Révolution Française*. Paris: Tallandier, 2000, pp. 7-55.

GOFF, Jacques Le. Documento/ Monumento. Trad.: Suzana Ferreira Borges. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. pp. 95 – 106.

GOMES, Eugênio, et. al. “O individualismo romântico”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. 7. ed. rev. atual. São Paulo: Global, 2004. v. 3.

GONÇALVES, Andréa Lisly. “Uma guerra de brancos? Restauradores, mestiços e escravos na formação do Estado Nacional brasileiro”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA (23: 2005: Londrina, PR). *Anais [do] XXIII Simpósio Nacional de História: história: guerra e paz*. Londrina: Editorial Mídia, 2005. CD-ROM.

GOULEMOT, Jean Marie. “Da leitura como produção de sentidos”, In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da Leitura*. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. pp. 107-116.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

HARTOG, François. “Da liberdade dos antigos à liberdade dos modernos: o momento da Revolução Francesa”. In: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 151-177.

HESPANHA, António Manuel. *François Guizot (1787-1874) e os “doctrinaires”*. Disponível em: www.hespanha.net/sitebuildercontent/sitebuilderfiles/00_guizot_sintese.pdf Acesso em: 21 MAIO 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. “Minas Gerais”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 4, p. 416-470.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. “Peças de um Mosaico: ou Apontamentos para o Estudo da Emergência da Identidade Nacional Brasileira”, In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem Incompleta. 1500-2000; a Experiência Brasileira*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000, pp. 127-75.

LEITE, Miriam L. Moreira. “Introdução – Relatos de viajantes como fontes da história social da população brasileira”. In: _____. *Livros de viagem* (1803-1900). Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1997. p. 9-26.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 173-206, São Paulo, 1995.

MACHADO FILHO, Aires da Mata. “Vida intelectual”, In: *Arraial do Tijuco, cidade Diamantina*. 3. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. Itatiaia/Ed. Universidade de São Paulo, 1980. pp. 197-218.

MACHADO, Alcântara. “Vida e Morte do Bandeirante”. In.: *Intérpretes do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, pp. 1189-1366.

MARQUES JÚNIOR, Nelson Ferreira. Áulicos e a elite intelectual na Corte fluminense (1823-1831). *Veredas da História*, v.8, p. 24-40, 2015.

MAXWELL, Kenneth. “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”, In: *Chocolate, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira (et. al.). São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp. 157-207.

MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos 1820-1830. *Topoi, Revista de História da UFRJ*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. 7 Letras, 2002, pp. 39-58.

__________. A políticas nas ruas: os espaços públicos na cidade imperial do Rio de Janeiro. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, n.1, p. 59-73, junho 1998.

MOTT, Luiz. "A Revolução dos negros no Haiti e o Brasil". In: *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 1988, pp. 11-48.

NEVES, José Teixeira. Periódicos mineiros na Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 117: 79-313, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Periódicos". In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Editorial Verbo, 1994.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Leituras e leitores no Brasil, 1820-1822: o esboço frustrado da Esfera Pública de Poder". *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1/2 pp. 19-52. jan./dez., 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. "Para a Genealogia da Moral". In: *Obras Incompletas*. Coleção Os Pensadores. Trad.: Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1974, pp. 303-333.

NORA, Pierre. "L' Histoire de France de Lavisse". In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Memoire: La Nation*. Vol. 2. Tome 1. Paris: Gallimard, 1986, pp. 317-375.

PRADO JÚNIOR, Caio. "Introdução". In: *O Tamoyo*, coleção fac-similar de jornais antigos. direção de Rubens Borba de Moraes. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

QUEIROGA, Elmar G. Arquivo Público Mineiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. v. II, p. 34-39, 1946.

QUINTAS, Amaro. "O Nordeste, 1825-1850". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. t. II, v. 4.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social*; Revista de Sociologia da USP, São Paulo 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. "O poder das palavras: Hobbes sobre a liberdade". In: NOVAES, Adauto. *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 135-149.

SANI, Giacomo. Cultura política. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986, pp. 306-308.

SCHWARTZ, Roberto. "As idéias fora do lugar". *Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 3, 1973, pp. 151-161.

SCHWARTZ, Stuart B. "Ocasiões importantes: a guerra para acabar com a escravidão baiana". In: *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835.* Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 377-392.

SHAH, Omar Ali. "Prefácio". In: SHIRAZ, Saadi de. *Gulistan, O Jardim das Rosas*. Trad.: Rosângela Tibúrcio, Beatriz Vieira e Sergio Rizek (a partir do original persa traduzido por Omar Ali Shah). São Paulo: Attar Editorial, 2000.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. Constitucionalismo, autonomismos e os riscos da "mal-entendida liberdade": a gestação do liberalismo moderado em Minas Gerais, de 1820 a 1822. *Tempo*, 18(33), 2012, p. 243–268. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-77042012000200010.

SILVA, Wlamir. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, vol.4, nº1, p.105-118, 1998.

SOUSA, Antônio Cândido de Mello e. "Letras e idéias no Brasil colonial", In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. t. I, v. 2, p. 91-105.

STASIO, Angela Di. Subsídios para uma análise histórica de periódicos raros. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 114: 85-147,1992

VENTURA, Roberto. "Leituras do Abade Raynal na América Latina". In.: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991, pp.165-179.

VILLALTA, Luiz Carlos. "Liberdades Imaginárias". In.: NOVAES, Adauto (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 319-341.

__________. "O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura". In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 331-385.

__________. "Pernambuco, 1817, 'encruzilhada de desencontros' do Império luso-brasileiro: Notas sobre as idéias de pátria, país e nação", *Revista USP*, São Paulo (58), jun./jul./ago. 2003.

Livros e Teses

ABREU, Márcia. *Caminhos dos Livros.* Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGULHON, Maurice. *Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence*: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

AMARAL, Alex Lobello. Entre armas e impressos: A revolta de 1842 em Minas Gerais. Juiz de Fora: UFJF, 2019 (Tese, Doutorado em História).

ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes*; violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1990.

ARENDT, Hannah. *Da revolução*. Trad.: Fernando Dídimo Vieira. São Paulo: Ática, 1990.

__________. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. Coleção Debates. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

AZEVEDO, Oldemar. *Soberania*: noções e fundamentos. São Paulo: Lex, s/d.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário da Terra e da Gente de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

__________. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb, 1971.

__________. *História de Minas*. Vol. II. Belo Horizonte: Comunicação, 1979.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artifício*: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BARTHES, Roland. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Trad. Hortênsia dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção*: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004 (Tese, Doutorado em História).

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BERGERON, Louis; FURET, François; KOSELECK, Reinhart. *La época de las revoluciones europeas 1780-1848*. Trad.: Francisco Pérez Guitiérrez. Madri: Siglo XXI, 1976.

BIGNOTTO, Newton (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

BLOCH, Marc*. Introdução à História*. Trad.: Maria Manuel Miguel e Rui Grácio. 3. ed. Lisboa: Publicações Europa – América, 1975.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

__________. *Liberalismo e Democracia*. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONADIO, Geraldo. *A agonia do projeto liberal: o jornal O Tebyreça e a Revolução de 1842*. Sorocaba, SP: fundação Ubaldino do Amaral, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas linguísticas*. São Paulo: EDUSP, 2008.

__________. *O Poder Simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

__________. *Pierre Bourdieu: sociologia*. Trad.: Paula Montero e Alícia Auzmendi. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Introdução: Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.

__________. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad.: Mariza Correa. Campinas: Papirus Editora, 1997.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. *A arte da tipografia e seus periódicos: História da imprensa serrana das Minas do Serro Frio à cidade do Serro*. Serro: Tipografia Serrana, 2002.

BURKE, Peter e BRIGGS, Asa. *Uma história social da mídia*. Trad.: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BURKE, Peter e PORTER, Roy. *História Social da Linguagem.* Trad.: Álvaro Hattnher. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.

CALVINO, Ítalo. *Um general na biblioteca*. Trad.: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A Marcha da Civilização:* as vilas oitocentistas de São João del-Rei e São José do Rio das Mortes. 1810/1844. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciencias Humanas da UFMG, 1998 (Dissertação, Mestrado em História).

CAMPOS, Sandoval & LOBO, Amyntas. *Imprensa Mineira*: Memória histórica. Belo Horizonte: Oliveira Costa, 1922.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos). São Paulo: Martins, 1959. 2v.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e História do Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Uma introdução à história*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Sérgio (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de sombras*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

__________. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

__________. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Trad.: Álvaro Cabral. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CEFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitas, 2000.

__________. *A Invenção do Cotidiano*: 1. artes de fazer. 3. ed. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHAGAS, Paulo Pinheiro. *Teófilo Ottoni: Ministro do Povo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1956.

CHAMON, Carla Simone. *Festejos Imperiais: festas cívicas em Minas Gerais – 1815/1845*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciencias Humanas da UFMG, 1996 (Dissertação, Mestrado em História).

CHARTIER, Roger (org.) *Les usages de l'imprimé* (XVe – XIXe siècle). Paris: Fayard, 1987.

__________ (org.). *Práticas da leitura*. Trad.: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

__________. *A Aventura do Livro*: do leitor ao navegador. Trad. Reginaldo de Moraes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

__________. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

__________. *A ordem dos livros*: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad.: Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CHÂTELET, François. *História das idéias políticas*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei .* 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2v.

COSTA FILHO, Miguel. *A Imprensa Mineira no Primeiro Reinado*. Tese apresentada ao VI congresso nacional de jornalistas. Rio de Janeiro, 1955.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARNTON, Robert. e ROCHE, D. *Revolução impressa*: a imprensa na França (1775-1800). Trad.: Marcos Maffei Jordan. São Paulo: EdUSP, 1996.

DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette*: Mídia, Cultura e Revolução. Trad.: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

__________. *O Iluminismo como negócio*: história da publicação da Enciclopédia. Trad.: Laura Teixeira Motta e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

__________. *Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

__________. *O Grande Massacre de Gatos, e outros temas da história cultural francesa*. Trad.: Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial*: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005

DORNAS FILHO, João. *Um Pasquineiro do Século XIX*. São Paulo: Departamento de Investigações, 1950.

DUARTE, Regina Horta. *A imagem rebelde*: a trajetória libertária de Avelino Fóscolo. Campinas: Pontes Editora da UNICAMP, 1991.

__________. *Noites Circenses*: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Pontes Editora da UNICAMP, 1995.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 19. ed. Trad.: Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004. 2v.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro.* Trad.: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Ed. UNESP/ Hucitec, 1992.

FICINO, Marsilio. *O Livro do Amor*. Trad.: Ana Thereza Basilio Vieira. Niterói: Centro de Investigação Filosófica e Clube de Leitura Cromos, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Trad.: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

__________. *História da sexualidade,* 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

__________. *Microfísica do Poder*. 16. ed. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

__________. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. 23. ed. Trad.: Raquel Ramalhete. Petrópólis: Vozes, 2000.

__________. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Gallimard, Seuil, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

__________. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

__________. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FRIEIRO, Eduardo. *Feijão Angu e Couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de estudos mineiros UFMG, 1966.

__________. *O Diabo na livraria do Cônego; Como era Gonzaga e outros temas mineiros*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1957.

__________. *Os Livros Nossos Amigos*. 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

FURET, François. *Ensaios sobre a Revolução Francesa*. Trad.: Alfredo Margarido. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

__________ e OZOUF, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Trad.: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURST, Osvaldo. *Lucta contra o absolutismo, primeira phase jornalística em Minas* (1824-1831). Belo Horizonte: Imprensa Official, 1918.

FURTADO, João Pinto. *O manto de Penélope*: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos Oceânicos*: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *Visita à colonial cidade de São João del-Rei*. São João del-Rei: FUNREI, 2001.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Trad.: Inês Vaz Pinto. Lisboa: Gradiva, 1993.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. Trad.: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

__________. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Trad.: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOULEMOT, Jean Marie. *Esses livros de se lêem com uma só mão*: leitura e leitores de livros pornográficos do século XVIII. Trad.: Maria Aparecida Corrêa. São Paulo: Discurso Editorial, 2000.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAUSER, Arnold. *História social da literatura e da arte*. Trad.: Walter H. Geenen. 3. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1980. 2 volumes.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: Europa 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

__________. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

__________. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Trad.: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

__________ (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 11 vols.

HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*: um estudo das formas de vida, pensamento e arte em França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV. Lisboa: Ulissea, s.d.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad.: Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

INTÉRPRETES *do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

JAKOBSON, Roman. (et. al.). *Língua, discurso, sociedade*. Trad. Cidmar Teodoro Pais e José Teixeira Coelho. São Paulo: Global Editora, 1983.

JULIÃO, Letícia (et. al.). *Colecionismo Mineiro*. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Cultura, 2002.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Trad.: João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Trad.: Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

KRITSCH, Raquel. *Soberania*: a construção de um conceito. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LAJOLO, Marisa e ZILMERMAN, Regina. *A leitura rarefeita*: o livro e a leitura no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LANARI, Cassio. *Rodrigo José Ferreira Bretas*: biógrafo do Aleijadinho. Belo Horizonte: UFMG, Centro de Estudos Mineiros, 1968.

LEFORT, Claude. *Pensando o político*: ensaios sobre democracia, revoluções e liberdade. Trad.: Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *O Trabalho Escravo na Mina de Morro Velho*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1979 (Dissertação, Mestrado em Sociologia).

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos*; a guerra dos jornalistas na Indepêndencia (1821-1823). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUZ, Estêvão de Melo Marcondes. *Incendiárias Folhas: ação política e periodismo na trajetória do padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849).* Franca: UNESP, 2016 (Tese, Doutorado em História).

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual, 2000.

LYRA, Augusto Tavares de. *Instituições políticas do império*. Brasília: Senado Federal: Universidade de Brasília, 1979.

MACIEL, Guilherme de Souza. *O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845 – 48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2005 (Dissertação, Mestrado em História).

MAGALHÃES JUNIOR, R. *Três panfletários do segundo reinado*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Trad.: Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

MARAUX, Vincent. *Pierre Victor Renault*: um pioneiro francês no século XIX (1811-1892). Vitualbooks, 2000. p. 59. Disponível em: www.terra.com.br Acesso em 17 JUL. 2000.

MARINHO, José Antônio. *História do movimento político de 1842.* 3. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MARX, Karl. *A Liberdade de Imprensa*. Trad. Claudia Schilling e José Fonseca. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MASCARENHAS, Nelson Lage. *Um jornalista do Império*: *Firmino Rodrigues Silva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

__________ e GONÇALVES, Maria de Almeida. *O Império da Boa Sociedade*: a consolidação do Estado imperial brasileiro. 5. ed. São Paulo, Atual, 1991.

MELO, José Marques de. et. al. *O controle dos meios de comunicação*. São Paulo: USP – Escola de Comunicação e Artes, 1970.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MORAES, Eduardo Jardim de e BIGNOTTO, Newton (orgs.). *Hannah Arendt.*: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001.

MORAIS, João Batista. *Revolução de 1842*. São Paulo: Typografia do Diário Official, 1908.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005.

__________. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

__________. *Cipriano Barata*: o panfletário da Independência. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero*: cultura e idéias nas Américas. Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

__________ (org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

__________ (org.). *Viagem Incompleta. 1500-2000; a Experiência Brasileira*. Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MOTTA, Rosemary Tofani. *Baptista Caetano de Almeida*: um mecenas do projeto civilizatório em São João d'El-Rei no início do século XIX – a biblioteca, a imprensa e a sociedade literária. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 2000 (Dissertação/Mestrado em Ciência da Informação).

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*: Nabuco de Araújo. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. Tomo I (1813-1866).

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais:* a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Faperj/Revan, 2003.

__________ e MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 108-119.

NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Memoire: La Republique*. Vol. 1. Tome 1. Paris: Gallimard, 1986.

NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Funarte, 1996.

__________ (org.). *A crise do Estado-nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

__________ (org.). *O avesso da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

NOVAIS, Fernando (Coord.), ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da Vida Privada*: Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

NOVAIS, Fernando (Coord.), SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil*: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVAL, Fernanda. *As Ordens Militares e o Estado Moderno – Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789).* Lisboa: Colecção Thesis, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *A fascinante história do livro*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1993. (4 vols.).

PASSOS, Alexandre. *A imprensa no período colonial*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, s.d.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. Trad.: Fábio Fernandez. São Paulo EDUSP, 2003.

PRADO, Maria Emília (org.). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*: *Colônia e Império*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

__________. *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia).* São Paulo: Brasiliense/ Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. Trad.: Raquel Ramalhete. São Paulo: Edit. 34, 1995.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. 2. ed. Trad.: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 2000.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil – a história do levante dos Malês*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

__________. *História & teoria*: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

RIBEIRO, Maria Eurídice de Barros. *Os Símbolos do Poder*: cerimônia e imagens do Estado monárquico no Brasil. Brasília: UNB, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine (org.). *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

__________. *Ao leitor sem medo*: Hobbes escrevendo contra seu tempo. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

RICCI, Magda. "O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840)". (mimeo).

__________. *Assombrações de um padre regente*: Diogo Antônio Feijó (1784-1843). Campinas: Unicamp, 2001.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o jornal e a tipografia no Brasil*: um breve estudo geral sobre a informação (1500-1822). Edição fac-similar de 1946. São Paulo: Imesp, 1988.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos*: uma crônica da Revolução Francesa. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. *A escrita e a fala;* idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos políticos (1821-1825). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1999 (Dissertação, Mestrado em História).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1984.

__________. *Formas de representação política na época da Independência*, 1820-1823. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987.

__________. *Cultura Luso-Brasileira*: da reforma da Universidade de Coimbra à Independência. Lisboa: Estampa, 1999.

SILVA, Rodrigo Fialho. *Nas Minas... por entre "typos", jornais e tintas: sociabilidade impressa e debate político na Província de Minas Gerais (1823-1831).* Rio de Janeiro: UERJ, 2011 (Tese, Doutorado em História).

SILVA, Wlamir. *Liberais e Povo: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec, 2009.

__________. Usos da fumaça: a revolta do Ano da Fumaça e a afirmação moderada na Província de Minas. *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, v. 4, n. 1, p. 105-118, 1998.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Trad.: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

__________. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras: 1986.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. 10 vols.

TEIXEIRA, João Gomes; LANARI, Cássio; OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *O primeiro impresso em Minas Gerais*. Ouro Preto: Casa dos Contos, 1976.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *A Democracia Coroada* (Teoria política do Império). Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TRINDADE, Cônego Raimundo. *Breve notícia dos Seminários de Mariana*. Com Aprovação Eclesiástica. Mariana: Arquidiocese de Mariana, 1951.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados*: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

VALLADÃO, Alfredo. *Da Acclamação à Maioridade (1822-1840).* 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

__________. *Campanha da Princesa*. Volume III: vida cultural (parte I). São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Bernardo Pereira de Vasconcellos*. Belo Horizonte: s.n., 1953.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *A formação do romance brasileiro, 1808-1860*: vertentes inglesas. Disponível em: www.caminhosdoromance.unicamp.br Acesso em 24/10/2004.

VELLASCO, Ivan Andrade. *As seduções da ordem*: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais – século 19. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

VERONA, Priscilla Samantha Barbosa. *A imprensa como instância educativa em Mariana, Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos: estratégias da escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 2020 (Tese, Doutorado em Educação).

VIANNA, Fabiana da Silva. *Estado nacional, debate público e instrução primária –Mariana/Minas Gerais, 1816-1848*. Belo Horizonte: UFMG, 2012 (Tese, Doutorado em Educação).

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

VILLALTA, Luiz Carlos. "Censura e romances: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar?" Belo Horizonte, 2005 (mimeo).

WERNET, Augustin. *O período regencial*: 1831-1840. São Paulo: Global, 1982.

__________. *Sociedades políticas* (1831-1833). São Paulo: Cultrix; Brasília: INC, 1978.

LUCIANO DA SILVA MOREIRA - é doutor em História pela UFMG e Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. É autor de trabalhos sobre linguagens políticas, práticas de leitura e imprensa nas províncias de Minas Gerais e São Paulo durante o Primeiro Reinado e o Período Regencial.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8603430153702938

Imprensa e Política
na Província de Minas Gerais:
Espaços públicos e culturas políticas
(1828-1842)

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2024

Imprensa e Política
na Província de Minas Gerais:
Espaços públicos e culturas políticas
(1828-1842)

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2024